

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

GUILHERME PESSATTI DO COUTO

**ALIANÇAS CONTINGENTES: identidade, ressentimento e
redistribuição no movimento LGBTQIA+**

SÃO CARLOS – SP

2026

GUILHERME PESSATTI DO COUTO

ALIANÇAS CONTINGENTES: identidade, ressentimento e redistribuição no movimento LGBTQIA+

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientador: Fábio José Bechara Sanchez

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)

[Código de Financiamento 001]

[Processo: 88887.958405/2024-00]

São Carlos – SP

2026

Couto, Guilherme Pessatti do

Alianças contingentes: identidade, ressentimento e redistribuição no movimento LGBTQIA+ / Guilherme Pessatti do Couto -- 2026.
200f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Fábio José Bechara Sanchez
Banca Examinadora: Jorge Leite Júnior, Regina Facchini
Bibliografia

1. Movimento LGBTQIA+. 2. Identidades. 3.
Interseccionalidade. I. Couto, Guilherme Pessatti do. II.
Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-graduação em Sociologia

Folha de aprovação

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Mestrado do candidato Guilherme Pessatti do Couto, realizada em 11/06/2026:

Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Jorge Leite Júnior
Universidade Federal de São Carlos

Profa. Dra. Regina Facchini
Universidade de Campinas

*À minha irmã, Bruna, que me ensinou que o amor
mora nas diferenças*

*À memória de Cien Milá, que me ensinou o que é
ser mutante*

AGRADECIMENTOS

Ainda que este texto tenha sido escrito por minhas mãos, ele não existiria sem a contribuição de muitas pessoas.

Agradeço imensamente às pessoas que escolhi amar — e com quem, nos últimos dois anos e meio, pude tornar menos nítida a fronteira entre amizade e amor. Às minhas amigas que viraram amores, aos amores que viraram amigas e àqueles laços cuja falta de nome celebramos — assim como aos laços que, em algum momento, se desfizeram. A cada pessoa com quem cruzei caminhos nesse período e que, de alguma forma, retribuiu meu afeto, deixo meu muito obrigado. Não as nomearei, pois certamente cometeria a injustiça de deixar várias pessoas de fora. Ainda assim, agradeço pelas noites regadas a vinho e risadas, pelas longas viagens, pelos dias em que compartilhamos angústias e desejos e pelas madrugadas em que, por um breve momento, nos esquecemos de que a vida acaba. Foi na companhia dessas tantas pessoas que encontrei — e sigo encontrando — forças para seguir em frente. Se este trabalho tem algo de criativo e apaixonado, é pela criatividade e pela paixão que produzimos quando estamos juntas.

Da mesma forma, agradeço à minha família por, mesmo sem saber muito bem o que eu estava fazendo, acreditar em mim e me dar toda a forma de apoio de que precisei durante esse período. Sou muito grato por me proporcionarem a possibilidade de escolher o estudo — essa prática cuja única razão de ser é a falta e, portanto, o desejo. Se posso transformar minhas lacunas em busca e descoberta de maneira insaciável e, assim, dar algum sentido à vida, é porque Renato, Bruna, Sibebe, Dalva e Sofia me proporcionaram isso — cada um à sua maneira. Mesmo de longe, sinto o amor de vocês diariamente. Torço para que encontrem justificativas para minhas ausências nas linhas que se seguem.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Fábio Sanchez, pelos anos de trabalho conjunto, pela (des)orientação e pela amizade. Sua escuta atenta e sua postura sempre aberta ao diálogo e às minhas dificuldades criaram as condições para que este trabalho germinasse e se desenvolvesse. Tenho grande admiração por seu trabalho, por sua ética e por sua humanidade. Agradeço, sobretudo, por me ensinar que o cerne das relações de um campo está nos sussurros, no que não é dito — aprendizado necessário para a compreensão do campo no qual esta pesquisa se baseou.

Agradeço aos membros das bancas de qualificação e defesa desta pesquisa, Prof. Jorge Leite Jr. e Profa. Regina Facchini, pela generosidade com que leram este trabalho. Seus

comentários atentos, as críticas cuidadosas e as sugestões apresentadas ao longo do processo foram fundamentais para o desenvolvimento e o amadurecimento desta pesquisa.

Deixo também meu muito obrigado aos companheiros e companheiras do Coletivo de Pesquisa Dissenso. Guilherme, Ana, Raissa, Thalles, Olivia, Kally e Raísa, obrigado por sempre me instigarem com seus trabalhos e por serem parte fundamental da minha formação como pesquisador. No mesmo sentido, agradeço a Jinx Vilhas e Inácio Saldanha que, ao me interpelarem em um almoço na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, acolheram imediatamente um pesquisador novato e o introduziram ao campo dos estudos de gênero e sexualidade.

Agradeço aos colegas discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar (PPGS), em especial Analice Paron, Gabriela Lima e Rafael Faustino, por toda a cumplicidade nos estudos, almoços, cervejas e dias difíceis. Seus comentários sobre meu projeto contribuíram imensamente para sua execução. Da mesma forma, agradeço ao corpo docente do PPGS, especialmente àqueles que ministraram disciplinas fundamentais para minha formação intelectual: Prof. Jorge Leite Jr., Profa. Jacqueline Sinhoretto, Prof. Jacob Carlos Lima, Profa. Aline Suelen Pires, Prof. Fábio Sanchez e Profa. Priscila Martins. O projeto que resultou nesta dissertação foi continuamente transformado durante o tempo em que passei ouvindo e refletindo sobre seus ensinamentos.

Meu muito obrigado aos meus interlocutores de campo que, em meio às complexas disputas que constituíram o espaço político em que estávamos inseridos, encontraram tempo para me ouvir e relatar suas opiniões e experiências. Com vocês, aprendi tudo o que eu não poderia aprender de outra forma, questioneei minhas certezas e confirmei minhas dúvidas. Espero que os resultados desta pesquisa possam iluminar tais conflitos e, quem sabe, ser de alguma serventia. Em especial, agradeço a Inácio Saldanha e Lucas Mascarim, que me abriram muitos caminhos e me apresentaram a importantes interlocutores.

Agradeço imensamente à Amanda Finotti por ter sido a primeira leitora deste trabalho. Sua leitura generosa contribuiu imensamente para a revisão e finalização da escrita desta dissertação. Seus ouvidos atentos e sua língua afiada me instigam e me emocionam. Se hoje tenho alguma habilidade como pesquisador, isso se deve também à nossa interlocução ao longo desses anos.

Agradeço ainda a Matheus Manoel, por me abrigar em São Paulo nos momentos decisivos do trabalho de campo e em outros eventos acadêmicos. Sua disponibilidade constante em me

receber e sua companhia após longos dias de trabalho fizeram com que eu me sentisse acolhido e confortável, mesmo em uma cidade na qual, muitas vezes, o oposto é incentivado.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento deste trabalho, sem o qual sua execução não teria sido possível.

(...)

Não sou um viado disfarçado de poeta

Não preciso de disfarce

Essa é a minha cara

Falo pela minha diferença

Defendo o que sou

E não sou tão estranho

Fico puto com a injustiça

E desconfio dessa dança democrática

Mas não venha me falar de proletariado

Porque ser bicha e pobre é bem pior

(...)

Pedro Lemebel – Manifesto (Falo pela minha
diferença)

*Os fatos são sonoros mas entre os fatos há um
sussurro. É o sussurro que me impressiona.*

Clarice Lispector – A hora da estrela

RESUMO

Esta dissertação investiga como o Movimento LGBTQIA+ se constitui enquanto sujeito político coletivo no contexto da reabertura de canais institucionais de participação no terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A análise toma como objeto empírico a 4ª Conferência Nacional pelos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, compreendendo suas etapas estadual (São Paulo) e nacional, e combina observação participante com análise documental das propostas aprovadas ao longo do processo conferencial. O trabalho é organizado em torno de três eixos analíticos: as formas de articulação política entre os diferentes sujeitos do movimento; as demandas formuladas em direção ao Estado; e as dinâmicas internas de conflito e coalizão. O primeiro capítulo examina a identidade como problema teórico, mobilizando a teoria queer, debates sobre identitarismo e a formação histórica dos sujeitos do movimento. O segundo capítulo analisa os conflitos observados em campo, com ênfase na ampliação dos sujeitos nomeados pelo movimento, nas disputas em torno da interseccionalidade como gramática política e no ressentimento como afeto estruturante das relações internas, especialmente entre homens gays e outros sujeitos políticos. O terceiro capítulo examina as propostas produzidas na Conferência, mapeando as demandas por incidência institucional, trabalho, educação, combate à violência, proteção social e saúde, bem como as tensões e consensos na construção de uma agenda comum. Os resultados indicam que a política de identidades do Movimento LGBTQIA+ não se reduz a uma dinâmica fragmentária: ela constitui um campo de disputas no qual demandas por reconhecimento e redistribuição se articulam de forma contingente. A ideia de alianças contingentes é proposta para descrever coalizões que se formam não a partir de uma identidade comum prévia, mas da negociação situada entre diferenças e da percepção de interesses parcialmente convergentes. Ao historicizar as tensões internas do movimento e analisar como o ressentimento simultaneamente fratura e alimenta a mobilização política, a pesquisa contribui para questionar leituras que associam a política de identidades à fragmentação do campo político progressista.

Palavras-chave: Movimento LGBTQIA+; identitarismo; interseccionalidade; ressentimento; conferências nacionais.

ABSTRACT

This dissertation investigates how the LGBTQIA+ Movement constitutes itself as a collective political subject in the context of the reopening of institutional channels for participation during the third government of Luiz Inácio Lula da Silva. The analysis takes as its empirical object the 4th National Conference on the Rights of LGBTQIA+ People, encompassing its state (São Paulo) and national stages, and combines participant observation with documentary analysis of the proposals approved throughout the conference process. The study is organized around three analytical axes: the forms of political articulation among the different subjects within the movement; the demands directed toward the State; and the internal dynamics of conflict and coalition. The first chapter examines identity as a theoretical problem, drawing on queer theory, debates on identitarianism, and the historical formation of the movement's subjects. The second chapter analyzes conflicts observed in the field, with emphasis on the expansion of subjects named by the movement, disputes surrounding intersectionality as a political grammar, and resentment as a structuring affect of internal relations, especially between gay men and other political subjects. The third chapter examines the proposals produced at the Conference, mapping demands related to institutional advocacy, labor, education, combating violence, social protection, and health, as well as the tensions and consensuses involved in constructing a common agenda. The findings indicate that the identity politics of the LGBTQIA+ Movement cannot be reduced to a fragmentary dynamic; rather, it constitutes a field of disputes in which demands for recognition and redistribution are articulated in contingent ways. The notion of contingent alliances is proposed to describe coalitions formed not from a pre-existing shared identity, but from situated negotiation among differences and the perception of partially convergent interests. By historicizing the movement's internal tensions and analyzing how resentment simultaneously fractures and fuels political mobilization, the research contributes to questioning interpretations that associate identity politics with the fragmentation of the progressive political field.

Keywords: LGBTQIA+ movement; identity politics; intersectionality; resentment; national conferences.

LISTA DE CENAS

CENA 1 – 23/10/2025 – 12:50 – CENTRO INTERNACIONAL DE CONFERÊNCIAS DO BRASIL, BRASÍLIA - DF	75
CENA 2 – 24/10/2025 – 11:37 – CENTRO INTERNACIONAL DE CONFERÊNCIAS DO BRASIL, BRASÍLIA - DF	75
CENA 3 – 22/10/2025 – 14:00 – CENTRO INTERNACIONAL DE CONFERÊNCIAS DO BRASIL, BRASÍLIA - DF	150
CENA 4 – 24/10/2025 – 17:00 – PRÉDIO DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, BRASÍLIA - DF..	165

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABIA	Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ASTRAL	Associação de Travestis e Liberados
BSH	Brasil Sem Homofobia
CEU	Centro Educacional Unificado
CFM	Conselho Federal de Medicina
CICB	Centro Internacional de Convenções do Brasil
CNCD	Comitê Nacional de Combate à Discriminação
CNCD/LGBT	Comitê Nacional de Combate à Discriminação LGBT
ConfLGBTQIA+	Conferência Nacional pelos Direitos das Pessoas LGBTQIA+
EBGL	Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas
EBGL-AIDS	Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com AIDS
EBHO	Encontro Brasileiro de Homossexuais
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
Enceja	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
FHAR	Frente Homossexual de Ação Revolucionária
FIV	Fertilização in vitro
FLHA	Frente de Libertação Homossexual da Argentina
FUNPEN	Fundo Penitenciário Nacional
GALF	Grupo de Ação Lésbico-Feminista
GAPA	Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS
GLF	Gay Liberation Front
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GT	Grupo de Trabalho
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana

IIU	Inseminação Intrauterina
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, Transexuais e Transgêneros
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e outras identidades
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não binários e outras identidades
LF	Grupo Lésbico Feminista
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDH	Ministério dos Direitos Humanos
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organização Não Governamental
PCD	Pessoa com Deficiência
PDT	Partido Democrático Trabalhista
Pela Vidda	Grupo Pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS
PL	Partido Liberal
PL	Projeto de Lei
PPA	Plano Plurianual
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
SEDH	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos
STAR	Street Transvestite Action Revolutionaries
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
STF	Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
O OBJETO DE PESQUISA: AS CONFERÊNCIAS LGBT COMO ARENA DE PRODUÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO	18
DESENHO METODOLÓGICO E ESTRATÉGIAS DE PESQUISA.....	27
SISTEMATIZAÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO	34
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	39
1. IDENTIDADES, SUJEITOS E DISPUTAS NO MOVIMENTO LGBTQIA+	41
1.1. A IDENTIDADE COMO PROBLEMA TEÓRICO	41
1.1.1. <i>Teoria Queer e a crítica do Estado</i>	44
1.1.2. <i>Debates contemporâneos sobre identitarismo</i>	50
1.2. A FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS SUJEITOS DO MOVIMENTO LGBTQIA+	58
2. QUEM COMPÕE O MOVIMENTO? EXPANSÕES E CONFLITO	75
2.1. IDENTIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO COMO BASE DE MOBILIZAÇÃO	79
2.2. PARA ALÉM DE IDENTIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO	99
2.3. INTERSECCIONALIDADE E CONSTRUÇÃO DE ALIANÇAS.....	108
2.4. O RESSENTIMENTO COMO AFETO POLÍTICO.....	122
3. O QUE QUER O MOVIMENTO LGBTQIA+?	134
3.1. PARTICIPAR, FAZER PARTE: A INCIDÊNCIA INSTITUCIONAL E A PRODUÇÃO DE DADOS	137
3.2. TRABALHO E EDUCAÇÃO.....	143
3.3. PUNIÇÃO, VIGILÂNCIA E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA.....	150
3.4. PROTEÇÃO SOCIAL COMO RESPOSTA À INSUFICIÊNCIA DOS DIREITOS.....	160
3.5. O ESTADO QUE CORTA PODE CUIDAR? SAÚDE COMO NECESSIDADE E VIOLÊNCIA.....	165
3.6. TENSÃO E CONSENSO NA CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA COMUM	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
REFERÊNCIAS.....	183
ANEXO I – RELAÇÃO DE PÚBLICO-ALVO NA LISTA DE PROPOSTAS	195

INTRODUÇÃO

São Paulo, 2 de agosto de 2025. Segundo dia da Etapa Estadual de São Paulo da 4ª Conferência Nacional pelos Direitos das Pessoas LGBTQIA+¹. Symmy Larrat, Secretária Nacional LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, fala sobre a conjuntura da conferência. Segundo ela, a conferência de 2025 tem sido a mais “perseguida” de todas as já realizadas, não tendo ocorrido em muitos municípios e em alguns estados da federação. O governo do estado de Santa Catarina, por exemplo, não convocou a conferência, que acabou sendo organizada pela própria sociedade civil — possibilidade aberta pela secretaria após a negativa de alguns estados em convocar e realizar o processo conferencial. Larrat destaca a importância da conferência para “fincar de vez nosso pé nas políticas públicas”, pois, como diagnóstica, atravessamos um período de “terra arrasada” no campo das políticas públicas LGBT, que só começa a ser revertido após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência, em 2022.

A pesquisa apresentada nesta dissertação percorreu caminhos, encruzilhadas, retornos e barreiras até chegar à sua pergunta atual. A provocação feita por Larrat durante meu segundo dia em campo foi um dos elementos que possibilitaram a formulação de uma questão de pesquisa mais coesa.

Meu objetivo inicial, formulado no fim de 2023, era debater, a partir das memórias de militantes LGBT que atuaram nos anos 1990, de que forma a relação entre o movimento LGBT e o Estado se alterou ao longo dos últimos vinte anos. A partir do aprofundamento da revisão bibliográfica e do contato com o Movimento, notei que esse questionamento tinha pouco sentido. Afinal, o que inferi é que não há O Movimento, mas sim ramificações muito distintas de grupos e ações políticas que, em um agrupamento heterogêneo, se nomeia como Movimento LGBTQIA+.

Voltando minha atenção aos processos políticos recentes desse agrupamento, percebo, de maneira inicial, um embate entre dois momentos distintos: de um lado, a centralidade e a importância atribuídas às conquistas institucionais dos governos Lula e Dilma; de outro, a política de terra arrasada promovida nos governos Temer e Bolsonaro. A tensão tornou-se visível quando

¹ LGBTQIA+ se refere ao conjunto de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, e outras identidades de gênero e orientações sexuais. Nesta dissertação, adota-se a sigla LGBTQIA+ para se referir ao movimento em sua configuração atual, por ser esta a denominação utilizada ao longo da 4ª Conferência Nacional LGBT — objeto empírico desta pesquisa. Quando outras siglas aparecem — LGBT, LGBTQIAPN+, LGBTI+, MHB, entre outras —, trata-se de uso contextual, que busca respeitar a denominação empregada pelos próprios sujeitos e documentos em cada momento histórico ou situação específica analisada.

contrapôs o relato de uma interlocutora, para quem a construção de uma conferência nos primeiros governos Lula era muito mais simples porque “a gente tinha uma política com mais igualdade. Tudo o que a gente queria, a gente conseguia, era só falar pro governo”, ao fato de que esse “tudo” se revelou suficientemente frágil para ser desmontado em poucos anos por gestões abertamente contrárias a essa agenda (Aguião, 2020; Bulgarelli, 2020).

Diante estas percepções — de que não fazia sentido pensar no Movimento e de que houve mudanças significativas no contexto político e institucional em que a agenda LGBTQIA+ e seus sujeitos se movimentam — este trabalho passou a investigar como o Movimento LGBTQIA+ se produz enquanto sujeito político coletivo neste novo cenário, focando no processo de reabertura de canais institucionais de participação no terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Parte-se do entendimento de que esse processo se desenvolve em um cenário marcado pela reconfiguração das formas de interlocução entre movimento e Estado, o que implica transformações nas dinâmicas internas de articulação e na formulação de demandas. Nesse sentido, a análise é conduzida a partir de três eixos: compreender os tipos de articulação política estabelecidas entre os diferentes sujeitos do movimento; analisar as demandas formuladas pelo movimento e refletir sobre a relação estabelecida entre o movimento e o Estado no novo contexto político-institucional.

O objetivo central que orienta a investigação consiste em compreender que tipo de relações políticas o movimento LGBTQIA+ produz ao acessar novamente espaços institucionais. Interessa, particularmente, analisar como são definidos os sujeitos políticos que compõem o movimento, quais categorias são mobilizadas para nomeá-los e de que forma essas definições se articulam com a formulação de demandas e propostas de políticas públicas. Ao mesmo tempo, a pesquisa se volta para as táticas mobilizadas pelo movimento na tentativa de inscrever suas pautas em estruturas estatais capazes de garantir continuidade e efetividade às políticas propostas.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa baseia-se em trabalho de campo realizado no âmbito da 4ª Conferência Nacional pelos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, compreendendo tanto a etapa estadual de São Paulo quanto a etapa nacional. A investigação combina observação participante com a análise documental das propostas aprovadas ao longo do processo conferencial. O material empírico reúne registros de debates em plenárias e grupos de trabalho, bem como a sistematização das propostas encaminhadas ao governo federal, permitindo acompanhar, de forma articulada, tanto as dinâmicas interativas entre militantes quanto os produtos formais resultantes dessas interações.

Os resultados indicam, em primeiro lugar, que a política de identidades mobilizada na Conferência é marcada por um movimento de ampliação dos sujeitos nomeados. Observa-se um esforço sistemático de produzir articulações que conectam a pauta LGBTQIA+ a outros marcadores sociais da diferença, como raça, deficiência, religião e geração. Essa ampliação se traduz na formulação de propostas que buscam incorporar essa pluralização às políticas públicas, conectando a agenda LGBTQIA+ a um conjunto mais amplo de políticas de combate às desigualdades sociais.

Em segundo lugar, o trabalho de campo revelou a presença de conflitos significativos no interior do movimento, especialmente envolvendo setores associados ao grupo político “Aliança LGB” e homens gays que contestam transformações recentes do movimento. Esses conflitos se manifestaram de forma explícita em plenárias e grupos de trabalho, frequentemente associados a disputas pela definição de quais sujeitos deveriam ser considerados prioritários nas propostas. A análise sugere que tais tensões podem ser compreendidas à luz de uma dinâmica de ressentimento que atravessa as relações internas do movimento, particularmente entre homens gays e outros sujeitos políticos, associada a disputas históricas por protagonismo e pela definição da agenda legítima do movimento.

Essas disputas remetem a conflitos parcialmente não resolvidos ao longo da trajetória do Movimento LGBTQIA+, que reaparecem no contexto atual sob novas formas. O processo conferencial evidencia, assim, que parte dos conflitos políticos transformam-se em alianças políticas, enquanto outra parte dos conflitos, por conta da história do Movimento e do contexto atual, resulta em fissuras. Observa-se, portanto, a mobilização recorrente de estratégias voltadas à construção de alianças interseccionais, que operam como tentativas de redistribuir recursos e produzir reconhecimentos mútuos.

Por fim, este trabalho busca contribuir com o campo de debates sobre o chamado “identitarismo”, questionando interpretações que associam a política de identidades à fragmentação do campo político. A análise desenvolvida sugere que a política de identidades do Movimento LGBTQIA+ não se reduz a uma dinâmica fragmentária, mas constitui um campo de disputas no qual se articulam demandas por reconhecimento e redistribuição. Ao historicizar as tensões internas do movimento e analisar suas formas contemporâneas de incidência, a pesquisa oferece subsídios para compreender como a nomeação de diferenças pode operar como um recurso na construção de alianças políticas, ao mesmo tempo em que revela os limites e desafios desse

processo. Nesse mesmo sentido, se propõe compreender que as fissuras existentes no Movimento LGBTQIA+ se revelaram parte de disputas historicamente situadas — e não como resultado direto de um suposto “identitarismo” fragmentário.

O objeto de pesquisa: as conferências LGBT como arena de produção do sujeito político

A questão que orienta esta pesquisa — como o Movimento LGBTQIA+ se produz enquanto sujeito político coletivo no processo de reabertura de canais institucionais — implica delimitar com precisão tanto o objeto empírico quanto o contexto no qual ele se insere. A 4ª Conferência Nacional pelos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ é o *locus* da pesquisa de campo e é também o ponto de convergência de um conjunto de tensões históricas entre movimento e Estado que precisam ser reconstituídas para que o material empírico faça sentido. O percurso a seguir cumpre essa função: apresenta o modelo conferencial, reconstrói a trajetória do Movimento LGBT em sua relação com o Estado brasileiro e situa a conferência de 2024-2025 como um momento particular nessa história — marcado, ao mesmo tempo, pela memória do desmonte e pela aposta na recomposição institucional.

As conferências nacionais temáticas são espaços institucionais de participação social organizados pelo Governo Federal brasileiro nos quais representantes da sociedade civil, de movimentos sociais, de entidades acadêmicas, gestores públicos e de outros setores se reúnem para discutir temas específicos de interesse público e propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas. Cada conferência é voltada a uma área temática — como saúde, educação, direitos humanos, políticas para mulheres, população LGBT, entre outras — e busca articular diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal) em um processo que envolve etapas preparatórias locais e regionais.

A realização dessas conferências passou a ser mais sistemática a partir do início dos anos 2000, especialmente durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, quando se fortaleceu um modelo de democracia participativa no país, que vinha sendo pautada com força desde o período da redemocratização, na década de 1980. Contudo, algumas conferências, como as de saúde, já vinham sendo realizadas desde a década de 1940, sendo institucionalizadas a partir da Constituição de 1988, que garantiu maior abertura à participação popular na gestão das políticas públicas.

O modelo conferencial é a conformação de um espaço público que tem como objetivo colocar em diálogo sociedade civil e o Estado. É a formalização de um canal de discussão, no qual

o movimento social tem a oportunidade de formular e propor diretrizes de políticas públicas aos agentes que podem executá-las.

A institucionalização das conferências é resultado direto da lógica participacionista que afeta a política brasileira no processo de redemocratização.

De modo geral, a “participação” serviu para designar ações coletivas de setores sociais que, percebendo-se excluídos do sistema político vigente no período autoritário, passaram a reivindicar seu reconhecimento enquanto atores políticos e a afirmar sua identidade mediante formas de organização consideradas “novas”, baseadas na solidariedade grupal e contrapostas aos espaços institucionais de atuação política. Os apelos à “participação” percorreram um amplo espectro de sentidos, designando, entre outras coisas, a necessidade de uma relação direta e imediata entre população e governo, a exortação contrária à “apatia” e à marginalização política, a crítica incisiva ao sistema representativo e ao papel da política e dos políticos. A “participação” veio, por fim, a constituir o lema programático de administrações democráticas eleitas no final do regime autoritário. (Simões, 1992, p. 11)

Uma das temáticas que passaram a ser debatidas em conferências com vistas a tirar diretrizes para as políticas públicas foi a da população LGBTQIA+, a partir de forte atuação e reivindicação do movimento LGBT.

O movimento LGBT emerge, ainda como Movimento Homossexual Brasileiro, no final da década de 1970, em um contexto marcado pela abertura política e pela crise do regime militar. As primeiras organizações e coletivos surgem articulados sobretudo em torno da crítica à repressão estatal, à patologização da homossexualidade e à violência policial, tendo como eixo central a luta por reconhecimento e por liberdades civis. Nesse momento inicial, o movimento se organiza de forma fragmentada, com forte ênfase na autonomia frente ao Estado e com desconfiança em relação às instituições políticas formais e partidos políticos.

Ao longo da década de 1980, especialmente com o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, observa-se uma inflexão importante na atuação do movimento. Se, por um lado, persistem as estratégias de contestação e denúncias públicas, por outro, ganha força uma agenda de incidência institucional, voltada à conquista de direitos por meio de reformas legais, da interlocução com gestores públicos e da participação em espaços institucionais emergentes. A epidemia de HIV/aids desempenha papel central nesse deslocamento, ao impulsionar a aproximação entre organizações do movimento, profissionais de saúde e o Estado, sobretudo no âmbito do então nascente Sistema Único de Saúde (SUS). A agenda participacionista, portanto, é parte de um contexto de inflexão do Movimento LGBT em direção ao Estado.

É nesse contexto que se consolida, ao longo dos anos 1990 e 2000, um processo de profissionalização do movimento LGBT, marcado pela ampliação de redes nacionais e pela incorporação crescente da linguagem dos direitos humanos. A criação de associações nacionais, como a ABGLT, e o fortalecimento de Organizações não Governamentais (ONGs) com atuação em políticas públicas são elementos fundamentais desse período.

Paralelamente, o Estado brasileiro passa a reconhecer formalmente a população LGBT como público de políticas específicas, ainda que de maneira desigual e frequentemente tensionada por disputas morais. Se, na década anterior, as organizações dependiam majoritariamente da captação autônoma de recursos e da construção de campanhas próprias, passa a se consolidar a concepção de que cabe ao Estado financiar e implementar políticas públicas voltadas especificamente à população LGBTI+. Esse deslocamento resulta, inclusive, na incorporação de antigos militantes como gestores e formuladores dessas políticas, sinalizando um processo de institucionalização das demandas do movimento.

Nesse contexto, o Primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos (I PNDH), proposto em 1996 durante o governo Fernando Henrique Cardoso, representa um marco inicial ao reconhecer a necessidade de políticas direcionadas a grupos sociais específicos. Ainda que de caráter orientador e pouco propositivo, o plano introduz a noção de que os direitos humanos universais não são suficientes para abarcar determinadas vulnerabilidades, mencionando a orientação sexual principalmente no âmbito das políticas de enfrentamento ao HIV/aids. Esse reconhecimento se aprofunda com a criação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH), em 1997, e com a formulação do PNDH II, em 2002, que já prevê recursos orçamentários e desloca o foco das políticas da saúde para o enfrentamento da violência e da discriminação contra a população LGBT, além de apontar demandas como o reconhecimento jurídico de parcerias civis e a retificação de registro civil.

A criação do Comitê Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), em 2001, consolida esse movimento ao institucionalizar um espaço de articulação entre Estado e sociedade civil, legitimando a presença de militantes em instâncias decisórias e reforçando o papel do movimento como parceiro do Executivo. Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, esse arranjo institucional nascente se intensifica, culminando na formulação do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), em 2004. Em 2005, um ano após a publicação do BSH e do início da luta do movimento por fundos para garantir a feitura das ações propostas, o então Presidente Lula incluiu

uma ação orçamentária exclusiva para a causa, a partir de sua inclusão na Lei Orçamentária Anual (LOA), o que facilitava o fluxo de recursos públicos do tesouro nacional.

Em 2008, já no segundo Governo Lula, mais um passo é dado no sentido da participação de pessoas LGBT na criação de políticas públicas voltadas para a resolução de suas demandas. Este grupo social que, inicialmente, foi visto apenas como parte do problema de saúde pública marcada pela epidemia de HIV/AIDS, ganha um espaço próprio com a I Conferência Nacional GLBT. O evento contou com cinco painéis temáticos e deliberações distribuídas por dez eixos: Direitos Humanos, Saúde, Educação, Justiça e Segurança Pública, Cultura, Trabalho e Emprego, Previdência Social, Turismo, Cidades e Comunicação. Além disso, a conferência contou com 1118 participantes, sendo 1018 autodeclarados GLBT. Os anais do evento distinguem “identidade de gênero” e “orientação sexual” em termos diferentes dos usos correntes atuais. Segundo o documento, entre os participantes GLBT havia 28% de lésbicas, 51% de gays, 13% de travestis, 2% de “transexuais masculinos” e 6% de “transexuais femininas”, categorias mobilizadas pelos próprios anais da conferência. Já a orientação sexual dos participantes foi registrada da seguinte forma: 75% homossexuais, 18% heterossexuais e 7% bissexuais. O evento foi marcado pela presença do então Presidente, Lula, que discursou na abertura da Conferência e marcou o reconhecimento mútuo entre a legitimidade estatal e a legitimidade do movimento social enquanto representante de um grupo social com demandas relevantes.

Como resultado direto da conferência, em 2009, há a publicização do Plano Nacional de Promoção da Cidadania LGBT — já com a grafia LGBT, ao invés de GLBT, decisão do movimento para impulsionar a visibilidade lésbica. O plano em questão é um guia, a partir das diretrizes definidas pela conferência do ano anterior, que dá orientações práticas e com data-limite para a aplicação de políticas por meio de diversos órgãos do Estado. O conteúdo das propostas vai desde a formação de pessoas que trabalham no serviço público para melhor atenderem pessoas LGBT até a integração de políticas públicas mais gerais — de saúde, voltadas para o meio rural, para o meio ambiente — com as especificidades necessárias para a inclusão de pessoas LGBT.

Assim como o BSH, o plano de 2009, apesar de mais propositivo e pragmático, serve apenas como sugestão para os órgãos competentes, mas seu cumprimento não é exigido. Ainda em 2009, há a publicação do PNDH III, que marca uma mudança importante na gramática institucional sobre pessoas LGBT, principalmente a partir do amplo uso de 3 expressões: “comunidade LGBT”, “população LGBT” e “direitos LGBT”. Esse PNDH, em comparação com suas outras duas

edições, é o que mais tem transversalidade entre as demandas e sujeitos correspondentes, pois as questões de raça, gênero e sexualidade aparecem nos mais variados eixos temáticos.

Alguns meses após a publicação do PNDH III, grupos conservadores conseguem a retirada de determinadas pautas do plano, como o apoio à legalização do aborto e a liberação do casamento e adoção de crianças por pessoas do mesmo sexo.

O contexto dos dois governos Lula, no qual a participação pública no diálogo com o Estado se fez possível — mesmo que a execução das políticas propostas, muitas vezes, não ocorresse — parece perder força na virada para a década de 2010. A aposta do movimento de se apoiar e angariar um espaço permanente no Poder Executivo se mostra cada vez menos possível. O crescimento da construção de políticas e propostas é proporcional ao surgimento e expansão de lideranças conservadoras e neopentecostais. Esse emergente movimento conservador, representado principalmente no Congresso Nacional — espaço no qual os parlamentares pró-LGBT, numericamente, nunca ultrapassaram o lado oposto — passa a barrar a produção de políticas por meio do Poder Executivo.

Em 2011, organizações políticas, ao lado do Ministério da Educação, desenvolvem um projeto chamado “Escola Sem Homofobia”, que tinha como objetivo educar crianças e adolescentes sobre a diversidade de orientações sexuais e coibir a discriminação no espaço escolar. O projeto é usado por ascendentes grupos conservadores como forma de denúncia contra o recém-formado Governo Dilma. A presidenta, sofrendo pressão política por meio de pautas morais, lida com a crise vetando o projeto e seu material pedagógico, dizendo não aceitar “propaganda de opções sexuais”. As portas do jogo político por meio do executivo se estreitam, e o movimento se reorganiza, buscando taticamente a aprovação de suas demandas por meio do Poder Jurídico.

Nesse momento, portanto, o Poder Jurídico passa a ter importante papel na execução de reivindicações históricas do Movimento LGBT. Em 2011, logo após a conciliação de Dilma com grupos evangélicos e conservadores, o Supremo Tribunal Federal (STF) decide pela legalidade do direito de união estável a casais do mesmo sexo, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade 421 (ADI 421) e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132 (ADPF 132). Se antes conseguir direitos era resultado de políticas propositivas, com o STF faz-se possível angariar acessos pela retirada de barreiras que impedem o exercício de um direito já implícito na Constituição. A decisão do STF diz que, formal e constitucionalmente, é proibido que cartórios proibam o direito de união estável a quaisquer duas pessoas que assim entendam sua relação. Essa

não é uma política afirmativa formulada por um grupo ou aprovada por pressão e aclamação popular contra o legislativo — o que daria ao casamento igualitário o estatuto muito mais sólido da lei. Ainda assim, na II Conferência Nacional, que ocorreu no mesmo ano, as medidas adotadas pelo STF foram consideradas vitórias do movimento e amplamente comemoradas.

O STF, que continuou cumprindo esse papel por toda a década de 2010, ainda promoveu mais alguns avanços em relação às demandas do movimento. Ainda em 2018, a ADI 4275 reconheceu o direito de pessoas trans de alterarem o nome e o sexo no registro civil, independente de cirurgias ou aprovação judicial, o que colocou o Brasil enquanto um dos países mais avançados neste tema e consolidou uma importante vitória para o movimento de pessoas trans. Em 2019, a ADPF 467 e o Mandado de Injunção 4733 (MI 4733) criminalizaram a homofobia e transfobia, práticas agora enquadradas na Lei do Racismo (Lei nº 7.716/1989). Ou seja, criam-se adendos institucionais para grupos sociais e práticas sobre as quais não há legislação consolidada. Houve Projetos de Lei (PL) que tinham como objetivo criminalizar a homofobia — entre eles o PL 5003/2001 e o PL 122/2006, este último arquivado em 2015 após quase uma década de tramitação sem votação —, mas até hoje quem garante o enquadramento como crime é a decisão do STF.

Ainda na II Conferência Nacional LGBT, que teve como tema “Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, Dilma foi amplamente criticada — por sua ausência no evento e pelo fim do projeto Escola Sem Homofobia — e não há, nas resoluções finais, um novo plano de políticas públicas, pois se entende que ainda era preciso efetivar a execução das políticas propostas na conferência de 2008.

Por fim, ainda em 2011, há a publicação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, que define necessidades específicas da população LGBT em relação à saúde, como prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e tratamentos voltados à redesignação sexual, agora ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O movimento, para além de sua atuação nos espaços estatais ainda existentes, toma uma outra forma, marcada pelo ciberativismo — que inclusive recusa o título de movimento (Bulgarelli, 2018a). Surge, neste momento, uma oposição que coloca de um lado militantes e ativistas com uma trajetória antiga de atuação, e que veem como central a manutenção e expansão da incidência estatal, por meio de conselhos, conferências, coordenações, fóruns, comissões, dentre outros mecanismos oficiais e, de outro, ativistas mais jovens, forjados nas mídias sociais, que aos poucos

expandem o rol de identidades da sigla — homens trans, pessoas queer, não binárias, assexuais, dentre outras — e que são críticas da produção de políticas por meio do Estado. Esse choque geracional também está profundamente ligado às decepções da comunidade LGBT para com o Governo Dilma e os acontecimentos de junho de 2013, que consolidaram os meios de comunicação online como meio legítimo para a mobilização política.

Ainda no seio do Estado, em 2015, a então Presidenta Dilma, tentando conciliar seus interesses políticos com os interesses de grupos conservadores que cresciam cada vez mais, excluiu a ação orçamentária exclusiva para políticas LGBT — em voga desde 2005 —, o que na prática significou que a população LGBT teve que voltar a disputar recursos com outros grupos sociais. Em 2016, pouco antes da deposição de Dilma, acontece a III Conferência Nacional LGBT, com o tema “Por um Brasil Que Criminalize a Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” e teve como grande enfoque os altos índices de violência sofrida pela população LGBT e a necessidade de criminalização da “lesbohomotransfobia”.

Com a queda do Governo Dilma e o início do Governo Temer (2016-2018), a monopolização das instituições estatais por parte de grupos conservadores segue a passos firmes. Sua primeira mudança é o fim do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), criado por Dilma em outubro de 2015, e fundação do Ministério dos Direitos Humanos (MDH). Essa mudança não é apenas nominal, mas indica uma reestruturação na forma de se fazer políticas públicas e de cidadania voltadas para grupos específicos. O que aparece, no caso ministerial, é um embate entre uma política voltada para a produção de direitos específicos e ou uma que apaga esta agenda.

Todavia, em 2018, Temer adota duas medidas voltadas para a população LGBT: a reinclusão do orçamento exclusivo para políticas voltadas a essa população, e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica, dividido em cinco eixos de atuação a serem aplicados pelos estados signatários: prevenção; investigação e responsabilização; reparação; promoção e participação; e transparência. Há também o chamamento oficial para a IV Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, prevista para acontecer em 2019, mas que não ocorreu.

O Governo Bolsonaro (2019-2022) representou uma ruptura brusca na relação entre Estado e movimento LGBTI+, marcada por um projeto político deliberadamente antigênero. Não se tratou apenas da adoção de medidas pontuais que desfavoreceram a população LGBT — como é possível

caracterizar o Governo Temer —, mas da implementação sistemática de um programa que combinava três dimensões interligadas: a eliminação de espaços institucionais de formulação e participação social, como a extinção do CNCD/LGBT e de secretarias temáticas; o desmonte orçamentário das políticas existentes, com a retirada de verbas exclusivas e o esvaziamento de programas; e a construção de um discurso estatal de hostilidade aberta contra temas de gênero e sexualidade, legitimando socialmente práticas discriminatórias e reforçando a violência contra pessoas LGBT (Carlos; Pereira; Rodrigues, 2025).

Essa ofensiva articulava-se com a lógica política mais ampla do bolsonarismo, focada em mobilizar a pauta moral como vetor de coesão da base conservadora, especialmente entre setores evangélicos, católicos tradicionais e grupos militares, e apresentar a “ideologia de gênero” como inimigo interno a ser combatido. Assim, a agenda antigênero tornou-se um elemento central na narrativa de “resgate da nação” proposta pelo governo, em que o movimento LGBT e suas conquistas eram retratados como ameaças à família, à ordem e à soberania cultural (Rosa; Souza; Camargo, 2019).

É possível inferir, também, que a entrada do Movimento LGBT nos ambientes estatais teve relevância a ponto de causar uma reação grande nos setores que se afetam pela política de proteção à população LGBT.

Ao mesmo tempo, esse ciclo de desmonte só pôde acontecer pelo fato de que a atuação do Executivo Federal nas últimas duas décadas

oscila perigosamente: se, por um lado, promoveu a institucionalização criativa com programas como o “Brasil Sem Homofobia”, por outro, manteve as políticas vulneráveis à descontinuidade e à resistência setorial. Tal vulnerabilidade culminou no recente processo de desinstitucionalização, onde órgãos-chave foram extintos e programas atacados ideologicamente, reforçando a percepção de que as conquistas permanecem à mercê da vontade de governantes (políticas de governo) e não se consolidam como direitos de Estado, inegociáveis (Silva; Gimenes; Vilella, 2025, p. 77).

Assim, apesar de ter como resultado uma baixa “tradução” de suas “propostas em políticas de Estado efetivas”, por conta da “fragilidade da resposta do Executivo e do Legislativo” (Silva; Gimenes; Vilella, 2025, p. 77), as conferências LGBT são importantes espaços de encontro do movimento e da reivindicação de seus interesses. Elas constituem arenas nas quais diferentes frações do movimento são convocadas a explicitar publicamente suas demandas e negociar prioridades entre si. Ao condensar, em um mesmo espaço e intervalo de tempo, atores com trajetórias e projetos distintos, o processo conferencial intensifica conflitos que, em outros

contextos, permanecem dispersos. É precisamente nessa dupla dimensão — como espaço de confronto e como mecanismo de formalização — que a conferência se torna um objeto privilegiado para esta pesquisa, pois permite observar, de maneira articulada, tanto a produção dos sujeitos políticos do movimento quanto as táticas por meio das quais esses sujeitos buscam se inscrever em estruturas estatais.

Por essas razões, foi realizada uma pesquisa de campo durante a 4ª Conferência Nacional pelos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (4ª ConflGBTQIA+), convocada pelo Decreto nº 11.848, de 26 de dezembro de 2023, alterado pelo Decreto nº 12.030, de 27 de maio de 2024, com o tema “Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+”. Durante o evento, foi feita observação participante — visando compreender os tipos de articulação política estabelecidas entre os diferentes sujeitos do movimento — e, após o evento, sistematizei e analisei as propostas realizadas pelas pessoas delegadas.

As etapas locais da 4ª ConflGBTQIA+ ocorreram entre 2 de janeiro de 2024 e 31 de maio de 2025, com datas marcadas pelos próprios municípios; as etapas estaduais e distrital foram realizadas entre 2 de janeiro de 2024 e 31 de agosto de 2025, com auto-organização de cada estado; e as conferências livres temáticas ocorreram entre 2 de janeiro de 2024 e 28 de fevereiro de 2025. O acúmulo de propostas feitas em cada etapa era levado adiante para a próxima etapa, sucessivamente, até a etapa nacional, ocorrida entre 21 e 25 de outubro, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília – DF. Participei, primeiramente, como observador na etapa estadual de São Paulo, realizada entre os dias 1º e 3 de agosto, no Centro Educacional Unificado Carrão/Tatuapé (CEU Carrão/Tatuapé), na cidade de São Paulo (SP). Posteriormente, acompanhei a etapa nacional na mesma condição, também credenciado como observador.

A etapa estadual de São Paulo foi estruturada, em princípio, em três momentos principais: abertura institucional, trabalho em grupos temáticos e deliberação final. O primeiro dia foi dedicado ao credenciamento, à cerimônia de abertura e à realização de atividades formativas. O segundo dia, previsto para concentrar os trabalhos em grupos temáticos por eixo, foi, no entanto, significativamente reconfigurado por disputas em torno do regimento interno. A leitura e aclamação do regimento, inicialmente planejadas para durar cerca de uma hora, estenderam-se por todo o dia, mobilizando intervenções, destaques e votações que expressavam desconfianças e conflitos entre diferentes segmentos da conferência. Como consequência, o tempo destinado à discussão das propostas nos grupos foi reduzido à manhã do terceiro dia, comprimindo o momento

de elaboração substantiva das demandas. O último dia concentrou, assim, tanto a discussão final das propostas quanto a leitura em plenária e a eleição da delegação estadual.

Durante a etapa nacional, que tinha maior escala e uma maior complexidade organizacional, a programação inicial coincidiu com o cronograma que de fato aconteceu. O primeiro dia foi voltado à chegada das delegações, credenciamento e cerimônia de abertura. No segundo dia, após a aula magna e a aprovação do regimento interno, tiveram início os trabalhos substantivos, com a divisão dos participantes em grupos de trabalho temáticos. O terceiro dia foi inteiramente dedicado ao funcionamento desses grupos, responsáveis por discutir, sistematizar e priorizar as propostas oriundas das etapas anteriores. Por fim, o último dia concentrou-se na plenária final, na qual as propostas consolidadas foram apresentadas, debatidas e formalmente aprovadas, encerrando o processo conferencial.

É nesse cenário — de retomada institucional tensionada pela memória do desmonte e pelos conflitos internos do movimento — que se coloca a pergunta central desta dissertação: que tipo de sujeito político o Movimento LGBTQIA+ produz ao acessar novamente esses espaços, e com quais táticas busca inscrever suas demandas em estruturas capazes de garantir continuidade para além dos governos?

Desenho metodológico e estratégias de pesquisa

Quando cheguei ao campo pela primeira vez, em agosto de 2025, percebi imediatamente que teria que aprender — e aprender rápido — a me comportar naquele meio. Assim como todas as pessoas presentes, eu era constantemente lido e enquadrado em várias categorias: homem ou não — “quais seus pronomes?”, me perguntavam repetidamente —, branco, “tem uma carinha de classe média paulistana” — ouvi de uma pessoa quando disse ser do interior do estado — e, talvez a maior dúvida de todas, “é gay ou bi?”. Sendo uma pessoa LGBT, eu entendia a importância das respostas a essas perguntas e que elas certamente definiriam a forma como seria tratado por diferentes grupos. Eu, apesar de me apresentar como uma pessoa bissexual, gosto da indeterminação — muitas vezes proporcionada pela própria bissexualidade — e da curiosidade que meu corpo pode causar. Tive que me desapegar desse prazer rapidamente para começar a constituir minhas primeiras relações de campo e fazer parte de grupos.

No primeiro dia da etapa nacional da conferência, tive minha entrada em campo mediada por Régis², colega pesquisador e militante do Movimento LGBTQIA+. O *tour* inicial pelo evento, no qual fui apresentado a militantes conhecidos, ativistas, pesquisadores e figuras públicas do campo de gênero e sexualidade, evidenciou desde o início a centralidade das mediações pessoais na constituição do campo. Régis ocupa uma posição híbrida — simultaneamente intelectual e militante — que lhe permite circular com relativa legitimidade entre diferentes grupos. Ainda que não estivesse ali para disputar diretamente o documento final da conferência, já que também não era delegado, suas opiniões eram requisitadas e ouvidas. Eu, que até aquele momento era tão desconhecido àquelas pessoas quanto elas o eram a mim, precisei tatear as situações e tentar encontrar meios de afirmar minha legitimidade. Por vezes, encontrei legitimidade a partir da companhia de pessoas legitimadas, e, em outros momentos, nos meus próprios posicionamentos perante as questões apresentadas.

No entanto, essa mediação promovida por Régis não foi — nem poderia ser — suficiente para dissolver a sensação recorrente de estranheza que marcou minha experiência de campo. A falta de familiaridade com as hierarquias internas construídas por aquele movimento, bem como para com as figuras centrais do campo dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil, produziu uma percepção constante de deslocamento. Em rodas de conversa mais restritas, voltadas à elaboração de estratégias para inserção de pautas bissexuais ou intersexo, minha presença era na maioria das vezes tolerada, mas não plenamente aceita. O desconhecimento prévio sobre mim operava como um marcador de fronteira, sinalizando minha condição de intruso.

Essa experiência de estranhamento se manifestou de forma particularmente clara ainda antes da chegada a Brasília, para a Etapa Nacional da Conferência. No aeroporto de Guarulhos, enquanto aguardava o embarque, me deparei com diversos grupos de delegados e delegadas que também se dirigiam ao evento. Reconheci muitas dessas pessoas da etapa estadual e percebi, pelos olhares trocados, que também fui reconhecido. Durante a espera e o voo, esses grupos conversavam em voz alta, gesticulavam, faziam piadas de cunho sexual e riam de forma expansiva. Embora compreendesse perfeitamente os códigos dessas interações, justamente por ser parte do “meio”, não me senti parte daquela cena. Permaneci fisicamente próximo, mas deslocado, rindo baixinho à distância. Produziu-se, ali, um sentimento de estranheza. Tive a percepção de que havia algo do qual eu não fazia parte, apesar de, em tese, “pertencer” àquele coletivo de pessoas. Em um

² Todos os interlocutores desta pesquisa tiveram seus nomes trocados, salvo algumas exceções indicadas no texto.

grande gesto de ingenuidade, achei estar indo a campo me encontrar com aquilo que conheço e vivo há cerca de uma década; no entanto, a posição de pesquisador, pelos próprios mecanismos de observação que ela ativa, desloca as fronteiras do pertencimento, transformando o familiar em estranho e produzindo uma experiência que não poderia ser antecipada.

Reconhecer essa interpelação mútua, entre pesquisador e pesquisado, não implicou uma tentativa de neutralizá-la por meio da modulação da minha personalidade ou da simulação de uma adesão superficial a algum grupo. Ao longo de toda a Conferência, optei por me apresentar de forma consistente como uma pessoa bissexual, não militante, presente enquanto pesquisador. Entendi, aos poucos, que é essa posição que causava minha alteridade, ainda que fôssemos todes³ parte de um mesmo grupo.

Minha posição em campo foi marcada por uma dupla condição que, ao mesmo tempo, abria e fechava portas. Por um lado, eu tinha uma familiaridade com o formato conferencial adquirida em anos de militância partidária — conhecia a lógica dos regimentos, das questões de ordem, das disputas por composição de mesas e delegações, do ritual das plenárias. Essa familiaridade me permitiu acompanhar os debates com uma fluência que seria difícil de adquirir no calor do evento, e me poupou do estranhamento que o próprio formato poderia causar a quem chegasse a ele sem essa experiência prévia. Por outro lado, essa mesma trajetória política não me havia inserido no Movimento LGBTQIA+ — meu encontro com ele, enquanto campo, aconteceu durante a Conferência. Eu não tinha acúmulo de relações, meu nome não circulava e ninguém conhecia minha trajetória. E, em um campo onde muitas das pessoas se conhecem, a ausência dessas marcas funcionava como um sinalizador de estranheza antes mesmo de qualquer palavra ser dita.

O elemento mais visível dessa condição era o crachá de observador. Em um evento composto quase inteiramente por delegados, delegadas e delegades — pessoas com direito à voz e ao voto —, o crachá de outra cor com os dizeres “observador” sinalizava uma presença sem lugar claro na ordem do evento. Rodas de conversa se fechavam quando me aproximava. Em grupos de articulação mais restritos, minha presença era tolerada com uma atenção velada, com olhares que me verificavam, cochichos nos cantos. A confiança foi sendo construída lentamente, pela

³ Em alguns momentos dessa dissertação, utilizo a *linguagem não binária* (Vilhas, 2024) — especialmente o “e” como desinência de gênero neutro — tanto como categoria êmica, na medida em que ela é utilizada pelas próprias pessoas interlocutoras desta pesquisa, quanto como escolha política e metodológica. O uso do “e” como marcador neutro de gênero tem origem no ativismo transfeminista brasileiro, sendo popularizado a partir de 2013 no contexto dos debates sobre não binariedade, e sua legitimidade enquanto forma de comunicação foi construída coletivamente por pessoas trans não binárias ao longo de mais de uma década de luta política (Vilhas, 2024).

persistência da minha presença e explicação constante do que estava fazendo ali, e só se consolidou de forma mais plena próximo ao encerramento da Conferência Nacional. Esse processo de reconhecimento tardio foi, ele mesmo, um dado. A desconfiança que o crachá de observador mobilizava era expressão de algo que o campo me ensinava sobre si mesmo — um movimento que se preocupa com quem compartilha suas informações.

Essa posição de pesquisador intruso — presente, mas não plenamente incorporado; familiarizado com o formato, mas estranho ao campo — produziu um tipo específico de acesso que vale nomear. Todas as outras pessoas participantes da Conferência a viveram, ao menos, em dois registros simultâneos: um particular, orientado pela posição que ocupavam no movimento — mais ou menos satisfeitas com os rumos das disputas, mais ou menos esperançosas com os resultados —, e um geral, que é bastante semelhante para todes e que diz respeito ao sentido compartilhado do evento como momento de luta e de construção coletiva. O pesquisador, orientado por um objetivo analítico externo a esses dois registros, talvez tenha vivido um terceiro: o da observação comparativa, que só se torna possível precisamente por não estar completamente capturado por nenhuma das frações do movimento. Não havia, para mim, propostas a defender, delegações a eleger e alianças a preservar — ainda que eu tenha sido interpelado a tomar posição em diversos momentos. Havia, no entanto, conflitos a registrar e contradições a nomear — incluindo aquelas que nenhuma das pessoas delegadas teria interesse em formalizar. Um hipotético militante pesquisador, inserido nas redes do movimento, produziria dados que essa pesquisa não foi capaz de produzir, já que teria acesso às conversas de corredor mais protegidas, à memória acumulada de conferências anteriores, à dimensão afetiva das relações entre grupos. Mas provavelmente ocuparia também uma posição complexa, já que sua escrita poderia tensionar certas relações políticas. Isso implica em reconhecer o lugar específico do qual escrevo, que certamente não é neutro, mas marcado por uma aproximação específica dos sujeitos que descrevo nos capítulos que se seguem.

A duração do campo foi um elemento constitutivo para essa sensação de distanciamento. Uma etnografia, usualmente, necessita da permanência do pesquisador em meio ao grupo etnografado por um longo período de tempo, pois “se leva muito tempo para tornar-se parte da vida de outras pessoas” (Shah, 2020, p. 382). Esse fator, por si só, fundou uma dificuldade de nomeação daquilo que pretendia fazer. Permanecer em campo por um longo período seria possível se minha pergunta de pesquisa fosse outra, e me levasse a acompanhar de perto determinado grupo,

cidade ou instituição durante todo o processo conferencial, incluindo os espaços de tempo entre as etapas. Entretanto, a realização do trabalho de campo apenas durante o evento institucional foi uma escolha motivada pelo próprio interesse de pesquisa e pelo tempo hábil da duração de um mestrado. Acompanhar um grupo específico de forma mais longa exigiria recursos financeiros, logísticos e temporais que extrapolariam as condições materiais desta pesquisa. Além disso, tal opção metodológica implicaria um deslocamento do próprio objeto, que deixaria de ser a conferência enquanto arena institucional condensada de disputas para se tornar o acompanhamento das trajetórias de militantes ou de órgãos institucionais.

Nesse sentido, o evento conferencial é tratado aqui como um momento privilegiado de intensificação de conflitos e hierarquias que, embora não se originem ali, tornam-se particularmente visíveis nesse espaço. Essa concepção da conferência como “situação-limite” merece ser desenvolvida com mais cuidado, pois ela é, a um só tempo, uma justificativa para a brevidade do campo e uma aposta sobre o que certos eventos institucionais fazem com os conflitos que os atravessam.

Uma conferência nacional não cria as tensões que nela se manifestam: ela as concentra e as força a se tornarem públicas dentro de um prazo determinado. Além disso, as conferências são por natureza espaços regulados pelo Estado, o que também dá contornos específicos a ele. O que em outros contextos permanece como “conversa de corredor”, no espaço conferencial, acaba tomando uma forma pública em uma intervenção na plenária, um destaque num documento, uma faixa erguida na abertura, um voto. Essa compressão do tempo e do espaço produz uma legibilidade específica dos conflitos políticos que uma pesquisa de longa duração, distribuída entre etapas e territórios, provavelmente não capturaria com a mesma nitidez — ainda que produzisse outros tipos de dados igualmente relevantes.

Em outros termos, a conferência pode ser compreendida como uma situação de *épreuve* [prova], nos termos de Boltanski e Thévenot (1991), isto é, um momento no qual um acordo comum não pode mais se apoiar em convenções tácitas e passa a exigir a explicitação pública dos princípios que sustentam as posições em disputa. Como argumentam os autores, a possibilidade de coordenação entre atores depende da referência a formas de generalidade capazes de estabelecer equivalências entre pessoas e situações distintas; quando essa equivalência não é dada, emerge a necessidade de justificações que mobilizam diferentes *ordres de grandeur* [ordens de grandeza] e colocam à prova tanto os sujeitos quanto os critérios que organizam a avaliação. Nesses momentos,

aquilo que em contextos ordinários permanece implícito — as hierarquias e os princípios de justiça — torna-se objeto explícito de disputa, configurando o que os autores chamam de *épreuves* [provas], isto é, situações nas quais a validade das reivindicações depende de sua capacidade de resistir a testes públicos (Boltanski; Thévenot, 1991).

No caso da conferência, essa dinâmica se manifesta de forma particularmente condensada nos momentos em diferentes segmentos do movimento são compelidos a justificar suas demandas e os próprios princípios que as tornam legítimas, recorrendo a registros diversos — direitos, vulnerabilidade, narrativas históricas, representatividade, interseccionalidade — que nem sempre são imediatamente compatíveis entre si. A conferência, assim, funciona como um dispositivo que torna visível o trabalho comum de construção entre atores que mobilizam formas heterogêneas de valoração, evidenciando tanto as tentativas de generalização quanto os limites dessas operações. Nesse sentido, ela pode ser pensada como uma situação-limite na qual se intensifica a exigência de justificação, revelando, de maneira particularmente clara, os conflitos em torno dos critérios de equivalência que sustentam — ou impedem — a produção de acordos no interior do movimento.

Há, contudo, um preço a ser pago por essa escolha metodológica. Ao restringir o campo ao evento institucional, esta pesquisa não teve acesso ao processo que o antecedeu: às negociações que moldaram o caderno de subsídios antes de ele chegar às mãos das delegações, às articulações que definiram quem seria credenciado e quem ficaria de fora, às conversas que antecederam os conflitos que eclodiram nas plenárias e muitas outras situações importantes para meus interlocutores. Em campo, cheguei diversas vezes a uma cena já em andamento, sem conhecer seu início — e sem poder saber, em muitos casos, o que havia sido combinado antes, quais eram as encenações combinadas e quais eram confrontos espontâneos. O que apresento aqui é, portanto, uma interpretação construída a partir de um ponto de entrada específico — e os argumentos que desenvolvo devem ser lidos com a descrição do campo em mente.

Valladares (2007), a partir do clássico *Sociedade da esquina*, de Foote Whyte, produz o que chama de dez mandamentos da observação participante. Os dez mandamentos, apesar de serem uma alusão aos dogmas bíblicos, são uma produção de diretrizes gerais que obviamente não devem ser seguidas à risca, já que o próprio campo apresenta suas normativas de comportamento esperado. No segundo mandamento, Valladares (2007) enfatiza que o pesquisador não sabe de antemão onde está “aterrissando”, chegando muitas vezes de “paraquedas” a um território cujas hierarquias e disputas lhe são inicialmente opacas. Essa formulação se mostrou particularmente

pertinente no caso desta pesquisa. Embora eu tivesse familiaridade prévia com o campo do movimento LGBTQIA+ em um aspecto teórico, a entrada na Conferência revelou rapidamente a insuficiência desse conhecimento. O encontro corporal, que aos poucos revelou as teias de relações internas, as rivalidades entre grupos, as alianças circunstanciais e os conflitos, exigiu um processo contínuo de decifração. A suposição de qualquer controle sobre a situação mostrou-se ilusória, já que o campo impunha seu próprio ritmo, frequentemente redefinindo minhas expectativas enquanto pesquisador.

Como exemplo, ainda no segundo dia da etapa estadual de São Paulo, percebi uma desconfiança de determinados grupos do pleno com a comissão organizadora. Na leitura e aclamação do regimento interno — processo que levou um dia todo para ser concluído, ainda que a expectativa inicial fosse de utilizar apenas uma hora para este momento —, foi requerido que os aparelhos eletrônicos de votação não utilizados ficassem à frente do palco, para que ninguém desse “golpe”, nos termos do participante que requiriu essa medida. Na leitura conjunta do primeiro artigo do regimento, que em seu inciso 4º dizia: “IV - eleger delegação para a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras”, um participante propôs um destaque de alteração⁴ para “(...) eleger delegação *em plenária* (...)”, e justificou a necessidade desta adição para “ninguém passar boiada de delegação às escuras”. A fala foi ovacionada aos gritos de “quem tem medo da democracia não se garante” e venceu a votação com uma grande vantagem. Essa mudança, que poderia parecer apenas textual, teve grande impacto para as pessoas delegadas. Com tempo dentro do campo, ouvi histórias sobre expulsões sumárias da Comissão Organizadora e pessoas cujo objetivo era obstruir a conferência⁵. As disputas entre comissão organizadora e delegações seguiram até a plenária final, sem resolução alguma. Esse exemplo, utilizado como caso emblemático, é apenas um entre várias das relações complexas que não me foram apresentadas por nenhum documento prévio. Nada do que eu poderia ter lido teria me apresentado às ligações presentes ali. Me fazer curioso e aberto ao campo é o que possibilitou a reconstrução — ainda que

⁴ Destaque é o pedido formal para marcar determinado trecho, proposta ou item de um texto ou conjunto de propostas, com o objetivo de suprimi-lo total ou parcialmente, aglutiná-lo a outro ou alterá-lo, de modo que seja apreciado separadamente no processo de deliberação.

⁵ Não pude confirmar a veracidade dessas histórias. No entanto, não é a veracidade que importa, neste caso, mas sim o fato de centenas de pessoas alçarem aos supostos acontecimentos o estatuto de verdade e agirem baseando-se nele.

certamente insuficiente — da composição dos conflitos presentes naquele espaço nesse “segundo campo” que é a escrita:

Uma vez que as coisas, as histórias, as ideias, os eventos que faziam seu sentido no campo precisam ser rearranjados em um texto que deve conter seus próprios argumentos e ser endereçado a outros interlocutores, a escrita torna-se criadora de um segundo campo, cujo desafio é, justamente, a recriação, que só pode ser imaginativa, de uma parte dos efeitos do trabalho de campo. (Lima, 2013, p. 22)

Assim, ao longo de todo o trabalho de campo, realizei anotações constantes sobre as conversas das quais participei e os diálogos que observei. A partir desses registros, elaborei um diário de campo mais detalhado, no qual sistematizei impressões iniciais que, neste momento, encontram um lugar analítico mais consolidado neste texto. A produção do diário permitiu a construção de um relato das vivências da Conferência, possibilitando a geração de dados que não poderiam ser acessados apenas por meio da análise documental. Paralelamente, sistematizei as propostas formuladas pelo conjunto de ativistas e gestores presentes na Conferência, como descrito na seção seguinte. O objetivo dessa dupla estratégia foi colocar em tensão a forma conferencial enquanto arena de disputa política e o seu produto formal, endereçado ao Estado, identificando continuidades e discrepâncias entre os conflitos observados e sua tradução institucional.

Sistematização do material empírico

A conferência nacional acontece por meio de etapas. Primeiramente, acontecem as etapas locais, que representam municípios ou conjuntos de municípios próximos. Nessas etapas, algum órgão público ou organização não-governamental requisita a feitura da conferência e faz a gestão e organização do evento. Os municípios participantes recebem um documento produzido pela comissão organizadora nacional, que compreende os eixos de debate e o regimento interno a ser aprovado por cada município. Os eixos de debate foram: Eixo 1 - Enfrentamento à violência LGBTQIA+; Eixo 2 - Trabalho digno e geração de renda à população LGBTQIA+; Eixo 3 - Interseccionalidade e internacionalização; Eixo 4 - Institucionalização da Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Todos os municípios participantes produziram propostas sobre os eixos, e essas propostas foram encaminhadas para as respectivas etapas estaduais. Ainda na etapa local, são eleitas as pessoas delegadas — pessoas com direito à voz e ao voto — que vão à etapa estadual.

Nas etapas estaduais, que ocorreram em todos os estados da federação e no Distrito Federal, as propostas municipais foram sistematizadas, unindo propostas similares e adequando os textos para a produção de cadernos de propostas inteligíveis. Há, portanto, a pretensão de que o caderno de proposta estadual represente os interesses e demandas de todo o estado.

O primeiro momento de debates da etapa estadual — após as formalidades, premiações e aulas — é a aprovação do regimento, que decide sobre as formas de debate, a produção de moções e a eleição da delegação estadual que vai à etapa nacional. Após a aprovação do regimento, os eixos de debate são separados em salas e o caderno de propostas inicial passa pelo escrutínio das pessoas delegadas que viajaram de todas as partes do estado para o evento. O regimento é passível de ser alterado, contudo, ao menos na etapa estadual de São Paulo, não foi permitido a feitura de novas propostas, com o objetivo de mitigar que propostas vencidas em etapas locais retornem em etapas posteriores.

Assim, é possível aglutinar propostas, excluí-las permanentemente ou alterá-las sem alterar o sentido primordial da proposta — nesse caso, fica a cargo da mesa decidir se há alteração de sentido ou não. Após os debates e a construção das propostas, são decididas quais propostas em cada eixo serão enviadas à etapa nacional, com um limite de 4 propostas — o que incentiva os participantes a aglutinarem suas demandas. Com essa etapa concluída, são lidas as propostas e as moções produzidas por todos os eixos. No ato final da etapa estadual, há a eleição da delegação que vai à etapa nacional representar todo o conjunto de pessoas ali presentes. É um momento tenso, como se pode imaginar, já que as disputas de dias anteriores culminam nessa decisão tão importante. No capítulo 2, descrevo como se deu esse processo na etapa estadual de São Paulo.

Paralelo às etapas locais e estaduais, ocorrem etapas livres, que tem como objetivo aglutinar pessoas de diferentes localidades para discutir um tema específico — como a etapa livre de organizadores de Paradas LGBTQIA+, por exemplo. As propostas formuladas em etapas livres são encaminhadas diretamente à etapa nacional.

A etapa nacional repete alguns dos passos das estaduais. As 524 propostas coletadas foram sistematizadas em 203 propostas, organizadas nos mesmos 4 eixos anteriormente citados. Pela quantidade de propostas e participantes, a etapa nacional ainda dividiu as propostas em 16 Grupos de Trabalho (GT) — 4 grupos de trabalho por eixo — para assim especializar o debate temático. Os grupos são: **Eixo 1:** GT 01 - Estratégia nacional de enfrentamento às violências e violações dos direitos das pessoas LGBTQIA+; GT 02 - Políticas públicas de acolhimento de pessoas

LGBTQIA+ em situação de violência e de violação de direitos; GT 03 - Políticas públicas de formação e educação continuada; GT 04 - Políticas públicas de produção de levantamentos e mapeamentos da/sobre a população LGBTQIA+ no Brasil. **Eixo 2:** GT 05 - Políticas públicas de geração de empregos e renda para a população LGBTQIA+; GT 06 - Políticas públicas de acesso e permanência para a formação técnico-profissional e acadêmica da população LGBTQIA+; GT 07 - Políticas públicas de fortalecimento de iniciativas de economia solidária e de empreendedorismo; GT 08 - Políticas públicas de formação para o enfrentamento à LGBTQIAfobia nos ambientes de trabalho. **Eixo 3:** GT 09 - Políticas públicas interseccionais de promoção do direito à educação; GT 10 - Políticas públicas interseccionais de fomento e valorização da cultura; GT 11 - Políticas públicas interseccionais de promoção integral do direito à saúde; GT 12 - Políticas públicas de direitos humanos para pessoas LGBTQIA+ brasileiras em situação de violência no exterior, estrangeiras no Brasil e para pessoas habitantes de regiões de fronteiras brasileiras. **Eixo 4:** GT 13 - Previsão e execução orçamentárias para políticas públicas para a população LGBTQIA+; GT 14 - Divisão das competências federativas de formulação e implementação de políticas públicas para a população LGBTQIA+; GT 15 - Participação social na construção e no monitoramento de políticas públicas para a população LGBTQIA+; GT 16 - Atuação estratégica junto aos Poderes Legislativo e Judiciário para a garantia de direitos da população LGBTQIA+.

Cada um dos GTs citados trabalhou sobre as propostas sistematizadas e chegou, finalmente, a um produto, um documento com propostas e demandas que foram encaminhados para os órgãos responsáveis. Ao final dos GTs, os participantes deveriam escolher cinco propostas principais e apenas uma a ser priorizada. Com isso, tivemos 16 propostas que devem ser prioridade para a gestão governamental atual.

Escrevo este contexto sobre o funcionamento das conferências para, primeiramente, situar o leitor sobre o funcionamento de um instrumento institucional pouco usual, mas também para justificar minhas escolhas metodológicas acerca da sistematização das propostas. O planejamento inicial dessa pesquisa indicava que todas as propostas feitas a partir do caderno de propostas da etapa estadual de São Paulo deveriam ser sistematizadas. Essa decisão implicaria na sistematização de 4 documentos: Caderno de subsídios para Etapa Estadual de São Paulo da 4ª Conferência Nacional LGBT; Caderno de Propostas enviado pelo Estado de São Paulo à Etapa Nacional; Caderno de propostas para subsídio da Etapa Nacional; Propostas aprovadas pela Conferência

Nacional. No fazer-se desse processo, no entanto, a grande quantidade de propostas apareceu mais como um empecilho do que como dados frutíferos: a sistematização integral desses quatro documentos produziria um volume de dados excessivo e pouco manejável para os objetivos analíticos qualitativos desta pesquisa, além de deslocar o foco do trabalho da análise das disputas políticas para uma descrição exaustiva de variações textuais entre etapas.

Diante disso, optei por restringir a análise aos documentos finais da etapa estadual de São Paulo e da etapa nacional da Conferência. Essa escolha metodológica se justifica por duas razões principais. Em primeiro lugar, são esses os documentos que condensam o conjunto de conflitos, negociações, exclusões e aglutinações observadas ao longo das etapas anteriores, funcionando como produtos institucionalizados de um processo político marcado por disputas intensas. Em segundo lugar, meu interesse em captar o processo de feitura das propostas já foi satisfeito pelo trabalho de campo realizado, e observar as alterações textuais das propostas não traria novos elementos para a conclusão dos objetivos de pesquisa. Dessa maneira, campo e documento não aparecem como fontes concorrentes, mas como registros complementares de um mesmo processo. Enquanto a observação participante permite apreender o cerne das disputas e negociações entre grupos, os documentos finais tornam visível o resultado institucionalizado dessas dinâmicas, das escolhas táticas e estratégicas do conflito político em questão.

A categorização das propostas aprovadas foi realizada a partir da leitura sistemática dos documentos finais da etapa estadual de São Paulo e da etapa nacional da Conferência. As categorias mobilizadas na tabela construída têm como objetivo apreender o modo como determinadas demandas se estabilizam em linguagem institucional após o conjunto de disputas observadas em campo.

A tabela foi construída de modo a permitir a identificação de padrões recorrentes, convergências e deslocamentos nas formas de endereçamento das demandas ao Estado. Os campos “Eixo” e “GT” indicam a inscrição formal da proposta no arranjo conferencial; a coluna “Número da proposta” corresponde à identificação atribuída no documento final; o “Resumo da demanda” sintetiza o conteúdo central da proposição, buscando preservar seu sentido político; o campo “Tema” agrupa as diferentes temáticas sobre as quais as propostas versam, como “Saúde” ou “Habitação”. A categoria “Tipo de ação” diz respeito à forma de ação proposta, como “Produção normativa” ou “Campanha”; a coluna “Destinatário” serve para compreender quais são os órgãos citados como responsáveis por cada uma das medidas propostas. A categoria “Lógica de

incidência” busca identificar se a proposta opera por meio de reivindicações de criação de novos órgãos, decretos, leis, campanhas públicas, ou seja, se o movimento pretende incidir e garantir seu espaço no ambiente estatal por meio das propostas, de que forma ele o faz. O campo “Público-alvo” explicita os sujeitos nomeados pelas propostas, permitindo observar quem são os sujeitos tornados visíveis no produto final da Conferência. Por fim, o campo “Notas” serviu para anotações sobre possíveis exceções ou ambiguidades nas propostas. Assim, as 96 propostas em questão foram devidamente categorizadas e analisadas a partir dessas categorias, possibilitando a identificação de regularidades, assimetrias e ausências relevantes no conjunto de demandas formalmente endereçadas ao Estado.

Além disso, visando a produção de dados quantitativos, a tabela foi analisada utilizando o software JASP. Os dados quantitativos foram utilizados unicamente para entender a formação de padrões — de público-alvo e de temas, por exemplo. A identificação de padrões foi feita a partir de teste binomial feito pelo software e é apresentada no Anexo I deste trabalho.

A análise do material empírico produzido em campo foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa de caráter interpretativo, orientada pela identificação de padrões recorrentes nas interações observadas ao longo da conferência. Os registros realizados em diário de campo foram sistematicamente revisitados e organizados em eixos analíticos que emergiram da própria experiência etnográfica, como disputas em torno da definição de sujeitos políticos, conflitos entre diferentes segmentos do movimento e estratégias de construção de alianças. Esse processo implicou um movimento contínuo de ida e volta entre os dados empíricos e as categorias analíticas mobilizadas no trabalho, permitindo não apenas descrever as situações observadas, mas interpretá-las à luz das dinâmicas mais amplas que estruturam o campo. A ênfase recaiu, portanto, na análise das relações e dos conflitos, buscando compreender como se produzem, se estabilizam ou se deslocam ao longo das interações.

No que se refere à análise das propostas sistematizadas na tabela, adotou-se uma estratégia de análise categorial, combinando procedimentos qualitativos e descritivos. A construção das categorias — como tema, tipo de ação, destinatário, lógica de incidência e público-alvo — permitiu organizar o conjunto das propostas de modo a tornar visíveis padrões de formulação e endereçamento das demandas ao Estado. A partir dessa organização, foram identificadas recorrências, assimetrias e ausências relevantes, que orientaram a interpretação dos dados. O uso de estatísticas descritivas, por meio do software JASP, teve função complementar, permitindo

observar a distribuição das categorias e reforçar a identificação de tendências gerais, sem deslocar o caráter qualitativo da análise.

A articulação entre essas duas frentes analíticas — a observação das interações em campo e a sistematização das propostas — permitiu apreender o processo conferencial como espaço de produção de conflitos e como mecanismo de sua tradução institucional. Enquanto o trabalho de campo tornou visíveis as disputas e negociações que atravessam o movimento, a análise das propostas possibilitou observar como esses elementos são reorganizados, condensados e estabilizados em linguagem formal endereçada ao Estado. Essa estratégia combinada permitiu, portanto, compreender os processos sociais que produzem as demandas, evidenciando as continuidades e deslocamentos entre o momento interativo e sua formalização institucional.

Estrutura da dissertação

Esta dissertação está organizada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo, apresento o referencial teórico que orienta a análise, discutindo os debates em torno da política de identidades, do fenômeno do “identitarismo” e a história do movimento LGBTQIA+. O objetivo é construir um quadro analítico que permita compreender o movimento LGBTQIA+ como um campo de disputas no qual diferentes categorias e projetos políticos são mobilizados a depender do contexto político.

O segundo capítulo é dedicado à análise das dinâmicas internas do movimento, tal como observadas no processo conferencial. A partir do material produzido em campo, examino como diferentes sujeitos políticos se relacionam politicamente, com atenção especial aos conflitos que os atravessam. Nesse contexto, proponho uma interpretação das tensões observadas à luz da noção de ressentimento, buscando compreender como disputas históricas por reconhecimento e protagonismo se atualizam nas interações contemporâneas e incidem na construção de alianças e antagonismos.

No terceiro capítulo, analiso as propostas formuladas no âmbito da conferência, com foco em sua organização temática, nos tipos de ação mobilizados e nos sujeitos que são tornados visíveis no produto final do processo conferencial. O objetivo é compreender como as disputas observadas em campo são traduzidas em linguagem institucional, evidenciando os modos pelos quais o movimento busca inscrever suas demandas no interior do Estado. A análise articula a

sistematização das propostas com os dados do trabalho de campo, permitindo identificar continuidades, deslocamentos e limites na formalização dessas demandas.

Por fim, nas considerações finais, retomo o problema central da pesquisa e sistematizo os principais achados, articulando as dimensões analisadas ao longo do trabalho. Procuo, ainda, explicitar as contribuições da dissertação para o debate sobre política de identidades e movimentos sociais, bem como indicar limites da pesquisa e possíveis desdobramentos futuros.

1. IDENTIDADES, SUJEITOS E DISPUTAS NO MOVIMENTO LGBTQIA+

1.1. A identidade como problema teórico

O debate em torno das identidades ocupa hoje um lugar central nas Ciências Humanas, especialmente no que diz respeito às formas de constituição dos sujeitos e às suas articulações com o Estado. Trata-se de um conjunto heterogêneo de formulações que envolvem disputas teóricas e políticas sobre como compreender a formação dos sujeitos, os processos de identificação e os modos de organização coletiva na contemporaneidade. Nesse sentido, a noção de identidade é um problema teórico que atravessa diferentes tradições analíticas e momentos históricos. É precisamente essa instabilidade que permite compreender por que o tema das identidades ganha centralidade no contexto contemporâneo, especialmente diante das transformações sociais, políticas e culturais associadas à modernidade tardia.

Hall (2022) historiciza esse processo. O primogênito da família dos sujeitos dos últimos 5 séculos é o sujeito cartesiano moderno — chamado também de sujeito do Iluminismo. Trata-se de um sujeito concebido como centrado, racional e dotado de uma essência interior estável — um eu essencial. Inspirado no pensamento de René Descartes, esse modelo parte da ideia de que a consciência individual constitui o fundamento da identidade. O sujeito é entendido como portador de uma razão universal, capaz de conhecer o mundo e de agir autonomamente a partir de sua própria interioridade. Haveria uma essência presente em cada pessoa — sua identidade — que seria imutável e transcendental. Toda a subjetividade moderna teria sido formada em diálogo com essa perspectiva — estando de acordo com ela ou não.

A passagem do século XIX para o século XX produz o fim desse sujeito e a fundamentação de um sujeito sociológico. Nesse caso, as interpretações são múltiplas, mas o essencial é que a identidade é vista como uma “costura” entre o sujeito e as estruturas sociais (Hall, 2022, p. 11). Os interacionistas simbólicos propõem que a identidade se forma no interior das interações sociais. Nessa perspectiva, os indivíduos não possuem uma identidade previamente dada e totalmente interiorizada, mas se constitui ao longo do processo de interpretação das ações dos outros e de si mesmos. Assim, a organização social deve ser compreendida como uma moldura dentro da qual a ação ocorre, e não como um determinante absoluto do comportamento. O foco analítico desloca-se, portanto, para as unidades atuantes e para os processos interpretativos por meio dos quais os sujeitos constroem suas ações e definem o sentido das situações sociais.

Essa perspectiva é aprofundada nas formulações de Mead (2010) sobre o *self*. O sujeito, nessa chave de leitura, constitui sua identidade a partir da incorporação do ponto de vista do outro — aquilo que o autor denomina “outro generalizado” (Mead, 2010). O *self* emerge quando o indivíduo passa a interpretar suas próprias ações à luz das expectativas sociais que atribui aos outros com quem interage. A identidade deixa de ser concebida como uma essência interna e passa a ser compreendida como um processo relacional e reflexivo, produzido continuamente nas interações simbólicas. Nessa leitura, o mundo social é mediado por símbolos e significados compartilhados. Os indivíduos interpretam as ações alheias, respondem a essas interpretações e, nesse movimento, constroem definições sobre si mesmos e sobre os grupos aos quais pertencem. A identidade aparece, portanto, como um resultado contingente das relações sociais e dos processos de reconhecimento mútuo que ocorrem nas interações cotidianas.

Esse deslocamento teórico abre espaço para interpretações sociológicas que procuram compreender como identidades são formadas em contextos específicos. Autores associados ao interacionismo simbólico contribuíram decisivamente para esse problema. Goffman (2004) mostrou como atributos desvalorizados produzem estigmas que reorganizam interações e possibilitam o reconhecimento entre quem compartilha uma mesma marca social; Strauss (1999) destacou o papel do ato de nomear na constituição das identidades, tratando classificação e categorização como processos contínuos e coletivos; Becker (2009) demonstrou que o desvio não é qualidade intrínseca dos indivíduos, mas resultado de processos de rotulação e disputa moral. Essas contribuições convergem para uma compreensão da identidade como processo relacional e histórico, produzido no interior de interações concretas e atravessado por disputas políticas e sociais.

No entanto, como elemento comum aos dois sujeitos descritos, ainda há uma verdade interior: um eu que existe, seja concebido como essência racional, seja como resultado da posição ocupada nas estruturas sociais. Essa suposição começa a se romper com as transformações sociais e culturais da segunda metade do século XX, que colocam em questão a ideia de identidades estáveis e relativamente duradouras. Hall (2022) aponta na emergência do sujeito pós-moderno o deslocamento das grandes estruturas sociais que, durante longo período, ofereceram referenciais relativamente estáveis de pertencimento. As mudanças na relação entre espaço e tempo nas dinâmicas da modernidade tardia causam uma fragmentação ontológica profunda (Giddens, 2002, 2009).

Entre as principais mudanças sociais do fim do século XX, destaca-se o papel ocupado pelo trabalho e pela posição de classe na organização das identidades. Durante grande parte da modernidade industrial, o lugar ocupado no processo produtivo funcionava como um princípio organizador da vida social e da própria experiência subjetiva. A identidade do sujeito estava fortemente vinculada a essas posições relativamente duráveis. Diversos autores interpretaram o enfraquecimento desse modelo a partir de transformações estruturais do capitalismo contemporâneo. Sennett (1999) descreve como as novas formas de organização do trabalho — marcadas pela flexibilidade, pela instabilidade e pela fragmentação das trajetórias profissionais — corroem os referenciais duradouros que antes estruturavam as identidades. A experiência laboral deixa de oferecer uma narrativa contínua de vida e passa a ser marcada por rupturas sucessivas, dificultando a construção de identidades estáveis ao longo do tempo.

Nesse contexto, Bauman (1999, 2003) argumenta que a expansão das dinâmicas globais produz um processo simultâneo de dissolução de estruturas sociais tradicionais e de fragilização dos vínculos coletivos que antes organizavam a experiência social. À medida que fluxos econômicos, culturais e políticos passam a operar em escala global, os espaços locais deixam de oferecer o mesmo grau de previsibilidade e estabilidade que caracterizava a modernidade industrial. É nesse cenário que emerge aquilo que Bauman (2003) descreve como um paradoxo da globalização: enquanto as estruturas sociais tornam-se cada vez mais fluidas e móveis, cresce entre os indivíduos o desejo de pertencimento a comunidades capazes de oferecer algum tipo de segurança simbólica. A comunidade aparece, assim, como uma resposta à experiência de incerteza produzida por um mundo social cada vez mais instável. Contudo, diferentemente das formas tradicionais de pertencimento — como aquelas baseadas na classe ou na ocupação — essas novas comunidades são entendidas como mais frágeis, contingentes e frequentemente construídas em torno de identidades culturais, morais ou simbólicas⁶ (Bauman, 2003).

Esse diagnóstico também é desenvolvido por Dubar (2009) quando argumenta que as transformações sociais ocorridas após o período de expansão econômica do pós-guerra produziram uma profunda desestabilização das formas tradicionais de integração social. Instituições que anteriormente organizavam a vida coletiva — como o trabalho, a família e o Estado-nação — passaram por mutações que fragilizaram os mecanismos por meio dos quais as identidades eram

⁶ É importante pontuar que, como já havia notado Hall (2022), a identidade nacional também perde centralidade nesse processo.

transmitidas e reconhecidas socialmente. Nesse contexto, as identidades deixam de ser herdadas de posições relativamente estáveis e passam a ser construídas ao longo das trajetórias individuais. As identidades, nessa interpretação, resultam sempre da articulação entre duas dimensões: uma identidade “para si”, ligada às experiências biográficas e à forma como os indivíduos narram a própria trajetória, e uma identidade “para os outros”, atribuída socialmente por meio de categorias, instituições e formas de reconhecimento. A crise das identidades emerge justamente quando essas duas dimensões deixam de coincidir, produzindo trajetórias marcadas por incertezas e disputas por reconhecimento⁷.

Tomadas em conjunto — e relevadas as diferenças não citadas entre as interpretações descritas —, há uma mudança radical nas formas de compreender a identidade no fim do século XX. Se, na modernidade industrial, o pertencimento de classe e a posição no trabalho funcionavam como eixos relativamente estáveis de identificação, as transformações promovidas pelo capitalismo contemporâneo tornaram essas referências mais frágeis. O sujeito passa a ser pensado como fragmentado, múltiplo e atravessado por diferentes processos de identificação que se formam e se desfazem ao longo das trajetórias sociais.

1.1.1. Teoria Queer e a crítica do Estado

A proliferação dessas formas contemporâneas de se compreender o fenômeno das identidades desemboca, em uma de suas afluentes, na teoria queer. Com raízes ainda na década de 1970, e em diálogo com os feminismos e com os estudos gays e lésbicos, a teoria queer ganha peso e notoriedade a partir da década de 1990. O principal foco dos estudos queer está na crítica à naturalização de identidades — sexuais e de gênero, sobretudo — e na formulação de uma teoria que coloque em evidência os processos discursivos e normativos que produzem tais identidades como fixas, coerentes, transcendentais e inteligíveis. Trata-se de um campo comprometido com a crítica das normas que regulam gênero e sexualidade, enfatizando os processos históricos e discursivos que produzem essas categorias como se fossem naturais.

A mais conhecida autora do campo queer, Judith Butler, descreve o processo de formação do sujeito a partir de dois mecanismos: a matriz heterossexual e a inteligibilidade de gênero. Butler

⁷ Esse processo histórico também pode ser interpretado como a produção de uma modernidade na qual o risco sempre se faz presente (Beck, 2010).

(2018) mostra como as categorias de sexo, gênero e desejo se articulam em um sistema que produz sujeitos reconhecíveis apenas na medida em que se conformam à lógica heterossexual. Essa matriz pressupõe a coerência entre sexo biológico, identidade de gênero e prática sexual, naturalizando tais vínculos e organizando corpos e desejos dentro de um regime normativo. Butler entende o gênero como efeito performativo: um conjunto reiterado de práticas discursivas e corporais que produzem a aparência de uma identidade estável. Nesse ponto, Butler se vale da teoria da interpelação de Althusser (2023) para sustentar sua tese de que gênero e sexo não são atributos de um sujeito previamente existente, mas elementos constitutivos de sua própria formação. Antes mesmo do nascimento, o bebê é interpelado como “menino” ou “menina”, e é esse ato performativo — dotado de força de lei — que o constitui como tal (Butler, 2019). O reconhecimento discursivo é, portanto, condição para a emergência do sujeito. Nessa perspectiva, não há “sexo” natural oculto sob um “gênero” culturalmente construído; ao contrário, é justamente essa lógica dicotômica que mantém a ilusão de uma existência pré-discursiva.

Butler é uma das autoras responsáveis pela disseminação e expansão da teoria queer como corrente de pensamento no Brasil e no mundo (Silva, 2021). Contudo, internacionalmente, acontecem ramificações importantes, sendo algumas delas críticas da teoria da performatividade de Butler e outras nem tanto. Paul B. Preciado (2022, 2023) enfatiza a dimensão tecnopolítica do corpo e crítica a ênfase que Butler dá à formação discursiva do sexo, dando enfoque às possibilidades de subversão de gênero a partir da materialidade corporal e suas próteses — como hormônios e dildos. David Halperin (1997, p. 63) escreve que o termo “queer” não diz respeito ao debate de gênero e sexualidade, mas sim “tudo aquilo que está em desacordo com o normal”. José Esteban Muñoz (2009) por sua vez, analisa performances drag e ballroom, para propor uma utopia queer. Roderick Ferguson (2004) formula a *Queer of Color Critique* ao analisar as intersecções entre raça, gênero, sexualidade e nacionalidade como fundamentos da regulação social e da produção de diferenças. Além dessas, o campo anglófono abriga ainda outras derivações, como críticas queer ecológicas (Sandilands, 2002), *crip*⁸ (Kafer, 2013) e marxistas (Floyd, 2009).

A descrição acima tem efeito ilustrativo da importância da teoria queer para os estudos de gênero e sexualidade. Apesar das diferentes formas de se compreender a formação de identidades presentes no campo queer, o que interessa ao argumento desenvolvido aqui é ética e a política produzidas pelo *queer*. Como defende Amaral (2023), apesar da heterogeneidade do campo, é

⁸ A Teoria Queer *crip* articula a crítica queer à luta de pessoas com deficiência.

possível identificar nos estudos queer a formulação de alguns princípios éticos recorrentes, dentre eles: uma perspectiva não-essencialista sobre as identidades, entendidas como efeitos produtivos de normas sociais; a postura antinormativa diante das classificações que organizam gênero e sexualidade; o caráter não fundacionista e não prescritivo das práticas políticas, concebidas como processos contínuos de experimentação de subjetividades e coalizões; e, por fim, um compromisso antiassimilacionista, orientado pela recusa de estratégias políticas que busquem a integração plena às instituições existentes.

O compromisso antiassimilacionista, em especial, denota o fato de que os estudos queer emergem não só como esforço teórico, mas também como teoria normativa para a luta política — assim como o marxismo ou a literatura anarquista. Os debates sobre a constituição do sujeito, com seu gênero e sua sexualidade, dão indicações diretas ao movimento feminista e LGBT sobre por quais caminhos ir — em muitos casos, criando uma oposição entre movimento queer e movimento LGBT (Colling, 2015a; Leite, 2023).

Essa arqueologia das normas foi recepcionada rapidamente no Brasil, e encontrou um terreno fértil de politização na crítica às estratégias de inserção institucional do movimento LGBT. É nesse contexto que se consolida o que pretendo chamar de corrente contra-assimilacionista: uma vertente que traduz o ceticismo queer em relação às identidades fixas em uma desconfiança frente à nascente relação entre Movimento LGBT e Estado. A busca por direitos e reconhecimento jurídico, nessa interpretação, seria um processo ambivalente de domesticação da diferença. A aposta aqui é que, ao negociar com o poder estatal, o movimento corre o risco de trocar seu potencial disruptivo por uma cidadania condicionada, na qual apenas as identidades que se mimetizam à normalidade cis-heteronormativa são acolhidas, enquanto as existências que permanecem radicalmente dissidentes são empurradas para uma nova periferia da abjeção.

A teoria queer, como apontada, chega ao Brasil no fim do século XX e ganha força durante a primeira década do século XXI. Suas premissas — uma possível teoria queer *avant la lettre* — já circulava no Brasil nos anos 1970 (Hocquenghem, 1980; Perlongher, 1987; MacRae, 1990; Perlongher, 1993; Hocquenghem, 2000; Foucault, 2004; MacRae, 2011; Rolnik, 2014; Rubin, 2017a; Guattari; Deleuze, 2021; Foucault, 2022; Wittig, 2022; Foucault, 2023; Mieli, 2023), e o hiato dessas ideias durante o fim dos anos 1980 e começo da década de 1990 é associada à epidemia de AIDS (Colling, 2015b), na medida em que a crise sanitária impôs uma reorganização das

prioridades do movimento, direcionando esforços para a sobrevivência e a institucionalização de respostas à epidemia.

O texto *Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo* (Carrara, 2010) se apresenta como um marco importante no debate preocupado com os possíveis perigos da relação entre movimento LGBT e Estado. Carrara (2010) reconstrói a história dos direitos sexuais no Brasil a fim de refletir acerca das formas pelas quais a sexualidade e o gênero foram incorporados ao campo dos direitos, as potencialidades e limites desse caminho, e seus impactos sobre a moral sexual brasileira. Carrara (2010) aponta quatro riscos da canalização da política pela via estatal: judicialização da política e enfraquecimento da mobilização social autônoma; reificação das identidades, fechamentos identitários e fragmentação social; limitação do potencial crítico do movimento a partir da parceria com o Estado; estratificação sexual — como formulada por Rubin (2017b) — entre cidadãos respeitáveis e outros abjetos, constituindo uma “nova moralidade sexual” (Carrara, 2010, p. 143). Ainda assim, o artigo de Carrara concebe uma crítica àqueles intelectuais que, fascinados por “conceitos como ambiguidade, invisibilidade, fluidez e marginalidade”⁹ (Carrara, 2010, p. 145), continuam orientando suas análises com base em referenciais construcionistas desenvolvidos principalmente entre as décadas de 1980 e 1990. Para o autor, há uma defasagem crescente entre esse aparato teórico e a nova realidade política, na medida em que, paradoxalmente, quanto mais as teorias apontam para a arbitrariedade e historicidade das identidades sexuais e de gênero, mais as políticas e os direitos vêm se pautando por um essencialismo normativo, ancorado em categorias fixas. Trata-se, portanto, de um tensionamento entre crítica e prática política, no qual os próprios intelectuais, ao reiteradamente desnaturalizarem as identidades, acabam contribuindo para sua estabilização no campo político.

As ideias apresentadas na grande maioria dos artigos contidos no livro *Stonewall 40+ o que no Brasil?*, organizado por Leandro Colling e resultado do seminário de mesmo nome realizado em Salvador em 2010, baseiam-se na compreensão de que a relação de parceria entre o Movimento LGBT e o Estado causou uma “domesticação” no potencial político do movimento (Colling, 2011; Miskolci, 2011; Seffner, 2011). Os três autores citados apontam para a derrocada de um projeto contra o “heterossexismo” enquanto regime de poder ao qual a prática homossexual poderia se contrapor. A lógica estatal de concessão de direitos é vista, nesse caso, como uma forma de apaziguar os conflitos inerentes à existência de uma norma sexual e de gênero, ao invés de

⁹ Em outras palavras, pelo *queer*.

resolvê-los a partir do fim dessas normas. Outras consequências e elementos compõem o cenário negativo proposto pelos estudiosos *queer*: o apelo por um “essencialismo estratégico”¹⁰; o receio da ontologização de identidades (Bento, 2011; Pelúcio, 2011); o fim da experimentação sexual e do sexo considerado “sujo”, em troca do enquadramento na ideia de uma sexualidade “normal” — esse argumento é desenvolvido principalmente por Seffner (2011); a adaptação de alguns homossexuais à sociedade heterossexual como símbolo do fim da problematização da heterossexualidade (Miskolci, 2011). A teoria da abjeção de Butler — a ideia que toda identidade inteligível é constituída a partir de seu oposto abjeto (Butler, 2018) — é fortemente atrelada ao reconhecimento estatal. Ou seja, a partir do momento em que as identidades LGBT entram no conjunto de identidades inteligíveis do Estado, se criam seres abjetos que não poderão ser reconhecidos, nem ter acesso aos mesmos direitos, já que toda inclusão pressupõe uma exclusão.

Uso os textos citados acima para explicitar a como parte da crítica sobre a relação entre Estado e Movimento é orquestrada, mas outros textos também são representantes das discussões levantadas no parágrafo anterior (Pelúcio; Miskolci, 2009; Sampaio; Germano, 2014; Broilo; Akerman, 2015; Motta, 2016; Oliveira, 2019; Belmont; Ferreira, 2020; Costa; Lima, 2021, entre outros). Nesse sentido, há uma preocupação política que se sobressai nas análises contra-assimilacionistas, já que as relações entre Movimento e Estado são vistas como parte de um processo de apaziguamento social sobre as normas de gênero, o que não resolve o problema social da normatividade heterossexual. A denominada “institucionalização” do movimento — termo amplamente utilizado pelos estudiosos do tema, mas que recebe distintos sentidos a depender do texto — é aqui vista enquanto um processo no qual o movimento torna-se parte da instituição, age junto da norma vigente e afasta o movimento de seu objetivo estratégico, que seria — ou deveria ser, segundo os autores desta linha — o desmantelamento da instituição à qual se aderem.

Lelis (2023) parte da teoria da performatividade butleriana para refletir sobre a participação de João Antônio Mascarenhas na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1988. De acordo com o autor, a ANC foi o primeiro espaço institucional onde determinados sujeitos dissidentes, embora não reconhecidas formalmente pelo texto constitucional, passaram a ser localizados como alvos potenciais de políticas públicas. Essas identidades instáveis, taticamente articuladas e muitas

¹⁰ Tática para obtenção de direitos baseada na naturalização ficcional de identidades que podem ser alvo de políticas públicas. Há aqui uma separação entre o reconhecimento de uma crítica à naturalização de identidades e a prática política.

vezes nomeadas a partir de fora do vocabulário jurídico-institucional corporificaram um tipo de presença política que tensionava os limites da inteligibilidade estatal, revelando como a recusa em incluir explicitamente os direitos das pessoas LGBT na Constituição não se deu por omissão, mas por uma ação discursiva consciente, fundamentada em estruturas morais e políticas que ainda hoje moldam o Estado brasileiro. Lelis (2023) mostra como os discursos que negaram a inclusão de homossexuais no pacto constitucional seguem operando como fundamento da ausência de legislação, legitimando seletivamente quem merece proteção e reconhecimento e quem permanece fora do campo da cidadania plena. Ao tornar visível a política da exclusão discursiva, a análise revela que, ao mesmo tempo em que o Estado rejeita formalmente certas existências, ele as constitui como problema público, produzindo identidades governáveis a partir da negação do reconhecimento, o que configura um processo que não apenas limita o alcance da cidadania, mas redefine os termos sob os quais ela é possível.

No mesmo caminho de Lelis, Van Pelt (2023), produz uma “reescrita queer” sobre o julgamento do STF que reconheceu a união estável homoafetiva. Por meio de uma análise dos discursos e votos dos ministros da Corte, Van Pelt (2023) discute a emergência do termo “homoafetividade” como forma de dar uma roupagem higienizada aos homossexuais, que agora são afetivos e se amam, segundo os olhos públicos. O autor descreve detalhadamente o processo pelo qual o STF opta por assimilar as relações homoafetivas às relações heteroafetivas, vistas aqui como monogâmicas, duradouras e contínuas, um “vínculo inquebrantável” (Van Pelt, 2023, p. 81). Ou seja, a lógica familista, conectada à matriz heterossexual, continua coordenando o acesso aos direitos, enquanto o rompimento da conexão entre os vínculos conjugais e o tipo de afeto que os configuram não ocorre. A preocupação principal de Van Pelt (2023), neste texto, é diversa daquela apresentada nos parágrafos anteriores — já que não é a ontologização de identidades que move sua crítica, ainda que ela faça parte do pano de fundo mais geral de sua crítica —, mas se liga a ela pelo interesse em investigar de que maneira o Estado concede direitos em troca do apagamento de experiências e estilos de vida LGBT — o que caracteriza a síntese dessa linha interpretativa.

No caso brasileiro, portanto, a entrada da teoria queer no debate acadêmico e político sobre o Movimento LGBTQIA+ ocorre por meio da articulação entre a crítica às identidades como categorias fixas, a problematização do Estado como instância produtora e reguladora de normas e a contestação das formas de construção dos direitos, entendidas como processos atravessados por dinâmicas de normalização e reconhecimento condicionado. Essa articulação reorganiza o debate

ao vincular a análise da formação dos sujeitos às estratégias políticas do movimento, situando a relação com o Estado como um problema central e colocando em evidência os efeitos normativos implicados na institucionalização das demandas.

1.1.2. Debates contemporâneos sobre identitarismo

O fenômeno das “identidades fixas” e do apaziguamento da relação com o Estado também encontra morada nas teorias sobre o “identitarismo”. Se o sujeito pós-moderno sobre o qual debatiam os intelectuais dos Estudos Culturais nos anos 1990 seria um sujeito cindido e marcado pela afiliação a identidades contraditórias, o sujeito identitário é o seu oposto — ainda que seja resultado direto do sujeito em questão. Para os autores deste campo, o sujeito da era identitária se fecha em uma versão coesa de si mesmo, cessando o processo de identificações com outros sujeitos e grupos. Abaixo, busco localizar este campo — relativamente recente e ainda bastante difuso — por meio da descrição de três livros que discutem o fenômeno identitário por meio de raízes distintas.

Miskolci (2021) formula uma crítica abrangente à centralidade contemporânea das identidades no campo dos estudos e ativismos envolvendo gênero e sexualidade. Segundo a tese apresentada, gênero e sexualidade tornaram-se o eixo de uma guerra cultural que opõe, de um lado, a cruzada moral de setores religiosos e da extrema-direita contra a chamada “ideologia de gênero” e, de outro, a política identitária de segmentos progressistas. A provocação central do autor consiste em sustentar que esses dois polos, embora antagônicos em conteúdo, compartilham uma mesma gramática política: ambos operam por meio da fixação identitária, da moralização do conflito e da recusa da mediação institucional — como as universidades e os jornais, e seus representantes.

O diagnóstico tem como ponto de partida histórico as Jornadas de Junho de 2013, movimento político que tentou responder à crise econômica causada pelo fim do *boom das commodities*, o desgaste do Partido dos Trabalhadores e a consolidação de uma geração socializada na internet — processo que teria moldado um ambiente anti-institucional e antipartidário. O autor associa essa mutação à expansão das redes sociais e à lógica da economia da atenção. Embora, segundo ele, o identitarismo seja anterior à internet, a plataformização da esfera pública teria intensificado práticas de escracho, cancelamento e vigilância comportamental, esvaziando mediações institucionais e convertendo o dissenso em julgamento moral. A política passa a ser compreendida como extensão da biografia e das escolhas individuais, deslocando o foco de

transformações estruturais para os posicionamentos individuais — tanto na esfera técnico-midiatizada, quando no espaço público *offline*. Nessa chave, o reconhecimento político — que exigiria mudanças nas esferas econômica, cultural e representativa, como argumenta Fraser (1995) — é frequentemente substituído por reconhecimento midiático. Popularidade e visibilidade passam a competir com a construção paciente de agendas coletivas. A noção de “ideologia de gênero”, formulada nos anos 1990 e reatualizada ao longo da década de 2010, funciona como elemento agregador entre agendas econômicas e morais da direita. A figura de Jair Bolsonaro sintetizaria essa convergência, ao articular combate à corrupção e cruzada moral contra direitos sexuais e reprodutivos.

Contudo, Miskolci (2021) argumenta que a fragilidade do campo progressista não pode ser compreendida apenas como efeito da ofensiva conservadora. Nesse processo histórico, os “ativistas identitários” teriam sido agentes em um deslocamento, já que a diferença — plural, instável e em permanente produção — teria sido convertida em identidade, entendida como simulacro fixo e politicamente instrumentalizável. Ao fazê-lo, parte do ativismo teria substituído uma política das diferenças por uma política das identidades. Essa transformação implicaria a passagem de uma crítica às interpelações normativas — como o gênero — para a defesa de sujeitos já constituídos, tomados como portadores de uma verdade derivada de sua experiência. O resultado é a essencialização da identidade como fundamento epistemológico e político. Para operar essa essencialização, segundo o autor, é formada uma nova gramática identitária, que privilegia categorias como “local de fala”, “experiência” e “cisgeneridade”. A representatividade passa a ser ancorada no fenótipo, na trajetória ou no pertencimento territorial, em detrimento do debate argumentativo e da mediação institucional. A associação direta entre identidade, experiência e conhecimento tenderia a bloquear o dissenso, uma vez que contestar uma posição pode ser interpretado como violência. Em vez de ampliar a esfera pública, tal dinâmica a estreita — apesar de seu discurso democrático, localizado por Miskolci (2021) como reflexo direto dos serviços de redes sociais.

A crítica ao conceito de “local de fala” é particularmente incisiva. Para o autor, a reivindicação de autoridade fundada na identidade não corresponde a uma situação de subalternidade radical — como a tematizada por Spivak (2010) —, mas a uma estratégia de monopolização temática em contextos institucionais relativamente consolidados. Produzir ciência implicaria sempre representar o outro; negar essa mediação equivaleria a inviabilizar a própria

prática sociológica. Ao substituir o debate por julgamento moral, a política identitária reforçaria uma dinâmica autoritária semelhante àquela que critica. O ponto mais controverso da tese reside na afirmação de que há um paralelismo estrutural entre o essencialismo identitário progressista e o fixismo de gênero da extrema-direita. Quando segmentos do ativismo projetam normalidade ou generificação sobre determinados grupos — gays, lésbicas, heterossexuais — reiterariam fronteiras identitárias rígidas. Com isso, Miskolci (2021) localiza no conceito de “cisgeneridade”, amplamente utilizada pelo transfeminismo (Kass, 2012, 2013; Vergueiro, 2015; Iazzetti; Neto, 2024), uma recusa do conceito de gênero como categoria analítica dinâmica. Assim, enquanto a política identitária fecharia em si mesmos os sujeitos formados na resistência às interpelações, a política das diferenças questionaria as próprias interpelações que produzem sujeitos.

O argumento dialoga, ainda que criticamente, com debates sobre vitimização e competição por reconhecimento da qualidade de vítima e com análises brasileiras acerca da moralização do espaço público. Ao situar identidades como categorias mobilizadas para julgar e classificar indivíduos a partir de determinadas categorias — raça, orientação sexual, sexo, etnia —, Miskolci (2021) identifica um processo autoritário difuso, no qual diferenças são convertidas em desigualdades e postas em competição. Em tempos neoliberais, a justaposição de identidades tenderia a fragilizar alianças e intensificar disputas internas. Em síntese, a análise de Miskolci (2021) sustenta que a centralidade da identidade, ao invés de fortalecer a luta por direitos, pode ter contribuído para o acirramento da guerra cultural e, paradoxalmente, para a ascensão da extrema-direita. Ao converter diferença em identidade fixa, substituir mediações por moralização e reconhecimento estrutural por visibilidade midiática, parte do ativismo teria se deslocado de uma política transformadora para uma antipolítica. Diante de uma sociedade conectada que transforma diferenças em mercadorias simbólicas e as coloca em competição, o desafio, segundo o autor, seria reconstituir uma política das diferenças capaz de articular reconhecimento, redistribuição e representação sem sucumbir ao essencialismo.

Barros (2024) vai por um caminho um tanto distinto, ainda que chegue a resultados similares. Em sua crítica-explicação do identitarismo, o autor recorre a dois mecanismos explicativos: a psicanálise e a crítica da economia política. Em um aspecto psicanalítico, o identitarismo seria um fenômeno no qual haveria o fim das identificações. Nesse sentido, as identificações seriam um processo contingente e de duração eterna. Seriam as identificações — entendidas como momento de encontro com objetos de identificação, no qual é possível a

constituição de um eu = outro — que conduziriam o próprio sentido da vida de um sujeito, como uma busca eterna por uma identidade estável que nunca chega. A procura por uma identidade caracteriza-se, portanto, como uma “ilusão subjetivamente necessária”, que “constitui nossa fantasia” (Barros, 2024, p. 46). Nessa lógica, é nas falhas sucessivas das identificações que o sujeito pode se entender como um sujeito em falta e, portanto, um sujeito desejante e multifacetado — segundo Barros (2024), é isso que garante a entrada do sujeito no mundo da linguagem.

O fenômeno identitário, na visão do autor, começa com a colonização e o advento da modernidade. Se valendo do significante racial como objeto de explicação sobre a gestão das identificações, Barros (2024) discorre acerca da formação de um conjunto de sujeitos e normas que organizam uma gestão das identidades como mecanismo de controle das diferenças — ou de fim das diferenças. Nesse sentido, há um trabalho incessante do colonizador europeu em coisificar as pessoas negras escravizadas — tarefa bem-sucedida. A entrada da pessoa negra no mundo da linguagem é barrada por um complexo que atribui características inatas e essenciais ao Eu negro — processo já descrito por Fanon (2020) — e, portanto, não pode estruturar sua identidade como ilusão, não pode encontrar e reencontrar vários Eu pelo mundo e é alienado por sua própria condição de vida.

Essa lógica, para Barros (2024), também estrutura a formação das identidades nacionais. Em uma dinâmica dialética, o processo de racialização contribui para a constituição da nação ao estabelecer uma fronteira entre um “nós” — entendido como coletivo homogêneo, unificado por um passado traumático e por um mito fundador — e “outros” definidos como externos e distintos. Ao mesmo tempo, a unidade nacional se sustenta como tal sobretudo quando projetada externamente, enquanto, no plano interno, a racialização opera como princípio organizador das hierarquias sociais, garantindo a reprodução de desigualdades no interior da própria nação.

Na tríade raça, classe e nação, entendida por Barros (2024) como base do processo de modernização, o identitarismo contemporâneo apareceria como uma espécie de deslocamento dessa engrenagem histórica para o interior dos próprios movimentos de contestação. Se, em sua origem, a fixação identitária foi instrumento de dominação — articulando o significante racial à consolidação do Estado-nação e à forma-mercadoria —, no presente ela reapareceria como uma captura das lutas sociais pela mesma lógica que pretendiam combater.

É nesse ponto que a crítica da economia política se articula à dimensão psicanalítica. A forma-mercadoria opera por meio da equivalência abstrata, na qual sujeitos e objetos são reduzidos

a unidades intercambiáveis sob o regime do valor (Marx, 2011a). Para Barros (2024), o identitarismo engendraria essa lógica ao transformar experiências históricas e posições sociais complexas em identidades reificadas, dotadas de contornos fixos e reivindicadas como essências. O que era um processo — identificação contingente, aberta, atravessada por falta e desejo — converter-se-ia em uma falsa coesão. Esse fardo histórico é arrastado pelas transformações capitalistas e encontra seu momento histórico fortuito na formação do neoliberalismo. O neoliberalismo, nesta chave interpretativa, apresenta-se como um momento em que a subsunção real¹¹ promovida pelo capital encontra-se em tal ponto que a forma-mercadoria atinge o nível da própria economia psíquica.

É na gestão neoliberal, portanto, que as formas de gestão identitária produzidas desde o início do processo colonial encontram lugar definitivo na história. A razão disso se encontra propriamente no que há de mais central na lógica neoliberal: o papel do Estado como empreendedor. O fim do Estado de bem-estar social nos conduziu a um mundo estatal-mercadológico no qual o Estado deve ser um gestor da vida cotidiana, reconhecendo seus cidadãos e suas demandas. Barros (2024) defende que é a invenção deste Estado que leva a sociedade ao fim da política:

Se a política resulta do conflito e da encarnação genérica de uma demanda particular que se universaliza, abrindo mão de predicativos e características particulares, a gestão da identidade consiste em conservar a particularidade das demandas propícias à manutenção do capitalismo de crise (Barros, 2024, p. 149).

É assim, segundo o autor, que as identidades se tornam fixas, sem possibilidade de mudanças e encontros com um outro. O que ocorre é a substituição da ilusão das identificações pelo delírio — em seu sentido freudiano — de um eu = eu. Nesse delírio, persevera o ódio pela diferença e a impossibilidade da construção de laços de solidariedade — e até mesmo do conflito. Em outro texto, Barros chega a chamar essa suposta angústia da perda de si no momento do

¹¹ Aqui entendida como oposta à subsunção formal do capital, a subsunção real designa, em Karl Marx (2011a), o momento em que o capital deixa de apenas subordinar processos de trabalho previamente existentes — mantendo relativamente intactas suas formas técnicas e organizacionais — e passa a reorganizá-los estruturalmente segundo sua própria lógica imanente. Diferentemente da subsunção formal, que implica uma dominação predominantemente jurídica e externa, a subsunção real transforma o próprio conteúdo do processo produtivo, introduzindo novas tecnologias, novas divisões do trabalho e novas temporalidades, de modo que o trabalho passa a existir já moldado pelas exigências de valorização do capital. Em leituras posteriores (Negri, 2016) — nas quais Barros (2024) se baseia — essa categoria foi ampliada para indicar não apenas a transformação do trabalho industrial, mas a captura progressiva de dimensões mais amplas da vida social — linguagem, afetos e formas de subjetivação — pela lógica do valor.

encontro com o outro de “fascista” (Barros, 2022, p. 10). Esse processo marcaria a manutenção eterna, também por mecanismos digitais, de uma identidade plena e essencializada — com artificios biológicos e anatômicos ou não, já que o fundamental do processo descrito é subjetivo. Diferentemente de Miskolci (2021), portanto, Barros encontra a lógica identitária na própria formação da subjetividade geral do neoliberalismo — dos “homens de bem” aos movimentos sociais — enquanto Miskolci localiza o identitarismo como uma prática política própria do meio progressista.

Lidando com as mesmas problemáticas, Alves (2022) localiza parte da gênese do “identitarismo” na “crítica interseccional” (Alves, 2022, p. 157). O autor percorre um caminho que articula diferentes perspectivas sobre a ontologia do sujeito, teoria social marxista e crítica ao neoliberalismo para sustentar que a centralidade contemporânea das identidades decorre da substituição da totalidade das relações de produção como horizonte interpretativo por uma ênfase crescente nas particularidades.

O ponto de partida de sua reflexão é a constituição do sujeito moderno no interior do capitalismo. Ao perguntar quem pode ser reconhecido como humano, Alves reconstrói o processo pelo qual o universal abstrato da modernidade foi erigido. A formação do sujeito universal seria articulada à expansão capitalista, à racialização e à consolidação do Estado-nação. Nesse quadro, raça, classe e nação comporiam uma engrenagem histórica que organiza sistemas de pertencimento e hierarquias. É nesse interior que Alves situa o problema contemporâneo da identidade. Para ele, a crítica interseccional — ao enfatizar a sobreposição de múltiplas assimetrias — tenderia a produzir uma proliferação de posições cada vez mais singulares. Se os fatores de dominação se acumulam indefinidamente, argumenta, as situações de opressão tornam-se progressivamente particularizadas, gerando uma inclinação à individualização do conflito social. A política deixaria de operar pela universalização de demandas e passaria a organizar-se pela radicalização da visibilidade de características imediatas.

O autor formula de modo mais sistemático sua definição de identitarismo: uma estratégia política do particularismo que absolutiza a característica distintiva de um grupo, fechando-a “por si e para si” e desvinculando-a da totalidade relacional que a constitui (Alves, 2022, p. 138)¹². O

¹² Tal interpretação é ligada à leitura que Alves (2022) faz de Michel Foucault e da Teoria Queer, marcada por reduções conceituais significativas. No que concerne a Foucault, o autor interpreta a análise das relações de poder feita pelo autor francês como se elas implicassem um determinismo estrutural no qual os sujeitos seriam meros efeitos passivos de dispositivos totalizantes. Tal interpretação ignora o caráter relacional, capilar e produtivo do poder na obra

que antes era diferença articulada a um todo converte-se em identidade autocentrada. O identitarismo, assim, seria a autonomização política das diferenças em detrimento da construção de um horizonte comum. Essa autonomização teria, segundo Alves (2022), consequências organizativas e estratégicas. A ênfase na posição específica ocupada em uma hierarquia de opressões poderia converter-se em critério de autoridade política, favorecendo disputas por prioridade ou legitimidade no interior dos próprios movimentos¹³. A multiplicação de marcadores produziria, nesse cenário, identidades tendencialmente corporativistas, orientadas à defesa de interesses delimitados e menos propensas à universalização.

A crítica se articula, então, a um debate mais amplo sobre totalidade. Dialogando com intérpretes marxistas contemporâneos, Alves sustenta que apenas a análise das relações de produção e reprodução do capital — estrutural e previamente racializadas e generificadas — poderia fornecer o princípio de inteligibilidade capaz de integrar as particularidades. A totalidade, nesse sentido, não nega as diferenças, mas as reinsere em uma estrutura mais ampla, a partir da qual se tornariam compreensíveis como momentos de um mesmo processo histórico. Sem esse movimento, as partes tenderiam a se apresentar como totalidades autônomas.

No capítulo final, o autor vincula esse diagnóstico ao neoliberalismo. A hegemonia neoliberal teria produzido um esvaziamento do confronto entre projetos societários, substituindo disputas substantivas por consensos técnicos — o que denomina como “pós-política”. Nesse contexto, identidades seriam incorporadas como categorias de gestão e inclusão diferencial, inclusive no âmbito empresarial. Políticas de diversidade e reconhecimento institucional apareceriam, assim, como formas de integração regulada de sujeitos historicamente marginalizados às dinâmicas do capital, sem questionamento estrutural das relações de produção.

foucaultiana, bem como a recusa explícita do autor a concebê-lo como substância ou instância unitária. O poder, em Foucault, não se exerce de cima para baixo como estrutura homogênea, mas circula em redes, produzindo sujeitos ao mesmo tempo em que abre possibilidades de deslocamento e resistência. A ideia de que sua teoria conduziria à impossibilidade de transformação, à passividade dos agentes ou à fixação inescapável de identidades não encontra respaldo textual consistente. No que se refere à Teoria Queer, Alves a reduz quase exclusivamente à teoria da performatividade de Judith Butler e, ainda assim, a apresenta de maneira imprecisa. Ao aproximar performatividade de performance voluntária, atribui-lhe um suposto individualismo político que não corresponde à formulação original do conceito, que diz respeito à repetição citacional de normas sociais e às possibilidades de sua ressignificação coletiva. Além disso, ao tratar “o desconstrucionismo” como uma corrente homogênea que afirmaria que identidades são necessariamente opressivas por derivarem de lógicas binárias, o autor não delimita interlocutores nem distingue tradições teóricas distintas. O resultado é a construção de um adversário teórico simplificado, cuja crítica opera mais por caricaturização do que por enfrentamento rigoroso dos argumentos originais.

¹³ Esse elemento parece ser central para os três textos descritos. De diferentes formas, é notada uma hierarquização de sofrimento que levaria certos sujeitos a serem priorizados em detrimento de outros.

Diferentemente de Miskolci (2021), que localiza o identitarismo sobretudo na moralização do campo progressista, e de Barros (2024), que o interpreta como expressão subjetiva da racionalidade neoliberal, Alves (2022) o compreende como efeito de um deslocamento teórico-político que abandona a totalidade como categoria central de análise — um processo, portanto, presente apenas no campo da esquerda. O identitarismo seria uma forma de subjetivação e de conformação de relações sociais que teria como impacto uma fragmentação na esfera política que comprometeria a capacidade de universalização das lutas sociais.

Me parece que a problemática central das teorias descritas acima é a história — ou a falta dela. Seja observando os aspectos discursivos e linguísticos da realidade — como são as majorias das teorias sobre identidades no campo da filosofia ou da psicanálise — ou para a história das relações produtivas e de classes, no caso das que se localizam no campo marxista, em detrimento de uma história maior, desaparece a história miúda, do cotidiano dos sujeitos.

As singularidades da história de cada “sujeito identitário” ficam obscurecidas em detrimento da História. Não pretendo reproduzir um empirismo antiquado, que nega a importância da produção de teorias em um campo mais abstrato e abrangente. Contudo, creio ser possível encontrar um meio-termo no qual se compreende que as identidades e seus sujeitos não são apenas produtos de relações de poder e/ou produção, mas que fazem algo com essa vida criada. Fazer algo em um espaço e em um tempo — historicamente determinados — implica na feitura constante de uma história própria que foi e segue sendo relatada. Não é possível, portanto, abstrair axiomas acerca da produção de sujeitos de forma específica se se desconsidera completamente a relação historicamente instituída entre eles¹⁴.

Em outros termos, a problemática parece ser aquela tratada por Thompson (2022)¹⁵, quando recusa uma História que engolia os sujeitos em estruturas, restituindo às pessoas e coletividades um papel ativo na produção de sua própria história.

Criticando a forma como Thompson se vale do instrumento da experiência, Scott (1991) compreende que o termo, se entendido como evidência histórica transparente, tende a naturalizar as categorias identitárias em vez de interrogá-las. Ao propor a historicização da experiência —

¹⁴ Mesmo em Miskolci (2021), que produz suas considerações a partir de pesquisa empírica no campo da sociologia, as políticas de identidade promovidas pelo Movimento LGBT aparecem completamente apartadas de sua história — são tratadas como um elemento absolutamente determinado pelas inovações tecnológicas e pela virada neoliberal na economia.

¹⁵ Thompson (2022) reconstrói a constituição do movimento operário inglês por meio da experiência desses sujeitos em aspectos culturais que, necessariamente, vão além da relação conflituosa entre trabalho e capital.

tratá-la, portanto, como objeto de investigação —, Scott radicaliza a preocupação thompsoniana com o vivido: em vez de perguntar o que os sujeitos experienciaram, a questão passa a ser como certas experiências se tornaram possíveis, legíveis e narráveis em determinado momento histórico. É esse movimento que interessa à presente discussão. As identidades têm uma história própria, feita social e politicamente ao longe de décadas. Essa feitura constitui uma história singular. Tomar a experiência como objeto de investigação histórica, nos termos propostos por Scott (1991), permite justamente iluminar esse nível — nem dissolvendo o sujeito em estruturas, nem fixando sua identidade em uma essência dada. É nesse sentido que a historicização da experiência se torna um instrumento analítico central para compreender como sujeitos concretos negociam e subvertem as condições de sua própria constituição.

1.2. A formação histórica dos sujeitos do Movimento LGBTQIA+

Nesta seção, almejo dar as bases do problema histórico da constituição do Movimento LGBTQIA+ — e, em especial, de seus sujeitos. O objetivo é compreender como determinadas categorias foram se tornando legíveis e politicamente mobilizáveis ao longo do tempo — ou seja, como produto de disputas historicamente situadas em contextos políticos e sociais e não apenas como resultado direto das relações produtivas capitalistas.

É uma tarefa difícil datar o início do Movimento LGBT brasileiro, já que sujeitos dissidentes realizam suas práticas sexuais há séculos (Trevisan, 2018). Mas alguns elementos — como a formação de identidades, a luta pela expressão pública da homossexualidade e a formação de grupos que disputam significados e se aliam politicamente — ou seja, sua nomeação e subjetivação política, em termos rancièrianos¹⁶ — informam que é a partir do fim da década de 1970 que essa maneira contemporânea de ação política coletiva denominada movimento social é adotada por estes atores, formando o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). Como marco da historiografia, se define a fundação do Grupo Somos – Pela Afirmação Homossexual, em São

¹⁶ Para Rancière (2018), a subjetivação política é o processo pelo qual uma parte que não tinha parte na ordem sensível constituída se nomeia e se torna visível como sujeito de litígio. Ela opera precisamente pelo deslocamento de identidades fixas: o sujeito político surge no intervalo entre uma denominação imposta e sua reapropriação conflitiva, instaurando o dissenso — isto é, a perturbação da partilha do sensível que define quem é visível e quem conta como interlocutor legítimo.

Paulo, e a o início das atividades do jornal *Lampião da esquina*¹⁷, ambos em 1978, como o “desabrochar” do MHB (Green, 2000; Facchini, 2005; Simões; Facchini, 2009; MacRae, 2011; Green; Quinalha, 2014; Aguião, 2018; Green *et al.*, 2018; Facchini; França, 2020; Quinalha, 2021; Quinalha; Ramos; Bahia, 2023).

Como Facchini (2005) aponta, a sinonímia entre o Somos e o Movimento LGBT é um risco que se cria ao identificar o início do movimento com este grupo, já que essa atitude pode acarretar no apagamento de outras formas de ativismo e organização já existentes antes do grupo. Contudo, o surgimento do Somos marca a transformação de *movimentações homossexuais* para *movimento*, como formulado por Simões e Facchini (2009, p. 63). Antes do Somos, e de forma concomitante a ele, havia grupos, associações, encontros e publicações jornalísticas voltados à produção artística, ao lazer e ao debate sobre o papel do homossexual na sociedade. O movimento, antes de se tornar público, já acontecia entre aqueles que faziam parte do meio¹⁸. O que se alterou com a chegada do Somos foi a ocupação efetiva do espaço público e a permanência das pautas, agora fortalecidas. Em outros termos, uma força instituinte que germinava pôde, finalmente, instituir-se no imaginário social. Inaugurava-se, assim, um novo momento, marcado pelo surgimento de diferentes formas de fazer política. Essas transformações ocorreram em um contexto de reconstrução social e do Estado, que criou condições para que tais mudanças se tornassem possíveis.

É interessante notar que o Somos emerge no início da redemocratização, com a queda do AI-5, o fortalecimento dos movimentos feminista, negro e operário¹⁹. O fim dos anos 1970 e o início dos anos 1980 pareceu libertar uma potência emancipatória que agia às escondidas até aquele momento, e, pela primeira vez, os homossexuais saíram dos guetos, becos, banheiros, saunas e boates — espaços que cresciam cada vez mais nos grandes centros — para ocupar as avenidas centrais, reivindicando o fim da violência contra seus corpos. A ditadura militar brasileira cumpre

¹⁷ Com um corpo editorial inicial formado por intelectuais e jornalistas que viviam no eixo Rio-São Paulo: Adão Costa, Antonio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteado, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernadet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry.

¹⁸ O jornal *O Snob*, a *Coluna do meio*, de Celso Curi e o grupo Turma OK são exemplos de movimentações prévias ao somo. Para mais sobre as movimentações homossexuais entre os anos 1950 e 1970, ver Green (2000), Figari (2007), Rodrigues (2012) e Rodrigues (2018).

¹⁹ Em 1975, foram fundados o Centro da Mulher Brasileira (CMB) e o Movimento Feminino pela Anistia. Em 1978, houve a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU). E entre 1978 e 1980, aconteceram as grandes greves de operários do ABC Paulista.

um papel duplo: reprimir a formação de um movimento antiautoritário ao mesmo tempo em que o estimula (Facchini, 2005, p. 93).

A fundação do Somos alavancou a ideia de que “os esforços dos homossexuais para obter um melhor posicionamento dentro da sociedade se inscreviam legitimamente na luta mais ampla por uma sociedade mais democrática e socialista” (MacRae, 1990, p. 100). A sexualidade, que sempre esteve no centro dos discursos sociais como objeto de regulação, controle e normatização (Foucault, 2022), passou, naquele momento, a ser mobilizada publicamente como campo legítimo de disputa política. Assim, as práticas sexuais, historicamente tratadas como questão privada e individual — ainda que coletiva e socialmente determinadas e discriminadas — foi reposicionada como pauta coletiva, capaz de tensionar as fronteiras entre moral, política e direitos. Esse deslocamento não inaugurou a presença do sexo no espaço público — pelo contrário, já que práticas sexuais em locais públicos acontecem há séculos no Brasil (Figari, 2007) — mas reconfigurou radicalmente sua significação política, marcando um momento bastante singular na história brasileira.

Alguns outros elementos contribuíram para a consolidação do Somos e da luta homossexual na cena pública. Uma delas é a emergência, principalmente na Europa ocidental e nos Estados Unidos, da chamada Revolução Sexual (Allyn, 2016). Ao juntar a “nova *técnica farmacodoméstica*” chamada pílula contraceptiva (Preciado, 2023, p. 180) e os movimentos de contracultura que lutavam contra toda sorte de autoridade e conservadorismo²⁰, as décadas de 1960 e 70 criaram um terreno fértil para o questionamento das normas de comportamento relacionados a gênero e sexo. É assim que eclodem grupos como: *Gay Liberation Front*, *Street Travestite Action Revolutionaries* (STAR) e a *Gay Activists Alliance*, resultado dos motins de Stonewall, em 1969, nos Estados Unidos, o *Fronte Unitario Omosessuale Rivoluzionario Italiano* (Fuori!), na Itália, e o *Front Homosexuel d'Action Révolutionnaire* (FHAR), em 1971, que marcou a luta homossexual na França após os eventos de maio de 68²¹.

Como salienta Trindade (2018), a gênese do Movimento LGBT brasileiro também se deve ao crescimento de grupos políticos por outros países da América Latina, o que tem sido pouco

²⁰ Motivados, também, pela luta contra a Guerra Fria e a Guerra do Vietnã.

²¹ Os reflexos dessa mudança global chegaram ao Brasil também por meio de figuras como João Silvério Trevisan e João Antônio Mascarenhas. Trevisan, durante seu período de autoexílio na ditadura militar, teve contato direto com a luta homossexual nos Estados Unidos. Mascarenhas, por sua vez, recebeu no Rio de Janeiro Winston Leyland, editor da *Gay Sunshine Press*, uma importante editora de São Francisco voltada ao público homossexual. Ambos participaram da fundação do jornal *Lampião da Esquina*, ao lado de outros colaboradores.

considerado pela bibliografia sobre o tema. O autor aponta que nossa produção de narrativas sobre o movimento é baseado em um sistema-mundo dividido em “dois blocos antagônicos”, no qual “os países centrais são produtores de ideias políticas e de teorias que servem de modelo ou de inspiração” (Trindade, 2018, p. 228–229). Na tentativa de reverter tal narrativa, Trindade reconstrói a formação de grupos homossexuais argentinos, como o *Nuestro Mundo*, formado por sindicalistas expulsos do Partido Comunista por serem homossexuais, em 1969, e a Frente de Liberação Homossexual Argentina (FLHA), associação que reunia mais de 10 grupos distintos no começo dos anos 1970. A revista da FLHA leva o nome “Somos”, possivelmente inspirando o grupo político pioneiro no Brasil, formado 6 anos depois. O México e a Colômbia também foram dois polos importantes para a luta contra a discriminação, ainda nos anos 1970, com frentes de ação e marchas de orgulho. A crítica de Trindade (2018) dirige-se à bibliografia que privilegia a Europa e os Estados Unidos como polos exclusivos de produção política, relegando os países latino-americanos à posição de meros receptores e reprodutores. Ainda assim, é mais provável considerar que tais influências não se excluem, já que a formação do movimento brasileiro pode ter se dado a partir de um conjunto mais amplo e interconectado de referências, no qual experiências latino-americanas, estadunidenses e europeias coexistiram e se entrelaçaram.

Assim, o contexto histórico mundial daquele momento era favorável não apenas ao florescimento de determinadas pautas, mas também ao surgimento e à difusão de novas formas de mobilização, como a criação de coletivos autônomos distanciados de partidos políticos e da perspectiva classista. Mais do que uma produção por alguns e reprodução por outros, o que acontece é a profusão de novos valores e de novos sujeitos ao redor do globo. O surgimento do Somos e do *Lampião da Esquina*, portanto, pode ser lido como parte desse processo mais amplo, no qual a resistência local se se forma conectada a fluxos de ideias transnacionais.

Nos anos 1960 e 1970, a América Latina vivia um período histórico conservador e autoritário, com ditaduras em diversos países. A ditadura hetero-militar brasileira (Quinalha, 2018), que perdurou de 1964 a 1985, teve como uma de suas bases de sustentação a manutenção do estigma contra a homossexualidade. Este regime político pode ser assim denominado pois “mais do que interditar e silenciar as homossexualidades, a ditadura moldurou uma série de discursos positivamente normativos que decantavam socialmente determinadas representações dos homens que amavam outros homens e das mulheres que amavam outras mulheres” (Quinalha, 2021, p. 33–34). Ou seja, não é exagero afirmar que o aparato político e jurídico adquirido pelos

militares foi sustentado também pela criação do homossexual enquanto inimigo interno. Paradoxalmente — ou nem tanto, já que a criação de um inimigo interno também se dá a partir de sua inscrição massiva em determinados corpos — é neste mesmo período histórico que as luxuosas casas de shows com apresentações de artistas transformistas se estabelecem em São Paulo enquanto entretenimento para uma determinada elite cultural (Felitti, 2022). Nos anos 1970, grupos de aparência andrógina como os Dzi Croquettes e Secos e Molhados ganham as telas, palcos e ouvidos do Brasil, ao mesmo tempo em que travestis, mulheres e homens homossexuais eram perseguidos e presos nas ruas de todo o país.

Com o início do arrefecimento da ditadura militar e seus aparatos de repressão social e censura, o campo da esquerda também se encontra em um momento de reorganização. A luta pela construção de um Estado democrático mobiliza os grupos operários e camponeses, bem como setores estudantis e intelectuais, que passam a se reorganizar — após serem dizimados pela ditadura — em partidos, sindicatos e movimentos populares. Nesse processo, entretanto, as questões relativas à sexualidade e raça permanecem, em grande medida, ausentes das agendas principais desses movimentos²². Parte da esquerda brasileira do período, marcada por um horizonte político ancorado na luta de classes, via com desconfiança e, não raramente, com hostilidade, as reivindicações ligadas à homossexualidade, consideradas secundárias ou “desviantes” frente ao projeto de transformação social mais amplo.

Em um contexto frutífero, já que havia uma reorganização social, global e política acontecendo, o Somos emerge enquanto uma das forças que pretende representar um novo sujeito — o que exige um caráter criativo e inventivo do grupo. Uma das instâncias criadas pelo Somos, os chamados “subgrupos de identificação” (MacRae, 1990, p. 128) eram espaços coletivos cujo objetivo parece ser a transformação das identificações das ruas para identidades políticas inteligíveis aos olhares que não são parte do meio. Se os homossexuais eram considerados pecadores ou doentes pelo poder psiquiátrico (Preciado, 2023), é nos subgrupos que esse indivíduos podem se encontrar para formular o que os une. Afinal, até hoje uma infinidade de respostas pode ser dada para perguntas como: o que é um homossexual? Se nasce, se torna, ou se escolhe? Por que somos discriminados? Por que não deveríamos ser discriminados? Existem

²² As questões de gênero aparecem, nesse momento, na figura da mulher trabalhadora, enquanto questões relativas às dissidências de gênero permanecem fora do horizonte político da esquerda organizada. Para um panorama desse processo no Brasil, ver Pinto (2003).

bissexuais? Qual a diferença entre travestis e homens homossexuais? E entre travestis e mulheres cisgênero? As lésbicas devem lutar junto dos homens homossexuais ou junto ao movimento feminista?

O que acontece nesse momento histórico, portanto, é a formação de limites e negociações, processo cujo objetivo final era desenhar e hastear bandeiras políticas. É o próprio movimento que, ao se criar, decide a forma como prefere ser chamado. Ao mesmo tempo, para além do aspecto estratégico, os subgrupos de identificação também tinham como objetivo o reconhecimento mútuo do que havia de comum entre aqueles sujeitos, com a finalidade de produzir um espaço de cuidado — e também encontros sexuais (Trevisan, 2018). A partir daí, buscavam compreender o significado de seus próprios desejos e emoções de forma coletiva, para que pudessem articular uma voz política coesa para a sociedade. Ou seja, vasculhar nas emoções e desejos de forma coletiva para encontrar aquilo não poderia ser negado pelo Estado, pela Igreja, ou pela família — a verdade sobre o sexo e, possivelmente, a naturalização de um sujeito que, a partir daquele momento, sempre existiu.

Os subgrupos de identificação do Somos são colocados aqui como modelo paradigmático de um processo de autodenominação, mas que só pode se realizar quando passa a acontecer fora dos limites da organização política. Os subgrupos de identificação funcionavam simultaneamente como espaços de elaboração coletiva da identidade homossexual e como arenas nas quais emergiam as diferenças entre experiências dissidentes. Ao mesmo tempo em que produziam reconhecimento mútuo entre sujeitos que compartilhavam formas semelhantes de estigma, esses espaços também evidenciavam as hierarquias que atravessavam o próprio movimento nascente.

É a partir da ontologização da homossexualidade²³ — uma ideia que ganha um corpo e uma história — que se viabiliza a expansão das denominações em comum por todo o país, e assim a expansão também da preocupação política daqueles que assim se reconheciam. Cerca de dois anos após a fundação do grupo, já havia mais de duas dezenas de outros grupos pelo Brasil (Quinalha, 2023, p. 107). O Somos, portanto, parece ser a força que abre caminho para um conjunto

²³ Seja por explicações biológicas ou psicológicas, a homossexualidade é compreendida, pelo emergente movimento, como uma característica constitutiva do sujeito — algo que se é e que, poranto, não pode ou não deve ser negado. Essa perspectiva, ao naturalizar ou essencializar o desejo homossexual, confere a ele uma dimensão ontológica: se não se pode deixar de ser, torna-se imperativo o direito de poder ser. Por qualquer uma das vias, é colocado ao debate público a insuficiência da moralidade heterocentrada.

de sujeitos que se formavam há algumas décadas. O grupo não faz isso sozinho, mas torna-se — a partir da construção historiográfica posterior — o principal representante deste momento histórico.

Dentro e fora do Somos, a postura exclusivista dos militantes gays causa fissuras. O caso das mulheres lésbicas é exemplar. As lésbicas tinham mais de uma frente de atuação, na maioria das vezes — a luta homossexual e a luta feminista. A constituição dessa nova gramática política debate justamente em que movimento a luta lésbica caberia. Essa discussão parte de diferentes entendimentos sobre de onde vêm a opressão contra as lésbicas — do machismo ou da opressão contra pessoas homossexuais. Ou seja, não apenas as identidades sexuais são nomeadas, mas também há uma divisão de diferentes sistemas de opressão e nomeação dos representantes dessas opressões também. Inicialmente, as militantes participavam dos subgrupos de identificação junto dos homens gays e sofriam com as atitudes machistas dos companheiros políticos²⁴. Apenas 7 meses depois da fundação do Somos, é fundado o Grupo Lésbico Feminista (LF), que tem o objetivo de criar um espaço próprio de encontro para mulheres lésbicas ainda dentro do Somos. Poucos meses depois, no entanto, um conjunto de mulheres lésbicas se separa oficialmente do Somos, criando o Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF) (Fernandes, 2018), justificando sua ação, mais uma vez, pelo constante machismo e apagamento que sofriam por parte dos homens gays.

Pessoas trans e travestis também foram sistematicamente excluídas da gênese do movimento homossexual. Como exemplo emblemático, durante sua participação como representante do movimento LGBT na Assembleia Constituinte de 1988, João Antônio Mascarenhas, ao participar de sua primeira reunião na constituinte, utiliza da suposta distinção entre homossexuais e travestis enquanto artifício para a constituição de homossexuais como um sujeito de direitos:

O homossexual aparece como um travesti ou quase isso. Enfim, aparece imitando uma mulher, e uma mulher vista pelo ângulo machista. [...] Estabelece uma falsa sinonímia, por exemplo, entre “homossexual” e “travesti-prostituto”. Frisa a homossexualidade de um delinquente quando a orientação sexual não tem nada a ver com o delito. (Brasil. Senado Federal, 1987, p. 114)

Lelis (2023) analisa esse processo à luz da noção de constitutivo externo, argumentando que a construção dos homossexuais como sujeitos não-abjetos ocorre mediante a exclusão de uma

²⁴ Eram chamadas, de forma pejorativa, de “rachas” ou “rachadas”, ao invés de lésbicas, termo que preferiam, além de não terem voz e passarem por situações de homofobia por parte dos homens homossexuais (Fernandes, 2018).

parcela de seu próprio coletivo. Nesse sentido, a figura das travestis é mobilizada como um limite da normatividade, e ao serem sacrificadas discursivamente, elas se tornam o Outro necessário para que os homossexuais possam se desvincular das acusações de desvio e desordem moral, deslocando para as travestis tudo aquilo que seria considerado socialmente condenável. Mascarenhas, ao mobilizar a imagem do [sic] “travesti-prostituto” como a encarnação da criminalidade e da desordem no senso comum, o faz de forma a distinguir esses sujeitos dos homossexuais higienizados. Esse processo histórico de marginalização e de luta interna que permeia as duas últimas décadas do século XX, no caso das travestis e transexuais, culmina na Associação de Travestis e Liberados²⁵ (ASTRAL), formada em 1992.

Bissexuais também não eram reconhecidos como parte do MHB. O termo "bissexual" era pouco utilizado no vocabulário político da época, e sua existência era frequentemente apagada pela lógica binária que dividia o mundo entre homo e heterossexuais. Quando mencionadas, eram vistas com desconfiança, acusadas de indecisão ou de reforçar a normatividade heterossexual. Essa deslegitimação refletia uma estrutura monossexista, que invisibilizava afetos e desejos que transcendiam as categorias rígidas que já começavam a constituir esse meio²⁶.

Após essa primeira década do movimento, a relação entre esses agentes políticos segue sendo tecida, e em registros muito variados.

Há um marco político importante na epidemia de HIV/Aids na década de 1980, que reposiciona completamente o MHB. Os primeiros casos confirmados de HIV no Brasil datam de 1982, mesmo período em que a epidemia mundial cresce silenciosamente. Rapidamente, o vírus passa a ser chamado de “câncer gay” ou “peste gay”. A estigmatização cresce, a violência contra corpos possivelmente infectados — e, portanto, infecciosos — é incentivada e o armário torna-se um refúgio. Aqueles que se consideravam homossexuais sofrem com o medo da morte, a morte constante de pessoas próximas e ainda sofrem violência nas ruas. O HIV é propulsor do aumento do apoio às políticas de limpeza e marginalização perpetradas pelo Estado. Isso possibilitou o agrupamento de ativistas em prol de um elemento em comum, com um caráter reivindicatório: estar doente de AIDS. Não apenas a população homossexual é afetada pela epidemia, mas categorias como: hemofílicos, talassêmicos, profissionais do sexo, pesquisadores, docentes

²⁵ Dois significados para o termo “liberados” são apresentados pelas interlocutoras de Carvalho e Carrara (2013): gays, lésbicas e simpatizantes; e/ou homens que se casavam com travestis ou com gays. De todo modo, a ASTRAL era uma organização “aberta a todos, sem exceção de cor, raça, gênero ou preferência sexual” (ASTRAL, [s.d.]).

²⁶ Recentemente, houve importantes iniciativas de se escrever uma história da bissexualidade. Ver Saldanha (2025).

universitários, familiares e amigos de pessoas vivendo com HIV/AIDS, bem como profissionais da saúde. Esses sujeitos compõem, assim, o chamado “Espaço AIDS” que foi o encontro da atuação nos campos médico, científico, político e burocrático, resultando em uma política social de controle da epidemia da AIDS, organizados principalmente ao redor de ONGs (Barros; Vieira-da-Silva, 2016). As ONGs se configuram, portanto, como espaços de sociabilidades, nos quais, dentre outras demandas, era possível o compartilhamento de experiências, a produção de vínculos e de saberes que aproximam os sujeitos. Atuam ainda na produção de identidade e no debate político — sobretudo questionando o posicionamento do Estado frente à crescente epidemia.

No Brasil, entre 1985 e 1992 houve a criação das primeiras organizações do movimento social de AIDS, como o Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA), da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) e do Grupo Pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS (Pela Vida). O foco desse ativismo passou a ser a luta contra as discriminações e os preconceitos, o direito à confidencialidade do diagnóstico, o respeito à dignidade das pessoas soropositivas ou doentes de AIDS, o acesso ao atendimento médico adequado e as reivindicações por pesquisas de novos medicamentos. Além disso, diante da inoperância do governo brasileiro — o Estado brasileiro só ofereceu uma resposta política em 1985 com a criação do Programa Nacional de AIDS, 3 anos após o primeiro caso confirmado — os grupos de ativistas da AIDS buscaram combater a desinformação, possibilitar a assistência correta e requerer um posicionamento governamental que visasse o controle, o tratamento e a prevenção da doença.

Com o protagonismo da epidemia, é possível afirmar que as outras pautas do MHB ficaram secundarizadas por um período, e que as organizações que tratavam diretamente acerca do vírus passaram a ter mais membros e visibilidade. Perlongher (1993) categoriza esse período como “o desaparecimento da homossexualidade”, não enquanto prática, mas como festa²⁷.

O episódio da AIDS é o golpe de graça, porque muda completamente as linhas de aliança, as divisórias de águas, as fronteiras. (...) Ocorre que com a AIDS mudam as coordenadas de solidariedade, que deixam de ser internas ao gueto dos *entendidos*, como sucedia durante a perseguição, para passar por cima ao setor homossexual e transbordá-lo por todas as partes (Perlongher, 1993, p. 44).

²⁷ Além da epidemia de Aids, o autor aponta também que o fim do jornal *Lampião da esquina*, em junho de 1981, foi significativo para as mudanças ocorridas no seio do movimento neste período. O Somos/SP também finaliza suas atividades em 1983, a partir de uma dispersão que ocorre aos poucos e marca esse período de reestruturação do movimento.

O que acontece, portanto, é um refluxo de uma maneira específica de se engajar politicamente. À título de exemplo, entre 1984 e 1991, nos quatro Encontros Brasileiros de Homossexuais (EBHO) realizados pelo movimento nesse período, o maior número de grupos presentes em uma edição foi seis (Facchini, 2005, p. 122). Como Facchini (2005, p. 117–118) reconstrói, alguns grupos, como o Triângulo Rosa, fundado por João Antônio Mascarenhas no Rio de Janeiro de 1985, decidem não balizar suas pautas pela associação entre a homossexualidade e o HIV, e continua tratando de outras problemáticas sociais vividas por esse grupo. A diminuição de uma política antiautoritária — visto que a ditadura agonizava e o momento era de abertura — também contribui para essa reconfiguração do movimento (Facchini, 2005, p. 114).

Assim, a epidemia de HIV/Aids produziu uma inflexão profunda nas formas de organização e nas relações internas do movimento. Se, em seu momento inicial, o Movimento Homossexual Brasileiro havia se estruturado em torno da experimentação e da criação de uma gramática política própria, a emergência da epidemia desloca o eixo da mobilização para a sobrevivência, o cuidado e a interlocução com instituições médicas e estatais. A luta contra o estigma, a busca por tratamento e a necessidade de produzir respostas coletivas diante da morte em larga escala reorganizam as redes de solidariedade e as formas de engajamento político. Nesse processo, novas alianças são constituídas e os limites do que se entendia como “movimento homossexual” tornam-se mais porosos, incorporando sujeitos e instituições que antes não participavam diretamente desse campo. Ao mesmo tempo, esse rearranjo não elimina as tensões que marcaram a gênese do movimento. As transformações provocadas pela epidemia alteram as prioridades e os espaços de atuação, mas não resolvem plenamente as disputas por reconhecimento e representação entre os diferentes sujeitos que compõem o movimento, que continuam a atravessar suas formas de organização nas décadas seguintes.

A redemocratização do Estado brasileiro substituiu as violentas práticas autoritárias da Ditadura pela possibilidade de se disputar cadeiras e recursos nos ambientes do Estado — processo também atravessado por potencialidades e limitações. Uma dessas limitações é a formação de enquadramentos no processo de identificação entre esses sujeitos. Como apontado por Facchini (2018, p. 320): “A pergunta ‘quem são vocês?’, produzida no contexto da participação socioestatal, só permite o ‘sou’ como possibilidade de resposta”. A fluidez do “estar” dá lugar ao “ser”, reflexo da lógica do neoliberalismo, que transforma a luta política em um exercício de gestão de demandas. O Estado, ao se apresentar como distribuidor de recursos e mediador de conflitos, exige que os

movimentos sociais se adaptem a uma linguagem técnica e a uma postura negociante. No caso do Movimento LGBTQIA+, isso se traduz na priorização de pautas como o combate à discriminação e à violência e o acesso à saúde. A epidemia de AIDS, ainda um motor central das mobilizações, reforça essa dinâmica, já que a necessária luta por tratamento e prevenção se torna uma porta de entrada para o diálogo com o governo. Lideranças com formação técnica e capacidade de gestão de projetos ganham destaque, enquanto práticas de mobilização mais horizontais e experimentais perdem centralidade.

A abertura lenta, gradual e segura, portanto, cria uma democracia atravessada por contradições. O Estado brasileiro dos anos 1990, sob a égide de governos como os de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, incorpora o receituário neoliberal — com o conjunto de políticas de privatizações, ajuste fiscal e flexibilização trabalhista —, alinhando-se ao contexto internacional de gestão social. Nesse cenário, a sociedade civil, incluindo o Movimento LGBTQIA+, é convocada a preencher lacunas deixadas pela redução do papel estatal, ao mesmo tempo em que é pressionada a se encaixar nas lógicas de eficiência e produtividade do mercado. A história do Movimento LGBTQIA+ está inserida e parcialmente determinada por esse momento histórico obtuso, marcado pela abertura e distribuição de recursos, ao mesmo tempo em que essa entrada institucional exige enquadramentos e concessões (Rossi; Bittencourt, 2020).

Assim, os anos 1990 configuram um momento de expansão, mas também de tensionamento. O Movimento LGBTQIA+ cresce e altera suas formas organizativas. Como modelo exemplar, os EBHO voltam a crescer — e são renomeados para Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL)²⁸ —, em número de grupos e pessoas presentes, e o auge desse processo é atingido em 1995, quando, pela primeira vez, há financiamento de programas estatais para o encontro. Em 1995, o VIII EBGL e no I Encontro de Gays e Lésbicas que trabalham com AIDS (I EBGL-AIDS) — ocorrido paralelamente — há a presença de 84 grupos — 60 a mais do que a edição de 1993. No encontro de 1995, é formada a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)²⁹, uma rede de entidades e organizações políticas nacionalizada, que surge com o objetivo de possibilitar “a criação de uma rede nacional

²⁸ É notável — e curiosa para as questões desta pesquisa — a ausência da letra T na sigla, mesmo durante a epidemia de HIV/Aids, que afeta profundamente a população travesti.

²⁹ A “constituição de uma Comissão (Rede/Associação) Brasileira de Direitos Humanos para Gays e Lésbicas” já havia sido decidida no EBGL anterior, em 1993, mas só foi efetivada em 1995 (ABGLT, [s.d.]). O nome original da organização era Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, e foi alterado posteriormente para acompanhar a inclusão de novas identidades no acrônimo LGBTI+, embora a sigla ABGLT tenha sido mantida.

de representação com **capacidade e legitimidade para levar as reivindicações do segmento até o Governo Federal** e a sociedade como um todos, o que até então havia sido impossível” (ABGLT, [s.d.], grifo meu). Mais uma vez, o movimento se refaz, organizando-se desta vez em redes relativamente autônomas da esfera do Estado que formulam as demandas coletivas e as apresentam aos ministérios e secretarias.

É neste ano que ocorre também a inclusão da identidade “travesti” no acrônimo, com a transformação do EBGL em EBGLT. As travestis que, desde 1992, já se organizavam em torno da ASTRAL, transformam sua organização na Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) em 1997 — e eram parte fundamental dos programas voltados à prevenção e tratamento relacionado ao HIV/AIDS³⁰. O Movimento de Gays e Lésbicas ganha mais letrinhas, passando por um processo de descentramento, no qual o sujeito político LGBT se complexifica e acessa cada vez mais o espaço de construção e avaliação de políticas públicas (Facchini, 2020). Assim como no início do MHB, quando o Somos inventava o chão sobre o qual pisava, o movimento nesse período formula um novo mundo, misturando o léxico estatal com a visão de mundo do público-alvo das políticas a serem implementadas. Não só o léxico estatal impõe mudanças, como ocorre uma “emergência trans” (Simões; Carrara, 2014, p. 81) que recai tanto sobre os trabalhos socioantropológicos sobre o tema quanto na própria constituição do movimento.

Facchini (2020, p. 46) aponta a predominância de 2 dinâmicas neste período histórico: a “visibilidade massiva” e a “participação socioestatal”. A primeira dinâmica se expressa por meio dos descentramentos e disputas por visibilidade de determinados sujeitos e por meio das Paradas do Orgulho — manifestações massivas com o objetivo de celebrar publicamente o orgulho LGBT. A segunda, passa a ocorrer por meio da tática de *advocacy*, um conjunto de ações estruturadas e direcionadas para influenciar políticas públicas, decisões governamentais e a opinião pública em favor das demandas do Movimento LGBTI+.

Diferente das mobilizações de rua que marcaram os anos anteriores, o *advocacy* envolve uma abordagem mais técnica e negociadora, frequentemente conduzida por organizações como a ABGLT e outros grupos que passam a atuar como interlocutores legítimos junto ao poder público. O *advocacy* é uma tática que se baseia na elaboração de propostas de políticas públicas e leis, na

³⁰ Afinal, as travestis eram grande parte do conjunto de pessoas que haviam produzido tecnologias de saúde sobre a prevenção do HIV e o tratamento de pessoas enfermas da Aids, trabalhando muitas vezes como agentes de saúde comunitárias (Simpson; Benevides, 2024).

participação em conselhos e fóruns governamentais, e na construção de parcerias com organismos nacionais e internacionais. Esse processo é uma mútua constituição entre sujeitos e direitos, que também produz novos saberes (Aguião, 2018) e categorias mobilizadoras, como “homofobia” (Facchini, 2020)³¹. Ou seja, ainda que mantenha o mesmo nome, o movimento torna-se um outro movimento, refaz seu vocabulário e sua gramática política a partir de um novo contexto político. Como sintoma dessas mudanças, ao fim dos anos 1990, os EBGLT perdem força e deixam de acontecer, pois a negociação do movimento passa a acontecer nos terrenos da ABGLT e, posteriormente, nas Conferências Nacionais.

A “visibilidade massiva” também é operacionalizada, nesse período, pela emergência de um abrangente mercado “GLS” (acrônimo para gays, lésbicas e simpatizantes)³² (França, 2006). Esse mercado, inicialmente, é impulsionado pela crescente demanda por espaços de sociabilidade, lazer e consumo voltados ao público LGBT, em um contexto de maior abertura e reconhecimento social. A sigla “GLS” reflete um movimento estratégico de expansão desse mercado para além do público estritamente homossexual, buscando incluir consumidores simpatizantes e, assim, ampliar sua rentabilidade. O que antes era restrito a guetos urbanos e bares de nicho torna-se uma rede de negócios diversificada, abrangendo casas noturnas, festivais de cinema, editoras, agências de turismo e uma mídia segmentada dedicada a essa população.

A criação deste mercado, junto das novas relações socioestatais, conduzem a população a um processo de segmentação, ou a “uma lógica de multiplicação de identidades no interior da grande categoria ‘homossexual’” (França, 2006, p. 249). Os espaços de lazer mercantilizados no Brasil, como bares e boates voltados para o público GLS, eram majoritariamente segregados por gênero, refletindo as divisões entre gays e lésbicas, que tendiam a buscar sociabilidade entre pares de mesma identidade sexual. Já as travestis, embora tivessem espaços de sociabilidade próprios, não contavam com um mercado específico destinado a elas. Ocorre, assim, um processo contraditório e complementar, pois, ao mesmo tempo em que o Movimento buscava consolidar uma identidade política unificada por meio da ideia de “população”, o mercado GLS recorria à

³¹ A população LGBT, enquanto uma “comunidade imaginada” (Aguião, 2018), passa a ser referenciada cada vez mais na forma de um conjunto de pessoas e coletividades que sofrem um tipo específico de violência, noção herdeira do processo da constituinte.

³² França (2006) aponta para o uso diferenciado, de meados dos anos 1990 até meados dos 2000, do acrônimo GLS pelo mercado, e GLBT pelo movimento, ainda que essas siglas sejam deslocadas a depender de quem as diz.

segmentação de identidades como estratégia comercial, provocando fissuras e processos discriminatórios no meio.

Essas reorganizações constantes encontram uma estabilidade um pouco maior quando o movimento passa pela reformulação do acrônimo GLBT para LGBT, após a realização da I Conferência Nacional LGBT, em 2008. Essa ação simboliza a tentativa de reorganizar hierarquias internas e reconhecer o protagonismo político de lésbicas na constituição do movimento político. Passa, igualmente, pela incorporação progressiva de novas identidades e categorias políticas, materializada na expansão do próprio acrônimo ao longo dos anos — com acrônimos como LGBTI, LGBTQIA, LGBTQIAPN, seguidos do denominador + ou não. Essas transformações indicam reconfigurações de disputas importantes.

A tentativa de construção de uma unidade política convive com tensões persistentes em torno da distribuição de visibilidade, recursos institucionais e capacidade de incidência política entre os diferentes segmentos que compõem o movimento. Além disso, nas últimas duas décadas, pessoas não-binárias, intersexo, pessoas transmasculinas, assexuais e bissexuais têm discutido novas gramáticas políticas e alterado a composição do movimento, deslocando suas fronteiras e tensionando os modos de nomeação, representação e o que demandam politicamente. Essas incorporações ocorrem por meio de disputas que atravessam tanto o interior das organizações quanto os espaços de interlocução com o Estado e o mercado, redefinindo critérios de pertencimento, legitimidade e prioridades políticas

A história recente do Movimento LGBTI+ é marcada por reconfigurações sucessivas, nas quais a ampliação de direitos convive com disputas internas persistentes, evidenciando um campo em permanente transformação.

Tais acontecimentos só foram possíveis dado o contexto de abertura do Estado em relação ao Movimento LGBTQIA+. Não fosse a possibilidade de se estabelecerem canais formais de interlocução, dificilmente táticas como o *advocacy* teriam emergido com tal grau de detalhamento técnico e de aderência à lógica administrativa. É precisamente essa abertura que permite ao movimento transitar de uma posição de reivindicação externa para uma atuação mais diretamente implicada nos processos de formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas, incorporando e mobilizando os próprios instrumentos estatais como parte de sua estratégia política mais ampla.

Portanto, não é possível ontologizar a história do Movimento LGBTQIA+. No sentido já indicado por Foucault (2022), não existe um conjunto de sexualidades e identidades de gênero a ser escavado e revelado que possa, de uma vez por todas, representar toda a diversidade que compõe o campo dos desejos sexuais — já que ela é histórica e contingente. O movimento se faz e se refaz em contextos políticos específicos, e as identidades que o compõem também se produzem nesse processo, constituindo uma história de relações políticas complexa que, por sua vez, passa a integrar e reconfigurar esses mesmos contextos. A própria maneira como as identidades são entendidas muda de acordo com cada contexto social e político — mais ou menos essencializadas, mais ou menos fluidas. Trata-se, assim, de um campo em permanente disputa e elaboração, no qual sujeitos, categorias e formas de ação são continuamente produzidos, tensionados e redefinidos ao longo do tempo.

O contexto mais atual dos movimentos sociais indica, primeiramente, um recrudescimento da esfera estatal, particularmente durante os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2018-2022). Nesse período, observou-se a retração de canais institucionais de participação, o enfraquecimento de conselhos e instâncias deliberativas e a descontinuidade de políticas públicas voltadas a grupos historicamente marginalizados, incluindo a população LGBTQIA+. Esse cenário impôs limites à incidência institucional dos movimentos, ao mesmo tempo em que reconfigurou suas estratégias de atuação, tensionando a relação entre mobilização social e Estado e evidenciando a fragilidade dos mecanismos de participação diante de mudanças no arranjo político-institucional.

Esse recrudescimento acontece ao mesmo tempo em que as formas ativistas se transformam, especialmente no contexto virtual das mídias sociais. As novas formas associativas globais, especialmente durante a década de 2010, se distanciam de partidos e sindicatos e se atrelam a coletivos e ONGs, praticando suas ações políticas “em dados momentos em função de dados acontecimentos, baseadas em relações de confiança e complementaridade” (Gohn, 2022, p. 133). Essas alterações contextuais impactam o Movimento LGBTQIA+, que segue existindo em sua versão mais institucionalizada, mas que também passa a conviver com formas mais descentralizadas e episódicas de engajamento. Nesse arranjo, a incidência política se distribui como dimensões de um mesmo movimento, que opera simultaneamente por meio de sua inserção contínua no Estado — via conselhos, conferências e políticas públicas — e por meio de mobilizações contingentes, frequentemente ancoradas em redes digitais e repertórios mais

flexíveis. Deixa de existir, em todo caso, um movimento social no qual os grupos políticos organizados têm a capacidade de tomar decisões sobre a política de identidades ou sobre o que constitui a população LGBTQIA+ como uma população.

A descentralização do movimento impacta diretamente a legitimidade social de ativistas que antes podiam se apresentar como porta-vozes reconhecidos de uma coletividade mais ou menos delimitada. Como demonstra Bulgarelli (2018b) a partir da etnografia do Conselho Municipal de Políticas LGBT de São Paulo, a própria estrutura dos espaços de participação socioestatal pressupõe a existência de representantes credenciados — seja por entidades, seja por candidaturas individuais — capazes de traduzir as demandas do movimento para a linguagem do Estado. Nesse processo de tradução, contudo, os ativistas com maior inserção no aparelho estatal tendem a se distanciar das bases horizontais de seus grupos e coletivos, gerando o que Lopes e Heredia (2014) identificam como uma “especialização da experiência” militante que aprofunda assimetrias internas ao movimento.

Essa tensão entre institucionalização e horizontalidade não é nova, mas ganha contornos inéditos na conjuntura atual. Se, ao longo dos anos 2000, o movimento pôde operar com relativa coesão em torno de um tripé participativo — conselhos, conferências e coordenadorias —, a crise desse modelo a partir do ciclo de 2011 e, sobretudo, com o aprofundamento da ofensiva conservadora após 2016, expôs os limites de uma estratégia de conquistas graduais ancorada na proximidade com o Estado. O próprio reconhecimento institucional que conferia legitimidade às lideranças estabelecidas começa a ser disputado por novas vozes que emergem das redes digitais com outros critérios de autoridade: a experiência vivida, o lugar de fala, a autenticidade do testemunho pessoal, além de uma nova gramática sobre a violência que acompanha esse novo vocabulário.

Nesse deslocamento, a categoria “movimento LGBTQIA+” passa a operar de forma ainda mais intensa como um campo de disputas permanentes sobre quem conta como membro legítimo e quem está autorizado a falar em nome do conjunto. A chamada “sopa de letrinhas” (Facchini, 2005) traduz, como observa Carvalho e Carrara (2015), uma dinâmica de federação de identidades que amplia continuamente o escopo do sujeito coletivo sem, contudo, resolver as hierarquias internas que organizam o acesso à visibilidade e aos recursos. Isso implica, neste trabalho, no reconhecimento de que o Movimento LGBTQIA+ ao qual me refiro ser um conjunto situado e que, possivelmente, representa apenas uma dentre várias configurações possíveis desse campo —

mais especificamente, aquela que se constitui nos espaços institucionais de participação e nas arenas em que se produzem e se negociam políticas públicas, com seus próprios critérios de pertencimento e formas de representação.

É nesse cenário que o ciberativismo trans, analisado por Bulgarelli (2018b) a partir do Facebook, emerge como um modo distinto de produção de legitimidade política. Ao mobilizar narrativas pessoais e denúncias situadas em detrimento das negociações institucionais, essas práticas digitais confrontam tanto o Estado quanto as próprias organizações consolidadas do movimento, exigindo que a política de identidades seja constantemente reelaborada a partir das margens — ou de um novo centro. A tensão entre esses dois registros — o da representação organizada e o do testemunho individualizado — não aponta para a dissolução do Movimento LGBTQIA+, mas para a coexistência conflituosa de suas gramáticas políticas em um contexto de recrudescimento das forças que buscam negar sua existência.

Esse conjunto de tensões — entre institucionalização e autonomia, entre representação organizada e engajamento difuso, entre a gramática do Estado e a linguagem do ciberativismo — situa a pergunta central desta pesquisa. O retorno do movimento LGBTQIA+ aos espaços institucionais, materializado na realização da 4ª Conferência Nacional pelos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, não pode ser lido como simples continuidade do ciclo participativo dos anos 2000, tampouco como uma completa ruptura com ele. Trata-se, antes, de um reencontro atravessado pela memória das conquistas e dos limites daquele período, pelas transformações nas formas de organização e de legitimação política que a década seguinte produziu, e pela urgência de um contexto em que o espaço conquistado se mostrou frágil. Compreender que tipo de relações políticas o movimento produz ao acessar novamente esses espaços — quais articulações estabelece entre seus diferentes sujeitos, quais demandas consegue formular de maneira negociável com o Estado, como equaciona as assimetrias internas que a própria dinâmica institucional tende a aprofundar e quais horizontes almeja — é a tarefa a que se dedica o restante deste trabalho.

2. QUEM COMPÕE O MOVIMENTO? EXPANSÕES E CONFLITO

Cena 1 – 23/10/2025 – 12:50 – Centro Internacional de Conferências do Brasil, Brasília - DF

Enquanto conversava com ativistas da delegação de São Paulo, ao lado do domo espelhado que envolve o restaurante do CICB, um barulho irrompeu ao longe. Gritos, leques e palmas. Pensei que era briga ou discussão, até que me aproximei. Um ato começava. Uma longa faixa com a bandeira do movimento trans sobreposta pelos dizeres: “Cotas para trans já!” era estendida por pessoas trans e travestis, que entoavam “as putas, as bi, as trans, as sapatão; tão tudo organizada pra fazer revolução!”. Os nomes se embaralhavam, já que “as bi”, “as gay” e “as putas” alternavam-se. O movimento ia crescendo, e aos poucos avançávamos em direção à entrada principal. Em menos de 10 minutos, tomamos o salão da plenária e o palco do evento. Ainda entoando os versos acima, mas o “ato trans” — como foi chamado pelas pessoas delegadas depois — já não era apenas trans. Eu ainda não entendia a motivação daquele movimento, e achava ser um ato espontâneo de comemoração pelo espaço. Algumas falas foram feitas, e Keila Simpson reiterou que o “pessoal da moção LGB precisa ser expurgado pra ontem!”. Era um ato de reafirmação de certos laços e de expurgo dos que não promovem os laços de solidariedade em questão. Assim, começam a entoar, e tento descrever da melhor maneira o ritmo aqui: “Aaaas... Sapatãaaa... Aaaas Sapatãaaa...”, trocando o grupo após algumas repetições. Anotei todos os grupos que foram citados coletivamente durante o ato, que já tomava toda a plenária principal: “bixa preta”, “travesti”, “não-binárie”, “intersexo”, “PCD”, “crianças trans”, “homens trans”, “idosas”, “macumbeiras”, “LGBT” e, por fim, “bissexuais”, mais baixinho, ao final. Da Aliança LGB, apenas o G não foi citado.

Cena 2 – 24/10/2025 – 11:37 – Centro Internacional de Conferências do Brasil, Brasília - DF

A mesa inicia a leitura final das propostas prioritárias — a primeira de cada GT, ao todo dezesseis. A plenária está dispersa. Conversas paralelas, gente circulando, pouca atenção ao texto que é lido. A primeira proposta é longa. Ao final, a mesa pergunta se alguém da plenária tem destaques. Surgem algumas propostas de alteração textual. Outras intervenções pedem a inclusão

de mais grupos como público-alvo das políticas propostas. A mesa responde dizendo que já existe uma lista sendo feita com todos os grupos prioritários e orienta que quem quisesse acrescentar algum grupo levasse a sugestão até a mesa, sem necessidade de fazer destaques em cada proposta.

A lista de grupos prioritários é então projetada no telão. Não pude anotar a longa lista original, mas, naquele momento, percebi a inclusão de “juventude”, “profissionais do sexo”, “povos e comunidades de terreiro”, “imigrantes internacionais” e “pessoas agênero”. Todas essas inclusões passam pela plenária sem discordâncias.

Em meio a isso, alguém grita repetidas vezes “fãs da Taylor³³!”, em tom de deboche. Reconheço a pessoa em questão, pois participamos do mesmo GT no dia anterior. Um interlocutor ao meu lado comenta: “esse aí que é o articulador do LGB aqui”. Me dizem também que ele e outros articuladores haviam sido descredencializados por conta de uma regra do regimento que não permite moções discriminatórias. De repente, vejo uma pessoa correndo em direção ao palco e gritando pela inclusão de “lésbicas desfeminilizadas”. A reação é imediata. Gritos de “não” vêm da plenária. A confusão se instala. As pessoas responsáveis pela transcrição escrevem a expressão no documento projetado e logo apagam. Reescrevem, e apagam novamente. O tumulto continua enquanto a mesa tenta seguir com a leitura da proposta de número 2. Não parece haver um critério da mesa para a inclusão ou não de grupos à lista.

Algumas alterações são aprovadas, mas a briga continua concentrada em frente ao palco. Começam as questões de ordem. A primeira aponta que, de acordo com o regimento, não deveria haver destaques na plenária final. A mesa coloca isso em votação, e a plenária aprova o fim dos destaques e o início da votação em blocos. Em seguida, uma segunda questão de ordem pede que as propostas 1 e 2 voltem ao texto original. A plenária aprova.

Uma terceira intervenção é apresentada como questão de ordem, mas trata-se de uma fala. É uma crítica à organização da conferência, que não teria cuidado adequadamente de mães e pais participantes, já que o espaço não contou com fraldário nem espaço kids, além da falta de acessibilidade para PCDs no restaurante. No meio dessa fala, um membro da mesa grita no microfone: “um soco aqui, gente!”. Na confusão em frente ao palco, a pessoa que havia defendido a inclusão de “lésbicas desfeminilizadas” dá um soco ou é socada — não consigo ver com clareza. A sessão é interrompida para o almoço.

³³ Alusão jocosa à inclusão de um grupo sem relação com a conferência, em referência aos fãs da cantora e compositora norte-americana Taylor Swift.

No intervalo, circulam opiniões muito diferentes sobre o episódio. Converso com uma pessoa transmasculina, que me diz: “tinha que colocar as desfem e as bixa afeminada. **É que as bixa não tinha quem brigar por elas.** Mas é diferente, gente. É marcador social”. Ninguém sabe ao certo se a inclusão tinha sido aprovada. Não houve votação, nem anúncio formal. Somente mais tarde, ao consultar o caderno final de propostas, encontro a formulação consolidada. O texto afirma que todas as políticas apresentadas têm como público: “Lésbicas; lésbicas desfeminizadas; gays; bissexuais; travestis; transexuais; transgêneros; não-binários; queers; intersexos; assexuais +; pessoas pansexuais; pessoas com deficiência (PCD); neurodivergentes; comunidade surda; pessoas negras; quilombolas; comunidades tradicionais; povos indígenas/originários; do campo; das águas; das florestas; idosas; povos e comunidades de terreiro; povos ciganos; migrantes e migrantes internacionais; refugiadas; apátridas; privadas de liberdade e egressas do sistema prisional; população em situação de rua/povos de rua; trabalhadores e profissionais do sexo; juventudes; pessoas agênero” (Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2025, p. 3).

As cenas retratadas acima, ocorridas nos dois últimos dias da Etapa Nacional da 4ª ConflLGBTQIA+, são ilustrativas de alguns dos principais embates que caracterizaram o campo nos momentos em que estive presente. O embate entre letrinhas se fragmentou e se deslocou de algumas maneiras. A disputa sobre o acrônimo utilizado ser LGBTI+, LGBTQIA+, ou outros, parece pouco importar — durante todo o período que estive em campo, presenciei apenas um breve embate acerca do tema. Enquanto isso, a intersecção entre as demandas da população LGBTQIA+ com outras categorias sociais parece emergir enquanto uma nova forma de, ao mesmo tempo, garantir espaço institucional e aumentar a abrangência das políticas propostas pelo movimento.

Neste capítulo, será construído um panorama das diferentes formas pelas quais, no âmbito da Conferência Nacional, se organizaram as identidades e se articularam as noções de opressão que atravessam a população LGBTQIA+. Busco argumentar que há uma disputa candente no centro do movimento LGBTQIA+. Nessa disputa, de um lado, há uma valorização da abrangência do movimento LGBT a partir da intersecção entre identidades de gênero, orientação sexual e outras categorias sociais. Do outro lado da disputa, há o objetivo de um suposto retorno ao foco nas identidades sexuais. No primeiro caso, a proposta é construir uma política a partir do desenho de uma complexa teia de relações entre marcadores de diferenças que constroem os sujeitos (Brah,

2006). Os dois lados, no entanto, ao realizarem sua construção enquanto alas do movimento, promovem políticas específicas de esquecimento que afetam determinados grupos. Também espero demonstrar que essa construção de alas, apesar de ter manifestações breves na formalização das políticas públicas propostas, ocupa um campo de disputas supra institucional, e que as políticas propostas têm um caráter muito mais abrangente do que as relações constituídas entre os sujeitos no campo de batalha conferencial.

Inicialmente, havia organizado esse capítulo em diferentes seções. Em cada uma delas, trataria de uma identidade sexual, identidade de gênero, grupo ou marcador social. De forma setorizada, esperava explorar de que forma cada um desses elementos apareceu em campo. No entanto, como o próprio campo me mostrou, é impossível falar sobre cada uma dessas categorias de maneira isolada. Os sujeitos com quem tive contato não emergem como blocos autônomos e estanques, mas necessariamente como construções relacionais, constantemente definidos em contraste e/ou aliança com outras categorias e sujeitos políticos.

Ao longo da conferência, as fronteiras identitárias se mostraram simultaneamente necessárias e instáveis. Necessárias porque estruturavam as reivindicações por reconhecimento, participação social e acesso a direitos; instáveis porque, no momento mesmo em que eram mobilizadas, produziam novas tensões entre grupos que, em tese, compunham um mesmo campo político e cultural. Assim, as identidades funcionam como efeitos de processos de negociação e institucionalização, frequentemente mediadas por dispositivos burocráticos, como formulários e regimentos — como já amplamente explorado por Aguião (2018).

Há, nesse sentido, uma vitalidade própria das dissidências sexuais e de gênero que floresce na desordem criativa de suas formas de existência, no reconhecimento de si como processo, deslocamento e transformação permanente. Se a beleza da diferença mora, necessariamente, no encontro e na mistura entre aquilo que nos parece estranho, não faria sentido que este texto buscasse ordenar aquilo que se constitui justamente na recusa à ordem.

Diante disso, optei por organizar este capítulo não a partir de marcadores sociais tomados isoladamente, mas a partir das situações etnográficas em que esses marcadores se cruzam e entram em oposição no interior dos espaços deliberativos. Interessa-me, portanto, compreender menos o que seriam essas identidades em termos substantivos e mais como elas se vinculam politicamente na construção de demandas comuns.

Na primeira seção do capítulo, descrevo as diferentes lutas por reconhecimento travadas durante as duas etapas da conferência das quais participei, focando especificamente nas identidades de gênero e orientações sexuais. Na seção 2.2., escrevo sobre outras categorias que tiveram um importante papel no campo, como neurodivergências, raça e território. Por fim, nas seções 2.3. e 2.4. proponho uma interpretação acerca dos dados apresentados, refletindo especialmente sobre os processos de nomeação do campo e a criação de alianças políticas por meio deles.

2.1. Identidades sexuais e de gênero como base de mobilização

Os conflitos entre sujeitos políticos do Movimento LGBTQIA+ são tema recorrente na literatura. Durante o trabalho de campo realizado para esta pesquisa, esses conflitos se impuseram de forma incontornável, atravessando plenárias, grupos de trabalho e momentos informais de articulação.

Na entrada da Etapa Estadual de São Paulo da 4ª ConfLGBTQIA+, havia uma tenda da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Nela, trabalhadores da saúde realizavam testes rápidos de IST e o início do processo para acessar a Profilaxia Pré-Exposição (PreP). Me dirigi até a tenda para fazer meus testes e ter minhas primeiras conversas em campo. Imediatamente, a temática desse capítulo se apresentou. Enquanto esperava o resultado dos meus testes, o enfermeiro que coletou meu sangue educava as outras servidoras sobre as identidades do acrônimo LGBTQIAPN+. Ele diz: “Vocês sabem né? LGBTQI...A...PN mais, de pansexual e não-binário e todo o resto, tem que ficar atenta”, ao que elas concordaram. “Mas agora também tem o heteroflex³⁴, que tá toda uma polêmica no instagram”. Eles “são homens, héteros, que não são gays, nem bi, mas ficam com outros homens”, disse o servidor. As servidoras o questionaram, por não entender como um homem que se relaciona sexualmente com outros homens poderia ser heterossexual. Uma das servidoras questionou a existência, hoje em dia, de algum homem “hétero HÉTERO”, com ênfase — ou seja, algum homem que se relacione amorosa e sexualmente apenas com mulheres.

³⁴ Desconheço teorizações sobre esse termo, mas, a partir da minha própria vivência no meio, heteroflex me parece uma categoria êmica que diz respeito a homens que em sua vida pública e social são heterossexuais, mas fazem sexo com homens de forma “escondida” ou sigilosa. Motivo pelo qual, em geral, as campanhas de saúde não são voltadas para homens gays ou bissexuais, por exemplo, mas para homens que fazem sexo com outros homens (HSH). Essa categoria, contudo, assim como “sigilosos” ou “travequeiros”, não são identidades políticas do movimento.

O enfermeiro me contou um pouco sobre sua própria experiência. Me disse que foi casado com uma mulher e tem um filho de 23 anos, mas terminou o casamento assim que o filho nasceu, pois precisava “se descobrir”. Ele disse que se considera bissexual, já que tem encontros sexuais com mulheres também, mas que sente que bissexuais sofrem mais preconceito do que gays dentro da própria comunidade, motivo pelo qual, publicamente, se intitula como um homem gay. Assim que o servidor saiu da roda, uma das enfermeiras com quem conversava disse à outra “e a gente é o que?”, ao que ela respondeu “a gente é o que a gente quiser ser”.

Essa cena me convocou ao campo imediatamente. Os servidores públicos discutiam justamente a complexa separação entre identidades políticas e as categorias utilizadas no cotidiano da população LGBTQIA+. Há uma infinidade de nomes dados a diferentes corpos, personalidades e formas de existir que não se tornam nomes com teor explicitamente político. A própria explicação do enfermeiro sobre o acrônimo, marcada por hesitações e atualizações, indica um processo em curso de produção e difusão de categorias. A referência ao “heteroflex” surge como um exemplo de como novas nomeações entram em circulação a partir de outros circuitos — como as redes sociais — e passam a disputar inteligibilidade com categorias já estabilizadas. As reações das servidoras, por sua vez, mostram que essas categorias não são imediatamente autoevidentes, exigindo trabalho de tradução, negociação de sentidos e, em alguns casos, gerando estranhamento. Ao mesmo tempo, a trajetória do enfermeiro denota que a maneira como práticas sexuais podem não ter conexão imediata com o nome mobilizado por quem as pratica. Nesse caso, a razão disso parece ser a falta de reconhecimento da bissexualidade enquanto categoria legítima no meio em que o enfermeiro se insere.

Logo após esse encontro, me dirigi ao auditório do CEU-Carrão — recinto da Etapa Estadual paulista. Mais uma vez, me deparei com a temática das identidades políticas e sexuais. A primeira palestrante da plenária de abertura foi a Coordenadora Municipal da Diversidade da cidade de São Paulo, Leonora Áquila. Sua fala manifestou repúdio ao prefeito de Cuiabá, Abilio Brunini (PL), que, no dia anterior à Conferência censurou uma professora que utilizou linguagem neutra para se referir a plateia que a ouvia³⁵. Leonora reforçou a legitimidade da linguagem neutra ao afirmar com ênfase que se dirigia a “Todos, todas e todes”. Tal empenho foi seguido,

³⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2025/07/30/video-professora-da-ufmt-abandona-conferencia-de-saude-apos-prefeito-de-cuiaba-vetar-uso-de-pronome-neutro.ghtml>. Acesso em 20 jan. 2026.

posteriormente, por todas as autoridades que discursaram — ainda que algumas delas utilizassem o pronome neutro com mais naturalidade do que outras.

Após o firmamento desse primeiro acordo linguístico, se inicia uma batalha por representação na etapa nacional. Enquanto o regimento do espaço era lido e votado, um artigo leva as pessoas delegadas a entrarem em um grande embate sobre a porcentagem de cada grupo social a ser eleita para participar da etapa nacional. A comissão organizadora da Conferência Nacional enviou uma listagem de porcentagens obrigatória de ser seguida por todos os estados da federação, almejando uma igualdade de representação. Nessa listagem, se lê que 30% das vagas deveriam ser ocupadas por delegados conselheiros estaduais, 53% por delegadas do gênero feminino, 40% por delegados do gênero masculino, 7% por delegades com outras identidades de gênero ou orientação sexual-afetiva, 50% por pessoas da sociedade civil, 50% por pessoas do poder público, 43% por pessoas negras — número baseado no percentual de pessoas negras que vivem no estado de São Paulo —, 5% por pessoas idosas, 2% por pessoas indígenas e 2% por pessoas com deficiência — com o direito de vagas remanescentes de quaisquer categorias serem transferidas para outras.

As porcentagens fixas foram alvo de discussões acaloradas até que as delegades encontraram uma brecha: produzir porcentagens dentro de determinadas porcentagens. Assim, um grupo de pessoas propôs que 50% das vagas destinadas a pessoas do gênero feminino fosse demarcada para pessoas transfemininas e travestis. Uma mulher cis lésbica, que conduzia a sessão, figura, então, um dos momentos mais críticos que presenciei em campo. Ela diz que se a proposta fosse acatada não haveria “sapa[s]”³⁶ na Etapa Nacional e que as “sapas” também deveriam estar presentes. Ela pede, então, para que as travestis e mulheres trans se levantem, e, em seguida, que as lésbicas também se levantem, para analisar por contraste a quantidade de pessoas de cada categoria ali presentes.

A fala gera uma grande confusão entre as pessoas presentes, que gritam contra a mesa. O fato de a mediadora em questão não haver se lembrado ou dito que mulheres trans também podem ser lésbicas foi duramente criticado pela plateia. Uma pessoa trans convida todas as outras ao microfone e uma grande fila é formada, pondo fim à longa lista de inscrições de fala que já haviam sido requeridas. A pessoa que proferiu a fala inicial é lembrada pelas pessoas trans de que “todo mundo sabe que o T é a letrinha mais marginalizada da sigla”, e a conferência como um todo é chamada de “conferência LGB e cis”. As falas seguem com o objetivo de demonstrar a importância

³⁶ Diminutivo de sapatão ou sapatona, que são outros termos para “mulher lésbica”.

das pessoas trans na construção daquele espaço, e de denunciar o apagamento realizado na fala em questão.

Após as dezenas de falas, surgem distintas propostas, e a aceita é a que propõe que 50% das delegadas de gênero feminino devem ser trans ou travestis, assim como no caso do gênero masculino, e os 7% de vagas destinadas a “outras identidades” serem viabilizadas exclusivamente para pessoas não binárias, garantindo a participação desse grupo também.

Além das novas diretrizes elencadas para cada categoria, as pessoas delegadas presentes também definiram que era preciso buscar uma igualdade representativa em relação aos territórios do Estado de São Paulo. A comissão organizadora apresentou como proposta um extenso formulário que abarcasse toda sorte de diferenças de gênero, orientação sexual, religião, território, raça, imigração, entre outras categorias. Esse formulário para candidatura teria como objetivo pontuar de formas distintas os indivíduos votados. Contudo, a plenária negou o formulário, em um movimento que me surpreendeu, focando unicamente no aspecto territorial das candidaturas. Se buscou uma equanimidade pelo estado a partir da divisão virtual de: 45% das vagas para pessoas da região metropolitana de São Paulo, 45% para o interior e 10% das vagas para o litoral.

A leitura do regimento durou um dia todo. Duas preocupações pareciam ocupar as mentes das pessoas delegadas. Em primeiro lugar, visavam a construção de uma delegação justa e representativa. Essa delegação, que representaria o Estado de São Paulo durante a Etapa Nacional da Conferência, foi objeto de uma luta constante entre os interesses individuais de participar e o entendimento de que outros grupos sociais deveriam estar presentes. A decisão sobre quais grupos seriam os mais importantes parecia resultado de uma matemática que eu conseguia entender, mas não explicar. Em segundo lugar, havia uma preocupação constante com os membros do Conselho Estadual LGBT e da Comissão Organizadora estadual. O poder ali instituído, na visão de parte da plateia, tinha interesses próprios e poderia golpear todas as pessoas delegadas a qualquer momento.

No dia seguinte à leitura do regimento, essas tensões reaparecem na plenária final, onde todas as propostas elaboradas pelos eixos foram lidas. A nomeação de determinados sujeitos nas propostas gera incômodo e discussões. Em uma das propostas, um trecho que mencionava “pessoas travestis, transexuais e transgêneros” como público contemplado por determinado direito foi alterado para “homens e mulheres transexuais”, o que gerou o pedido de acréscimo de “pessoas não binárias”. Durante o debate sobre a inclusão ou não, uma mulher transexual, posicionando-se contra o que interpretava como um apagamento, ressaltou a presença histórica das mulheres

transexuais e a importância de seu reconhecimento. Em resposta, uma pessoa não binária argumentou que a proposta não visava excluir, mas ampliar a abrangência do texto, destacando inclusive uma brecha interpretativa aberta pela mesa. Embora a mesa tenha posteriormente acatado a inclusão, afirmou que, à luz do regimento, pessoas não binárias já estariam contempladas pelo termo “transgêneros”, posicionamento que foi contestado por demandas por maior especificidade. Na sequência, um homem cis gay defendeu a inclusão da expressão “homens e mulheres travestis”, o que gerou oposição imediata e veemente por parte das travestis presentes.

Durante a discussão, que já ultrapassava os decibéis usuais do debate, em meio a trocas intensas entre o público e a mesa, a pessoa responsável pela condução dos trabalhos elevou o tom de voz e recorreu a palavrões — comportamento que, aliás, se repetiu entre diferentes integrantes da mesa ao longo da plenária — para afirmar que o regimento, elaborado “com muita briga” no dia anterior, não estava sendo respeitado. Após essa intervenção, instaurou-se um breve segundo de silêncio, interrompido por uma voz vinda do fundo do auditório: “você está histérica!”. Tratava-se de um homem gay e idoso, que vestia uma camiseta do Partido dos Trabalhadores. A reação do público foi imediata, com vaias e gritos pedindo que o homem se retirasse do espaço e denunciando a fala como “misoginia”.

Cenas como essa — que ocorreram aos montes — demonstraram a capacidade das alianças de serem cortadas e refeitas rapidamente. As mesmas pessoas que gritavam contra a mesa, momentos antes, acusando os representantes do Conselho Estadual de golpistas, se juntaram em defesa da mulher que foi atacada. As pontes feitas entre sujeitos políticos durante a Conferência são contingentes. Uma ponte que pode ser feita e refeita rapidamente é uma ponte frágil ou resistente? Talvez a resposta seja nenhuma das duas, mas sim o reconhecimento de que essas alianças operam sob uma lógica estratégica. Divergências profundas não impedem que, diante de um ataque percebido como injusto, se produza uma unidade circunstancial. A acusação de misoginia reorganizou rapidamente o campo, suspendendo disputas anteriores e produzindo um novo alinhamento defensivo.

No segundo momento da plenária final, durante as eleições da delegação paulista para a Etapa Nacional, a realidade pareceu não caber nas porcentagens determinadas pelo regimento. O primeiro embate foi para decidir se as porcentagens relativas aos territórios deveriam ser aplicadas antes ou depois do cumprimento dos percentuais mínimos de gênero e demais categorias. Se o território fosse considerado primeiro, uma cidade com poucas vagas — como Araraquara, que

contava com apenas três — deveria compor sua delegação a partir desse número reduzido, o que fazia com que fosse matematicamente inviável cumprir a listagem obrigatória de cotas previamente estabelecida. Por outro lado, se as cotas de gênero, raça, geração e identidade fossem priorizadas, corria-se o risco de comprometer o equilíbrio territorial defendido pela plenária como forma de garantir a representação de diferentes regiões do estado. Ou seja, o Estado de São Paulo, obrigatoriamente, deveria cumprir com o percentual definido pelo Governo Federal, mas, para isso, teria que trair suas próprias demandas por representação.

Mais uma vez, as pontes e alianças eram feitas e desfeitas. Pessoas cisgênero do interior, pessoas trans da capital, pessoas negras do litoral, todas as categorias se misturavam e ganhavam novos sentidos. O impasse revelava a coexistência de diferentes regimes de justiça representativa que não se deixavam compatibilizar sem perdas. A tentativa de cumprir simultaneamente critérios territoriais e de identidade expunha um limite do modelo de representação apresentado, já que a forma de percentuais fixos transforma diferenças sociais em unidades aritméticas que nem sempre podem coexistir no mesmo arranjo.

Isso gerou uma nova disputa, pois, caso o critério territorial fosse aplicado prioritariamente, pessoas trans, travestis e não binárias poderiam ficar de fora da delegação — ainda que o número de pessoas dessas categorias presentes fosse inferior ao percentual de vagas a elas destinado. No caso da cidade de Ribeirão Preto, por exemplo, havia duas candidatas mulheres cis, um homem trans, uma pessoa não binária e um homem cis gay disputando três vagas. No conjunto da plenária, havia apenas dez pessoas não binárias presentes, número inferior às doze vagas reservadas a essa categoria, assim como apenas quatro homens trans e dezoito mulheres trans e travestis, também abaixo do percentual definido. Nessas condições, pessoas trans que poderiam ser incluídas justamente por serem minoria numérica corriam o risco de ficar de fora da delegação em razão da precedência do critério territorial. A proposta defendida por pessoas trans do interior e do litoral, que se reuniram no palco, era garantir a eleição de todas as pessoas trans presentes, distribuindo as vagas restantes entre pessoas cis. Essa proposta gerou protestos tanto de participantes de outras categorias com vagas reservadas — como pessoas negras de determinadas regiões — quanto de representantes de macrorregiões com maior número de vagas e predominância cisgênera e branca. No auditório principal, as diferentes cidades e grupos passaram a se aglutinar de maneira desordenada, ocupando assentos, corredores e o palco, enquanto organizavam contagens informais

de pessoas e categorias. Representantes do poder público já haviam se retirado do espaço para realizar suas eleições separadamente.

Nesse contexto de ruído e reorganização constante, um delegado solicitou que as macrorregiões do estado se organizassem fora do palco, de modo a viabilizar a aplicação do critério territorial previamente aprovado. A solicitação foi imediatamente recusada por representantes da região metropolitana de São Paulo, o que acirrou os ânimos da plenária. Em resposta, um delegado do interior tomou a palavra e acusou a capital de desrespeitar as decisões coletivas, afirmando que “se vocês sabem fazer política, nós também sabemos”, e que as pessoas delegadas da cidade de São Paulo estariam reagindo por não concentrar, como em outras ocasiões, “70% das vagas”³⁷. A fala foi acompanhada de vaias e gritos vindos de diferentes pontos do auditório. A tensão culminou quando os representantes da região metropolitana, em protesto, deixaram o anfiteatro e se dirigiram a um espaço separado para realizar sua própria eleição de delegados. Posteriormente, essa decisão passou a ser interpretada por outros participantes como uma ruptura do pacto deliberativo da plenária, descrita por alguns como um “golpe”, uma vez que não houve garantias de que os critérios percentuais definidos anteriormente haviam sido respeitados naquele processo eleitoral.

Com a ausência da delegação da região metropolitana, foi realizada uma votação por contraste de crachás sobre o que se deveria priorizar antes. Por um relevante contraste, foi decidido que as vagas seriam antes distribuídas por região, e as regiões deveriam ter o dever de fazer valer a reserva de vagas mínimas — gêneros (feminino/masculino), identidade de gênero (cis ou trans), não binárias, pessoas com deficiência, raça e idade (pessoas com mais de 60 anos). Uma pessoa não binária protestou gritando contra um observador que conduzia o processo no auditório, ao que ele respondeu “isso mesmo, os cisgêneros são inimigos de vocês”, recebendo vaias e gritos de volta.

Assistia atento aos malabarismos da delegação de Campinas, grande e diversa, ao tentar atingir os percentuais enquanto decidia quem seria a pessoa delegada entre uma mulher trans e negra, uma mulher cis, negra e idosa e uma pessoa jovem, branca e não-binária. Os corpos dificilmente atingem os percentuais impostos pelo texto, já que são, de uma só vez, parte de diversas categorias.

³⁷ Não encontrei confirmação desse dado em nenhum documento, já que não há publicações sobre a composição territorial da delegação paulista. Entende-se que a fala foi uma hiperbolização.

Ao final da eleição, instaurou-se um clima generalizado de derrota e exaustão. Os trabalhadores que realizavam a limpeza do espaço precisavam encerrar as atividades, já que o horário havia sido extrapolado, e as eleições foram concluídas às pressas. Ao longo de toda a etapa estadual, observou-se a construção contínua de demarcações e oposições — delegados versus comissão organizadora, interior versus capital, sociedade civil versus poder público, pessoas não binárias versus pessoas transexuais, entre outras — que culminou em um processo decisório marcado pela tentativa de, a partir das demarcações produzidas, encontrar uma representação perfeita por meio da quantificação do sofrimento de cada indivíduo.

É assim que o campo se encerrou em São Paulo. Com a sensação de que o central das disputas às quais assisti estava na intersecção entre o reconhecimento e a redistribuição — ou na luta por quem seria reconhecido, e de que maneira, dentro de determinados esquemas redistributivos — me dirigi à Etapa Nacional da 4ª ConfLGBTQIA+, cerca de dois meses depois.

Desde o momento em que cheguei em Brasília, notei algumas diferenças do espaço estadual para o espaço federal. O auditório em que nos encontrávamos era muito maior, com grandes telões de LED, pessoas uniformizadas com ternos e gravatas e muitas banquinhas de organizações nacionais e internacionais distribuindo seus materiais políticos e/ou de propaganda. Tudo parecia mais *profissional*.

A plenária inicial da Conferência Nacional foi marcada por longas intervenções de autoridades públicas — ministros, parlamentares e membros do Conselho Nacional LGBTQIA+ — cujas falas se estenderam por cerca de três horas. Com o intuito de analisar os modos como identidades, pertencimentos e regimes de reconhecimento foram ali disputados e hierarquizados discursivamente, descrevo abaixo alguns dos discursos realizados durante a plenária³⁸.

A primeira fala que merece destaque foi a de Fabian Algarte, representante do Conselho Nacional LGBTQIA+ que se apresentou como homem branco, trans, autista, bissexual e integrante do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT). Desde o início, sua intervenção foi estruturada em torno da afirmação reiterada de um “nós” expansivo e plural. Ao insistir que “nós

³⁸ Opto por utilizar os nomes reais das pessoas que discursaram durante a cerimônia de abertura por se tratar de figuras públicas que se manifestaram em um evento oficial, aberto ao público e transmitido integralmente por meio de plataformas digitais. As falas aqui analisadas foram proferidas em uma plenária institucional, registradas em transmissões ao vivo e disponibilizadas no YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=VMgaA0pSf-4>. Acesso em 05 de fev. de 2026.). Nesse sentido, a referência nominal não implica exposição indevida dos interlocutores, e constitui um recurso necessário para situar determinados aspectos do campo.

somos pessoas”, Fabian elencou uma série de pertencimentos — “nós somos” indígenas, quilombolas, negros, mulheres, pessoas com deficiência, jovens, idosos, migrantes, pessoas do campo e da cidade — para, em seguida, reinscrevê-los no interior da sigla LGBTQIA+ — nos lembrando de que também “somos” intersexo, pessoas transmasculinas, pessoas trans, travestis, bissexuais, lésbicas, gays e não binárias. Diz, ainda, que

nós somos todos e nós somos diferentes. Nós somos singulares e nós somos diferentes entre nós. E por mais que digam e tentem usar contra nós as nossas diferenças, [...] aquilo que insistem em usar para nos separar, para nos distanciar e para nos isolar é exatamente aquilo que nos une e nos faz avançar na luta. É essa a nossa luta incessante por reconhecimento, pertencimento e dignidade pelo nosso povo, a nossa política pública.

A diferença, em sua formulação, aparece como condição mesma da luta política, sendo uma etapa necessária para o encontro de alguma forma de coesão. Algarte sinaliza que a diferença, para tornar-se potência política, precisa ser reconhecida. Há uma lógica, portanto, de construção de laços de solidariedade a partir do reconhecimento e nomeação de cada uma dessas diferenças — e dos sujeitos que as representam em suas intersecções. Ou seja, a proposta presente na fala de Algarte parece ser produzir algum tipo de comum não *apesar* das diferenças, mas por meio delas.

Da mesma forma como Algarte utilizou determinados marcadores para se apresentar, a próxima representante do Conselho a discursar, Jovanna Cardoso — ou Jovanna Baby — se define como uma “mulher, travesti, preta, nordestina, idosa e, graças a Deus, aposentada”. A militante histórica, em sua fala, homenageou as deputadas federais Erika Hilton (PSOL) e Duda Salabert (PDT), se referindo a elas como pessoas que são a realização de um sonho histórico “de seis corpos travestis pretas que fundou o movimento trans no Brasil em 1990 e é alarmantemente apagado pelo sistema³⁹ hoje”, e que, agora tem as deputadas como pessoas que liberam “aqué”⁴⁰ para “travestis pretas”. Criticou quem diz que as narrativas trans são vitimismo, afinal, “que vitimismo tem pessoas que nunca tiveram nada?”. Cardoso tocou em um ponto importante na discussão atual no movimento: a exclusão da letra T do acrônimo LGBT por um determinado grupo político. A decana reforçou que, tanto na história da constituição do movimento quanto nos temas urgentes que devem ser enfrentados, não há LGB sem o T.

Essa foi a primeira fala a se referir diretamente a um conflito que, nos meios digitais, estava em completo fervor. No dia 19 de setembro de 2025, cerca de um mês antes da Etapa Nacional, a

³⁹ O neologismo “cistema” é utilizado para se referir ao sistema que mantém uma ordem social cisgênera (York, 2020). Assumo que Cardoso se vale desse neologismo em sua fala.

⁴⁰ Palavra em pajubá que significa “dinheiro”.

organização *LGB International* — entidade multinacional com ramificações em 18 países, incluindo o Brasil — declarou sua independência do movimento LGBTQIA+. Escrever com profundidade sobre o posicionamento político da *LGB International* ou da Aliança LGB — nome da organização que representa a *LGB International* no Brasil — exigiria uma pesquisa por si só. No entanto, para seguir com a apresentação dos dados de campo, é preciso descrever brevemente alguns dos aspectos fundamentais do grupo, baseado em uma pesquisa exploratória nas redes sociais da organização.

A declaração de independência feita pelo grupo é um vídeo⁴¹ que foi amplamente veiculado nas redes sociais. Nele, representantes da organização ao redor do mundo aparecem dizendo frases curtas que respondem o porquê da declaração de independência. As argumentações, ainda que brevíssimas, podem ser divididas em dois núcleos principais. No primeiro, composto por Austrália, Brasil, Canadá, Dinamarca, Holanda, Islândia, Noruega, Portugal e Reino Unido, as falas têm como foco apontar um suposto movimento de transições de gênero forçadas pelo movimento LGBTQIA+ mundial. Assim, afirmam que “tudo bem meninos gostarem de bonecas e meninas odiarem vestido”, “homens não podem ser lésbicas”, “deu de pronomes”, “não existe não binariedade” e “não há nada de errado com crianças que não conformam com a expressão de gênero estereotipada”. Em entrevista ao jornal Gazeta do Povo, Mariele Gomes, uma das diretoras da Aliança LGB, diz ainda que “há uma grande discordância entre o que seria sexo e gênero. Para nós, o sexo é dividido entre macho e fêmea; é uma realidade material imutável” (Sestrem, 2025).

No segundo bloco de argumentações, as falas de representantes de Bulgária, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, País de Gales, Suíça e Taiwan apontam que a lógica de identidades do movimento LGBTQIA+ atual acabou com espaços gays e lésbicos e está retirando direitos garantidos desses grupos. “Perdemos nossos espaços gays e lésbicos”, “os direitos pelos quais trabalhamos tanto para conseguir estão sendo ameaçados pela ideologia de gênero”, “espaços lésbicos agora aceitam homens” e “organizações LGBTQIA+ com rico legado traíram a população atraída pelo mesmo sexo” são alguns dos motivos apontados para a fundação da organização. No aspecto organizativo, a representante sueca afirma que os “LGB têm opiniões diferentes, enquanto LGBTQIA+ é um único conjunto fixo de opiniões”. Também é apontado, dessa vez pelo representante francês, que “há 64 países que criminalizam a homossexualidade masculina”, indicando um abandono dessa pauta pelo movimento hegemônico.

⁴¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DO0NVIEjQOu/>. Acesso em: 05 de fev. de 2026.

Ainda que separando esses dois blocos argumentativos — um focado na política de identidades e outro em direitos e espaços — é possível dizer que ambos pretendem apontar algum tipo de perda de espaço dentro do movimento. Trata-se de uma narrativa que se organiza em torno da ideia de que sujeitos que anteriormente ocupavam uma posição, foram marginalizados. Dizem isso, no entanto, se valendo de uma matriz argumentativa transfóbica. Utilizo esse termo — normalmente usado para descrever a violência sofrida por pessoas ou grupos de pessoas trans e travestis em motivação ao seu gênero — em um sentido ampliado, buscando evidenciar a produção de enquadramentos discursivos que constroem a legitimidade política das identidades trans como ameaça, distorção ou desvio em relação a uma suposta ordem sexual anterior. Nesse sentido, a transfobia é compreendida aqui como uma matriz interpretativa que organiza a narrativa do grupo ao produzir uma fronteira normativa entre identidades consideradas legítimas e ilegítimas no interior do próprio campo do ativismo sexual e de gênero.

Tal matriz opera, nos enunciados analisados, por meio de dois movimentos articulados. O primeiro consiste na naturalização da categoria sexo como fundamento estável e autoevidente das reivindicações políticas relacionadas à orientação sexual. Ao sustentar que a homossexualidade se refere exclusivamente à atração entre pessoas do mesmo sexo entendido em termos corporais, os discursos analisados posicionam identidades trans e não binárias como elementos externos ou incompatíveis com essa definição. O segundo movimento envolve a construção de uma narrativa de ameaça, na qual o reconhecimento político e social de identidades de gênero diversas é apresentado como responsável pela supressão de direitos, pela descaracterização de espaços de sociabilidade homossexual e pela imposição de novas normas de linguagem e reconhecimento. As pessoas trans aparecem como o bode expiatório de um processo político e histórico que parece ser mais complexo do que a vontade de um grupo.

A força dessa matriz argumentativa reside justamente na articulação entre reivindicações historicamente associadas ao movimento homossexual — como a descriminalização das relações entre pessoas do mesmo sexo e o reconhecimento jurídico dessas uniões — e a construção de um antagonismo em relação às pautas contemporâneas relacionadas ao gênero. Ao acionar essa narrativa, os discursos analisados produzem uma temporalidade política específica, na qual o presente aparece como momento de ruptura ou desvio em relação a um passado concebido como mais coeso em termos de objetivos e identidades coletivas. A linguagem utilizada no vídeo — marcada por termos como “sexo”, ao invés de gênero e “ideologia de gênero”, conceito

amplamente utilizado pela extrema-direita — também evidencia esse retorno a uma linguagem binária e essencialista.

Curiosamente, a página da representação brasileira da organização no Instagram tem um engajamento muito superior à página oficial da *LGB International*. Em pesquisa exploratória na página, se vê a mesma estrutura argumentativa sendo utilizada em diversas postagens. De forma preliminar, é possível afirmar que a organização acredita que a violência contra lésbicas, bissexuais e gays foi esquecida em nome da luta contra a transfobia. Nesse sentido, veiculam notícias sobre casais de homens e mulheres que sofreram violências, ou de pessoas mortas em decorrência do preconceito contra sua orientação sexual.

O que chama atenção, nesse sentido, é que a forma discursiva utilizada pela Aliança LGB apresenta forte proximidade com repertórios argumentativos historicamente mobilizados por setores conservadores, tais como o essencialismo biológico, a naturalização do sexo como fundamento estável das identidades e a rejeição ao reconhecimento de identidades trans e não binárias. No entanto, diferentemente de discursos explicitamente anti-LGBT (Pereira; Aragusuku; Teixeira, 2023), essa matriz é mobilizada pela organização como estratégia de legitimação de demandas por direitos civis relacionados à orientação sexual, e não como defesa da retirada desses direitos. Essa apropriação produz um deslocamento importante no campo discursivo. Ao invés de posicionar gays, lésbicas e bissexuais como alvo de discursos moralizantes ou patologizantes, a organização se apresenta como defensora de uma suposta continuidade das lutas históricas do movimento homossexual, reivindicando para si a herança política dessas mobilizações. Ao mesmo tempo, essa estratégia constrói as pautas relacionadas à identidade de gênero como fator de desvio ou enfraquecimento dessas lutas, estabelecendo uma relação de concorrência entre agendas que, em outros contextos históricos, foram articuladas como parte de um mesmo campo político.

Observa-se, portanto, a constituição de uma gramática política que combina elementos tradicionalmente associados ao discurso de direitos humanos com categorias interpretativas que reforçam a centralidade do sexo biológico como princípio organizador das reivindicações coletivas. Essa combinação permite à organização reivindicar simultaneamente a posição de sujeito de direitos e de grupo que se percebe como ameaçado por transformações internas ao próprio movimento LGBT. Tal configuração discursiva evidencia a complexidade das disputas contemporâneas no interior do campo do ativismo sexual e de gênero, na medida em que desloca a oposição clássica entre discursos progressistas e conservadores. Em vez de operar apenas como

contestação externa ao movimento, os repertórios mobilizados pela Aliança LGB passam a funcionar como instrumento de disputa intramovimento, redefinindo quais são as alianças possíveis e tensionando os critérios de pertencimento ao campo das lutas por direitos sexuais.

Assim, a fala de Jovanna Cardoso foi a primeira de muitas durante o campo no qual esse trabalho se baseia a mobilizar esse conflito publicamente. Ainda na plenária inicial, a agitativa fala de Érika Hilton teve também uma lembrança sobre a Aliança LGB. A deputada diz repudiar toda tentativa de articulação LGB, tratando isso como um atraso e uma enorme falta de reconhecimento da constituição histórica do movimento. Conversando com uma interlocutora que faz parte do movimento trans, ao final da Conferência, ela me apontou que considerava um bom sinal a fundação da Aliança LGB. Segundo ela, esses debates existem na forma de “conversa de corredor” desde a 2ª Conferência LGBT, em 2011, a primeira em que participou. A militante me relatou que esses incômodos de parte da comunidade por conta da “emergência trans” (Simões; Carrara, 2014) já existiam e, finalmente, os ativistas e militantes podem discutir isso de forma aberta com seus oponentes políticos.

A fala da deputada federal Érika Hilton transforma completamente o ânimo da plateia. A deputada, conhecida por sua oratória e seus discursos inflamatórios na Câmara dos Deputados, começa sua fala apontando uma dualidade que consiste em reconhecer o sofrimento passado pela comunidade LGBT como parte fundamental de sua constituição, mas não resumir as pautas e demandas à violência, ou a representações de vitimização: “O nosso lugar não é apenas nas mazelas. Nossa história pode ter sim muita violência e muita dor, mas nós também contaremos histórias de poder, histórias de sucesso, histórias de coragem, histórias de superação, porque nós somos plurais, nós somos diversos e nós iremos muito, muito longe”. Hilton inflama a plateia, que bate os leques e grita altíssimo. A eloquência da deputada é enorme, e, em seu estilo clássico de discurso, vai falando cada vez mais alto e cada vez mais rápido, com frases repetidas nas quais apenas o objeto ou o adjetivo são trocados. Ao fim da fala de Hilton, a deputada disse “viva” a várias das identidades do movimento — travestis, homens trans, bixas, sapatão e não-binários. Nesse momento, eu estava ao lado de alguns militantes bissexuais que se mostraram incomodados com a ausência da nomeação da bissexualidade na fala de Hilton.

Durante a fala da Ministra das Mulheres, Márcia Lopes, a questão da bissexualidade apareceu mais uma vez. Entre aplausos após o anúncio de seu nome e o começo do discurso, houve 3 segundos de silêncio, até que o grito “Marielle Franco, presente!” irrompeu no ambiente. Leques

bateram, mas a ministra não esboçou reação e seguiu olhando para seus papéis. Ela então diz: “O Brasil voltou! Vocês, pessoas LGBTQIP... AP... desculpa, QIA+, voltaram. A democracia voltou.” Disse que o período de 2016 a 2022 foi muito adoecedor a todos nós e deu um aceno à interseccionalidade quando disse que “a igualdade de gênero, que é a pauta do Ministério das Mulheres, do qual hoje tenho grande orgulho de representar, não avança sem enfrentar o racismo e a LGBTfobia”. No entanto, foi quando Lopes falou sobre a criação da “Casa da Mulher Brasileira”, que, segundo a ministra, tem a função de “acolher adequadamente as mulheres lésbicas e transexuais”, que as militantes bissexuais ao meu lado se revoltaram contra o “esquecimento” das mulheres bissexuais. Elas começaram a gritar à plenos pulmões “mulheres bissexuais! Mulheres bissexuais!”, até serem ouvidas pela ministra, que parou seu discurso e disse apenas “ok”, sem parecer entender o que estava acontecendo.

Acompanhei de perto a organização da luta bissexual nesse mesmo dia. As pessoas que assim se identificavam passaram a se juntar para discutir maneiras de incluir as pessoas bissexuais nas propostas presentes no caderno. Para garantir números e capilaridade nos GTs, paravam pessoas que seguravam bandeiras bissexuais e as incluíam em um grupo de whatsapp feito para essa articulação. Uma interlocutora me disse que a bissexualidade é constantemente “sabotada pelas lésbicas, pelos gays, e pelas pessoas trans. Acham que a gente é uma identidade supérflua”. O objetivo das pessoas bissexuais parecia ser demonstrar que, como sujeito político, também tem demandas específicas, que não são satisfeitas com as resoluções voltadas para lésbicas e gays.

No entanto, as lésbicas também pedem por especificidade. Janaína Oliveira, membro do Conselho Nacional LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+), foi ovacionada ao se dirigir ao púlpito da plenária inicial. A plateia batia seus leques e gritava “uh, é sapatão... uh, é sapatão...”. Oliveira destacou a necessidade de se criar uma unidade no respeito à diferença e à pluralidade que compõe a população LGBT. Assim, lembrou a plenária da situação das lésbicas no Brasil, citando nomes de mulheres que foram assassinadas, e se valendo de termos como lesbofobia, lesboódio e lesbocídio: “Esse é um crime de lesbocídio que precisa ser entendido como uma variante do feminicídio, assim como o transfeminicídio. Porque não há democracia verdadeira enquanto parte de nós vive com medo”. Aos poucos se desenhava a complexa teia tecida pelos atores no palco. Há a busca pela representação de determinados agentes — nas narrativas históricas e na atualidade — e da nomeação da violência sofrida por cada um deles.

A deputada federal Daiana Santos (PCdoB), no mesmo tom, iniciou sua fala afirmando ter “muito orgulho de ser essa deputada federal sapatão”, dispensando as saudações protocolares e sendo recebida por aplausos e, mais uma vez, gritos de “uh, é sapatão”. Olhando para o lado esquerdo do palco, lembra o tema do envelhecimento LGBT e homenageia Marcele Malta, pioneira do movimento trans no Rio Grande do Sul, dizendo que é por causa de mulheres como ela, que nunca desistiram da luta, que hoje ocupa o Congresso Nacional. Sua fala, ritmada por repetições e pausas, exalta as conquistas coletivas e a presença crescente de pessoas LGBT na política, afirmando que a Conferência trata dos “projetos de vida, das famílias, dos amores e dos avanços” de um povo cuja maior riqueza é a diversidade. Exalta a possível existência de uma bancada trans — citada durante uma fala anterior —, mas aponta que quer “mais gente que tenha como guia aquele machado⁴² conduzido para uma bancada também”. Denuncia a violência contra mulheres lésbicas e o discurso do “estupro corretivo”, dizendo que “não existe correção”, e conclui sua fala evocando a luta como condição de existência: “coloco este corpo sapatão pra luta, porque sei por quem eu luto e por que eu luto”, encerrando sob aplausos — “vida longa ao movimento LGBT, vida longa aos movimentos sapatão, vida longa à gente que tem coragem para seguir”.

Na sequência das falas institucionais, vai ao púlpito Márcio Tavares, substituindo a Ministra da Cultura, Margareth Menezes, que estava de férias. Ele foi o segundo e último homem gay a falar durante a plenária — o primeiro foi o membro do Conselho LGBTQIA+, Zezinho Prado, cuja fala não foi relatada aqui por ter sido protocolar e de saudações ao espaço. Em sua fala, assim como na de Zezinho, não houve indicação de nenhuma pauta voltada especificamente à população gay. Tavares lembrou que a arte sempre foi um espaço de visibilidade e resistência. O representante enfatizou que valorizar a cultura LGBT é reconhecer dignidade, combater discriminações e promover cidadania, incluindo políticas de saúde, educação, trabalho e cultura. Afirmou também que a cultura é estratégica para a democracia e celebrou os avanços trazidos pelas leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc, que permitiram financiar livros, exposições, museus e paradas LGBT com recursos federais. Tavares destacou a retomada do Comitê de Cultura LGBTQIA+ do ministério, que atuará na formulação de políticas para o setor, articulado a ações de diversidade e redes culturais. Concluindo, defendeu o fortalecimento da visibilidade e do protagonismo da comunidade LGBT nas políticas públicas e conclui com entusiasmo: “Viva a cultura brasileira, viva a cultura LGBTQIA+, viva a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBT+”.

⁴² Referência ao símbolo presente na bandeira lésbica.

Após a breve fala de Márcio, chegamos à última etapa da atividade: o pronunciamento da ministra Macaé Evaristo. Quando o nome da anfitriã é anunciado, diversas faixas são erguidas no meio do público. Com alguma dificuldade, consigo ler uma delas: “Abaixo o diálogo seletivo da Secretaria LGBTQIA+!”, acompanhada do logotipo da Rede Trans Brasil. Tratava-se de uma ação articulada pela organização, que levantou diferentes faixas com mensagens variadas, todas protestando contra a percepção de ausência de diálogo com a secretaria. Conversando com alguns interlocutores, descubro que o protesto aconteceu pelo fato de a atual secretaria supostamente manter uma relação mais estreita com a Antra, sem estabelecer interlocução direta com outras redes organizativas. Apesar do protesto visual, a reação da plateia foi limitada, restringindo-se a alguns gritos de “abaixa”, proferidos por pessoas que não conseguiam ver o palco. Se, na etapa estadual, prevalecia a expectativa de que controvérsias e tensões fossem amplamente vocalizadas e debatidas, aqui o regime de participação parece distinto, possivelmente condicionado pelo tempo disponível, pela dimensão do evento ou pela presença de autoridades políticas que são, também, celebridades. A fala de Evaristo recebeu poucas reações. Seu discurso focou na relação entre o Estado e o movimento nos anos dos Governos Temer e Bolsonaro em comparação ao atual Governo Lula. Um aspecto chamativo, no entanto, foi o uso de citações de pessoas amplamente conhecidas no ativismo internacional — como Harvey Milk⁴³, Audre Lorde⁴⁴ e Sylvia Rivera⁴⁵ —, mas que não parecem ocupar o mesmo lugar de referência no contexto do movimento brasileiro. Todas as citações foram recepcionadas com desânimo por parte da plateia.

O que gostaria de evidenciar, com a descrição dessas falas, é que o problema colocado pela Aliança LGB em suas declarações aparece também nas manifestações bissexuais, nas falas de mulheres lésbicas e, implicitamente, na ausência gay. Ainda que essas autoridades e militantes não tenham manifestado o desejo de romper com pessoas trans, nem as responsabilizado pelos caminhos que o movimento tem tomado — antes o contrário, já que o tempo todo há a defesa de uma política de coalizão —, alguns elementos dessa disputa parecem se manifestar.

No segundo dia de conferência, os debates em torno das identidades sexuais e de gênero continuaram. O período da tarde desse dia foi constituído de painéis temáticos voltados aos eixos

⁴³ Harvey Milk foi um político e ativista gay norte-americano, um dos primeiros eleitos abertamente LGBT nos Estados Unidos, assassinado em 1978.

⁴⁴ Audre Lorde foi uma escritora e ativista negra, lésbica e feminista dos Estados Unidos, conhecida por suas contribuições ao pensamento interseccional.

⁴⁵ Sylvia Rivera foi uma ativista trans latina, participante da Rebelião de Stonewall e pioneira no Movimento LGBT norte-americano.

de discussão dos GTs. A proposta era trazer especialistas para falarem sobre os temas de cada GT com profundidade, dando subsídio às discussões. Cada painel teria duração de uma hora, sem espaço para perguntas e debates com o pleno. O auditório da plenária, onde aconteciam os painéis, passou a tarde toda consideravelmente esvaziado. O debate técnico não pareceu chamar muito a atenção da maior parte das pessoas, que se localizavam no salão de entrada do evento, produzindo articulações e colhendo assinaturas para suas moções. Ao falar sobre este fenômeno com uma pessoa que tinha se sentado perto de mim, ela me disse: “a conferência tá sendo lá fora, não percebeu?”.

O primeiro painel discutiu experiências e pautas relacionadas ao enfrentamento da violência cometida contra pessoas LGBTQIA+. Abordo os aspectos técnicos e propositivos das falas desse painel no capítulo 3; no entanto, ao tratar de protagonismo e identidades, vale ressaltar um momento específico da última intervenção da mesa. O último a falar, um homem gay e membro da Secretaria Nacional LGBTQIA+, ao final de sua exposição, mencionou a Aliança LGB, afirmando que o “nosso movimento é o LGBTQIA+”. Dirigiu-se também aos homens gays, declarando que “todo gay transfóbico é um traidor” e que a transfobia não tem espaço em nossas relações. A fala gerou reação de um homem na plateia, que gritou repetidas vezes que “não é só gay que é transfóbico, não. Tem transfobia em todo lugar”. Durante os 20 minutos de fala proferida por um homem gay, os gays foram mencionados apenas como produtores de violência e, em nenhum momento, como sujeitos que também a sofrem.

Durante o GT 15, no terceiro dia de Conferência, certas disputas continuaram, ainda que em outro tom. Na discussão da proposta 8, que dizia “Implementar políticas transversais e interseccionais em todos os conselhos de políticas públicas, em nível municipal, distrital, estadual e nacional, assegurando a consulta e participação social das populações trans, travestis e intersexo em seu desenho, implementação e monitoramento”, houve um destaque apresentado por Pedro. Trata-se da mesma figura que, durante a cena 2, solicitou a inclusão de “fãs da Taylor” entre os grupos que deveriam constar na lista final de propostas. Como soube posteriormente, ele ficou conhecido como um dos supostos articuladores da Aliança LGB. De acordo com representantes da organização política, nenhum membro da Aliança LGB esteve presente na Conferência. Esse fato foi comunicado por meio de uma postagem na plataforma Instagram, na qual repudiam a retirada das credenciais de pessoas que estavam articulando “políticas LGB”⁴⁶.

⁴⁶ Disponível em: https://www.instagram.com/p/DQkchh5kRmW/?img_index=1. Acesso em 21 fev. 2026.

Ao longo de toda a reunião do GT, estabeleceu-se uma relação tensa entre ele e a mesa mediadora. Pedro sugeria que poderia haver manobras por parte da mesa e afirmou que o Conselho Nacional LGBTQIA+ não teria sido propriamente eleito — afirmação prontamente rechaçada pela mediação. No caso específico da proposta 8, no entanto, ele solicitou a inclusão de pessoas LGB na pauta, argumentando que não haveria motivo para restringir a proposta apenas às populações trans e intersexo. Uma participante defendeu a manutenção do texto original, argumentando que aquela era a única proposta do GT que enfatizava diretamente a população trans e que, por isso, deveria permanecer inalterada. A proposta foi mantida em sua redação original.

O conflito entre Pedro e a mesa chega ao ápice durante as próximas propostas. Na discussão da proposta 9 — “Reativar um conselho social consultivo e fiscalizador voltado à inclusão da população LGBTQIA+ no mercado de trabalho, com participação de representantes da sociedade civil, movimentos sociais e poder público” —, Pedro havia inicialmente solicitado um destaque de supressão total, mas questionou a mesa sobre a possibilidade de alterar a modalidade para destaque de alteração. A coordenação informou que a mudança não era possível e perguntou se ele desejava retirar o destaque. A interação entre ele e a mesa já se mostrava tensionada desde o início do GT e, naquele momento, a situação se torna ainda mais arrojada. Diante da negativa, Pedro optou por retirar o destaque.

Na discussão da penúltima proposta, quando o GT se encaminhava para o encerramento, uma situação parecida com a de Pedro se repete. A proposta 10 previa “Instituir a obrigatoriedade da autodeclaração em todos os cadastros de acesso às políticas públicas nas esferas do poder público, autarquias e fundações, assegurando acessibilidade em Língua Brasileira de Sinais (Libras), com fixação de cartazes e QR Codes. Garantir também a criação de centrais de Libras no Ministério da Justiça e Segurança Pública e nos fóruns estaduais e municipais, com oferta de serviço de intérprete para atendimento contínuo”. De modo semelhante ao que havia ocorrido anteriormente com Pedro, Larissa — uma mulher lésbica, delegada do Amazonas — solicitou a alteração da modalidade de seu destaque, originalmente apresentado como aglutinação, para destaque de alteração. Diferentemente do caso anterior, a mesa submeteu a solicitação à deliberação do plenário, que votou e aprovou a mudança da modalidade. Pedro ensaiou um grito, mas deixou a sala em busca de apoio junto à organização do evento. A situação, no entanto, pareceu passar despercebida pela maior parte dos participantes.

Pedro já havia retornado à sala quando se iniciou a discussão da proposta 11, que tratava de “Criar Comitê de Pessoas LGBTQIA+ da América Latina e Caribe, com a finalidade de promover a troca de experiências, diálogos e formações continuadas sobre políticas públicas para a comunidade e suas interseccionalidades, assegurando subsídio financeiro para a implementação e manutenção das ações.” Em determinado momento, Pedro solicitou a palavra, ao que a coordenação respondeu que ele não possuía destaque inscrito naquela proposta. Em seguida, Pedro afirmou: “bom, eu vou falar, se você não quiser você não escuta”. A reação dos presentes foi imediata, com manifestações de reprovação, vaias e gritos. Letícia, integrante da mesa de mediação, advertiu que, caso ele voltasse a agir de forma desrespeitosa e machista⁴⁷ em relação à mesa, seria retirado da sala.

Enquanto os trabalhos seguiam, uma representante da organização entrou na sala e interrompeu a sessão, com o objetivo de compreender o que havia ocorrido, informando que Pedro a havia procurado solicitando a destituição de Letícia da mesa. A maior parte das pessoas presentes parecia não ter acompanhado toda a movimentação anterior, demonstrando surpresa diante do ocorrido. Em resposta, alguns delegados redigiram uma carta de apoio a Letícia, que foi lida em voz alta, destacando sua atuação na condução dos trabalhos e repudiando as ofensas dirigidas a ela por Pedro. Em seguida, realizou-se uma votação sobre a permanência ou não de Letícia na mesa, e Pedro foi o único participante a votar a favor de sua remoção. Durante todo o restante do GT, Pedro se manteve calado em seu assento.

Mais uma vez, as disputas parecem ser mediadas por vários elementos. A posição de gênero, orientação sexual e raça impactam na forma como as tensões entre Letícia e Pedro se desenvolvem. Ao mesmo tempo, a intransigência seletiva de Letícia demonstra também que há uma busca por justiça no tratamento que vai além da regra presente no regimento. Pela tensão que observei, possivelmente Letícia já conhecia a postura ideológica de Pedro, e sua posição contra o Conselho Nacional, o que já informava, para a mediação, o tipo de intervenção que ele tenderia a realizar, orientando uma condução mais rígida de suas falas desde o início. Esse enquadramento contribuiu para que sua atuação fosse progressivamente percebida como disruptiva pelos demais participantes, deslocando o conflito de uma disputa sobre regras ou conteúdo para uma avaliação

⁴⁷ Neste caso, vale relatar os marcadores sociais de cada um, como se apresentaram. Pedro era um homem cis, gay e branco. Letícia, que presidia a mesa, era uma mulher cis, negra e sem orientação sexual apresentada. A descrição do campo fica incompleta sem a projeção de quais eram as forças em disputa.

sobre sua própria conduta no espaço. Ao longo do GT, Pedro vai sendo marcado menos como interlocutor legítimo de uma posição política e mais como alguém que perturba o andamento dos trabalhos, o que culmina em seu isolamento quase completo ao final da sessão.

Na parte da manhã do último dia da Conferência Nacional, houve uma exibição do curta-metragem *Xicas: Travestis na Avenida, no protagonismo da história*, produzido pela Antra em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong). O filme é um documentário que retrata um desfile em que a escola de samba Paraíso do Tuiuti fez uma homenagem a Xica Manicongo — reivindicada como a primeira travesti brasileira — com um bloco inteiro composto por mulheres trans e travestis. Em uma cena do curta, Bruna Benevides, presidenta da Antra, aparece dizendo que Xica Manicongo por muito tempo foi lembrada, por um intelectual baiano, branco e que estudou pessoas LGBT no Brasil Colônia, como “o primeiro travesti, no masculino”, e que, agora, era a hora de as próprias travestis recontarem sua própria história, “no feminino”. Em um teaser exibido em seguida, se ouve mais uma vez a frase — amplamente aplaudida — “todo LGB transfóbico é um traidor”. Ou seja, o debate sobre a transfobia no meio LGB e na história da constituição do movimento LGBT aparece como elemento fundamental também nas produções audiovisuais transmitidas.

O que os dados de campo revelam, portanto, é que a narrativa de oposição entre homens gays e pessoas trans — ainda que presente como enquadramento discursivo em determinados momentos — não dá conta da complexidade das alianças e tensões que caracterizam a dinâmica interna do movimento LGBTQIA+. As disputas observadas tanto na etapa estadual quanto na nacional se organizam segundo lógicas situacionais, nas quais diferentes marcadores de identidade — gênero, orientação sexual, raça, território, geração — são acionados de maneira seletiva e estratégica conforme o contexto e os interesses em jogo.

Essa fluidez, no entanto, não deve ser confundida com ausência de hierarquias. O que se observa é que determinadas identidades e pautas ocupam posições mais centrais ou mais marginalizadas no interior do campo, e que essa hierarquização é objeto de disputa. A invisibilidade das pessoas bissexuais nas falas institucionais, a marginalização das pessoas não binárias nos critérios percentuais, a tensão entre lésbicas cis e mulheres trans no processo de representação, e a tentativa de Pedro de inserir demandas LGB em propostas voltadas especificamente às populações trans e intersexo — e a defesa da manutenção dessa especificidade

por uma mulher lésbica — são todos exemplos de como o reconhecimento — ou sua ausência — estrutura as possibilidades de participação e de enunciação política dentro do próprio movimento.

Nesse quadro, a Aliança LGB aparece como a expressão radicalizada de tensões que já habitavam seus espaços internos. Como apontou a militante trans com quem conversei ao final da Conferência, essas disputas existem como “conversa de corredor” há ao menos quinze anos. O que muda, com a fundação da organização e sua declaração pública de independência, é o grau de visibilidade e de formalização dessas divergências — que passam a ser enunciadas em um registro de ruptura e não mais de negociação. Isso transforma o campo de forças e constitui um momento importante para se refletir sobre os vínculos políticos que estruturam o Movimento LGBTQIA+.

Por fim, o que parece estar em disputa, em última instância, é a própria gramática de reconhecimento que organiza o campo. Quais identidades merecem nomeação? Quais histórias de violência são dignas de enunciação pública? Quais sujeitos são reconhecidos como legítimos portadores de demandas coletivas? Essas perguntas atravessam todas as cenas descritas neste capítulo — das bancas de saúde às plenárias, dos GTs às falas de autoridades — e não encontram resposta unívoca. O movimento LGBTQIA+, como espaço de produção e contestação de categorias, parece operar justamente nessa tensão irresolúvel entre a necessidade de nomeação e os limites desse tipo de construção política. Apesar dessa teia complexa, o movimento parece estar produzindo uma virtualização desse conflito histórico a partir da oposição entre homens gays e pessoas trans, o que obscurece outras linhas de tensão igualmente constitutivas no campo.

2.2. Para além de identidades sexuais e de gênero

Para além dos conflitos descritos na seção anterior, centrados especialmente em categorias de gênero e sexualidade, outros imbricamentos entre categorias sociais aparecem com força na reivindicação de seu espaço no campo. Em um movimento que acredito ser relativamente novo, a situação de pessoas neurodivergentes e de pessoas com deficiência se sobressai. Antes de reconstituir as discussões que se fizeram presentes no âmbito da 4ª ConfLGBTQIA+, vale tensionar os sentidos de cada uma dessas categorias.

O conceito “neurodiversidade” tenta salientar que a “conexão neurológica” (neurological wiring) atípica (ou neurodivergente) não é, como vimos, uma doença a ser tratada e se for possível curada. Trata-se antes de uma diferença humana que deve ser respeitada como outras diferenças (sexuais, raciais, entre outras). Eles são “neurologicamente diferentes”, ou “neuroatípicos”. (Ortega, 2009, p. 72)

A definição acima é feita a partir da descrição do histórico do movimento de pessoas com deficiência e, mais recentemente, de pessoas autistas. Segundo Ortega (2009), o movimento da neurodiversidade emerge no interior de um deslocamento mais amplo promovido pelos *disability studies*, cuja principal inflexão consiste na crítica ao modelo médico-individual da deficiência e na formulação do chamado modelo social. A distinção entre *impairment* (lesão) e *disability* (deficiência) desloca o foco da suposta anormalidade individual para as barreiras sociais, culturais e institucionais que produzem a exclusão (Ortega, 2009). Ou seja, se cria — assim como na relação entre sexo e gênero no feminismo dos anos 1970 e 1980 — uma distinção entre aspectos biológicos e o que é determinado socialmente a partir de aspectos biológicos. Nesse enquadramento, a deficiência deixa de ser concebida como tragédia pessoal ou déficit a ser corrigido, passando a ser entendida como uma diferença socialmente produzida. É nesse momento histórico que o autismo e outras neurodivergências passam a ser reivindicadas por determinados grupos de forma não-patológica, mas como variação possível do funcionamento humano. O movimento da neurodiversidade, em geral, recusa a noção de cura — embora existam alas pró-cura, principalmente ligadas a associações de familiares — e, aproxima sua luta das políticas de diferença mobilizadas historicamente por movimentos feministas, antirracistas e LGBT, construindo-se como movimento social. Ortega (2009) relata ainda, que tal como nesses outros campos, há um processo de “*coming out*” — ou, como se diz em português, sair do armário — no qual dizer-se autista ou neurodivergente torna-se uma forma de reivindicação política.

Nesse contexto, constituem-se, ao menos no espaço anglófono, um movimento de neurodiversidade e um movimento de pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que a comunidade surda se vê mais como uma etnia, ou uma nação: “Os surdos sentem que sua cultura, linguagem e comunidade os constituem como uma sub-nacionalidade, totalmente adequada, fechada em si mesma, auto-definidora dentro de uma estrutura maior do estado ouvinte” (Ortega, 2009, p. 69).

Ainda que certamente as condições do campo das neurodivergências e de pessoas com deficiência tenham se atualizado nos 17 anos que separam a escrita deste texto e a publicação de Ortega (2009) — com a revisão diagnóstica promovida pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5ª edição (DSM-5) em 2013, que expandiu o diagnóstico do autismo, a consolidação da identidade neurodivergente como categoria política e de autoidentificação, avanços legislativos como a Lei Berenice Piana (Lei 12.764/2012), que considera a pessoa com

TEA como uma pessoa com deficiência, a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência em 2015, e a crescente visibilidade dessas pautas nas redes sociais e no ativismo —, parto das suas definições para construir uma base mínima que permita a compreensão de alguns dos embates que presenciei em campo.

Ainda no primeiro dia da etapa estadual da conferência, antes mesmo do início formal dos trabalhos deliberativos, duas intervenções de natureza semelhante chamaram a atenção no intervalo entre a premiação e a aula magna. A primeira foi feita por uma participante que solicitou que palestrantes e membros da coordenação realizassem audiodescrição sempre que fossem falar, considerando a possível presença de pessoas com deficiência visual na plateia. A segunda ocorreu já durante a aula magna, no contexto de uma prática coletiva de relaxamento conduzida no palco: uma pessoa pediu que comandos como “fiquem de pé”, “sentem-se” ou “coloquem os pés no chão” fossem acompanhados de marcadores linguísticos como “aqueles que puderem”, de modo a contemplar corpos com diferentes possibilidades de movimento. Ambos os pedidos foram recebidos sem resistência e pareciam evidenciar uma preocupação compartilhada em produzir um espaço não apenas voltado às dissidências sexuais e de gênero, mas também atento à inclusão de diferentes corpos.

No segundo dia da mesma etapa, as tensões em torno da acessibilidade e da inclusão ganharam maior intensidade, principalmente durante a leitura do regimento interno. Foi no artigo 5º, que tratava do dever da comissão organizadora de promover um evento “diverso, participativo, inclusivo e acessível”, que o debate passou a se acirrar. Uma pessoa agênero e autista, que aqui chamo de Ariel, solicitou a palavra para denunciar a ausência de suporte específico para pessoas autistas no evento, afirmando que a comissão deveria disponibilizar acompanhantes, apoio técnico e materiais adequados. Sua fala foi enérgica, prolongada e amplamente ovacionada pela plateia — que o tempo todo realizava protestos contra a mesa e a comissão organizadora. Em seguida, outra pessoa autista e não binária reforçou os pontos levantados e propôs a criação de um grupo de articulação entre pessoas não cisgêneras e com “neurocomplexidades” e “neurodivertidas”, nos termos utilizados por ela, como forma de fortalecer a organização política desse segmento. Falas do tipo também foram realizadas em outros momentos.

Ainda na cena de Ariel, um homem cis afro-indígena sentado ao meu lado pediu a palavra para apontar que as metodologias adotadas também dificultavam a participação de pessoas como ele, sugerindo a necessidade de considerar a dimensão étnico-racial na discussão sobre

acessibilidade. Logo depois, uma pessoa não binária relatou ter sofrido transfobia por parte de um segurança ao tentar acessar o banheiro de sua escolha. A sucessão de falas, somada às reações constantes da plateia — pedidos de microfone, gritos, pessoas se levantando e se aproximando do palco — produziu um ambiente de crescente agitação.

Foi nesse contexto que Ariel voltou a se levantar e, com o microfone, passou a gritar, denunciando a falta de respeito da comissão organizadora para com pessoas autistas. Visivelmente alterado, com o corpo trêmulo, dizia frases como “vocês vão me causar uma crise epiléptica” e “chega de palma”. A mesa então solicitou à plateia que cessasse os aplausos e o uso de leques, práticas que até então eram recorrentes. Minha percepção é de que, até aquele ponto, as intervenções de Ariel haviam sido majoritariamente bem recebidas, mas a intensidade da cena passou a produzir desconforto e constrangimento entre as pessoas presentes.

Nos cerca de quarenta minutos seguintes, a maior parte dos artigos do regimento foi aprovada sem destaques, em grande medida por tratarem de aspectos organizacionais já superados pelo andamento do próprio evento. A discussão voltou a se intensificar no artigo 21º, relativo às responsabilidades das subcomissões de organização, entre elas a de “Metodologia, conteúdo e programação”, responsável por elaborar a programação e convidar expositores e palestrantes. Ariel pediu destaque novamente e utilizou o microfone por vários minutos, abordando não apenas o conteúdo do artigo, mas uma série de questões correlatas. Se antes sua fala havia sido aplaudida, agora as reações ao redor eram de incômodo, já que algumas pessoas tampavam os ouvidos por conta dos gritos, enquanto Ariel afirmava que não iria mais “mascarar” seu autismo naquele espaço.

Ao declarar ser a única pessoa autista presente e afirmar que a programação não poderia ser definida apenas por “pessoas cis hetero não binário sem dissidência nenhuma”, o ambiente se tornou ainda mais tenso. Apesar dos cochichos e sinais claros de desconforto, nenhuma fala de contestação direta a Ariel foi feita publicamente. Ao final, sua proposta de incluir a necessidade de convidar palestrantes autistas foi acatada, ainda que, naquele momento do evento, já não houvesse meios práticos de implementá-la.

Logo após essa sequência de debates, a plenária foi interrompida para o almoço. Na fila, um interlocutor me apontou que as pessoas iam à conferência para debater as necessidades sociais de outras categorias, e que pessoas LGBT não costumavam fazer o mesmo nas conferências dos

“outros”. Disse ser um defensor da acessibilidade “plena, real”, mas não desse “tipo de picuinha e atraso”, referindo-se às discussões que haviam acabado de ocorrer.

Ariel, que foi o maior protagonista dos debates sobre neurodiversidade na etapa estadual do evento, voltou a ocupar o centro de uma cena no terceiro e último dia da conferência. Enquanto a mesa realizava a leitura das moções aprovadas, entre elas uma moção de repúdio à comissão organizadora pela falta de acessibilidade e de suporte ao longo do evento, Ariel passou a gritar antes mesmo de a leitura ser concluída, reforçando os termos expressos no texto da moção. Suas intervenções foram recebidas com vaias por parte do público e interrompidas diversas vezes pela mesa. Em meio aos gritos, Ariel também recorreu a palavrões dirigidos a uma integrante da comissão organizadora, repetindo frases como: “vai embora é o caralho”. Durante sua jornada na etapa estadual, Ariel experimentou uma mudança constante de reações às suas falas, sendo primeiro ovacionado, em seguida, ignorado e, por fim, vaiado.

Na etapa nacional, já atento às possíveis mobilizações em torno do tema, novos aspectos da presença das neurodiversidades me chamaram a atenção. Primeiramente, ao chegar no CICB, notei a existência de uma sala de descompressão sensorial, com espaços para as pessoas se deitarem sob uma luz azul, em um espaço silencioso. Uma das demandas da qual Ariel foi porta-voz durante a etapa estadual foi atendida, pensei. Durante todos os dias do evento, no entanto, a organização lembrava seus participantes de que a pequena sala deveria ser ocupada apenas “por quem precisa”, sem que os critérios para isso fossem apresentados, e que o uso de celulares dentro da sala estava proibido.

Assim, questões envolvendo pessoas com deficiência, neurodivergentes e surdas apareceram menos durante a etapa nacional da Conferência. Quando autoridades e membros do conselho LGBTQIA+ se apresentavam antes de falar ao microfone, desde a plenária inicial, algumas vezes diziam ser “PCD”, “autista” ou “neurodivergente” — e, em um caso, “sobrevivente de câncer”, outro marcador ligado à saúde. Além disso, em conversas informais, algumas pessoas apresentaram-se a mim a partir desses marcadores também. Mas, à exceção desses momentos, apenas um caso chamou minha atenção durante a etapa nacional.

Era o terceiro dia da etapa nacional, quando as pessoas delegadas se dividiram em 16 grupos de trabalho (GTs) para debater as propostas sistematizadas a partir das etapas estaduais. Integrei o GT 15, responsável pela discussão de mecanismos de participação social voltados à população LGBT. Os grupos de trabalho se organizaram de modo que a primeira tarefa coletiva

consistia na leitura integral do caderno de propostas. Após a leitura de cada proposta, as pessoas delegadas podiam solicitar destaque, explicitando, no momento do pedido, seu tipo — supressão, alteração ou aglutinação —, o qual não poderia ser modificado posteriormente. Encerrada essa etapa, a mesa organizava uma lista de destaques, que passavam então a ser apreciados e deliberados. Na sequência, os destaques eram analisados por tipo, na ordem de supressão, alteração e aglutinação, com espaço para defesas e votação. Concluída a deliberação, passava-se à proposta seguinte; e assim se seguia o processo democrático.

Tudo transcorria de forma relativamente tranquila durante a etapa de listagem dos pedidos de destaque, que ocorreu de maneira célere. Após a finalização da votação da primeira proposta, no entanto, cinco pessoas ingressaram na sala e se acomodaram nas cadeiras da frente. Enquanto a mesa dava continuidade aos trabalhos, foi interrompida por essas pessoas, que se apresentaram como integrantes da comunidade surda e solicitaram a abertura de novos destaques para a proposta de número dois. O pedido foi imediatamente rechaçado pela maioria das pessoas delegadas presentes, sob a justificativa de que a etapa de solicitação de destaques já havia sido encerrada.

Instalou-se, então, um momento de confusão, com três intérpretes de Libras traduzindo simultaneamente para o português o que era dito pelas pessoas surdas e para Libras as falas das pessoas ouvintes. Os intérpretes reiteradamente solicitavam ordem e silêncio, pedidos que raramente eram atendidos. As pessoas surdas reivindicavam a inclusão automática do termo “comunidade surda” em todas as propostas. O atraso na chegada do grupo foi explicado por uma reunião ocorrida na manhã daquele dia entre a Secretária Nacional LGBTQIA+, Symmy Larrat, e representantes da comunidade surda.

Ainda assim, em nome do cumprimento do regimento, parte expressiva das pessoas delegadas defendia que não se abrisse precedente para reabrir a fase de destaques. Diante disso, a comunidade surda optou por deixar a sala em protesto, alegando a invisibilização de suas pautas no interior do movimento LGBT, conforme afirmou um de seus representantes. Após alguns minutos fora do espaço, o grupo retornou, momento em que foi apresentada uma proposta coletiva de mediação: a inclusão do termo “pessoas com deficiência” em todas as propostas, como uma categoria “guarda-chuva”⁴⁸. A proposta foi recusada pela comunidade surda, que afirmou buscar reconhecimento por seu “nome próprio” e por “necessidades específicas”. Em resposta, uma pessoa delegada argumentou que, seguindo essa lógica, também deveria ser incluída a menção

⁴⁸ Termo utilizado pelos delegados que o propuseram.

explícita a “pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista)”. Após novas manifestações e protestos, deliberou-se pela inclusão da expressão “acessibilidade integral para pessoas com deficiência e comunidade surda” em todas as propostas. Após essa conquista, os integrantes da comunidade surda participaram pouco dos debates do GT. Inclusões similares foram requisitadas durante a plenária final. Nesse, assim como em outros, a inclusão do nome do grupo parecia mais relevante do que o conteúdo das propostas.

Raça também foi uma categoria fortemente mobilizada em campo e como marcador social de diferença. O terceiro painel informativo do segundo dia da etapa nacional da 4ª ConflGBTQIA+ tinha como tema “Interseccionalidade e internacionalização”. Nele, se encontraram 3 palestrantes negros e negras — e o tema principal foi a inclusão da racialidade nas propostas LGBTQIA+. Na primeira fala, a palestrante afirmou que estar na conferência é “uma alegria e também uma responsabilidade”, destacando que a luta por equidade e justiça social “não é escolha, é urgência”. Enquadrou a própria presença — e a de todes ali — como um “ato político”, pois “seguimos vivos e vivas” em um país que “nos mata por sermos pretas, pretos, LGBTs”. Sua fala percorreu o reconhecimento histórico das lutas anteriores, evocando nomes de militantes negros e LGBTs já falecidos — “eles e elas não estão fisicamente, mas estão em cada bandeira erguida”, e defendendo que “a luta não começou com a gente”. A partir dessa entrada, articulou a interseccionalidade como chave analítica e prática fundamental para compreender as múltiplas formas de opressão, dizendo que “todas as formas de opressão são interdependentes” e que “nossos corpos carregam múltiplas identidades” e criticou as políticas públicas e o Estado que “ainda tentam nos encaixar em caixinhas que não nos representam”.

A palestrante lembrou que as mulheres negras já pensam “de forma interseccional” antes mesmo da difusão do termo na academia, citando Lélia Gonzalez como referência, e questionou se “as nossas práticas têm sido realmente interseccionais nos espaços que nós estamos”, convocando o movimento a refletir “quem é ouvido e quem é silenciado”. Ao discutir especificamente o tema da educação, denunciou os retrocessos recentes — o esvaziamento das pautas de gênero, raça e diversidade na BNCC e na formação docente — e defendeu que a universidade pública mantenha essas discussões “mesmo tendo uma BNC-Formação que vem e diz o contrário”. Encerrando, vinculou interseccionalidade à coerência ética e política: “não adianta eu ter um discurso interseccional e mais adiante eu excluir um ou outro”, reafirmando que

“ninguém se liberta sozinho” e que a liberdade de um grupo “só é verdadeira se for acompanhada da liberdade de todos os outros”.

A última palestrante deste painel fez um debate conceitual sobre a interseccionalidade, tema que, segundo ela, “está na boca dos documentos e de todo mundo”, mas frequentemente de modo confuso e superficial. Argumentou que há uma tendência a confundir interseccionalidade com transdisciplinaridade — que envolve a integração de diferentes saberes e práticas — e com multiprofissionalidade, isto é, a atuação conjunta de profissionais diversos na formulação de políticas públicas. Para a palestrante, contudo, o sentido da interseccionalidade vai “para além do prescrito” e diz respeito ao “vivido e enfrentado”. Ela destacou que o conceito opera em dois níveis: o descritivo, que evidencia as intersecções de opressões e identidades nas experiências cotidianas, e o analítico, que busca compreender as causas estruturais dessas discriminações múltiplas⁴⁹. Ressaltou que, nas relações interpessoais, as discriminações não se somam, mas “se multiplicam”, e que o desafio é transformar a compreensão intuitiva dessas vivências em análises concretas e aplicáveis às políticas públicas. Defendeu que é preciso distinguir “múltiplas discriminações” de “discriminação interseccionada”, já que as opressões se manifestam de forma contextual e variável, a depender dos espaços e posições sociais ocupados pelos sujeitos. Também refletiu sobre como nossa diferença muitas vezes é usada como uma *commodity* que pode ser trocada para promover determinados interesses, inclusive internacionalmente.

Ainda que muitas pessoas delegadas estivessem dispersas ou envolvidas em outras conversas, o conteúdo das intervenções reiterava uma gramática política que já organizava as interações no evento. A necessidade de explicitar marcadores sociais de diferença para compreender como desigualdades múltiplas atravessam todo o percurso feito pelo movimento durante a conferência. No próprio processo de escrita desta dissertação, é uma tarefa complexa separar analiticamente a forma como esses marcadores aparecem — na seção anterior, raça é um tema que se fez presente de diversas formas. Nesse sentido, o debate apresentado pelas palestrantes não introduzia exatamente uma novidade analítica, mas oferecia uma elaboração conceitual de práticas que já apareciam de maneira difusa nas discussões entre os participantes. A interseccionalidade, ali, funcionava como uma forma de interpretação compartilhada das relações internas ao movimento e das disputas por representação que se desenrolavam ao longo da Conferência.

⁴⁹ Essa divisão aparece também em Collins e Bilge (2021).

A qualidade da escuta também parece ser marcada por esses elementos. Em um momento, conversava com uma interlocutora que me dizia que as diversas identidades não-binárias hoje compõem a maior parte da comunidade trans, ainda que, em sua opinião o movimento em geral ainda enxergue pessoas trans como majoritariamente binárias. Nesse momento, fomos interrompidos por 3 pessoas da delegação do Rio de Janeiro que se sentavam ao nosso lado e quiseram trocar experiências sobre as etapas estaduais. Assim como na etapa de São Paulo, segundo os delegados, o Rio de Janeiro também assistiu a disputas durante a aclamação do regimento, que durou um dia completo. Segundo minha interlocutora, assim como em São Paulo, também houve uma disputa territorial na etapa fluminense. Na disputa, um “homem, loiro e branquinho” do interior do Rio de Janeiro propôs que houvesse uma porcentagem de delegados do interior, com o objetivo de mitigar uma eleição majoritariamente da capital. Isso foi interpretado por algumas pessoas como uma posição que excluiria pessoas negras e marginalizadas do processo, e houve uma discussão generalizada, ainda que a proposta feita não fosse essa. Ainda segundo minha interlocutora, os ânimos só foram apaziguados quando uma “travesti preta do interior” explicou novamente a proposta das cotas para o interior, que, por fim, foram acatadas.

A interpretação de meus interlocutores sobre a escolha das regras do regimento — independentemente de estar correta ou não — também seguia essa mesma lógica de leitura das posições sociais. A proposta de reservar uma porcentagem de delegados para o interior foi inicialmente percebida por alguns participantes como uma tentativa de favorecer sujeitos socialmente mais privilegiados, identificados na figura do “homem loiro e branquinho” mencionada na conversa. A associação entre interior e privilégio racial ou social não era necessariamente um diagnóstico preciso da composição do território fluminense, mas expressava um modo de interpretar propostas políticas a partir da posição social presumida de quem as apresenta. Quando a mesma proposta foi reformulada e defendida por uma “travesti preta do interior”, ela passou a ser compreendida de maneira distinta e, finalmente, aceita. O que pareceu orientar a recepção da ideia — mais uma vez, na interpretação das pessoas com quem conversei — foi a posição social atribuída à pessoa que a enunciava e a leitura das desigualdades estruturais que atravessariam aquela posição.

O que interessa, nesse caso, é como território, raça, gênero, orientação sexual e várias outras categorias são mobilizadas e entendidas por meio de um complexo cálculo de vantagens e desvantagens. Tentar compreender esse processo é o tema da próxima seção.

2.3. Interseccionalidade e construção de alianças

Como explicar os conflitos que encontrei em campo? O ponto de partida é uma dificuldade que se impôs antes do campo, ainda durante o trabalho inicial de pesquisa: conhecendo o debate mais recente sobre identitarismo, não conseguia entender por que a crítica não parecia corresponder ao que assistia. Segundo os autores examinados no capítulo anterior, a política identitária operaria por meio do fechamento de sujeitos em categorias fixas, da substituição do debate político pela moralização das posições e da fragmentação do campo progressista em identidades cada vez mais particulares e incomunicáveis. Miskolci (2021, p. 44), por exemplo, entende que “o ativismo se construiu na criação sucessiva de identidades mantidas estanques e lado a lado (LGBTI+)”. Barros (2024) localiza nesse processo o triunfo de um eu = eu que impossibilitaria o encontro com o outro. Alves (2022) vê na multiplicação de marcadores uma tendência ao corporativismo identitário que dissolve o horizonte comum da luta. Da mesma forma, Roudinesco (2022) entende que o identitarismo, ao reduzir o sujeito a pertencimentos fixos e hierarquizados, tende a substituir projetos emancipatórios universais por uma política de autoafirmação que reitera exclusões e fragmenta o espaço político comum. O que esses diagnósticos têm em comum é a ideia de que a nomeação reiterada de diferenças produz, tendencialmente, fronteiras que separam em vez de pontes que conectam.

O campo, no entanto, mostrou algo diferente. O debate sobre o acrônimo “LGBTQIA+”, que seria o índice mais visível do suposto identitarismo, foi quase irrelevante durante toda a Conferência. O que ocupou a energia das pessoas delegadas não foi a disputa por qual letra pertencia ou não à sigla, mas sim a questão de como distribuir espaço, representação e reconhecimento entre sujeitos que compareciam ao mesmo tempo com múltiplos pertencimentos.

Minha aposta é a de que há uma busca constante por uma política interseccional — que passa, necessária e paradoxalmente, pela nomeação das diferenças e pela articulação de coalizões transversais. Se nos anos 1990 a ideia de uma política de direitos universal parece ter falido em detrimento da construção de políticas focalizadas, o que o Movimento LGBTQIA+ apresenta é uma tentativa de rearticulação entre esses dois polos: um esforço de produzir universalidade a partir da diferença, no qual a multiplicação de sujeitos não implica a fragmentação da ação coletiva, mas a construção de alianças contingentes, atravessadas por conflitos, que buscam ampliar as formas de reconhecimento e de redistribuição no interior do Estado. Se a crítica ao

identitarismo enxerga na nomeação das identidades um movimento de fechamento e essencialização, o que o campo parece sugerir é que a nomeação não é o fim da linha, mas o pedágio necessário para a visibilidade política em um sistema que só reconhece o que é nomeado. No entanto, uma vez nomeados, esses sujeitos não se encastelam em suas siglas; eles utilizam a identidade como uma base de operações para lançar pontes.

Esse fenômeno já foi notado por Facchini (2020) quando escreveu que, durante as quatro décadas do movimento LGBT,

sempre houve uma tensão entre, por um lado, apelos à experiência e à atribuição de sentidos para a luta baseados na opressão vivida e, por outro, as identidades políticas pactuadas visando a objetivos estratégicos e coletivos. Um desdobramento dessa hipótese considera que vivemos em um período no qual, embora permaneça o uso de acrônimos como LGBT ou LGBTI, o foco principal recai sobre a experiência. (Facchini, 2020, p. 62)

Nessa tensão entre identidade e experiência, a diferença entre os acrônimos é resultado de uma maior especificação das experiências vividas na formulação de identidades políticas (Facchini, 2020). As articulações políticas, nesse caso, se baseiam em uma “íntima conexão entre experiência e interseccionalidade”, conectando “lutas relacionadas a diversas ‘opressões’” (Facchini, 2020, p. 63). Assim, o aumento do acrônimo pode ser compreendido como um esforço de refinamento da inteligibilidade das experiências, que amplia as possibilidades de reconhecimento e de articulação. Nesse sentido, a multiplicação de categorias opera como condição de possibilidade para a formação de alianças mais situadas e, ao mesmo tempo, mais abrangentes. Trata-se de um processo relacional, no qual diferentes posições são continuamente negociadas.

Ao longo das últimas décadas, os movimentos sociais brasileiros passaram por um processo que vai do centramento de sujeitos políticos relativamente estáveis à sua posterior desestabilização e pluralização (Facchini; Carmo; Lima, 2020). Se, em um primeiro momento, a construção de categorias como “mulher”, “negro” ou “homossexual” foi fundamental para a constituição de sujeitos de direitos e para sua entrada no espaço público, em momentos mais recentes observa-se um deslocamento por meio do qual essas categorias permanecem operantes, mas deixam de organizar, de forma exclusiva, a ação coletiva. Em seu lugar, ganham centralidade formas de articulação que enfatizam a multiplicidade das experiências e a transversalidade das opressões — ou a relação entre essas categorias.

No material empírico, isso se traduziu em uma dinâmica na qual a identidade aparecia como um recurso estratégico. As falas e intervenções que acompanhei frequentemente partiam de experiências situadas — atravessadas por gênero, raça, classe, territorialidade — e, a partir delas, construíam conexões com outras agendas. Assim, o campo se organiza por meio de trânsitos e traduções entre diferentes posições. Essa forma de atuação dialoga com o diagnóstico feito por Facchini, Carmo e Lima (2020) sobre o cenário contemporâneo dos movimentos, no qual se encontra um contexto marcado pela diversificação organizativa, pela emergência de coletivos menos institucionalizados e pela centralidade da experiência como fundamento da ação política. Nesse quadro, a interseccionalidade aparece como uma prática cotidiana de articulação, que orienta tanto a produção de demandas quanto a construção de alianças.

Dessa perspectiva, o diagnóstico identitarista perde parte de sua força explicativa precisamente porque tende a capturar apenas a superfície formal das categorias, desconsiderando os usos situados que os próprios atores fazem delas. O que o campo sugere é que as identidades, funcionando como dispositivos de mediação entre experiências e arenas políticas, permitem tanto a visibilidade quanto a construção de alianças. Em vez de enclausurar sujeitos, elas podem — e frequentemente o fazem — viabilizar os deslocamentos que tornam possível uma política que se quer simultaneamente localizada e transversal.

Como compreender, por exemplo, a luta por representação durante a eleição da delegação paulista? Pelos argumentos apresentados pelos autores críticos do “identitarismo”, seria possível inferir que as pessoas e grupos políticos em questão buscaram distinguir-se por meio de uma nomeação exaustiva e pela produção de fronteiras intransponíveis entre o Eu e o Outro — e que todas as pessoas estariam preocupadas apenas com seus próprios interesses. No entanto, me parece que o fenômeno em questão é muito mais complexo e interessante do que isso. De fato, há uma nomeação exaustiva das diferenças, mas o objetivo último dessa nomeação não é estimular o ódio pelo diferente, mas sim produzir justiça na política de reconhecimento. Para qualificar a produção da igualdade, é utilizado um método específico que parece ser parte de uma grande mentalidade coletiva, partilhada por todos os que estiveram presentes — incluindo eu —, mas que é difícil de ser explicado.

O método em questão é regido por uma lógica geométrica de cálculo de desvantagens. Entendendo a política como o momento singular da igualdade — quando uma cena comum pode

ser partilhada⁵⁰ por aqueles que reivindicam uma parte nela —, o que observei em campo foi um esforço constante de situar os participantes em relação às hierarquias sociais mais amplas. Para isso, diferenças eram reiteradamente nomeadas: gênero, orientação sexual, neurodivergência, raça, classe, território, geração. Essas categorias apareciam como maneiras de localizar posições sociais e, ao mesmo tempo, de tornar perceptíveis assimetrias que atravessam o próprio movimento. Essa explicitação das diferenças não parecia destinada a cristalizar identidades em compartimentos estanques. Em muitas situações, ela funcionava mais como um procedimento prático de avaliação das desigualdades presentes no espaço coletivo. Intervenções em plenária, conversas de corredor e disputas por representação frequentemente mobilizavam marcadores sociais para situar interlocutores em diferentes posições de vulnerabilidade ou privilégio. A partir desse tipo de avaliação, tornava-se possível justificar por que determinados grupos deveriam ampliar sua presença em espaços de fala, representação ou decisão.

Quando alguém diz que “todo mundo sabe que o T é a letrinha mais marginalizada da sigla”, a narrativa mobilizada é a de que a marginalização e a vulnerabilidade são categorias calculáveis — e que o resultado está dado. Tal narrativa aparece no trabalho de Aguião (2018) como forma de entender a posição social que mobiliza o movimento trans, mas que também atua como criação de um protagonista da vulnerabilidade que é muito útil para as políticas governamentais: “com frequência, as travestis aparecem como as mais pobres, as mais pretas, as menos escolarizadas, por vezes, são acionadas como uma espécie de ícone da “vulnerabilidade”” (Aguião, 2018, p. 207). O que esse dado revela não é, como sugere a crítica ao identitarismo, uma hierarquia de sofrimentos que fragmenta a luta — mas uma gramática política compartilhada, por meio da qual os atores orientam a produção de justiça distributiva dentro do próprio movimento.

A igualdade, portanto, não aparece como um pressuposto abstrato segundo o qual todos seriam simplesmente equivalentes — uma igualdade que seria baseada na perspectiva de que, *a priori*, todas as pessoas seriam iguais. Ela surge como algo a ser produzido por meio da correção de assimetrias identificadas no próprio processo político e deliberativo. Nomear diferenças implica no estabelecimento de critérios para redistribuir posições dentro do coletivo. A crítica ao identitarismo costuma interpretar esse tipo de nomeação como um processo de fragmentação política. No entanto, o que observei na Conferência foi um uso das identidades e da categorização

⁵⁰ Termo entendido em seu duplo sentido: “comunidade e separação” (Rancière, 2018, p. 40). As reflexões que seguem são inspiradas em parte nas reflexões de Rancière, particularmente em sua obra *O desentendimento* (2018 [1996]).

de grupos sociais como instrumentos para medir desigualdades internas e ajustar continuamente a distribuição de representação e de redistribuição dos recursos. A multiplicação das diferenças orientava tentativas de reequilibrar o espaço comum, aproximando-o de um ideal compartilhado de igualdade política. Em parte, é possível compreender esse fenômeno por meio de uma lógica de quantificação das diferenças e vulnerabilidades, como é proposto por Miskolci (2021, p. 68). No entanto, se o objetivo último dessa tática é a produção de justiça entre diferentes sujeitos, qual é a problemática sociológica que pode ser colocada sobre essas relações?

A problemática presente é própria do mundo jurídico-estatal. Rancière (2018) recupera, em diálogo com Aristóteles, uma distinção clássica entre duas formas de igualdade que ajuda a iluminar esse tipo de situação: a igualdade aritmética e a igualdade geométrica. A primeira parte do princípio de que todos os indivíduos contam como unidades equivalentes. Nesse registro, cada pessoa vale simplesmente como “um”, independentemente de sua posição social, de seus atributos ou de sua história. A segunda, por sua vez, opera por proporção. Ela pressupõe que os indivíduos ocupam posições distintas em uma ordem social e que a distribuição de bens, posições ou reconhecimento deve levar essas diferenças em consideração⁵¹.

O que observei durante a Conferência aproxima-se claramente desse segundo modelo. As intervenções e disputas que acompanharam a formação da delegação não eram orientadas por uma ideia abstrata segundo a qual todas as pessoas presentes deveriam ser consideradas equivalentes entre si. Ao contrário, havia um esforço constante para situar cada interlocutor em relação a uma série de desigualdades estruturais. Pessoas trans, participantes negros, representantes de territórios periféricos ou de regiões menos representadas mobilizavam essas posições para argumentar sobre a necessidade de ampliar sua presença nos espaços de decisão. Em outros momentos, participantes que reconheciam ocupar posições relativamente mais privilegiadas explicitavam esse fato para justificar a cessão de espaço a outros grupos. Essa dinâmica produz algo semelhante a um cálculo coletivo das desigualdades. Os marcadores sociais mobilizados nas falas funcionam como indicadores de posição em hierarquias mais amplas, e a partir deles se buscava ajustar a

⁵¹ Importante destacar que, na formulação de Rancière (2018), enquanto a igualdade aritmética busca calcular em termos de ganhos e perdas, a igualdade geométrica é aquela que tem a ver propriamente com a justiça, ao calcular as partes que cabe a cada um no todo. De qualquer modo, para o autor, tanto numa como noutra, sempre será uma contagem equivocada e inconclusiva, sempre haverá um erro de cálculo, uma vez que a sociedade é cindida (Rancière, 2018)

composição da representação política. As nomeações são utilizadas como parâmetros para avaliar quem estava mais distante das condições de igualdade que o próprio movimento reivindicava.

A política pode ser, então, a substituição da “ordem aritmética, a ordem do mais e do menos, que regula a troca dos bens perecíveis e dos males humanos pela ordem divina da proporção geométrica, que regula o verdadeiro bem, o bem comum que é virtualmente a vantagem de cada um, sem ser a desvantagem de ninguém” (Rancière, 2018, p. 30). Cada intervenção que evocou raça, gênero, território ou classe contribuía para redesenhar o mapa das desigualdades presentes no espaço coletivo. Esse mapa, por sua vez, orientava decisões sobre quem deveria ocupar determinados lugares, falar em certos momentos ou compor instâncias de representação.

É precisamente aqui que o argumento identitarista se inverte quando confrontado com os dados. O que o campo sugere quanto mais detalhada a descrição das diferenças, maiores as possibilidades de reorganizar o espaço político de modo a aproximá-lo de um ideal compartilhado de justiça. A nomeação reiterada servia como instrumento para tornar visíveis desigualdades internas e orientar tentativas de corrigi-las. Ou seja, como uma tentativa de observar de que maneira cada corpo ali presente se enquadrava nas estruturas sociais mais amplas. A proliferação de categorias operava como condição de possibilidade da aliança. Assim, é preciso reconhecer o teor dessas relações e, a partir disso, o debate a ser feito deve ser sobre a efetividade desse instrumento na busca da mitigação de desigualdades.

O problema, no entanto, é que a luta empreendida pelos agentes políticos envolve não apenas a nomeação e renomeação das desigualdades constituintes do grupo, mas também uma disputa por recursos estatais — que passa, necessariamente, pela necessidade de reconhecimento de um terceiro⁵². Ao dirigir-se ao Estado, o movimento é compelido a traduzir o cálculo interno das desigualdades em categorias administráveis. A lógica proporcional que organiza as disputas e negociações no interior do coletivo precisa ser convertida em formas mais estáveis de classificação, capazes de ser reconhecidas pelo aparato jurídico e burocrático. Nesse processo, parte da complexidade das posições sociais mobilizadas no debate tende a ser simplificada ou condensada em categorias mais amplas. Junto disso, o caráter disruptivo da nomeação das desigualdades, no qual há a possibilidade da emergência de novos sujeitos na cena comum, fica

⁵² No caso, o próprio Estado. Ou seja, não apenas os grupos que buscam a igualdade em sua relação, mas mais um ente que não participa dessa disputa, já que já é reconhecido como entidade legítima.

corrompido. Se a matemática das desigualdades nunca é uma conta exata, a tradução desse diálogo para os papéis do Estado é mais inexata ainda.

Ao reconstruir o processo de institucionalização das políticas LGBT no Brasil dos anos 2000, Aguião (2020) identifica o risco que acompanha a gramática das especificidades movida pelo Movimento LGBT: o de que os marcadores sociais da diferença — classe, raça, local de moradia, religião, origem regional — sejam acionados como “capital político-simbólico” nas disputas por representação, mas que, ao serem traduzidos para os sistemas burocráticos de classificação, se transmutassem em “categorias meramente descritivas ou em simples somatório de opressões”, portanto distantes de qualquer proposição que buscasse pensar “a constituição mútua dos processos de diferenciação que conformam condições de produção e reprodução de desigualdades persistentes” (Aguião, 2020, p. 152–153). A “eficácia ambivalente” a qual se refere — o reconhecimento de sujeitos e direitos por meio de identificações cada vez mais específicas — produz uma inclusão que parece sempre incompleta.

A persecução de um determinado e correto modo de inclusão de sujeitos com suas infundáveis experiências forja o terreno ardiloso do qual emergem inevitáveis disputas internas relacionadas à marcação dessas particularidades e a sua legitimidade. Tais embates dizem sobre os meandros e conflitos da produção de sujeitos e identidades e da perversidade da competição por reconhecimento no contexto de recursos sempre parciais e escassos de um modo geral (Aguião, 2020, p. 152).

Machado (2013) oferece uma interpretação relevante para compreender esse tensionamento. O autor identifica, nos movimentos sociais da primeira década dos anos 2000, a articulação entre dois registros discursivos: o participacionismo — centrado na valorização dos mecanismos institucionais de participação como espaços legítimos de formulação de demandas — e o diferencialismo identitário — estruturado pela mobilização de identidades sociais específicas como fundamento das reivindicações e critério de representação política. Para Machado, essa articulação produziria efeitos problemáticos: a reificação das identidades como categorias fixas de pertencimento, a multiplicação de fronteiras internas e a conversão das demandas em categorias de gestão estatal, circunscrevendo o ativismo à “distribuição das partes” sem alcançar “o processo de como estas partes se hierarquizam” (Machado, 2013, p. 229).

A articulação entre participacionismo e diferencialismo identitário produziria, assim, uma forma particular de configuração da política. De um lado, os movimentos são incentivados a participar de arenas institucionais de deliberação e formulação de políticas. De outro, essa participação tende a ser estruturada a partir da representação de identidades ou segmentos sociais

específicos. A política passa, portanto, a ser organizada simultaneamente pela valorização da participação institucional e pela mobilização de diferenças identitárias.

A vinculação entre ação política e experiência está restringindo a percepção das relações entre identidades, por focar os efeitos da desigualdade nas diferenças particulares que caracterizam uma identidade, impedindo que as demandas específicas de cada identidade coletiva agreguem elementos na construção de uma crítica radical e que questione estruturas discursivas mais amplas. Em outras palavras, restringir o debate democrático ao universo de identidades reificadas mantém a disputa política em torno da distribuição das partes, ou da hierarquização destas partes, mas não alcança o processo de como estas partes se hierarquizam, ou seja, circunscreve o ativismo no âmbito da ordem policial e dissipa seu potencial político (Machado, 2013, p. 229)

Esse diferencialismo identitário tende a produzir determinados efeitos na dinâmica interna dos movimentos sociais. Um deles seria a reificação das identidades, isto é, o tratamento de categorias sociais historicamente constituídas como se fossem unidades relativamente estáveis e claramente delimitadas. Nesse processo, identidades que emergiram originalmente como formas estratégicas de mobilização política podem passar a operar como critérios relativamente fixos de pertencimento e representação. Outro efeito seria a multiplicação de fronteiras internas no interior do próprio campo dos movimentos sociais, na medida em que diferentes experiências de desigualdade passam a ser traduzidas em categorias identitárias específicas, cada uma reivindicando reconhecimento e espaço próprio de representação. Além disso, Machado sugere que o diferencialismo identitário se articula com as próprias formas institucionais de participação promovidas pelo Estado. À medida que políticas públicas passam a ser organizadas em torno de “segmentos” ou “populações específicas”, as identidades mobilizadas pelos movimentos tornam-se também categorias administrativas e instrumentos de gestão pública. Nesse contexto, as identidades operam como dispositivos que permitem ao Estado reconhecer, classificar e organizar diferentes públicos de políticas públicas.

O diagnóstico de Machado (2013) ilumina aspectos da configuração observada. Há, de fato, uma tendência à estabilização das categorias no processo de interlocução com o Estado, e há um risco concreto de que a gramática participativa atual produza uma domesticação das demandas. No entanto, a análise das interações observadas em campo sugere que esse diagnóstico, tomado isoladamente, subestima o que acontece no interior do próprio coletivo antes da mediação estatal. A nomeação reiterada das diferenças — nas plenárias, nas eleições de delegação, nas conversas de corredor —, enquanto um procedimento de avaliação e redistribuição de posições que expressava uma gramática orientada pela busca de justiça, subverte o diferencialismo identitário ao

transformar as políticas focalizadas em políticas públicas que buscam atingir grandes contingentes populacionais. Certamente essa gramática não subverte a ordem policial do Estado⁵³. Mas ela produz distribuições reais de reconhecimento e representação, e seria um equívoco analítico reduzi-la apenas a seus efeitos institucionalizantes. Nesse sentido, as categorias mobilizadas nas disputas funcionam como instrumentos por meio dos quais os atores procuram tornar visíveis assimetrias existentes e reivindicar formas mais justas de distribuição de reconhecimento e representação.

Ao mesmo tempo, como visto na seção anterior, a trajetória das intervenções de Ariel ao longo da etapa estadual — inicialmente acolhidas com entusiasmo, posteriormente recebidas com incômodo e, por fim, alvo de vaias — oferece um caso particularmente elucidativo da forma como alianças são produzidas e desfeitas no interior do movimento. Se, em um primeiro momento, suas reivindicações em torno da acessibilidade e do reconhecimento de pessoas autistas foram facilmente incorporadas como parte de um vocabulário compartilhado de inclusão, a continuidade e intensificação de suas intervenções tensionaram os limites dessa adesão. O que essa oscilação revela é que a solidariedade entre diferentes categorias depende de condições específicas — como o tempo disponível, a forma de enunciação, a capacidade de tradução das demandas em termos generalizáveis e sua compatibilidade com os ritmos e objetivos do espaço deliberativo. Nesse sentido, a mesma fala que, em determinado contexto, é reconhecida como legítima e mobilizadora, pode, em outro, ser percebida como excessiva ou disruptiva. A cena, portanto, explicita que as alianças são construções contingentes, continuamente renegociadas em situações de interação e contato, nas quais se definem, simultaneamente, os limites da inclusão e os critérios de tolerância do coletivo.

A aliança, então, é um evento — ela acontece, dura enquanto as condições que a formaram se mantêm, e se altera quando essas condições mudam. O que aproxima, momentaneamente, pessoas autistas, delegados negros, travestis e representantes do interior não é uma identidade comum prévia, mas justamente a percepção partilhada de que determinadas formas de distribuição

⁵³ A expressão é de Rancière (2018). Por “ordem policial” o autor se refere a organização do sensível que distribui lugares e modos de visibilidade — definindo quem é contado e quem é desconsiderado. É a lógica que atribui a cada parte seu lugar próprio na comunidade. A política, em sentido estrito, só emerge quando essa distribuição é interrompida pelo dissenso — isto é, quando aqueles sem parte reclamam uma parcela e perturbam a contagem estabelecida.

de reconhecimento desfavorecem algum desses grupos ou o conjunto desses grupos — é essa percepção que cria, temporariamente, um “nós”.

Esse elemento já é percebido nos termos de Rancière (2018), quando descreve a política como um litígio: um momento em que sujeitos que, de posições distintas, reconhecem que não lhes foi dada a parte que reivindicam na cena comum. De outra maneira, Aguião (2018) mostra, por sua vez, que esses sujeitos se constituem a si mesmos no processo político — ao invés de precedê-lo —, na medida em que a interlocução com o Estado e com outros atores os obriga a se nomear, a se articular e a traduzir experiências dispersas em demandas coletivas.

A contingência das alianças, no entanto, é produzida pelas condições materiais e procedimentais do próprio espaço conferencial. O tempo regulado das plenárias, a ordem dos destaques, a distribuição de microfones, os critérios de votação — todos esses dispositivos incidem sobre quais demandas conseguem se articular com outras e em que momento. Uma reivindicação que encontra acolhida no início de uma plenária pode não encontrar o mesmo terreno ao final, quando a saturação das intervenções já transformou o humor coletivo. Isso implica reconhecer que as alianças políticas que foram formadas têm uma temporalidade própria, irredutível tanto à longa duração das identidades quanto à brevidade dos episódios individuais. Elas se inscrevem em um tempo médio — o tempo de uma sequência de intervenções — no qual convergências se esboçam.

O que o caso de Ariel revela, portanto, é uma estrutura geral das alianças que o movimento é capaz de produzir: elas são intensas na mesma medida em que são fugazes, já que se alteram circunstancialmente. Quando as condições se alteram, a aliança se rompe pelo fato de sua lógica não ser outra senão a da contingência. Mas o que sustenta, ainda que provisoriamente, essas convergências? O que permite que sujeitos tão distintos encontrem, em determinados momentos, um terreno comum de ação?

Essas convergências aparecem na forma de teias, como descrito por Alvarez (2014) e Facchini, Carmo e Lima (2020), nas quais se entrelaçam categorias como as descritas nas seções anteriores — gênero, raça, neurodivergências, orientação sexual, dentre outras — mas também, no caso da Conferência, a posição ocupada pelos indivíduos nas organizações — estatais ou não. Fazer parte do Conselho Nacional, de ONGs, grupos políticos, ou trabalhar em Ministérios, na Ordem dos Advogados do Brasil ou junto de algum parlamentar, são elementos que interpelam diretamente todas as pessoas presentes, dando significados específicos aos seus atos, falas e relações. A metáfora da “teia” é muito ilustrativa desse processo pois uma teia é uma estrutura

relacional, sustentada por múltiplos pontos de apoio e marcada por tensões desiguais entre seus fios. E é justamente a teia, quando entendida como um conjunto, que tem a força necessária para sustentar um peso que, isoladamente, os fios não conseguem.

A expectativa do Movimento LGBTQIA+ é produzir, a partir das diferenças descritas, alguma forma de justiça. O mecanismo mais mobilizado para tal é chamado de “interseccionalidade” pelos membros do campo. A interseccionalidade é uma linguagem política e analítica utilizada para descrever a maneira como diferentes eixos de desigualdade se combinam na produção de posições sociais específicas. Em vez de tratar categorias como raça, gênero, sexualidade ou classe como dimensões isoladas da experiência social, essa perspectiva parte da ideia de que essas formas de diferenciação operam de maneira simultânea e mutuamente constitutiva. A invenção do conceito, feita por Crenshaw (1991), está diretamente associada ao fim do sujeito cartesiano — como diagnosticado por Hall (2022) —, já que é justamente a perspectiva de que não há como produzir direitos humanos se não se considerar as fragmentações que nos constituem que permite a formulação jurídica presente na interseccionalidade. A perspectiva interseccional tem como objetivo demonstrar, de forma dinâmica, como duas ou mais categorias — na maior parte das vezes, raça, classe e gênero — se cruzam na formação dos sujeitos e devem ser consideradas de forma articulada na análise das relações de poder.

Em outras palavras, “a interseccionalidade, ao reconhecer que a desigualdade social raramente é causada por um único fator, adiciona camadas de complexidade aos entendimentos a respeito da desigualdade social” (Collins; Bilge, 2021, p. 46). A interseccionalidade é a ferramenta analítica adotada pelo Movimento LGBTQIA+ para a tentativa constante de produzir a igualdade. É, na verdade, a ferramenta que permite a transcrição da busca pela igualdade geométrica — numa leitura livre de Rancière (2018) — para os termos jurídico-estatais. É essa forma de organizar as relações de poder — tanto em uma perspectiva interna ao movimento quando observando o mundo externo — que determina diretamente a forma como as demandas são formuladas e negociadas. Ao operar como uma gramática compartilhada, a interseccionalidade permite que diferentes atores traduzam experiências particulares em reivindicações politicamente inteligíveis, tanto no interior do movimento quanto nas arenas institucionais. Nesse processo, ela funciona como um princípio de equivalência situado, capaz de articular diferenças e produzir conexões entre posições diversas.

A dinâmica das teias que sustentam essas alianças contingentes descreve um processo de negociação cotidiana das diferenças no interior dos movimentos. Lima (2020), em pesquisa etnográfica com coletivos negros universitários, demonstra que a interseccionalidade opera, nesses espaços, como um *master frame* — um enquadramento suficientemente flexível e inclusivo para orientar a ação coletiva de sujeitos que, simultaneamente, pertencem a múltiplos movimentos e portam múltiplas identidades. O que confere à interseccionalidade essa capacidade de funcionar como cola é justamente sua maleabilidade, já que ela permite que diferentes marcadores — raça, gênero, sexualidade, classe — sejam articulados de forma situacional, sem que nenhum deles precise ser fixado como eixo hierárquico permanente. Nesse sentido, as práticas interseccionais têm buscado nomear os eixos de hierarquização que constituem as relações sociais em questão, oferecendo uma gramática comum por meio da qual os sujeitos podem ao mesmo tempo reivindicar suas especificidades e reconhecer pontos de convergência com outros.

Efrem Filho (2017) propõe algo similar quando debate a respeito da impossibilidade de compreender as violências sofridas por diferentes grupos sociais — trabalhadores rurais sem terra, travestis, homossexuais — de forma isolada, como se cada uma delas fosse produto exclusivo de uma única relação social. O conceito de “reciprocidades constitutivas” designa precisamente o modo como relações de classe, gênero, sexualidade e território não apenas coexistem, mas “se fazem umas às outras, em dialéticas cortantes” (Efrem Filho, 2017, p. 35). O material coletado em campo por Efrem Filho (2017) indica justamente a impossibilidade da linguagem jurídica de acessar a forma como os diferentes tipos de sujeição e de identidades políticas se produzem — assim como as violências que caminham lado a lado com esse processo. O autor acompanha os “trânsitos identitários” de seus interlocutores — trabalhadores rurais que são nomeados “posseiros” nos documentos judiciais, travestis que se identificam de formas distintas conforme o contexto em que atuam — para mostrar que esses trânsitos são experiências históricas através das quais os próprios sujeitos se constituem. Ser “trabalhador” nas narrativas do movimento ou “morador” nos autos do processo são posições que acionam distintas relações de poder, distintos campos de inteligibilidade e distintas possibilidades de luta. Os sujeitos se fazem enquanto transitam por esses arranjos, e é nesse fazer-se que reside a dimensão política de suas histórias.

Essa perspectiva tem implicações diretas para pensar as políticas de coalizão entre movimentos sociais distintos. Ao recusar tanto a lógica que separa as opressões em compartimentos estanques quanto aquela que as hierarquiza segundo uma causalidade única,

Efrem Filho (2017) identifica articulações políticas que não dependem de uma identidade comum prévia, mas da percepção de que as condições que produzem a violência contra trabalhadores rurais e aquelas que produzem a violência contra travestis e homossexuais têm, em muitos contextos, uma mesma natureza. A coalizão possível, nesse quadro, é uma que se tece justamente nas interseções das narrativas sobre violência, reconhecendo que os fios que as compõem nunca são inteiramente separáveis.

Outras pesquisas têm indicado a preocupação interseccional que move setores de ativismos LGBTQIA+ pouco ligados ao seu setor mais institucionalizado. Rios e Perez (2020) apontam, ao investigar a formação de coletivos políticos em universidades, que as mobilizações políticas desse campo têm se baseado na imbricação de categorias como raça, geração, orientação sexual, gênero e classe social. Esse cenário se dá pela percepção dos ativistas de que “as desigualdades e os sistemas de opressão” sobre os quais tratam estão “entrelaçados” (Rios; Perez, 2020, p. 105). Da mesma forma, a importante função de coletivos e organizações de “Idosos LGBT” têm sido notada (Henning, 2020).

A justiça buscada assume a forma de uma construção que parte do reconhecimento das desigualdades e de seus entrelaçamentos. A noção de igualdade geométrica, novamente destacando que é uma leitura livre e pessoal de Rancière (2018), torna-se operativa ao orientar a distribuição de recursos, reconhecimento e representação conforme as posições ocupadas na teia social. A interseccionalidade, ao traduzir essa lógica em linguagem política e jurídica, organiza a reivindicação por redistribuições proporcionais às assimetrias vividas.

Pensando nos dados coletados em campo, isso se expressa na estrutura das falas, frequentemente elaboradas como narrativas que explicitam cruzamentos entre raça, sexualidade, gênero, classe e território. Essas articulações qualificam as demandas e produzem critérios de prioridade, estabelecendo quais grupos devem ser considerados mais vulnerabilizados em determinados contextos e, por isso, destinatários preferenciais de políticas específicas.

Esse processo também envolve a mediação institucional, na qual a complexidade das experiências é convertida em categorias operacionais. Os atores mobilizam a interseccionalidade de forma estratégica, acionando categorias disponíveis e tensionando seus limites conforme as disputas em curso. A interseccionalidade aparece, assim, como uma prática política situada, que organiza percepções, orienta alianças e estrutura disputas. Ela opera simultaneamente como instrumento de leitura das relações sociais e como tecnologia de intervenção, permitindo que

experiências sejam convertidas em linguagem política e em reivindicações reconhecíveis nas arenas públicas. Nesse registro, a política se constitui como um processo contínuo de rearticulação, conduzido por sujeitos que, ao nomearem suas diferenças, reorganizam as condições de visibilidade. É um processo contínuo de produção de hierarquias contingentes, que se alteram a depender de quem é o sujeito identificado com o dano.

Essa profunda preocupação interseccional coloca, no entanto, uma questão que o próprio campo suscita sem necessariamente enunciá-la: em que medida as políticas focalizadas — que estruturam a relação entre o Movimento LGBTQIA+ e o Estado desde os anos 1990 — ainda fazem sentido para o movimento que as reivindica? A lógica das políticas focalizadas pressupõe um sujeito relativamente delimitado, cujas demandas específicas justificam intervenções igualmente específicas — ou seja, uma população que não tem acesso a determinados direitos considerados universais. Mas o que a Conferência evidenciou foi um movimento que, ao nomear suas diferenças, não busca recortar um público cada vez mais estreito — tem como objetivo, ao contrário, expandir continuamente os pontos de contato entre sua agenda e outras formas de desigualdade. A longuíssima lista de públicos prioritários aprovada na plenária final é o retrato de um movimento que tenta, por meio da nomeação, inscrever sua pauta nas políticas universais que historicamente o excluíram.

Há, portanto, uma tensão pouco elaborada entre a linguagem que o movimento adota e o horizonte que de fato persegue. Ao falar em políticas focalizadas para a população LGBTQIA+, o movimento opera dentro de uma gramática que o Estado reconhece e que, desde os anos 1990, foi a via possível de acesso a recursos e reconhecimento institucional. Mas o que os dados de campo sugerem é que a aspiração subjacente aponta em outra direção: a de uma política universal que incorpore, de forma estrutural, as desigualdades que atravessam a população LGBTQIA+ em sua intersecção com raça, classe, território, deficiência e tantas outras categorias. O paradoxo é que, para chegar a esse horizonte mais amplo, o movimento continua nomeando suas particularidades — usando a focalização como alavanca para forçar a entrada em agendas que nunca foram pensadas para incluí-lo.

Em síntese, o que o campo evidencia é que a crítica ao identitarismo, ao identificar a nomeação das diferenças com seu fechamento, perde de vista o uso que os próprios atores fazem dessas categorias. O objetivo do movimento, tal como pôde ser observado durante a Conferência, é que o Estado reconheça as reciprocidades que constituem seus sujeitos e, a partir disso, execute

políticas que respondam a essa complexidade — não que aplaine as diferenças em nome de uma unidade abstrata que nunca existiu. Para tanto, os sujeitos que compõem o movimento produzem alianças na mesma intensidade que as rompem.

2.4. O ressentimento como afeto político

A velha canção da psicanálise lacaniana dos anos 1970 e 1980, na qual diferentes vozes, do próprio Lacan a Kristeva, ceticamente se perguntavam, “existe a mulher?”, não conheceu seu correlato, “existe o homem?”, até o aparecimento recente dos “estudos pós-humanos”. Da mesma maneira, a declaração de guerra lançada por Wittig nos anos 1980 — “as lésbicas não são mulheres” — teve que esperar mais de vinte anos para ser acompanhada por sua consequência mais óbvia: “os gays não são homens”.

Paul Preciado – Manifesto contrassexual

Observando meus dados de campo, encontrei uma exceção importante ao padrão de formação de alianças descrito no capítulo anterior: os homens gays. Trata-se do único grupo que, apesar de nomeado, não conseguiu construir alianças durante a Conferência e não ocupou posição favorável em nenhum momento das reconfigurações hierárquicas internas. É, na verdade, o único grupo que, ao entrar em conflito, não consegue produzir alianças. O resultado dos conflitos em que toma parte, durante a 4ª ConflGBTQIA+, é sempre a derrota. Essa constatação, no entanto, precisa ser qualificada, já que não se trata de uma exceção simples, nem de um fenômeno que possa ser atribuído a uma única direção. O que o campo revelou foi um conflito que se organiza em torno de narrativas históricas disputadas, no qual diferentes lados mobilizam feridas não elaboradas como recurso político — e no qual o ressentimento, como afeto, circula de formas distintas entre os sujeitos envolvidos.

A primeira evidência desse processo foi a ausência. Durante toda a Conferência — nas plenárias, nos grupos de trabalho, nas falas de autoridades — os homens gays foram raramente

nomeados como sujeitos com demandas próprias. Nas poucas vezes em que apareceram em falas públicas, foi quase exclusivamente para serem interpelados como possível ameaça: "todo gay transfóbico é um traidor", repetiu o representante da Secretaria Nacional durante o painel sobre violência. Em conversas informais, alguns militantes me disseram que a ausência da agenda gay nas propostas se explicaria pelo fato de que os homens gays já teriam acessado os principais direitos que buscavam. Essa justificativa, no entanto, é pouco convincente: a maioria das políticas propostas pelo movimento é voltada a públicos muito abrangentes, e os direitos que os homens gays supostamente "já teriam" permanecem juridicamente frágeis (Van Pelt, 2023). Observa-se um apagamento, e não uma reorganização baseada em suficiência.

A segunda evidência foi a reação a esse apagamento. Durante o GT 15, Pedro — identificado por outros delegados como articulador de posições associadas à Aliança LGB — tentou sistematicamente inserir demandas LGB em propostas voltadas especificamente a populações trans e intersexo, foi recebido com desconfiança crescente pela mesa e pela plenária, e terminou isolado. Sua trajetória no GT é ilustrativa: a contestação de Pedro foi progressivamente recodificada como uma disrupção comportamental, deslocando o conflito de uma disputa sobre conteúdo político para uma questão de conduta. Ao final, ele não ocupava a simples posição de um interlocutor com posição divergente, mas sim alguém que perturbava o andamento dos trabalhos e que não era digno do conflito — já que deveria ser silenciado. Esse deslocamento — de político para moral — é um dos sinais mais claros de que o campo de disputas havia se fechado em torno de fronteiras que não admitiam negociação.

A terceira evidência foi o ato trans descrito na Cena 1. Ao entoar os grupos que deveriam compor o movimento, os participantes nomearam travestis, pessoas não binárias, intersexo, PCDs, quilombolas, macumbeiras, bissexuais — e não nomearam gays. Da Aliança LGB, apenas o G ficou de fora. Se trata de uma exclusão seletiva, executada coletivamente, que opera ao mesmo tempo como afirmação de laços e como demarcação de fronteiras. O G não é nomeado porque ocupa, nessa narrativa, a posição daqueles cujos privilégios se sobressaem às demandas. Não só isso, mas também o grupo que serve como bode expiatório para o combate de uma organização fratricida.

Como uma tentativa de produzir alguma explicação analítica a essa constelação de fatores, proponho que há um conflito político não elaborado na gênese do Movimento LGBT — a centralidade histórica dos homens gays e a exclusão que essa centralidade produziu para lésbicas,

bissexuais, transexuais e travestis — que segue ressurgindo nos conflitos atuais, ainda que sob novas formas. Mas é importante sublinhar que esse conflito não é propriedade de nenhum dos lados: ele atravessa o conjunto de sujeitos do movimento, e o ressentimento que o acompanha circula em mais de uma direção.

Essa dinâmica é, ela mesma, um produto histórico — e não uma consequência inevitável de identidades fixas ou estruturas imutáveis. Marx (2011b) observou que os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem — as críticas ao identitarismo, com frequência, detêm-se na segunda parte da frase, esquecendo que são os seres humanos, e não as estruturas, que produzem a história a partir do que está dado. As alianças que se formam e se desfazem, as hierarquias que se reconfiguram, os apagamentos que se sedimentam nos documentos — tudo isso é a história contínua do movimento, feita por sujeitos que disputam e improvisam dentro de condições que não escolheram.

Utilizo alguns conceitos psicanalíticos para analisar esse fenômeno. Faço isso com consciência dos riscos de uma leitura psicologizante das relações sociais ou, por outro lado, realizando aquilo que Freud nomeou de psicanálise selvagem (Freud, 2013). A psicanálise se apresenta aqui não como chave para revelar o inconsciente dos militantes, mas como ferramenta para compreender de que maneira determinados afetos — que se formam historicamente e circulam coletivamente — mobilizam coletividades e organizam conflitos no espaço político. O conceito que proponho mobilizar é o “ressentimento” — entendido como afeto político que se sedimenta historicamente e estrutura formas de relação entre grupos⁵⁴.

O ressentimento, como conceito, surge na filosofia antes de aparecer na psicanálise. Seu principal formulador, Friedrich Nietzsche, desenvolve o conceito sobretudo em sua análise da genealogia da moral (Nietzsche, 2009). Para o filósofo, o ressentimento descreve um processo no qual indivíduos incapazes de agir diretamente sobre aquilo que percebem como ameaça ou obstáculo passam a elaborar afetivamente essa impotência. Em vez de responder por meio da ação, essa frustração é internalizada e reconfigurada na forma de um conjunto de valores morais que reinterpreta a própria posição de fraqueza como virtude. O ressentimento aparece, portanto, como

⁵⁴ O uso da teoria psicanalítica na sociologia é amplo e conhecido (Castoriadis, 1982; Gonzalez, 1984; Adorno; Horkheimer, 2014; Laclau; Mouffe, 2014; Adorno, 2015; Rubin, 2017a; Butler, 2018, 2019; Žižek, 2024, dentre muitos outros).

um mecanismo de elaboração não-elaborativa da impotência, que permite a transformação de sentimentos de frustração, inveja ou hostilidade em juízos morais dirigidos ao outro.

Nesse processo, aquilo que inicialmente se apresenta como incapacidade de agir é convertido em um sistema de avaliação moral que reordena o mundo social. A análise de Nietzsche (2009) sugere que o ressentimento opera por meio de uma inversão valorativa na qual características associadas à força, à afirmação e à potência passam a ser moralmente condenadas, enquanto atributos ligados à submissão, à humildade ou à renúncia são reinterpretados como qualidades superiores. Essa inversão não ocorre apenas no plano individual, já que estrutura as formas coletivas de avaliação moral e de interpretação das relações sociais. O ressentimento, nesse sentido, constitui um modo de organizar afetos e significados, produzindo narrativas que atribuem responsabilidade a determinados sujeitos ou grupos pela própria condição de frustração.

Scheler (1994) também trata do ressentimento no campo da filosofia, retomando o conceito para criticar a própria leitura de Nietzsche, já que argumenta que o filósofo comete um equívoco ao identificar a moral cristã como expressão paradigmática do ressentimento. Para Scheler (1994), o amor cristão ao próximo não deriva — como afirma Nietzsche (2009) — de uma inversão ressentida dos valores dos fortes, mas de uma afirmação genuína de valores positivos. O ressentimento, em sua formulação, é um fenômeno mais específico e circunscrito: trata-se de uma autoenvenenamento psíquico que emerge quando há uma tensão duradoura entre um impulso emocional — de inveja, hostilidade, ou desejo de vingança — e a impossibilidade de sua descarga, seja por impotência física, seja por constrangimentos sociais — tais sintomas seriam incuráveis.

O que interessa reter da formulação de Scheler (1994), para os fins desta análise, é a ênfase na dimensão temporal do ressentimento. Diferentemente de uma emoção que se esgota no ato, o ressentimento é uma experiência que se acumula, que se sedimenta. Ele pressupõe uma memória da ofensa e uma incapacidade de superá-la — não porque o sujeito seja incapaz de agir em absoluto, mas porque as condições sociais bloqueiam as formas de resposta consideradas legítimas. É precisamente essa dimensão acumulativa e bloqueada que torna o ressentimento um fenômeno especialmente relevante para a análise de conflitos políticos que se organizam em torno de feridas históricas não elaboradas.

O ponto de partida proposto por Nietzsche e reposicionado por Scheler é posteriormente reinterpretado em diferentes tradições da teoria social e da psicanálise. Nessas releituras, o ressentimento deixa de ser compreendido apenas como um problema moral e passa a ser analisado

como um afeto socialmente produzido, relacionado às formas de subjetivação e às posições ocupadas pelos indivíduos nas relações sociais. Em uma definição, o ressentimento é um afeto que aparece quando se atribui “ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer. Um outro a quem delegamos, em um momento anterior, o poder de decidir por nós, de modo a poder culpá-lo pelo que venha a fracassar” (Kehl, 2020, p. 9).

De que maneiras esse afeto surge ou é mobilizado? De forma geral, é possível atribuir o ressentimento a uma das sensações possíveis que um indivíduo tem ao olhar para sua história e perceber tudo o que poderia ter sido e não foi, ou seja, toda a sua potência não utilizada. O ressentido, neste caso, se apega à versão idealizada de seu próprio passado e, não conseguindo lidar com a sua própria responsabilidade sobre o que lhe aconteceu, responsabiliza o outro. A nostalgia do passado idealizado colide diretamente com a imagem que o indivíduo tem de si e se baseia na frustração de não ter sido tudo o que poderia ser.

Nas neuroses, o ressentimento se apresenta quando o indivíduo se submete ao que ele acredita ser desejo do Outro de forma muito profunda e, chegado o momento do gozo, se frustra — viver em nome de um Outro não lhe rende o que esperava. A partir disso, esse indivíduo passa a cobrar “daquele(s) que elegeu como representante(s) imaginário(s) do Outro [...] os prazeres e as conquistas a que teria “direito” e dos quais, voluntariamente, abriu mão” (Kehl, 2020, p. 51). É a partir do desejo não saciado, apesar das promessas imaginárias, que o ressentido passa a planejar sua vingança que nunca chega. Quando o indivíduo neurótico nega o conflito inicial entre seu próprio desejo e o desejo de um Outro, adia um conflito que precisa acontecer para a transformação do indivíduo em sujeito, e quando “a agressividade renunciada retorna” por meio do ressentimento, ela aparece “sob a forma da acusação moral contra os outros, esses que se permitem gozar de prazeres que o masoquista não se permite” (Kehl, 2020, p. 49).

Essa formulação de Kehl (2020) permite compreender que o ressentimento não é uma resposta individual a uma frustração pontual, mas sim uma estrutura de subjetivação que se organiza em torno de uma renúncia originária. Se o sujeito ressentido é aquele que abdicou de algo — de seu próprio desejo, de sua potência, de sua capacidade de agir — em nome de uma promessa que não se cumpriu, a ferida está no que ele fez consigo mesmo ao subordinar sua existência à expectativa de reconhecimento por parte de um Outro que, em última instância, não pode garantir o gozo prometido. Essa dimensão estruturante do ressentimento é particularmente relevante quando esse afeto migra do plano individual para o coletivo. Grupos que construíram sua

identidade política em torno de uma narrativa de sacrifício e reconhecimento — nós que abrimos mão, nós que sofremos por um Outro, nós que merecíamos — estão especialmente suscetíveis a aderir a formas ressentidas de se relacionar entre si e com o mundo. Quando o reconhecimento não vem, ou quando vem de forma parcial, ou quando outros grupos passam a ocupar o espaço que se acreditava reservado, a agressividade represada retorna. Ela retorna como acusação moral, já que o outro é aquele que goza indevidamente, que ocupa um lugar que não lhe pertence, que avança às custas do sacrifício alheio (Kehl, 2020).

Não pretendo imputar a nenhum dos sujeitos do acrônimo LGBTQIA+ o papel de “ressentido”, mas é o ressentimento o afeto mobilizado tanto na formação da Aliança LGB quanto nos conflitos registrados durante o campo. O conflito político inicial — ainda nos anos 1990 —, quando os homens gays são interpelados como sujeitos centralizadores e excludentes, não foi plenamente elaborado e gerou uma reorganização profunda do Movimento LGBT, mas não uma que fosse baseada na construção de um horizonte comum. Há, pelo contrário, uma busca constante por vingar a história e retirar a centralidade dos homens gays — ou excluí-los, no limite, já que, ao menos na 4ª Conferência, essa centralidade não existe mais. Esse elemento aparece também na forma como a suposta presença da Aliança LGB foi tratada pelos conferencistas. Das três letras que compõem a sigla, apenas o G é igualado como um todo ao grupo que propõe políticas transfóbicas. Lésbicas e bissexuais, ainda que também tenham representantes em agrupamentos transfóbicos, não são estigmatizados enquanto categoria e, por isso, conseguem produzir alianças.

Da mesma forma, não pretendo identificar os homens gays a um papel passivo, já que esse apagamento textual é uma produção conjunta. Chama a atenção o fato de que há posições divergentes entre os homens gays acerca da problemática em questão. Por um lado, há aqueles que lutam pela manutenção da relação como está — por exemplo, o homem gay que ao discursar no painel sobre violência repetiu a frase “todo gay transfóbico é um traidor”. Neste grupo, parecem estar incluídos tanto homens gays que, compreendendo a situação, estão propondo uma situação na qual esses grupos poderiam chegar a um acordo, e homens gays que aceitam sua atual posição até um ponto onde ela não é mais aceitável. Esse segundo grupo aparece em momentos específicos no campo — como quando uma pessoa que conduzia a eleição da delegação paulista, após tentar chegar a um acordo, disse “isso mesmo, os cisgêneros são inimigos de vocês” e quando um militante gritou no auditório da etapa nacional contra a acusação de que gays poderiam ser transfóbicos — e é recebido automaticamente com protestos, quase como uma lembrança do

lugar que deve ser ocupado por esses homens no movimento. Ou seja, até o momento no qual uma fala é recebida como ofensa que cruza a linha do aceitável, esse grupo não coloca a problemática em campo — essa problemática nunca aparece como conflito com possibilidade de resolução, portanto.

Do outro lado, o fenômeno que surge é o da vingança que nunca se concretiza plenamente. A narrativa movida pela Aliança LGB e por aqueles que supostamente a representavam durante a Conferência é a de que as pessoas trans seriam as responsáveis pelo apagamento das pautas LGB e pelo fim dos espaços de convivência de pessoas LGB cisgêneras. Nesse caso, mais uma vez o objetivo não é colocar o conflito no palco e possibilitar resoluções que agradem todos os lados. Agir a partir do ressentimento significa que o Outro a quem se dirige deve ser eliminado ou excluído, já que a existência de um impede a existência do outro. Esse tipo de narrativa aparece tanto nos discursos que propõe que homens gays são perigosos e querem tomar todos os recursos, o espaço e as possibilidades de fala, quanto nos discursos que interpelam as pessoas trans como usurpadoras do Movimento LGBTQIA+. O conflito, apesar de envolver o conjunto de sujeitos que compõe o movimento — já que todos tomam um lado, de alguma maneira — é baseado na criação de um maniqueísmo entre homens gays e pessoas trans. Por vezes, “homens gays” é substituído discursivamente por “pessoas cisgênero”, apesar de o conjunto de pessoas cisgênero seguir operando suas alianças normalmente.

A forma como a história do movimento é contada é um elemento central para as narrativas de ambos os lados. Por um lado, pessoas trans reivindicam que foram excluídas e apagadas da história do movimento em detrimento da centralidade de homens e mulheres cisgênero homossexuais. Como efeito dessa narrativa e das ações que encontram nela sua base de sustentação, a Aliança LGB também formula narrativas de que, a partir de uma suposta centralidade trans no Movimento LGBT, as pautas LGB somem. Como se observa no Anexo I, as pautas especificamente voltadas a pessoas LGB diminuíram consideravelmente. Não há nenhuma proposta específica para homens gays, e as propostas que sinalizam algum tipo de prioridade para lésbicas e bissexuais sempre vêm acompanhada de algum outro marcador de vulnerabilidade — mulheres cis e pessoas trans bissexuais, ou lésbicas e bissexuais desfeminilizadas, por exemplo. Ou seja, há uma tensão presente e que constitui as relações e as demandas que chegam até o Estado.

Há, portanto, uma perda de espaço causada pela emergência e o fortalecimento de novos atores políticos. Assim como não é possível ontologizar a presença de pessoas trans no Movimento

LGBTQIA+ — já que isso a entrada de pessoas trans para o Movimento LGBT é parte do próprio processo histórico de formação do movimento —, não é possível naturalizar a marginalização que a precedeu. Tratar a centralidade trans no Movimento LGBTQIA+ como usurpação é apagar o processo histórico que a produziu — e tratar a perda de espaço dos homens gays como mero efeito colateral, ou como forma de produção de justiça, é ignorar que ela gera conflitos políticos reais, com consequências para a coesão do movimento e para a forma como suas demandas chegam ao Estado. O que está em jogo, em última instância, é a disputa sobre quem ocupa a posição mais legítima para narrar a história e representar publicamente o movimento. Esse conflito atravessa as propostas — o que talvez só seja perceptível para quem as observa a partir de seu processo de feitura — e é o que torna o conjunto de demandas aprovadas na 4ª ConfLGBTQIA+ um documento de um movimento em tensão consigo mesmo.

A disputa por recursos estatais me parece central nesse caso. Os recursos finitos do aparato estatal fazem reverberar uma lógica no movimento LGBT segundo a qual “as pessoas agem como se todos devessem sempre estar representados em mesmíssimo pé de igualdade; como se aquilo que se dá a estes/as viesse do que se tirou daqueles/as. E, sobretudo, como se nossos interesses não fossem mais comuns, e sim opostos” (Marsault, 2025, p. 38). De forma um tanto paradoxal, essa lógica se acopla ao cálculo de desigualdades debatido na seção anterior na busca por produção de justiça. Ou seja, o mesmo tempo em que todos os grupos sociais marginalizados devem se representar em pé de igualdade — a disputa por vagas na eleição da delegação paulista esboça esse fenômeno perfeitamente —, a lógica dos recursos finitos transforma a luta por justiça em uma disputa onde o reconhecimento depende de fatores mensuráveis. É precisamente nessa torção que o ressentimento encontra seu terreno mais fértil.

Brown (2025) interpreta o fenômeno do ressentimento nas políticas de identidade diagnosticando-as como forma de fazer política que se consolidou nas condições específicas do neoliberalismo. A autora se pergunta sobre o que acontece quando a política progressista abandona o horizonte da autolegislação coletiva — o desejo de que seres humanos governem a si mesmos, em conjunto — e passa a se organizar em torno da distribuição de bens e reparações estatais para grupos historicamente lesados. Em sua interpretação, esse deslocamento — que atinge grande parte da esquerda — transforma o sofrimento histórico em fundamento de autoridade política e, ao fazê-lo, produz uma forma de subjetividade política estruturada em torno da ferida [*wound*].

Ainda segundo a mesma autora, política de identidades contemporânea formula suas reivindicações a partir da linguagem da injúria e da exclusão, tendo como referência implícita o ideal normativo da masculinidade branca de classe média (Brown, 2025). Ao demandar reconhecimento e inclusão — acesso ao casamento, à estabilidade jurídica, à proteção estatal —, determinados sujeitos não estão questionando o padrão que os excluiu, mas reivindicando entrada nele. Com isso, a crítica estrutural perde espaço para uma política de inclusão diferencial que reinstala o ideal que pretendia contestar. O ressentimento político seria um investimento na própria condição de lesado, porque é essa condição que garante a legitimidade da reivindicação. A ferida torna-se, paradoxalmente, o elemento do qual pretendem se livrar e um bem a ser preservado — pois sem ela desaparece o fundamento da identidade política.

Brown (2025) identifica ainda uma segunda consequência dessa estrutura: quando o sofrimento é convertido em medida de virtude social, o conflito político tende a se moralizar. Questionar uma reivindicação passa a equivaler a negar a dor que a fundamenta. O debate — que pressupõe desacordo legítimo — é substituído por um tribunal moral no qual o que está em jogo é a hierarquia das feridas. A injúria social é encaminhada ao Estado para resolução, o terreno político é cedido ao terreno moral e jurídico — e a política se reduz à punição. O Estado, nesse processo, é acionado como árbitro das disputas entre identidades lesadas, o que aprofunda sua expansão e seu poder regulatório.

É importante pontuar que a importância do ressentimento como afeto constitutivo das relações políticas não se limita aos grupos subalternizados. Para Brown (2019), o ressentimento pode emergir tanto da posição de quem nunca foi incluído quanto da posição de quem percebe — real ou imaginariamente — que está perdendo o lugar que acreditava merecer. O ressentimento surge no liberalismo por duas vias possíveis: pelo apego à igualdade que frustra a liberdade, ou pelo apego à liberdade que frustra a igualdade — em ambos os casos, o afeto resultante organiza uma política voltada para a atribuição de culpa e a busca de vingança que, como Kehl (2020) também aponta, nunca se concretiza plenamente. É precisamente essa estrutura que ilumina a dinâmica da Aliança LGB: a política de quem se vê perdendo uma posição antes ocupada — e que, em vez de elaborar esse deslocamento como convite à redistribuição, o converte em narrativa de usurpação.

Essa mesma moralização se manifesta nos momentos em que pessoas cisgêneras ou sem neurodivergências cometem erros — e, muitas vezes, mobilizam determinadas formas de opressão

em suas falas. Imediatamente, os erros e violências cometidas são apontadas de determinada maneira que o debate se torna moral e a pessoa que cometeu a violência um sujeito e o grupo do qual faz parte condenáveis. A correção do enunciado vem acompanhada de uma qualificação do sujeito, de modo que a fala é tratada como expressão de uma posição moralmente condenável. Essa forma de produzir justiça reconfigura a dinâmica do debate, organizando-o em torno da responsabilização individual e da exposição pública do erro.

Marsault (2025), investigando as maneiras como os movimentos feminista e queer franceses têm produzido seus mecanismos de justiça, questiona em que medida há uma aderência desses movimentos aos mecanismos normativos de justiça já existentes. Marsault (2025) identifica que esses movimentos, ao deslocarem a responsabilidade por práticas de dominação em um nível individual e não relacional, e se valerem de práticas como cancelamentos e exposições públicas, concentram suas “lutas na conscientização dos nossos privilégios ou, ao contrário, das repercussões negativas que eles têm em nossa vida”, o que “não é capaz de propor um horizonte político satisfatório” (Marsault, 2025, p. 43). Como resultado, “isso nos fecha, nós “os/as dominados/as”, em um sistema de pensamento em que a figura da vítima substitui a dos/as combatentes, dos/as dissidentes ou ainda dos/as revolucionários/as” (Marsault, 2025, p. 43). O campo observado na Conferência exhibe sinais dessa dinâmica: quando Pedro foi progressivamente recodificado de interlocutor político a perturbador do processo, quando a fala do homem idoso foi respondida com o pedido de retirada do espaço em vez de debate, quando a posição de homem gay passou a funcionar como marcador que antecipa a natureza da intervenção antes mesmo que ela se faça — nesses momentos, o conflito político se converteu em julgamento moral, e a possibilidade de elaboração ficou suspensa.

Ou seja, não se trata de opor conflito e política — já que a política carrega em si o conflito. A questão é compreender que nem todo conflito produz o mesmo efeito político. O desentendimento genuíno — aquele que pressupõe duas partes que se reconhecem mutuamente como interlocutoras legítimas, ainda que em desacordo — é o que torna possível a negociação e a aliança. Quando esse reconhecimento é suspenso — isto é, quando uma das partes deixa de ser percebida como interlocutora e passa a ser tratada como portadora de uma posição moralmente ilegítima — o conflito deixa de operar como um motor de produção de identificações em torno de um dano e passa a funcionar como mecanismo de exclusão. Nesse deslocamento, a cena política se reorganiza em torno da identificação e neutralização de posições consideradas indesejáveis. Ou

seja, se o desentendimento genuíno pressupõe a possibilidade de transformação das posições em jogo, o conflito moralizado tende a estabilizá-las. Ele fixa os sujeitos em lugares relativamente rígidos — vítima, opressor, aliado, inimigo — e, ao fazê-lo, limita a capacidade de construção de coalizões e de elaboração de estratégias.

O diagnóstico que essa pesquisa apresenta é que a forma como a discussão sobre os privilégios de alguns grupos tem sido tratada podem causar fissuras — como já têm causado, e a Aliança LGB é prova disso. Quando a denúncia da transfobia é formulada predominantemente como imputação de culpa a sujeitos específicos — homens gays, grupos LGB, pessoas cisgênero —, ela tende a produzir reações defensivas que dificultam a construção de alianças, ainda que o diagnóstico sobre a violência seja preciso. A fundação da Aliança LGB é, nesse sentido, um sintoma de que a lógica da culpa, quando se torna a gramática dominante do conflito interno, opera como mecanismo de fissura. Isso não significa responsabilizar pessoas trans e travestis pelas rupturas que suas pautas provocam — antes o contrário. A denúncia das violências cometidas contra esses sujeitos é parte fundamental de qualquer projeto político sério de transformação, especialmente em contextos nos quais suas experiências são historicamente deslegitimadas e invisibilizadas. O que se aponta aqui é que o problema se encontra no enquadramento que substitui a crítica estrutural pela atribuição individualizada de culpa, o que tende a converter aliados em réus e empobrecer o horizonte político do próprio movimento.

O ponto em questão, portanto, é os modos pelos quais essas denúncias têm sido operacionalizadas e os efeitos que produzem na configuração interna do movimento. Ao privilegiar enquadramentos que enfatizam a responsabilização individual e a identificação de sujeitos portadores de privilégios, corre-se o risco de obscurecer as dimensões relacionais e estruturais que sustentam as práticas de dominação. Nesse deslocamento, conflitos políticos mais amplos tendem a ser traduzidos em termos morais, o que favorece dinâmicas de fragmentação e dificulta a construção de agendas comuns (Brown, 2025). Em outras palavras, conflitos que tenham a capacidade de produzir laços de solidariedade que, por sua vez, sustentem uma política comum, só serão possíveis após um processo — certamente longo e dolorido — no qual todos os lados possam se escutar e encontrar o dano que os constitui como grupo (Marsault, 2025). A feitura desse processo necessita da vontade de produzir novas relações de todos os lados, e implica em fazê-lo por meio de outros conflitos.

A citação de Paul B. Preciado presente na epígrafe desta seção é uma tentativa de provocar uma reflexão sobre como as formas de fazer justiça — e de combater certas masculinidades no Movimento LGBTQIA+ — têm provavelmente sido danosas às relações tecidas no movimento. Não apenas por tirar a condição de participação plena de uma parcela da população que é identificada mais pelos seus privilégios do que por suas necessidades, mas também por condicionar uma forma de agir que não questiona a forma como alianças tem sido feitas. Ainda que Preciado se refira à impossibilidade de se separar gênero de orientação sexual — sendo “homem” e “mulher” categorias que implicam, necessariamente, o apego à diferença sexual e à heterossexualidade, em sua interpretação⁵⁵ — essa formulação não implica, necessariamente, que homens gays deixem de ser homens. O próprio desenvolvimento do movimento LGBTQIA+ indica como tais descrições podem operar como formas de interpelação que nem sempre correspondem às identificações efetivamente assumidas pelos sujeitos. Em última instância, o que está em jogo não é apenas quem pode falar ou a partir de onde se fala, mas a possibilidade de sustentar, na diferença, um horizonte comum de ação política — e esse é, me parece, o desafio que se impõe ao Movimento LGBTQIA+ hoje.

⁵⁵ O debate feito por Preciado (2022) é muito mais profundo do que a explicação presente neste texto, já que é uma revisão sobre a história do feminismo e suas vertentes teóricas e políticas.

3. O QUE QUER O MOVIMENTO LGBTQIA+?

Neste capítulo, analiso as 16 propostas finais produzidas pela Etapa Estadual de São Paulo da 4ª ConfLGBTQIA+ e as 80 propostas aprovadas na Etapa Nacional do mesmo evento. A análise busca responder a três questões centrais: quais são as principais demandas formuladas pelo Movimento LGBTQIA+ no contexto da conferência; quais estratégias e instrumentos são mobilizados para sua concretização; e de que modo a definição do público-alvo de cada proposta expressa — ou tensiona — as disputas analisadas no capítulo 2.

O objetivo deste capítulo é identificar a lógica política que estrutura o conjunto das proposições. Argumenta-se que, embora o processo conferencial seja atravessado por disputas e negociações internas, as propostas finais revelam uma convergência significativa em torno da construção de uma agenda comum, fortemente orientada à institucionalização de políticas públicas e à consolidação de garantias estatais para a população LGBTQIA+.

A sistematização das propostas permitiu a construção de uma tipificação temática a partir do núcleo central de cada demanda. Ainda que a própria conferência estivesse organizada em eixos temáticos e Grupos de Trabalho, organizei as propostas a partir de eixos temáticos mais gerais. Há convergências internas em alguns GTs, mas também significativa transversalidade entre eles. As temáticas foram produzidas no momento da sistematização das propostas em tabelas. As seções que se seguem, portanto, não reproduzem a divisão original dos GTs nem apresentam cada categoria temática isoladamente. Ao contrário, reúnem conjuntos de propostas que compartilham problemas e áreas de intervenção semelhantes — como inclusão socioeconômica, proteção social, participação social ou saúde. Em cada seção, analiso o conjunto das propostas ali reunidas, examinando tanto suas demandas centrais quanto os públicos a que se dirigem e as formas de ação que mobilizam.

Visando enquadrar essa discussão em uma moldura teórica, remonto ao debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth, condensado no volume *Redistribution or Recognition?* (Fraser; Honneth, 2003). Esse debate emerge em um momento histórico marcado pela ascensão de determinados movimentos sociais nas décadas de 1980 e 1990, quando demandas de gênero, raça e sexualidade passam a disputar espaço com as lutas redistributivas típicas do período fordista. Ambos os autores partem de uma premissa comum — a de que uma teoria adequada da justiça deve contemplar essas duas ordens de reivindicações — e recusam conjuntamente a visão economicista que reduziria o

reconhecimento a mero epifenômeno da distribuição. É precisamente aí que a concordância termina.

A divergência central entre os dois autores diz respeito à arquitetura conceitual que deve organizar uma teoria da justiça. Honneth sustenta que o reconhecimento é a categoria moral fundante e que as injustiças distributivas seriam, em última instância, derivadas de déficits de reconhecimento, e não o contrário. Fraser recusa essa subsunção e propõe tratar redistribuição e reconhecimento como duas dimensões irreduzíveis da justiça, articuladas sem hierarquia de fundamento. Essa diferença implica diagnósticos distintos sobre o que é o capitalismo: uma esfera econômica relativamente autônoma da cultura, como Fraser tende a defender, ou uma formação que se sustenta, em última instância, por uma valorização cultural específica que produz as desigualdades que observamos, como defende Honneth.

Para Fraser (2003), o caminho de desmontagem das falsas antíteses entre redistribuição e reconhecimento passa pela análise de categorias sociais concretas. O gênero é seu caso paradigmático, já que se trata simultaneamente de uma estrutura de classe — na medida em que organiza a divisão generificada do trabalho e produz má-distribuição — e de uma hierarquia de status, na medida em que as violências sofridas por mulheres derivam de padrões culturais de desrespeito que não se reduzem à posição econômica. O mesmo argumento se aplica à raça, à sexualidade e à classe, que Fraser trata como categorias bidimensionais, exigindo, portanto, respostas políticas em ambas as frentes. Um casamento entre dois homens, por exemplo, poderia obter acesso a direitos materiais sem que o reconhecimento simbólico de sua legitimidade fosse conquistado — o que, para Fraser, configuraria uma situação de injustiça ainda não resolvida.

Para dar conta dessa dupla exigência, Fraser propõe o conceito que chama de paridade de participação. Nessa chave de leitura, a justiça é alcançada quando todos os membros da sociedade podem participar como pares na vida social, o que pressupõe tanto condições materiais suficientes — a dimensão distributiva — quanto o reconhecimento recíproco como sujeitos legítimos — a dimensão do status. Esse critério tem ainda a virtude de oferecer um parâmetro para distinguir reivindicações de reconhecimento justificadas das injustificadas — questão que Fraser identifica como um dos quatro problemas filosóficos fundamentais que qualquer teoria integrativa deve enfrentar, ao lado da pergunta sobre se o reconhecimento é matéria de justiça ou de autorrealização, da questão sobre a possibilidade de subsunção de uma esfera na outra, e do problema sobre se a justiça exige o reconhecimento das diferenças ou da humanidade comum.

Um ponto que merece atenção no contexto desta dissertação é a tensão, formulada por Fraser (2003), entre políticas afirmativas e políticas transformativas. A autora distingue dois tipos de “remédios” para a injustiça formulados pelos movimentos sociais: os afirmativos, que corrigem resultados injustos sem necessariamente alterar as estruturas que os produzem — como a ação afirmativa ou a valorização positiva de identidades estigmatizadas —, e os transformativos, que buscam reconfigurar as próprias categorias subjacentes à produção dessas injustiças.

A redistribuição a que Fraser (2003) se refere diz respeito à dimensão socioeconômica da justiça, isto é, à correção de desigualdades estruturais produzidas pela organização da economia política. Trata-se de enfrentar formas de injustiça enraizadas na má distribuição de recursos e oportunidades por meio de mecanismos que alterem a estrutura distributiva da sociedade, como políticas de renda, acesso a trabalho, educação e proteção social. Nesse sentido, redistribuição envolve transformações nas regras que organizam a produção e a circulação de riqueza, buscando garantir condições materiais que tornem possível a participação paritária dos sujeitos na vida social.

Da mesma forma, o reconhecimento do qual a autora trata refere-se à dimensão cultural e simbólica da justiça, voltada à superação de formas de desvalorização, invisibilização e estigmatização social. Para Fraser (2003), a injustiça de reconhecimento ocorre quando certos grupos são sistematicamente desqualificados ou interpretados por meio de padrões culturais que os colocam em posição de inferioridade, impedindo sua plena participação na vida social. O reconhecimento, nesse sentido, é processo que tem a capacidade de transformar os padrões institucionais e culturais que estruturam essas hierarquias simbólicas. Trata-se de uma reconfiguração das normas de interpretação social de modo a garantir condições de participação paritária, nas quais diferentes sujeitos possam interagir como pares, sem serem previamente subordinados por esquemas de valor que os depreciam.

É a partir dessa moldura que as propostas da 4ª ConfLGBTQIA+ serão analisadas nas seções que se seguem. O objetivo de usar essas lentes analíticas como instrumentos para identificar o que as demandas fazem, o que deixam de fazer, e o que esse padrão revela sobre a relação do movimento com o Estado num momento de reabertura institucional.

O argumento que emerge dessa análise é duplo. As propostas demonstram que o Movimento LGBTQIA+ articula simultaneamente reconhecimento e redistribuição — contrariando leituras que reduzem a política de identidades à busca por visibilidade simbólica. Mas

essa articulação opera predominantemente no registro afirmativo: o movimento, em geral, inscreve suas demandas nas estruturas existentes sem tensionar os mecanismos que produzem a desigualdade que pretende corrigir. Entre esses dois achados está o horizonte político que as seções a seguir buscam mapear.

3.1. Participar, fazer parte: a incidência institucional e a produção de dados

Nesta seção, examino um conjunto específico de propostas que diz respeito aos modos pelos quais a relação entre movimento LGBTQIA+ e Estado é formalizada e operacionalizada no interior da institucionalidade pública. Ao articular os eixos de participação social, democracia, orçamento e produção de dados, sustento que o Movimento LGBTQIA+ busca estruturar sua relação com o Estado por meio de três mecanismos principais: a criação capilarizada e transversal de órgãos e instâncias institucionais; a vinculação orçamentária como garantia de continuidade e materialidade das políticas; e a produção sistemática de dados como forma de evidenciar, sustentar e legitimar essa presença no aparato estatal. O que chama atenção nesse conjunto, no entanto, é a forma como elas revelam um movimento que aposta na gramática do Estado como via privilegiada de transformação social, sem tensionar os fundamentos dessa gramática. Compreender o que essa aposta produz — e o que ela deixa de fora — é o fio condutor da análise que se segue.

As políticas que categorizei como sendo parte do escopo de Participação Social foram aquelas que dizem respeito diretamente à criação de estruturas internas cujo objetivo é o de inserção da população LGBT no ambiente estatal. Foram excluídas, portanto, propostas de criação de estruturas internas para lidar com questões sociais específicas — como trabalho e saúde, por exemplo. Todas as políticas desse teor presentes no caderno final da Conferência — no total, três propostas — tratam diretamente sobre a criação e manutenção de instrumentos de participação em diferentes esferas do Estado. Elas versam, portanto, sobre os próprios canais de mediação entre movimento e aparato estatal.

A proposta 2 do GT 15 refere-se à criação de comitês e fóruns intersetoriais permanentes, com caráter acessível e inclusivo, voltados ao planejamento, monitoramento e avaliação das políticas LGBTI+, incluindo atenção específica à população privada de liberdade e à produção de estudos e indicadores. Trata-se de um mecanismo que busca institucionalizar espaços contínuos de interlocução técnica e política, deslocando a participação do registro episódico — típico de conferências e consultas pontuais — para uma dinâmica permanente de acompanhamento e

incidência. Durante o encontro do GT 15 — do qual participei — houve questionamentos acerca de qual seria a função cumprida por esses fóruns que não poderia ser cumprida pelo Conselho Nacional LGBTQIA+ — estrutura já existente e atuante. A justificativa daqueles que defendiam a proposta foi a de que, promovendo a multiplicação de órgãos LGBTQIA+ em diferentes setores, seria mais fácil garantir a execução dos projetos propostos. Ainda assim, a proposta 4 do mesmo GT propõe a institucionalização e o fortalecimento de conselhos de direitos LGBTI+ em todas as esferas federativas, com caráter deliberativo, composição paritária e representatividade ampla, além de atribuições de fiscalização de políticas e fundos. Ou seja, as possíveis insuficiências dos Conselhos encontram formas de serem enfrentadas por meio de seu próprio fortalecimento institucional e da criação de novos instrumentos.

De um lado, os Conselhos aparecem como instâncias formais, estabilizadas na arquitetura da democracia participativa na qual o Movimento LGBT se insere desde a década de 1990, dotadas de regras claras de composição, paridade e atribuições⁵⁶. De outro, os comitês e fóruns intersetoriais são apresentados como dispositivos mais capilares, potencialmente mais flexíveis e capazes de incidir diretamente sobre políticas setoriais específicas. A defesa de sua multiplicação apoia-se na ideia de que a transversalidade da pauta LGBTI+ exige presença distribuída no espaço institucional, evitando que a agenda fique concentrada em um único órgão. Essa duplicação de instâncias, no entanto, pode indicar tanto uma estratégia de expansão da incidência quanto uma certa desconfiança quanto à efetividade dos Conselhos já existentes. Ao propor simultaneamente o fortalecimento dos Conselhos e a criação de novos fóruns, o GT parece oscilar entre a aposta na consolidação de uma instância centralizada de representação e a fragmentação da participação em múltiplos espaços institucionais, o que possivelmente permitiria uma abertura maior a ativistas e militantes que não são membros do conselho.

A tentativa de uma entrada transversal no ambiente estatal encontra correspondência na descrição dos sujeitos que devem poder participar destes instrumentos. A proposta 5 do GT 15 enfatiza a necessidade de se garantir a participação política de pessoas LGBTQIA+ migrantes, refugiadas e apátridas, assegurando direito a voto e elegibilidade em conselhos, respeito ao nome social e previsão de recursos orçamentários específicos para essas pessoas. Diferentemente das

⁵⁶ Ainda que a obrigatoriedade de sua existência ainda não tenha ocorrido. A única proposta do Caderno Final da Etapa Estadual de São Paulo versa sobre o tema da participação social propõe a justamente a institucionalização do Conselho Nacional LGBT+ por lei e obrigatoriedade da criação de conselhos estaduais e municipais, com caráter deliberativo e paritário.

propostas anteriores, que se concentram na estrutura institucional desses mecanismos de participação, esta introduz um recorte interno à própria população LGBTI+, articulando participação social e interseccionalidade.

Localizei apenas uma proposta na temática “Democracia”. Deslocando o debate das demandas especificamente LGBTQIA+, a proposta 5 do GT 5 parece demonstrar uma preocupação com o futuro das instituições. Nela, se propõe a obrigatoriedade da defesa do Estado Democrático de Direito, da Constituição Federal e dos Pactos Internacionais de Direitos Humanos para admissão em qualquer cargo público. Nessa situação, caso um funcionário público se manifeste contra algum desses princípios, poderá sofrer sanções. Como não participei do referido GT, não tive a oportunidade de observar o que levou o grupo a formular tal proposta, mas infiro que seja uma proposta para demarcar um posicionamento contra o golpismo — tática recorrente mobilizada por setores da extrema-direita.

Em um outro aspecto da relação com o Estado, estão as propostas que tratam diretamente sobre “Monitoramento e produção de dados”. As propostas do GT 4 versam sobre as diferentes facetas da produção de dados sobre a População LGBTQIA+. A primeira proposta discute a obrigatoriedade da inclusão de identidade de gênero, orientação sexual e nome social em todos os sistemas oficiais, a partir de autodeclaração livre, e a produção de relatórios anuais a partir dessas bases de dados. A segunda proposta vai um pouco mais longe e propõe a criação do Observatório Nacional de Enfrentamento da Violência LGBTQIA+, que seria vinculado ao MDHC e ao CNLGBTQIA+. A função do Observatório seria coletar dados e produzir relatórios sobre a situação da População LGBTQIA+ brasileira, e faria isso a partir de parcerias com universidades e centros de pesquisa.

Ainda no mesmo GT, a proposta 3 amplia o escopo ao defender que todas as políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ estejam vinculadas a módulos de monitoramento e avaliação, com produção de indicadores, incentivo a pesquisas e diagnósticos sobre vulnerabilidades. A proposta também prevê a criação de um grupo de trabalho permanente no Ministério da Justiça e Segurança Pública, com participação da sociedade civil, para acompanhar violações e produzir levantamentos qualitativos e quantitativos, incorporando uma perspectiva interseccional e garantindo a presença de pessoas LGBTQIA+ nas equipes.

Já a proposta 4 volta-se especificamente à população LGBTQIA+ privada de liberdade, propondo o mapeamento permanente dessa população no sistema prisional e socioeducativo, com

acompanhamento pela rede socioassistencial e atuação de equipes multidisciplinares. A proposta indica a necessidade de alinhamento às normativas já existentes, como a Resolução Conjunta CNPCP/CNLGBTQIA+ nº 2/2024, reforçando a articulação entre produção de dados institucional e garantia de direitos.

A produção de dados é um tema muito caro ao ativismo LGBTQIA+ brasileiro. Tomadas em conjunto, as propostas do GT 4 indicam um movimento de institucionalização da produção de dados como um dos eixos estruturantes da relação entre movimento e Estado. Da obrigatoriedade de inclusão de identidade de gênero e orientação sexual nos sistemas oficiais, passando pela criação de um Observatório, até a vinculação de todas as políticas a módulos de monitoramento e ao mapeamento permanente da população privada de liberdade, desenha-se um projeto de integração entre produção de conhecimento e gestão pública. Esse conjunto pode ser lido como um deslocamento dos “números LGBTI” — que emergem como prática contra hegemônica diante da ausência estatal (Galbieri, 2024) — para o interior da própria máquina administrativa, convertendo a crítica à invisibilidade em tecnologia de governo. Galbieri (2024) sugere que a produção de dados realizada de forma autônoma pelo Movimento LGBT desde os anos 1980 é uma forma de reivindicar políticas públicas a partir de linguagem técnica. Quantificar se torna uma forma de definir quem conta e sob quais categorias e, portanto, as propostas revelam que o Movimento LGBT segue apostando na via estatística como forma privilegiada de reconhecimento e garantia de direitos. Coacci (2020) compreende esse fenômeno como parte de uma racionalidade tecnocrática mais ampla, que produz uma cidadania tecnocientífica, na qual movimentos sociais imersos em uma situação na qual a linguagem dos direitos humanos não parece mais suficiente e os dados estatísticos se tornam a língua da política.

O fenômeno da produção de dados estatísticos apareceu também nos diálogos e falas que observei em campo. Ainda na etapa estadual, houve a apresentação de uma proposta de Censo LGBT no ABC Paulista, que seria realizado pelo Coletivo Amalgamar. Durante a apresentação, houveram manifestações reiteradas sobre a importância de se produzir dados extensos sobre a população LGBTQIA+. No mesmo dia, durante uma fala da Secretária Nacional LGBT, Symmy Larrat, foi apontado que “sem dados a gente não tem aquí”. Por isso, sua secretaria havia encomendado uma pesquisa realizada pelo Banco Mundial sobre o custo da falta de políticas públicas aos cofres públicos. Segundo a secretária, se a justificativa “deles” para não produzir políticas públicas é o “gasto”, “a gente vai demonstrar que existe um gasto muito maior nos setores

públicos pela falta de acesso de diversos grupos sociais” — “e não somos nós dizendo, é o Banco Mundial!”, reforçou Larrat.

Há uma tensão nessa fala que merece ser examinada. De um lado, o movimento produz seus próprios dados há décadas — os dossiês da ANTRA sobre assassinatos de travestis e transexuais (Benevides; Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2025), distribuídos durante o evento, são o exemplo mais imediato —, e um dos membros do CNLGBTQIA+ que discursou na Etapa Nacional defendeu explicitamente que o Estado aceite essas estatísticas como legítimas. De outro, a secretaria recorre ao Banco Mundial precisamente porque os dados produzidos pelo próprio movimento não bastam para os interlocutores que detêm poder de decisão sobre recursos. “Eles” — os gestores públicos, os órgãos de controle orçamentário, o sistema de Justiça — exigem a mediação de um terceiro cuja autoridade não derive da legitimidade que o movimento confere. Coacci (2020) nota esse fenômeno quando um movimento social busca qualquer gestor público, já que uma das primeiras demandas apresentadas é “cadê os dados”, como se o conhecimento estatístico pudesse purificar a política de sua dimensão propriamente política. Quando Larrat afirma “não somos nós dizendo, é o Banco Mundial”, evidencia-se com clareza a estratégia de buscar uma chancela externa para conferir neutralidade e peso técnico ao pleito. Essa tática carrega um custo, já que ao aceitar que seus próprios dados não são suficientes sem a validação de uma instituição como o Banco Mundial, o movimento reproduz uma hierarquia epistêmica que coloca a expertise técnica acima do saber produzido pelo próprio movimento. Isso é o que Coacci (2018) descreve como conhecimento precário, designando tanto a ausência de dados sobre determinados sujeitos quanto a inadequação do conhecimento produzido em relação às vivências do movimento. A aposta nos dados, portanto, é também uma forma de adaptação à racionalidade do interlocutor estatal que, ao ser adotada, limita o horizonte do que pode ser dito.

As propostas sobre orçamento para as demandas apresentam uma continuidade temática com o grupo de propostas anterior. Ainda durante a Etapa Estadual de São Paulo, durante a reunião do Eixo 4 — que tratava de mecanismos participativos — foi proposto o estabelecimento de um plano de financiamento tripartite para políticas LGBT+, com a criação de um Programa Nacional de Incentivo à Pesquisa sobre interseccionalidade, gênero e sexualidade, integrando ministérios ao IBGE para garantir coleta contínua de dados. Aqui, orçamento e estatística aparecem explicitamente conectados, reforçando a centralidade da produção de dados como condição de planejamento e produção de políticas.

Já na etapa nacional, a proposta 1 do GT 13 pretende garantir sustentabilidade orçamentária para políticas LGBTQIA+, com destinação mínima de 0,5% da receita corrente líquida e criação de rubricas específicas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), além do fortalecimento de mecanismos de financiamento e participação social, priorizando populações mais vulnerabilizadas e assegurando recursos para a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Objetivando a criação de um fundo próprio, a proposta 2 do GT 16 sugere a instituição e regulamentação do Fundo Nacional de Promoção dos Direitos LGBTQIA+, com caráter permanente, receitas diversificadas e gestão compartilhada, priorizando ações interseccionais, especialmente voltadas a pessoas trans, travestis e intersexo, contemplando múltiplas áreas de políticas públicas.

Fazendo um movimento que se repete em vários GTs, a proposta 2 do GT 13 parte de um mecanismo descrito em uma demanda prévia — PPA, LDO e LOA — para defender a inclusão de uma população específica na política. O texto propõe que sejam obrigatórias as ações LGBTQIA+ no planejamento público, com recursos específicos, respeitando o custo amazônico e criação de cotas territoriais e temáticas em editais e fomentos para iniciativas indígenas, do campo, ribeirinhas, negras e de migrantes internacionais, garantindo financiamento anual para organizações da sociedade civil em áreas consideradas essenciais. Algo parecido é feito na proposta 5 do mesmo GT, que almeja destinar recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) para assegurar a integridade e os direitos da população LGBTQIA+ no sistema prisional e socioeducativo, com ênfase na criação e manutenção de alas seguras para pessoas trans, travestis e intersexo.

As propostas orçamentárias têm como objetivo principal a criação de mecanismos que permitam a permanência do “aquê” para as políticas públicas em favor da População LGBTQIA+. A falta de orçamento para as políticas públicas dessa natureza foi um elemento muito chamativo durante o trabalho e campo, e aparece textualmente no caderno de propostas — mesmo em propostas voltadas a outras áreas, há quase sempre a preocupação de vincular a ação a alguma fonte estável de recursos. Nesse sentido, o Movimento que construiu as propostas demonstra domínio dos instrumentos técnico-institucionais de garantia orçamentária — leis, rubricas, fundos, vinculações percentuais, gestão compartilhada.

As propostas apresentadas nesta seção revelam uma tentativa de parte do Movimento em intervir em mecanismos que são base da função do Estado. Participação social, monitoramento e

produção de dados e orçamento — assim como os temas presentes nas próximas seções — são dimensões articuladas de um mesmo projeto de institucionalização. É curioso como, mesmo de forma separada, os GTs parecem construir uma agenda comum sobre cada tema. Primeiro, cria-se ou fortalece-se o canal de participação; os grupos mais marginalizados são incluídos; em seguida, assegura-se que a política seja monitorada e produzida em números; por fim, busca-se sua inscrição nas peças orçamentárias e em fundos permanentes. Trata-se de um movimento que desloca demandas históricas para o interior da gramática administrativa.

Nesse sentido, a seção evidencia que o Movimento busca ativamente um encaixe institucional (Carlos, 2018) que garanta a permanência de suas demandas. Ao buscar transversalidade, monitoramento contínuo e financiamento permanente, as propostas indicam uma estratégia de estabilização da agenda — ou das agendas — LGBTQIA+ no interior das estruturas de governança. Não há, portanto, uma crítica ao Estado ou uma recusa de suas formas, mas um investimento na sua gramática, em seus instrumentos e em sua racionalidade como vias privilegiadas de reconhecimento, implementação e durabilidade das políticas capazes de alterar a esfera social. Trata-se de uma aposta na institucionalização como condição de eficácia política, na qual participar implica a capacidade de produzir e gerir, de maneira contínua, as condições materiais e simbólicas que tornam essa própria participação possível.

3.2. Trabalho e educação

O conjunto de propostas analisado a seguir sugere a consolidação de um repertório político orientado à inclusão da população LGBTQIA+ em alguns dos principais circuitos de integração social — educação, mercado de trabalho e políticas públicas. Trata-se de uma agenda consistente, que articula diferentes instrumentos institucionais com o objetivo de ampliar o acesso a bens materiais e simbólicos historicamente negados. No entanto, essa convergência levanta um problema teórico relevante: em que medida uma política centrada na ampliação do acesso é capaz de incidir sobre os mecanismos que produzem a exclusão que ela busca corrigir? Ou, formulado de outro modo, quais são os limites de uma estratégia que opera prioritariamente pela inserção de sujeitos em estruturas cuja lógica permanece relativamente estável?

No eixo de emprego, as propostas organizam-se em torno de duas grandes frentes temáticas. A primeira diz respeito à criação de programas nacionais de empregabilidade, combinando formação profissional, acesso a crédito, estímulo ao empreendedorismo e inserção

formal no mercado de trabalho. Nela, consta a proposta 5 do GT 7, que versa sobre programas de incentivo ao empreendedorismo — com políticas de microcrédito, incubação e parcerias com universidades — especificamente voltados à empregabilidade da juventude LGBTQIA+. No mesmo sentido, mas para a população adulta, a proposta 4 do GT 5 dispõe sobre a criação de um Programa Nacional de Empregabilidade LGBTQIA+, que deve operar por meio de “formação profissional continuada, linhas de crédito e incentivos públicos, fomento ao empreendedorismo, qualificação e inclusão no mercado formal” e priorizar, em suas ações, “pessoas trans, travestis, de baixa renda, privadas de liberdade e egressas do sistema prisional” (Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2025, p. 13). A proposta 2 do GT 7 propõe ainda que a população LGBTQIA+ seja incluída na Política Nacional de Economia Solidária, que teria como função qualificar a população LGBTQIA+ em temas como associativismo, cooperativismo solidário e economias circulares. Essa formação, junto da disponibilização de recursos financeiros, incentivaria a criação de mecanismos de autonomia financeira e negócios autogestionários para a população LGBTQIA+ marginalizada⁵⁷.

Como tentativa de incentivar as empresas a contratarem pessoas LGBTQIA+ — e tendo como foco prioritário as pessoas trans e a população com mais de 50 anos de idade —, a proposta 2 do GT 8 busca a criação de políticas públicas de incentivo fiscal para companhias que contratem a referida população. Por fim, a proposta 1 do GT 7 dispõe sobre a criação de um Mês da Diversidade no Mundo do Trabalho, sob responsabilidade “do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e em parceria transversalizada entre todos os Ministérios com destaque para o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS)” (Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2025, p. 16). Durante o mês em questão, seriam realizadas atividades por todo o país com o objetivo de promover a geração de emprego e renda para a População LGBTQIA+⁵⁸.

⁵⁷ A população prioritária, nesse caso, são os “coletivos em territórios vulneráveis, [...] mulheres trans, travestis, lésbicas e bissexuais defem, transmasculinos e não binários, as juventudes, quilombolas, povos de terreiro, povos de campo, das águas e das florestas, povos tradicionais e originários, pessoas neurodivergentes, pessoas com deficiência e comunidade surda, em situação de rua, assentados, ribeirinhos, pescadores artesanais e marisqueiros, migrantes internacionais, refugiadas e apátridas e ações de ressocialização para pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade e egressas do sistema prisional e sistema socioeducativo” (Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2025, p. 17).

⁵⁸ Há uma marcação de prioridade para diversos grupos e, como citado no capítulo 2, não houve a menção aos homens gays na proposta inicial.

A segunda frente envolve a institucionalização da pauta laboral para a população LGBTQIA+ de diferentes maneiras. A proposta 3 do GT 5 versa sobre a criação da Diretoria de Empregabilidade da População LGBTQIA+, sob a alçada do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Na mesma seara, o GT 13 produziu duas propostas que pretendem a inclusão orçamentária para a promoção do tema do trabalho LGBTQIA+. Uma delas, a proposta 3, propõe a criação de diretrizes de inclusão de pessoas LGBTQIA+ a partir de vinculação de recursos do MTE voltados exclusivamente a esta pauta. A proposta 4, com objetivos similares, dispõe sobre a alteração da Portaria nº 42/1999 do Ministério do Planejamento e Orçamento — atualmente Ministério da Fazenda. Esta portaria estabeleceu uma estrutura de classificação para as despesas públicas brasileiras, padronizando o planejamento orçamentário em todos os níveis da federação. A alteração proposta pelo GT 13 é incluir “as subfunções “Equidade em Diversidade Sexual e de Gênero” e “Igualdade Racial” no âmbito da função “14 – Direitos da Cidadania”” (Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2025, p. 33). Por fim, a proposta 1 do GT 16 sugere a criação de uma Política Nacional de Inclusão e Permanência da População LGBTQIA+ no mercado de trabalho e no serviço público, que, como um grande programa envolvendo várias frentes, seria responsável pela qualificação e garantia de acesso de pessoas LGBTQIA+ nos ambientes de trabalho.

Todas as propostas que versam sobre emprego partem do reconhecimento de que é imperativo que a população LGBTQIA+ seja incluída na economia. Seja por falta de qualificação de alguns grupos que ainda têm acesso restrito à educação ou por falta de interesse por parte das empresas, seja por discriminações diretas e indiretas que operam na seleção, contratação e permanência no emprego, o diagnóstico comum é o de que a exclusão econômica constitui um dos principais vetores de vulnerabilização dessa população. Nesse sentido, as propostas sobre emprego se juntam com uma agenda muito bem conectada, combinando instrumentos de mercado — incentivos fiscais e crédito, com mecanismos estatais de regulação e planejamento — diretorias específicas, vinculação orçamentária, criação de políticas nacionais — que também garantem uma permanência maior da pauta LGBTQIA+ nos diferentes setores do Governo Federal — demonstrando que o Movimento LGBT, ao menos nessa pauta, segue buscando incidências na gestão de recursos do Estado. Junto desses dois alvos, o foco em economia solidária e empreendedorismo também indica uma tática de criação de autonomia financeira a partir de outras formas de relação produtiva que não sejam apenas a de empregador-empregado.

No entanto, a centralidade conferida a noções como “empregabilidade” e “empreendedorismo” merece ser problematizada. Esses termos deslocam o foco da estrutura do mercado de trabalho para as capacidades individuais dos sujeitos, sugerindo que a inserção depende prioritariamente de qualificação individual e, possivelmente, iniciativa própria e adaptação aos moldes do mercado. Ainda que respondam a obstáculos reais, eles tendem a reconfigurar a exclusão como déficit de competências ou de acesso, e não como efeito de dinâmicas estruturais de precarização, segmentação e discriminação. O incentivo ao empreendedorismo — sobretudo via microcrédito e incubação — pode operar, nesse sentido, como forma de transferência do risco econômico para indivíduos já vulnerabilizados, convertendo a ausência de emprego em responsabilidade individual pela geração de renda. Mesmo a incorporação da pauta LGBTQIA+ na economia solidária, que sugere alternativas ao assalariamento tradicional, aparece menos como questionamento das formas hegemônicas de organização do trabalho e mais como estratégia de inclusão em nichos produtivos específicos, frequentemente periféricos e de baixa escala. Em conjunto, essas categorias organizam uma gramática de inserção que privilegia a adaptação dos sujeitos às condições existentes do mercado, em detrimento de uma problematização mais ampla de suas formas de funcionamento.

Uma forma de ler esse deslocamento é observar que a ênfase na inserção econômica por meio do trabalho encontra, em outras frentes, dispositivos complementares de intervenção. Se, no eixo do emprego, a integração se organiza em torno da adaptação às condições do mercado, no campo educacional ela passa a ser pensada como formação de sujeitos aptos a essa mesma inserção, ao mesmo tempo em que busca transformar os ambientes institucionais que os recebem. Nessas propostas, há um foco em aspectos educacionais, ligados à escola e, em geral, a serem promovidas pelo Ministério da Educação. Duas das cinco propostas indicam a mesma demanda: inclusão de conteúdos sobre diversidade sexual e de gênero na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Base Nacional Comum Curricular e no Plano Nacional da Educação. Essa é uma demanda histórica do Movimento LGBT que, quando chegou mais próximo de se concretizar, durante o Governo Dilma, foi utilizada como alavanca para os projetos de ascensão da direita conservadora (Hilgemberg; Andrade, 2023).

Na proposta 1 do GT 9 – Políticas públicas interseccionais de promoção do direito à educação, é demandada a criação de um “Programa Nacional Permanente de Formação, Proteção e Enfrentamento à LGBTQIAfobia” (Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+,

2025, p. 21). O programa, que deve ser feito a partir de um conjunto de políticas educativas para estudantes e profissionais, “visa assegurar a proteção integral, a permanência e o sucesso educacional das pessoas LGBTQIA+, especialmente das pessoas trans, travestis e intersexo, promovendo um sistema educacional comprometido com a inclusão, a equidade e a valorização da diversidade humana.” (Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2025, p. 22). Há, por trás desta proposta, uma concepção de educação que ultrapassa a dimensão meramente instrucional e a compreende como espaço estratégico de produção de uma nova cidadania. A formulação do programa associa proteção, permanência e sucesso educacional a um compromisso institucional com a equidade, sugerindo que a desigualdade vivenciada por estudantes LGBTQIA+ não se reduz a episódios pontuais de discriminação, mas está vinculada a dinâmicas estruturais que atravessam o sistema educacional. Há uma crença, portanto, de que a educação possa ser um processo transformador e que, com a aprendizagem necessária, os mecanismos de violência perpetrados por profissionais e alunos deixem de funcionar.

Ao mesmo tempo, a centralidade conferida à permanência e ao sucesso educacional das pessoas trans, travestis e intersexo revela o reconhecimento das vulnerabilidades sofridas por cada sujeito — como discutido no capítulo anterior —, o que dialoga com diagnósticos recorrentes no campo dos direitos humanos sobre evasão escolar e exclusão educacional desses segmentos — dados coletados pela Antra indicam que, em vários estados da federação, cerca de 70% das pessoas trans saem da escola ainda no Ensino Médio (Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2024). A escola e a universidade aparecem, portanto, como arena decisiva para a consolidação de trajetórias sociais e econômicas, articulando-se diretamente com o eixo do trabalho. Tal articulação também aparece na própria formulação do programa, já que as formações devem ser planejadas e ministradas por pessoas LGBTQIA+ parte de universidades, centros de formação, conselhos, movimentos sociais, ONGs e coletivos especializados, empregando uma parcela dessa população.

Ainda no mesmo sentido, há mais uma proposta educativa que diz respeito diretamente à educação como mecanismo de mudança da realidade de pessoas LGBTQIA+. A proposta 2 do GT 9, que propõe a integração do Programa Brasil Sem LGBTQIAfobia⁵⁹ ao Plano Nacional de Educação, objetiva “criar e implementar uma Política Nacional de Educação para o Respeito à Diversidade e Combate à Discriminação, com foco na proteção da população LGBTQIA+, comunidades tradicionais, de terreiros e povos originários” (Conselho Nacional dos Direitos das

⁵⁹ Esse programa, se efetivado, será uma releitura atualizada do Programa Brasil sem Homofobia, de 2004.

Pessoas LGBTQIA+, 2025, p. 22). Esta política teria como objetivo produzir, ao mesmo tempo, cartilhas contra a intolerância e o racismo religioso, e o desenvolvimento de programas de prevenção à LGBTQIAfobia em escolas — nomeadamente, pela reinstitucionalização do Escola Sem Homofobia. Essa proposta, assim como a maioria das outras produzidas durante a Conferência, demonstra a preocupação constante dos ativistas em questionar as violências sofridas por grupos sociais cujas identidades se localizam em esferas que não são a sexualidade e o gênero.

As últimas duas propostas acerca da educação também expressam as mesmas preocupações: acesso e interseccionalidade. A proposta 1 do GT 6 dispõe que o Governo Federal deve incentivar o fomento de recursos para financiamento de cursinhos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Os cursinhos preparatórios devem ser destinados à toda a população LGBTQIA+, priorizando a entrada da comunidade trans. De forma similar, a proposta 3 do GT 7 propõe que seja feito um programa nacional de educação e geração de renda para pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade e egressas do sistema prisional. O objetivo dessa proposta seria promover a autonomia econômica dessa população a partir de sua educação continuada e do incentivo a práticas de economia solidária.

No campo da educação, a ênfase na formação, na permanência e na produção de ambientes inclusivos aponta para uma concepção ampliada do papel da escola e da universidade, entendidas como espaços de transformação social. Ainda assim, essa aposta também levanta questões. Ao atribuir à educação a função de corrigir desigualdades e produzir reconhecimento, as propostas tendem a concentrar expectativas em uma instituição cuja capacidade de intervenção é mediada por limites estruturais mais amplos. A inclusão de conteúdos curriculares, a formação de profissionais e a criação de programas de combate à discriminação operam, em grande medida, no plano da normatização e da sensibilização, sem necessariamente alterar as condições materiais que atravessam as trajetórias educacionais. Há, portanto, um risco de sobrecarga da dimensão pedagógica, na qual a transformação das disposições individuais e institucionais aparece como principal via de enfrentamento da desigualdade, enquanto permanecem relativamente pouco tensionadas as dinâmicas sociais e econômicas que estruturam a exclusão educacional. A educação emerge, assim, como espaço estratégico, mas também como *locus* de uma aposta que pode deslocar para o plano formativo problemas cuja reprodução excede o âmbito escolar.

Essa mesma lógica reaparece de forma ainda mais condensada quando se observa o conjunto de propostas que articulam, simultaneamente, acesso à educação, inserção no mercado de trabalho e fomento econômico — conjunto de propostas que denominei como “políticas afirmativas”. Utilizo este termo para combinar diversas propostas que tem como objetivo a inserção da população LGBTQIA+ — ou de setores desta população — em espaços educacionais, no mercado de trabalho e em políticas de fomento econômico e cultural. De certa forma, essa categoria sintetiza as demandas por trabalho e educação — ou da luta pelo acesso a bens materiais e simbólicos. Sob essa nomenclatura, encontram-se propostas que envolvem: criação ou ampliação de cotas educacionais; reserva de vagas em concursos públicos; a feitura de um programa de primeiro emprego voltado à população trans; políticas de empreendedorismo com financiamento específico; incentivos fiscais a empresas privadas que promovam inclusão de pessoas LGBT; inclusão em programas já existentes, como o Jovem Aprendiz e o EJA; e criação de linhas de crédito, editais culturais e iniciativas de fomento para eventos culturais. O número de propostas desse tipo — especialmente aquelas que tratam sobre cotas para pessoas trans — foi tamanho que causou redundância entre os GTs.

Ao observar as propostas de emprego, educação e políticas afirmativas, nota-se que a maior parte das intervenções se organiza em torno da criação de oportunidades de entrada, permanência e circulação em espaços já existentes. A aposta recai sobre a qualificação dos sujeitos, a remoção de barreiras de acesso e a indução de comportamentos inclusivos por parte de instituições e agentes econômicos. Essa orientação é coerente com o diagnóstico de exclusão apresentado pelo movimento, mas implica uma forma específica de enfrentamento da desigualdade: aquela que atua sobre seus efeitos mais visíveis, sem necessariamente deslocar as condições estruturais que os produzem. Nesse sentido, a centralidade de instrumentos como cotas, incentivos fiscais, programas de formação e políticas de empregabilidade sugere uma racionalidade política que privilegia a adaptação às formas institucionais existentes, ao invés de sua transformação mais profunda. Chama a atenção que, no momento de interpelação do Estado, o movimento opte por demandar exatamente aquilo que a máquina estatal já está estruturada para oferecer: programas, incentivos, qualificações e dispositivos de inclusão administrada. Em vez de tensionar os limites dessas formas de intervenção, as propostas parecem se acomodar às suas possibilidades, operando no interior de uma gramática já disponível de políticas públicas. Esse ponto é relevante porque indica que a interlocução com o Estado incide sobre o próprio horizonte do que é imaginado como possível.

Nesse enquadramento, a transformação social tende a ser pensada como expansão e aperfeiçoamento de mecanismos existentes, e não como reconfiguração das estruturas que delimitam seu alcance.

Assim, as demandas sobre trabalho e educação parecem convergir profundamente, e se encontram por vários dos caminhos que percorrem. O que está colocado é uma necessidade de inserção qualificada no mercado de trabalho, a criação de cotas para pessoas trans e travestis em concursos públicos e universidades, e promoção de novas oportunidades de autonomia para uma população que se vê economicamente excluída. De maneira consciente ou não, as delegações parecem ter realizado suas propostas pensando objetivamente atingir grande parte das frentes que promovem o fomento da empregabilidade LGBTQIA+, a saber: 1. Criação de mecanismos de acesso à educação para pessoas LGBTQIA+; 2. Implementação de cotas no serviço público; 3. Incentivos fiscais e simbólicos — como a criação de um Selo da Diversidade — a empresas privadas que contratem pessoas LGBTQIA+; 4. Políticas que incentivem práticas empreendedoras e de economia solidária, promovendo autonomia financeira a indivíduos e grupos; e, por fim, 5. A criação de mecanismos estatais que possibilitem a execução e fiscalização das políticas propostas.

O que emerge, portanto, é uma forma particular de conceber um projeto redistributivo, ancorada na ampliação de oportunidades dentro de um horizonte institucional dado. Isso coloca em evidência a constituição de um campo que, ao mesmo tempo em que amplia sua agenda de maneira significativa as condições de participação de sujeitos historicamente marginalizados, tende a operar por meio de mecanismos que preservam as estruturas que organizam a desigualdade. O problema que se coloca, então, não diz respeito à legitimidade dessas demandas — que respondem a urgências concretas —, mas à sua capacidade de produzir transformações mais profundas na ordem socioeconômica. Trata-se de indagar em que medida a inclusão pode se tornar um vetor de transformação, e em que medida ela corre o risco de se estabilizar como forma de gestão das desigualdades existentes.

3.3. Punição, vigilância e o enfrentamento da violência

Cena 3 – 22/10/2025 – 14:00 – Centro Internacional de Conferências do Brasil, Brasília - DF

Era o segundo dia da Etapa Nacional da 4ªConfLGBTQIA+. O primeiro painel expunha suas ideias sobre Enfrentamento à violência LGBTQIAfóbica, tema dos GTs do Eixo 1. O funcionamento dos painéis é o seguinte: 3 pessoas convidadas e uma mediadora apresentam suas considerações por cerca de uma hora sobre um dos eixos, e então os convidados se alteram e a discussão segue para o próximo eixo. A primeira palestrante falou sobre a necessidade de enfrentamento à lesbofobia e ao lesboódio, que muitas vezes culmina em assassinatos. Ela relata que foi feito um “lesbocenso”, e, agora que existem dados, portanto “não tem mais desculpa pra não ter política pública”. A palestrante também defendeu a punição de pessoas que cometem crimes desse teor, dizendo que “a punição também é pedagógica”. Ela também alertou as pessoas delegadas de “a gente tá aqui pra fazer política pública pra aquela pessoa que nem sabe que tem política pública, pra aquela pessoa que nem sabe que tem movimento, pra aquela pessoa que não tem acesso a NADA! [...] vamo pensar nessas pessoas”.

A próxima fala foi de uma representante da Antra, que chamarei de Júlia. O discurso de Júlia foi no sentido de conectar o enfrentamento à violência no Movimento LGBT com a esquerda como um todo. Por exemplo, a palestrante disse que muitas vezes nos esquecemos que desmilitarizar a polícia militar é também uma proposta de enfrentamento à violência contra a população LGBT. Ainda assim, Júlia ressaltou a necessidade de um processo de formação e letramento interno, para pensar em lutas específicas contra a violência dentro do movimento. Segundo ela, “falar sobre a nossa luta é falar sobre enfrentamento da violência”. Encerrou sua fala sintetizando três compromissos que seriam necessários para a “reconstrução” do Movimento LGBT: a solidariedade com pessoas trans, que “lutam sozinhas” — vistas aqui como principal alvo de violência; a erradicação das políticas anti-LGBT que têm acontecido por meio de *lawfare*⁶⁰; e resgatar o direito de sonhar por meio de políticas públicas — e, portanto, o Governo Lula precisa “sair do armário”, nas palavras de Júlia.

Um homem gay, representante da Secretaria Nacional LGBTQIA+, fez a terceira e última fala do painel. Em sua fala, destacou a importância do trabalho que tem sido feito pelo GT Memória e Verdade, vasculhando a história da perseguição contra pessoas LGBT durante a ditadura militar, e disse que “uma das maiores violências contra nossos corpos é a falta de memória”. Ressaltou também, assim como Júlia em relação à Antra, que a produção de dados por movimentos sociais é

⁶⁰ *Lawfare* refere-se ao uso estratégico de instrumentos jurídicos e judiciais para fins de perseguição política, deslegitimação de adversários ou disputa de poder.

bem-feita e deve ser reconhecida como oficial. Ainda nessa fala, ressaltou a importância de se institucionalizar um guia de procedimentos operacionais padrão para as forças de segurança pública. Ao fim de sua fala, o representante da secretaria citou a Aliança LGB, dizendo que nosso movimento é o “LGBTQIA+”. Se dirigiu também aos homens gays, dizendo que “todo gay transfóbico é um traidor”, e que a transfobia não tem espaço nas nossas relações.

A cena acima condensa uma tensão que percorre toda a seção: o Estado aparece simultaneamente como alvo de crítica e como depositário das esperanças do movimento. A primeira palestrante defende a punição como pedagogia; Júlia pede a desmilitarização da polícia e denuncia o *lawfare*, mas conclui demandando mais políticas públicas; o representante da secretaria denuncia a violência da falta de memória e ao mesmo tempo defende a criação de protocolos para as forças de segurança. Essa oscilação é a expressão de uma estratégia política que opera dentro das contradições do Estado, apostando que ele pode ser ao mesmo tempo reformado e mobilizado para proteger aqueles que ele frequentemente violenta. Mas é também o sinal de um limite que as propostas elaboradas pelas pessoas delegadas não chegam a tematizar.

O fato de Júlia apontar a questão do *lawfare* chama a atenção pois, durante meu primeiro dia em Brasília, conversei com um grupo de pessoas que me apontou algo similar. Algumas semanas antes do evento, o ministro do STF, Flávio Dino, havia optado por referendar a norma do CFM que proíbe o tratamento hormonal a crianças e adolescentes trans⁶¹. No encontro que tive, meus interlocutores apontaram o caso do ministro para defender que o Governo Lula apoia a luta LGBT apenas em um âmbito discursivo, mas que, em suas ações, estaria tomando medidas “reacionárias” contra a população LGBTQIA+ — ou seja, precisaria “sair do armário”. Assim, apontaram que acham necessário se aproveitar de um contexto político favorável, mas me disseram que é necessária a auto-organização do movimento para que ele possa existir independente de um governo favorável ou não. Me disseram que a conferência é um exemplo de evento que deveria acontecer independente da vontade do Estado ou não, já que dar o poder à certas estruturas estatais de decidir quando o movimento vai se encontrar ou não, é desmobilizador. Essa percepção — que

⁶¹ Disponível em: <https://www.jota.info/saude/flavio-dino-mantem-norma-do-cfm-que-proibe-tratamento-hormonal-para-jovens-trans>. Acesso em 24 fev. 2026.

apareceu nas falas mais críticas do painel e em várias das conversas que tive — contrasta com o que se encontra nas propostas.

Nas propostas sobre violência, há a proposição da criação e manutenção de instrumentos para sua prevenção e enfrentamento. A maioria das demandas do GT 1 tratou diretamente sobre o tema, e a longa proposta 1 dispõe sobre a criação de um Sistema Nacional de Direitos Humanos LGBTQIAPN+. Esse sistema, que ter caráter interministerial — articulando o MDHC e o Ministério de Justiça e Segurança Pública (MJSP) — deveria ser responsável por garantir uma política permanente de enfrentamento da LGBTQIAPN+fobia, por meio de alguns instrumentos já dispostos na proposta — como uma Ouvidoria Nacional e uma Coordenação Nacional que trate apenas do tema da violência. Esse sistema seria responsável por executar as propostas 3 e 4 do mesmo GT, que dispõem, respectivamente, sobre a inclusão do conceito de “negligência de gênero e sexualidade” como grave violação dos direitos de crianças e adolescentes, e sobre a criação de um botão de pânico e instituição de tornozeleira eletrônica para aqueles que cometerem agressões contra pessoas LGBTQIA+. No GT 16, a proposta 5 dispõe sobre a federalização da lei 4.159/2023 do Estado do Acre, que obriga estabelecimentos comerciais e serviços públicos a fixarem placas informativas sobre a criminalização do racismo, da homofobia e da transfobia. Prevenir a violência e responsabilizar aqueles que a cometem também é uma preocupação em ambientes digitais. É proposto, na quinta demanda do GT 14, a criação de uma política nacional de regulação das redes sociais com responsabilização jurídica por conteúdos LGBTQIAfóbicos.

A prevenção da violência também aparece nas propostas voltadas à capacitação de profissionais e atendimento especializado em serviços públicos. Nas propostas desse tipo, se encontram propostas que requisitam a criação de: um programa nacional de formação na educação; da Política Nacional de Letramento em Direitos Humanos, Raça, Gênero e Diversidades no trabalho, com formação obrigatória com um canal de denúncia especificamente voltado para este espaço; de uma política permanente de formação e sensibilização para serviços públicos em todos os níveis da federação; de formação obrigatória de forças de segurança e do sistema prisional; de formação continuada para conselheiros tutelares, qualificando o atendimento a crianças e adolescentes LGBTQIA+; e de uma política permanente para a formação de todos os servidores públicos. Além disso, também propõem criar delegacias especializadas para atendimento LGBTQIA+ e um programa nacional no SUSP voltado ao enfrentamento e prevenção da violência LGBTQfóbica.

As propostas demonstram que a violência é um tema mobilizador central para a população LGBTQIA+, capaz de articular demandas muito distintas em torno de um mesmo eixo. Mas há uma ambiguidade estrutural que as atravessa e que merece ser nomeada: as forças policiais e os servidores públicos são retratados, de forma reiterada, como potenciais violentadores — por falta de formação, por preconceito institucionalizado, por incapacidade de atender adequadamente pessoas LGBTQIA+. E, ao mesmo tempo, são esses mesmos agentes e instituições que as propostas convocam para proteger essa população. A mesma polícia que violenta deve ser treinada para proteger. O mesmo Estado que historicamente foi omissivo ou ativamente hostil é chamado a garantir a segurança de quem mais sofreu com sua ação ou inação. Essa ambiguidade é o núcleo da tensão que organiza toda essa seção.

Facchini e França (2013), em pesquisa realizada com participantes dos eventos do Orgulho LGBT de São Paulo em 2009, documentam que 26% dos entrevistados que relataram ter sofrido algum tipo de discriminação, a sofreram por policiais ou em delegacias. No caso específico de travestis que fazem programa, a violência policial é descrita como cotidiana, marcada por achanques, ameaças e espancamentos, cuja possibilidade de denúncia “é tida como remota na maioria dos casos” (Facchini; França, 2013, p. 28). Mulheres cisgêneras, travestis e transexuais também relataram discriminação em serviços de saúde com frequência significativamente maior do que os homens em geral, sinalizando que o preconceito institucional não se restringe às forças de segurança, mas permeia o conjunto dos serviços públicos.

Ou seja, a solução proposta repousa sobre uma confiança normativa em instituições que são simultaneamente descritas como parte do problema. Esse deslocamento produz um efeito no qual a violência é reconhecida, mas tende a ser tratada como déficit de capacitação ou de sensibilidade, e não como expressão de práticas institucionais mais enraizadas. Ao apostar na formação como resposta privilegiada, corre-se o risco de reduzir a crítica estrutural a um problema técnico, deslocando o foco das dinâmicas de poder, das rotinas organizacionais e dos mecanismos de responsabilização. Com isso, o Estado aparece como instância capaz de se autocorriger por meio de seus próprios dispositivos, sem que se explicita com clareza quais seriam os limites dessa autorreforma nem como se dariam processos efetivos de controle externo. A ambiguidade, portanto, é organizadora de uma estratégia política na qual denuncia-se a violência estatal ao mesmo tempo em que se reafirma a centralidade desse mesmo Estado como principal vetor de sua superação.

Essa disputa, no entanto, necessita do apoio dos ministérios e do Poder Executivo. As propostas que dispõem sobre a implementação de planos e sistemas nacionais, para se concretizarem, precisam ser incorporadas à agenda governamental, convertidas em atos normativos e sustentadas por dotação orçamentária e capacidade administrativa. A criação de um sistema nacional interministerial, por exemplo, depende da articulação entre o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como da coordenação com estados e municípios. Quase todas as propostas se apoiam diretamente na capacidade administrativa dos ministérios e suas secretarias em adotar as medidas em questão.

Para proteger a população LGBTQIA+, são mobilizadas estratégias de punição, vigilância e pedagogia. A punição aparece nas propostas que ampliam o enquadramento jurídico da violência e fortalecem mecanismos de responsabilização. A inclusão da “negligência de gênero e sexualidade” como grave violação de direitos de crianças e adolescentes expande o campo normativo de proteção, redefinindo condutas como passíveis de sanção. A previsão de tornozeleira eletrônica para agressores e a criação de botão de pânico reforçam instrumentos de controle penal e medidas protetivas. No ambiente digital, a responsabilização jurídica daqueles que publicarem conteúdos LGBTQIAfóbicos também reforça a inclusão da agenda LGBTQIA+ nas normativas jurídicas atuais.

A vigilância se manifesta na criação de estruturas e dispositivos voltados ao monitoramento permanente da violência. A proposta de um Sistema Nacional de Direitos Humanos LGBTQIAPN+, com Ouvidoria e Coordenação específicas, indica a institucionalização de canais formais de denúncia, registro e acompanhamento de casos — ou seja, a abertura de canais em que a violência LGBTQIAfóbica possa ser acompanhada de perto. A federalização de normas que exigem placas informativas sobre a criminalização da homofobia e da transfobia também opera como mecanismo de alerta e controle social. A tornozeleira eletrônica, além de punitiva, constitui instrumento típico de vigilância contínua. Nesse eixo, a proteção da população LGBTQIA+ é associada à produção de dados, à rastreabilidade de condutas e à presença mais constante do Estado nos fluxos de denúncia e monitoramento.

Contudo, há um problema estrutural que compromete essa aposta na denúncia como vetor de proteção. Os dados de Facchini e França (2013) revelam que, apesar dos altos percentuais de violência registrados — 74,7% dos entrevistados relataram ter passado por alguma modalidade de agressão e 80,6% por alguma situação de discriminação ao longo da vida —, o índice de

formalização de denúncias é muito baixo. Entre os doze entrevistados que afirmaram ter sofrido agressão física em idade adulta em razão da sexualidade, apenas dois formalizaram denúncia a instituições de segurança pública. As justificativas mais recorrentes são o medo de ter a identidade sexual exposta e registrada em livros públicos, a descrença generalizada no aparato judiciário e o medo de sofrer novo preconceito nas próprias delegacias (Facchini; França, 2013). Esse quadro indica que os canais formais de denúncia não são percebidos como espaços seguros ou eficazes pela população que se pretende proteger, o que coloca em questão a suficiência dos mecanismos de vigilância e responsabilização propostos sem que haja, paralelamente, uma transformação nas condições institucionais que tornam a denúncia viável e segura. As propostas da 4ª ConflGBTQIA+ dispõem sobre a criação de canais, mas não endereçam as razões pelas quais esses canais tendem a não ser usados.

Juntas, punição e vigilância aparecem como instrumentos historicamente associados à ampliação da capacidade de intervenção estatal sobre corpos e condutas, frequentemente criticados por tradições de esquerda por seu caráter de controle populacional e por seus efeitos seletivos (Foucault, 1987; Garland, 2008). O que se observa aqui é um deslocamento no qual dispositivos antes problematizados como mecanismos de gestão e disciplinamento passam a ser mobilizados como resposta legítima à violência contra a população LGBTQIA+. Essa inflexão é parte de uma reconfiguração do repertório político do movimento que o aproxima de estratégias centradas na regulação, no monitoramento e na sanção, em contraste com críticas históricas à centralidade do aparato penal e à expansão de formas de vigilância. Com isso, a agenda de proteção incorpora instrumentos cuja eficácia e implicações já foram amplamente contestadas, produzindo uma tensão entre a tradição crítica à qual o movimento se vinculou e as soluções que hoje reivindica.

Esse ponto se torna mais agudo quando se considera o contexto político recente. Após a experiência do governo de Jair Bolsonaro, marcada pela politização das forças de segurança e pela retórica abertamente hostil a minorias, a defesa da ampliação de instrumentos de repressão estatal parece operar com uma memória curta sobre os riscos implicados nesse fortalecimento. A questão que se impõe não é sobre a legitimidade da demanda por proteção — certamente necessária —, mas sim sobre os meios escolhidos para garanti-la, já que ao investir em dispositivos vinculados à lógica militarizada e punitiva, o movimento corre o risco de reforçar estruturas que, em contextos adversos, podem ser reapropriadas contra as próprias populações que se busca proteger. Nesse sentido, a inflexão atual sugere uma tensão pouco elaborada entre a urgência da resposta à

violência e a prudência estratégica diante da instabilidade política, recolocando o problema de até que ponto a expansão do aparato repressivo constitui uma solução sustentável ou, ao contrário, um vetor de vulnerabilização futura.

Por fim, a pedagogia se expressa nas propostas de formação obrigatória e permanente de servidores públicos, forças de segurança, conselheiros tutelares e profissionais da educação. A criação de programas nacionais de letramento em direitos humanos, gênero e diversidades revela a compreensão de que a violência também decorre de práticas institucionais marcadas por desconhecimento, preconceito ou despreparo técnico. As práticas pedagógicas propostas se baseiam na ideia de que a educação tem uma capacidade transformadora, em nível individual e social. Além disso, essas práticas também se assentam sobre uma perspectiva de compartilhamento do saber que a população LGBTQIA+ produz e detém — gerando, inclusive, empregos para essa população. Chama a atenção, no entanto, que as propostas pedagógicas têm como objetivo a prevenção de violência, mas não há nenhuma proposta especificamente voltada a uma pedagogia restaurativa. Essa ausência aponta um horizonte no qual não há a possibilidade de que quem cometeu a violência pudesse ser parte de um processo de responsabilização que não se reduzisse à sanção.

Durante a plenária de abertura da Etapa Estadual de São Paulo da 4ª ConfLGBTQIA+, após o discurso de um dos conselheiros estaduais, foi exibido um vídeo de um “experimento social” realizado por coletivos LGBTQIA+ no centro de São Paulo. Esse formato é bastante difundido em plataformas digitais e, nele, situações encenadas em espaços públicos são registradas para observar e expor reações de terceiros, que não estão cientes da encenação. O objetivo disso é conseguir uma reação considerada espontânea e verdadeira, que possa ser mobilizada como evidência de determinadas disposições morais ou sociais presentes no público. No entanto, a própria estrutura do formato — que envolve encenação, presença de câmeras e edição posterior — tensiona essa pretensão de espontaneidade, na medida em que as situações são construídas para induzir respostas específicas e para compor uma narrativa inteligível e persuasiva. Em geral, esses vídeos são organizados como narrativas que buscam produzir identificação, choque ou comoção.

No “experimento” em questão, dois atores homens se beijam em pontos de ônibus e parques, enquanto um outro ator os humilha, usando expressões pejorativas como “viado”, “bicha” e “anormais”. O vídeo tem como objetivo ver se os transeuntes ao redor se sentem no dever e no direito de intervir em prol das pessoas hostilizadas. Em todas as cenas gravadas, ao menos uma

pessoa agiu e criticou a homofobia perpetrada pelo ator, e ninguém se aliou ao ator. Em cenas emocionantes, pessoas idosas, mães, homens e mulheres cisgêneros e heterossexuais se levantam e, claramente sensibilizadas, defendem os rapazes. Uma cena específica chama atenção, tanto por seu conteúdo, quanto pela reação causada na plateia. No ato em questão, o ator, que encarna o papel do homofóbico, pergunta, de forma pública, a um homem sentado: “você concorda com isso [os homens se beijarem em público]?”. O homem, então, responde: “não importa se eu concordo, o que importa é o que está na lei”. Dentre todas as cenas, essa foi a mais aplaudida, com gritos efusivos.

A reação da plateia denota a centralidade da lei como horizonte normativo e como fonte de legitimação moral da defesa pública da população LGBTQIA+. A resposta do homem interpelado desloca o debate do plano da opinião individual para o plano da ordem jurídica, afirmando que a questão relevante não é o aprendizado ou a concordância, mas o que está legalmente assegurado — o aspecto pedagógico da punição e da lei parece morar aqui. Chama atenção, no entanto, o fato de que o homem não se afirma como uma pessoa não-homofóbica, mas sim como um cidadão que segue as leis. É importante destacar esse fato para refletir sobre as formas como as diferentes injúrias são produzidas e reproduzidas no Brasil. Gonzalez (1984) diagnostica, na neurose brasileira, um recalçamento do racismo e do sexismo que, presos no inconsciente da cultura nacional, se expressam por meio da linguagem. Na sociologia psicanalítica proposta pela autora, os diversos papéis assumidos por mulheres negras na sociedade brasileira — a mãe preta, a mulata e a doméstica — seriam sintomas da forma evitativa a partir da qual o Brasil branco e neurótico evita de expressar seu desejo racista.

Não se trata de igualar racismo e LGBTQIAfobia, já que se desenvolveram historicamente de maneiras distintas. No entanto, Foucault (2022) também alertava para o fato de que os dispositivos de poder que regulam as sexualidades modernas operam por meio de discursos, classificações e saberes, muito mais do que por armas e violência física. A violência física — incluindo assassinatos e estupros — permanece como uma dimensão central, mas não esgota as formas pelas quais essas populações são afetadas. A experiência da vergonha e da humilhação — partilhada, de diferentes modos, por pessoas LGBTQIA+ — se constitui, em grande medida, no plano da linguagem. Trata-se de uma experiência reiterada nos diversos ambientes da vida social.

Essa dimensão difusa da violência, que escapa à forma evento e se instala como uma atmosfera, é também documentada por Facchini e França (2013). As autoras descrevem que um

número considerável de entrevistados faz referência a uma violência que perpassa sua trajetória de vida e seu dia a dia, percebida não como um episódio com início, meio e fim claramente delimitados, mas como uma sensação permanente de opressão e silenciamento, que pouco se presta à descrição verbal. É precisamente esse registro difuso que configura uma situação na qual 92% dos respondentes de uma pesquisa nacional identificam a existência de discriminação contra LGBT, mas apenas 32% admite ter algum preconceito (Facchini; França, 2013, p. 15). Isso sugere que a LGBTQIAfobia se organiza, em larga medida, no registro do que não precisa ser dito nem assumido publicamente para operar com plena eficácia.

O questionamento que pretendo levantar é: se, ao invés de gritar contra o casal de homens, o ator tivesse dito suas ofensas somente para o homem sentado no banco, qual seria sua reação? Ou seja, qual é a capacidade da lei de alterar práticas que se estruturam no registro do implícito, do sussurro e da cumplicidade entre pessoas cisgênero e heterossexuais? A cena exibida na plenária encena uma ruptura explícita da forma que organiza as relações sociais brasileiras, já que a agressão é alta e inegavelmente ofensiva. Nesse contexto, a referência à lei oferece um critério objetivo para a intervenção e reorganiza imediatamente a situação. O constrangimento recai sobre quem agride. Tal ponto aparece também no final do vídeo, qual é mostrado que nenhum transeunte concordou com as agressões. É o fim da homofobia ou uma demonstração de que o Brasil pode ser um país homofóbico sem homofóbicos⁶²?

O entusiasmo da plateia parece indicar, portanto, que a motivação da Conferência é, em parte, a produção de mecanismos normativos e regulações que inibam atitudes injuriosas contra pessoas LGBTQIA+. As propostas demonstram que a aposta do movimento não é — ao menos não por meio dos mecanismos proporcionados pelo Estado — alterar a percepção íntima de cada indivíduo — o que implicaria a transformação no plano social —, mas redefinir as condições públicas de enunciação da LGBTQIAfobia. Trata-se de deslocar o eixo do que é tolerado e do que pode ser pensado em silêncio, mas não pode ser dito ou praticado sem consequências. A ênfase recai sobre a produção de marcos jurídicos, sistemas institucionais e dispositivos administrativos capazes de constranger condutas, produzir dados, responsabilizar agentes e educar práticas — ou produzir “letramento”. Nesse sentido, as propostas revelam uma compreensão pragmática do papel do Estado. Não se espera que ele transforme consciências de maneira imediata; espera-se que estabeleça limites e cumpra um papel protetivo às pessoas LGBTQIA+. A punição, a vigilância e

⁶² Esse trecho é uma paráfrase do título do livro de Bonilla-Silva (2020), *Racismo sem racistas*.

a pedagogia aparecem como instrumentos complementares de um mesmo projeto que visa a redução da incidência da violência, deslocar a vergonha para o agressor e ampliar a capacidade de reação das vítimas e de terceiros.

3.4. Proteção social como resposta à insuficiência dos direitos

O tema da proteção social organiza uma das principais frentes de atuação do Movimento LGBTQIA+ no processo conferencial. As propostas que o integram são heterogêneas em formato e abrangência, mas compartilham um diagnóstico comum: os direitos formalmente conquistados nas últimas décadas — civis, previdenciários, de saúde — não foram suficientes para garantir condições materiais de existência digna a parcelas significativas da população LGBTQIA+. A proteção social aparece, nesse sentido, como resposta à sua insuficiência formal. Essa insuficiência é mais visível em dois eixos: a situação de pessoas LGBTQIA+ em vulnerabilidade habitacional e a precariedade do acesso a programas de transferência de renda. Ambos os eixos revelam uma tensão que percorre as propostas desta seção — e que é, em certa medida, constitutiva da relação do movimento com o Estado: a tensão entre autonomia e estatalização.

As casas de acolhimento LGBTQIA+ são o caso mais eloquente dessa tensão. Como demonstram Silva, Vitorino e Pissango (2022), essas iniciativas surgem historicamente como resposta direta à omissão do Estado e à violência estrutural de uma sociedade que expulsa de seus lares, empregos e comunidades aqueles que não se enquadram nas normas de gênero e sexualidade dominantes. Mais do que abrigos, essas casas constituem redes de parentesco alternativo e de sobrevivência coletiva — oferecem atendimento psicológico, assessoria jurídica, inserção no mercado de trabalho e ações culturais, cumprindo funções que, em tese, caberiam ao poder público. A esmagadora maioria delas — da Casa Miga, em Manaus, à Casa Transvivência, em Florianópolis — sobrevive de doações e trabalho voluntário, sem qualquer garantia de continuidade (Silva; Vitorino; Pissango, 2022). Sua existência é, portanto, simultaneamente expressão da potência associativa do movimento e espelho da negligência estatal.

A proposta 1 do GT 2 articula com precisão o que o movimento quer fazer com essa herança. O texto propõe a profissionalização do serviço oferecido pelas casas, com adequação de vagas à demografia dos municípios, descentralização territorial, equipes multiprofissionais, inserção laboral pós-estadia e financiamento tripartite — além de garantia de acessibilidade a pessoas com deficiência, surdas, neurodivergentes, migrantes, refugiadas, idosas, de povos

originários e comunidades tradicionais. A proposta 3 do mesmo GT insere essas casas sob o escopo de um Programa Nacional de Acolhimento, Apoio e Proteção da População LGBTQIA+, responsável por coordenar sua execução em todo o país.

O que esse conjunto de demandas indica é o desejo de retirar o acolhimento do campo do voluntarismo e inscrevê-lo no campo do direito público — ou seja, não é o de substituir as casas comunitárias por estruturas burocráticas. O movimento sabe que a autonomia sem recursos é precária — e que a dependência de doações coloca permanentemente em risco justamente aqueles que mais dependem dessas estruturas. A demanda por financiamento tripartite e por integração ao SUAS é, nesse sentido, uma aposta política de que a estatização pode fortalecer aquilo que a comunidade construiu.

Essa aposta, no entanto, não está isenta de tensões. Durante a plenária de abertura da etapa nacional, o público foi informado sobre a existência do programa Acolher+, instituído pela Portaria n.º 755, de dezembro de 2023, que selecionou 12 casas de acolhimento mantidas pela sociedade civil para receber recursos mensais do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. No segundo dia, a secretária Symmy Larrat apresentou a Portaria n.º 18/2025, assinada pela ministra Macaé Evaristo, que instituiu a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ — o primeiro marco normativo a estruturar oficialmente as ações voltadas a essa população. Entre as inovações da política, destaca-se o conceito de “Casas da Cidadania”, que reconhece formalmente equipamentos e iniciativas locais — públicos ou da sociedade civil — que atuem no acolhimento, atendimento ou convivência da população LGBTQIA+. Qualquer estrutura que exerça essas funções poderá aderir à política e, com isso, acessar editais, programas e recursos futuros.

Todavia, o que as propostas das delegações revelam é que ele não é suficiente — e que o modelo das Casas da Cidadania, ao operar via editais pontuais, corre o risco de reproduzir, sob nova roupagem, a lógica que o movimento quer superar: a de um Estado que apoia iniciativas comunitárias sem assumir a responsabilidade pelo acolhimento. Financiar doze casas num país continental não é uma política de acolhimento adequada à demanda existente. O que o movimento diz precisar é a integração orgânica do acolhimento LGBTQIA+ ao SUAS, com financiamento permanente e descentralizado, como componente regular do sistema de proteção social brasileiro.

Uma tensão análoga aparece nas propostas de transferência de renda. A proposta 2 do GT 14 prevê a ampliação do acesso da população LGBTQIA+ a programas sociais a partir da autodeclaração de identidade de gênero e orientação sexual no Cadastro Único, priorizando

mulheridades LBTs e desfeminilizadas; transparentalidades; transmasculinidades; pessoas intersexo; povos originários e comunidades tradicionais; pessoas 50+; pessoas com deficiência; pessoas refugiadas e apátridas; e pessoas em privação e restrição de liberdade e egressas do sistema prisional, assegurando o reconhecimento das famílias unipessoais (Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2025, p. 34–35).

A proposta 4 do mesmo GT vai além e demanda uma pensão de um salário-mínimo e acesso gratuito à universidade para um conjunto específico de sujeitos — inicialmente, em sua versão estadual paulista, restrita a lésbicas desfeminilizadas, gays efeminados, travestis e transexuais nascidos antes do ano 2000. Em sua versão final, o público a quem se refere é a

população LGBTQIA+ nascida antes dos anos 2000, com uma perspectiva de gênero interseccional, antirracista e anticapacitista, priorizando mulheres LBTs e desfeminilizadas, transparentalidades, transmasculinidades, pessoas intersexo, povos originários e comunidades tradicionais, pessoas 50+, pessoas com deficiência, pessoas refugiadas e apátridas, e pessoas em privação e restrição de liberdade e egressas do sistema prisional (Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2025, p. 35).

A demarcação temporal é justificada a partir do reconhecimento das exclusões vividas por essa população nas últimas décadas do século XX — do mercado de trabalho formal, da escolarização, das políticas de proteção social. Mas a definição do público-alvo original carrega uma premissa importante de não basta ser lésbica ou gay para acessar o benefício; é preciso ter vivido essa identidade de uma forma socialmente legível como desviante — “desfeminizada”, “efeminado”. O entendimento que parece embasar essa proposta é o de que “gays” e “lésbicas” nascidas antes dos anos 2000 não necessariamente ocupavam uma posição vulnerável o bastante para ter acesso a esse benefício.

Mais uma vez, é a lógica do cálculo de desvantagens que prevalece na definição dos públicos-alvo. Como já havia discutido no capítulo anterior, a identidade não é apenas um princípio de reconhecimento, mas um mecanismo de acesso a recursos. E a hierarquização dos sujeitos dentro do movimento — quem é mais vulnerável, quem já está suficientemente contemplado — traduz-se diretamente em critérios de elegibilidade para políticas públicas. Nesse arranjo, a nomeação reiterada de determinados grupos consolida sua posição como destinatários prioritários, enquanto a ausência de outros — como homens gays cisgênero e lésbicas não-desfeminizadas — é interpretada como evidência de suficiência.

Um outro tema alocado nesta seção é o de registros públicos. Com o objetivo de produzir dados e/ou de garantir o acesso adequado de setores da população LGBTQIA+ a serviços públicos, 4 propostas versam especificamente sobre mudanças na forma de registro da população

LGBTQIA+ nos sistemas estatais. No GT 4, a primeira proposta estabelece a obrigatoriedade da inclusão de categorias relativas à identidade de gênero, orientação sexual e nome social em sistemas de informação e registros oficiais do Estado brasileiro. A medida abrange uma ampla gama de bases administrativas — incluindo cadastros do sistema de saúde, da assistência social, do mercado de trabalho e das estatísticas oficiais — e prevê a produção periódica de relatórios a partir desses dados. A proposta também determina que o preenchimento dessas categorias seja realizado por meio de autodeclaração e acompanhado de protocolos de proteção de dados sensíveis, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Além disso, enfatiza a necessidade de formação continuada de servidores públicos para o uso adequado dessas categorias e para o atendimento respeitoso à diversidade de gênero e sexualidade — reforçando a importância das demandas descritas na seção 3.3 deste texto.

Uma proposta semelhante aparece no GT 15, que também prevê a inclusão obrigatória de categorias de autodeclaração — neste caso relativas à raça/cor, orientação sexual e identidade de gênero — nos sistemas de cadastro utilizados para o acesso a políticas públicas. Embora compartilhe com a proposta do GT 4 a preocupação com a produção de dados e a qualificação das políticas públicas, essa formulação incorpora de maneira mais explícita a dimensão da acessibilidade, prevendo a disponibilização de informações em Língua Brasileira de Sinais e a criação de centrais de interpretação em órgãos do sistema de justiça⁶³. As duas propostas se apresentam como formas de resolução da ausência histórica de categorias relativas à identidade de gênero e à orientação sexual em registros administrativos e estatísticos, fator frequentemente apontado como um obstáculo para o reconhecimento institucional dessas desigualdades.

Já no GT 16, a proposta 3 desloca o foco da produção de dados para o campo da documentação civil. O texto propõe a criação de uma carteira de identificação que utilize nome social e CPF, sem menção ao sexo ou ao nome de registro civil, destinada a pessoas trans, travestis, não binárias e intersexo — incluindo uso desse documento para migrantes internacionais, refugiadas e apátridas. A proposta prevê ainda a simplificação e a desburocratização dos procedimentos de retificação de prenome e marcador de gênero nos documentos oficiais, reforçando o direito ao reconhecimento da identidade de gênero nas diferentes esferas da vida social.

⁶³ É importante notar que essa formulação é resultado direto da disputa promovida pela comunidade surda no GT 15, conforme relatada na seção 2.2.

Por fim, a proposta 4 do GT 8 aborda a questão dos registros de maneira indireta ao tratar da equiparação legal da licença parental entre diferentes configurações familiares. Ao desvincular esse direito de marcadores tradicionais de gênero e de papéis parentais, a proposta pressupõe o reconhecimento administrativo de múltiplas formas de parentalidade, o que implica adaptações nos registros e nos sistemas previdenciários e de saúde responsáveis por operacionalizar esse direito.

Em conjunto, essas propostas revelam uma preocupação com a forma como o Estado registra, classifica e reconhece a população LGBTQIA+. A produção de dados, a organização de cadastros administrativos e a definição de documentos oficiais aparecem como instrumentos centrais para garantir tanto a visibilidade estatística quanto o acesso a direitos e políticas públicas. A maneira como os registros oficiais acontecem interferem diretamente na produção de direitos e de cidadania — objetivo último da conferência.

A mesma lógica organiza as propostas do GT 12, voltadas à situação de migrantes internacionais, refugiadas e apátridas LGBTQIA+. A proposta priorizada do grupo prevê a criação de uma Política Nacional de Acolhimento e Proteção para essa população, o reconhecimento da orientação sexual e da identidade de gênero como fundamentos autônomos para a concessão de refúgio no Brasil e a estruturação de uma rede de atendimento com casas de acolhimento, centros de referência especializados e mediadores interculturais. As demais propostas do GT ampliam o escopo, prevendo campanhas de informação, produção de pesquisas e redes de cooperação internacional — inclusive no âmbito do Mercosul.

O conjunto das propostas desta seção aponta, portanto, para o fato de que o movimento demanda estruturas institucionais permanentes. Casas de acolhimento integradas ao SUAS, transferência de renda como direito, registros que tornem a população LGBTQIA+ visível para o Estado — todas essas demandas convergem para a ideia de que a proteção social deve ser uma responsabilidade pública, e não uma resposta emergencial gerida por editais e voluntarismo. Nesse sentido, o argumento do movimento é redistributivo antes de ser identitário, já que o que está em jogo é a reorganização dos recursos disponíveis. No entanto, mais uma vez, há de se questionar sobre os perigos de uma possível gestão estatal sobre iniciativas comunitárias — como as casas de acolhimento. Isso porque tais experiências são formas de organização que carregam um potencial político próprio, e não apenas um serviço que pode ser acessado. Nelas, tende a se atenuar a separação entre quem gere e quem é atendido, favorecendo relações mais horizontais, baseadas no

compartilhamento de experiências e na construção de vínculos coletivos. A incorporação dessas iniciativas pelo Estado, portanto, coloca em tensão não apenas modelos de gestão, mas formas distintas de produzir comunidade.

3.5. O Estado que corta pode cuidar? Saúde como necessidade e violência

Cena 4 – 24/10/2025 – 17:00 – Prédio do Conselho Federal de Medicina, Brasília - DF

Era o fim da última plenária da Etapa Nacional da 4ª Conferência pelos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. As moções ainda estavam sendo lidas, mas eu e um pequeno grupo de pessoas entramos em carros de aplicativo em direção à sede do Conselho Federal de Medicina (CFM). O prédio do CFM fica na Asa Sul, longe do CICB. Quando cheguei, fui recebido pelos seguranças, que me indicaram o caminho até o hall de entrada do prédio, onde já se encontravam 6 militantes e ativistas da causa intersexo, além de aliados. Fomos até o CFM para fazer a entrega e protocolização de um documento que pede o fim do aval do CFM que permite a mutilação de bebês intersexo desde 2003⁶⁴.

No hall, todos estavam em silêncio. Não entendia exatamente o porquê, mas havia um clima de tensão. O prédio do CFM se parece com uma clínica médica, ou a sala de espera de um hospital chique. Paredes brancas com detalhes de madeira ripada e mármore. Não combinamos com aquele espaço, com nossas malas, bandeiras, crachás e corpos. Sou orientado por um interlocutor a retirar meu crachá da Conferência, para não permitir identificação. Assim o faço, ainda que eu não esteja entendendo o porquê de todas essas preocupações. Aos poucos, compreendi que esperávamos a chegada de duas pessoas que estavam com o documento impresso. Uma militante da causa intersexo chegou junto de três advogados, mas nenhum sinal dos detentores dos papéis. Quando o relógio indicou 17 horas, fomos convidados a nos retirar do prédio, e o gesto político da entrega do documento não pôde acontecer.

⁶⁴ Trata-se de referência à resolução nº 1.664/2003 do CFM, que dispõe sobre o tratamento de pessoas com “anomalias da diferenciação sexual”. A normativa estabelece a necessidade de investigação precoce com vistas à definição do sexo e à adoção de condutas terapêuticas em tempo hábil, prevendo que essa definição seja realizada por equipe multidisciplinar e com participação dos responsáveis legais. Embora a resolução não determine a obrigatoriedade de intervenções cirúrgicas, ela orienta a prática médica no sentido da definição e adequação corporal ao sexo atribuído, o que, na prática, tem sido interpretado como respaldo para a realização de procedimentos cirúrgicos e hormonais em crianças intersexo. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2003/1664_2003.pdf. Acesso em 15 abr. 2026.

Já na calçada, os advogados inesperadamente despedem-se de nós. Uma das militantes me explica, finalmente, a causa de toda essa tensão. Seu plano era, no momento da protocolização do documento, realizar uma performance na qual, vestindo apenas uma calcinha, se banharia de sangue na sala de espera do CFM. A expectativa era, a partir desse ato político e artístico, criar uma notícia que chamasse a atenção da opinião pública para a situação das pessoas intersexo. Com a ausência dos advogados e a nossa saída do ambiente, tivemos que realizar o ato em frente ao prédio.

Gravamos a performance, na qual 4 pessoas intersexo seguram bandeiras e faixas, enquanto uma das militantes aparece banhada de sangue. No vídeo, é feita uma denúncia pública das resoluções do CFM acerca de pessoas intersexo e a propaganda do documento que o Movimento pretendia protocolar. Os corpos e cicatrizes aos quais assistimos são uma amostra da história de décadas de mutilação, patologização e do esquecimento; do tratamento de determinados corpos como anomalias.

Historicamente, a saúde ocupa um lugar central na agenda do Movimento LGBTQIA+. Desde a epidemia de aids, o acesso a serviços de saúde e a disputa em torno das formas de atendimento oferecidas pelo sistema médico tornaram-se temas recorrentes na mobilização política. As reivindicações formuladas ao longo das décadas envolveram tanto a ampliação do acesso a políticas públicas quanto a crítica a práticas institucionais que produzem estigmatização, patologização ou exclusão.

Durante a 4ª ConfLGBTQIA+, houve a formulação de propostas de saúde em algumas frentes. Se, em todos os temas das propostas, há uma preocupação constante em produzir políticas para grupos sociais específicos, na saúde essa característica é ainda mais exacerbada. Se conectando com a cena 5, a proposta 2 do GT 1 dispõe sobre a erradicação da mutilação genital de pessoas intersexo, por meio da proibição de intervenções médicas não consentidas, desnecessárias e irreversíveis realizadas em bebês, crianças e adolescentes com variações das características sexuais. O texto da proposta caracteriza essas práticas como formas de tortura e como tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, incluindo entre elas cirurgias de feminilização, cirurgias de masculinização, esterilizações e tratamentos hormonais realizados precocemente. A formulação

também estabelece que a medida deve envolver mecanismos de responsabilização para profissionais e instituições que realizam essas intervenções, bem como a criação de formas de reparação para pessoas que foram submetidas a esses procedimentos. Ao mesmo tempo, prevê a construção de linhas de cuidado específicas voltadas à população intersexo, com acolhimento e acompanhamento em saúde alinhados a recomendações internacionais de direitos humanos.

A proposta articula, assim, duas dimensões distintas da política pública: a restrição de práticas médicas consideradas violadoras de direitos e a construção de dispositivos institucionais de cuidado voltados a um grupo cuja experiência tem sido historicamente marcada pela patologização e pela invisibilidade nos sistemas de saúde (Leivas *et al.*, 2023).

A segunda proposta do GT 11 mobiliza uma estrutura semelhante, mas tendo como público-alvo as pessoas que vivem com HIV. O texto prevê a implementação do acesso efetivo e integral aos serviços de saúde para essa população, com atenção ao combate à sorofobia e à promoção de práticas de acolhimento nos serviços. Entre as medidas mencionadas está a descentralização da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP)⁶⁵, associada ao fortalecimento de políticas públicas de saúde sexual e prevenção em todas as regiões do país. A proposta também destaca a necessidade de considerar desigualdades territoriais e sociais, mencionando explicitamente grupos vulnerabilizados, como população negra, povos do campo, florestas e águas, pessoas com deficiência, povos tradicionais de terreiro, quilombolas, indígenas e pessoas privadas de liberdade. Além da organização dos serviços de saúde, o texto inclui iniciativas voltadas à comunicação e à circulação de informações sobre HIV e aids. A proposta menciona a realização de campanhas publicitárias sobre prevenção combinada em diferentes níveis de governo, a realização de ações de prevenção em escolas e universidades e o fortalecimento de campanhas de testagem, com o objetivo de ampliar o diagnóstico precoce e o acesso ao tratamento. Também aparece a previsão de atuação de agentes de prevenção nos locais de convivência de pessoas LGBTQIAPN+, com ações educativas, práticas de cuidado e estratégias de redução de danos em territórios e espaços de sociabilidade dessa população. Ou seja, a proposta conecta a ampliação do acesso ao sistema de saúde para pessoas que já vivem com HIV e intervenções voltadas à produção de informação e prevenção.

⁶⁵ Não é explícito o que seria a “descentralização” do medicamento, mas interpreto que seja uma referência a aumentar a disponibilidade dele em cidades menores.

Ainda no GT 11, a proposta 4 volta-se à garantia do direito integral à saúde reprodutiva e ao planejamento familiar da população LGBTQIA+, por meio da instituição de protocolos específicos no Sistema Único de Saúde (SUS). O texto prevê atendimento humanizado, universal e livre de discriminação no pré-natal, parto e pós-parto para pessoas LGBTQIA+ que gestam e seus cônjuges ou parceiros, além da ampliação do acesso igualitário e gratuito a serviços de reprodução humana assistida, incluindo inseminação intrauterina (IIU), fertilização in vitro (FIV), exames de avaliação de fertilidade, indução da ovulação, coito programado, congelamento de gametas e acesso a bancos de óvulos e espermatozoides. A proposta também menciona o planejamento do aleitamento humano para pessoas que desejam ou necessitam amamentar, incluindo pessoas trans e não binárias, com possibilidade de acompanhamento multiprofissional e planejamento compartilhado com parceiros. O documento prevê, por fim, a garantia do uso do nome social e da identidade de gênero em sistemas de informação e registros, como a Declaração de Nascido Vivo e a certidão de nascimento, além da inclusão de todas as identidades de gênero nos protocolos de atenção à gestação e à parentalidade, afastando metodologias que restrinjam essas experiências a um único gênero e reconhecendo diferentes formas de constituição familiar, inclusive por meio da adoção e do acolhimento por pessoas LGBTQIA+.

Um segundo conjunto de propostas desloca o foco para a organização mais geral da política de saúde voltada à população LGBTQIA+. Nesse eixo, aparecem formulações voltadas ao fortalecimento da estrutura institucional do Sistema Único de Saúde e à criação de dispositivos capazes de sustentar, de maneira mais ampla, o atendimento dessa população. A proposta 1 do GT 11, que foi priorizada no grupo, prevê o fortalecimento e a atualização da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBTQIA+ — promulgada pela ex-presidenta Dilma Rousseff —, por meio da revisão da Portaria nº 2.803/2013 e da implementação do Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans (PAES Pop Trans). O texto propõe a construção de uma linha de cuidado integral para pessoas trans e intersexo ao longo de todo o ciclo de vida, associada à expansão de ambulatórios multiprofissionais e à inclusão de medicamentos hormonais na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), no Componente Especializado da Assistência Farmacêutica e no Programa Farmácia Popular. A proposta também menciona a criação de um sistema integrado de dados para monitoramento da política, o fortalecimento da atenção primária como porta de entrada do cuidado e a ampliação do acesso a cirurgias afirmativas de gênero, além do credenciamento de hospitais e universidades federais para atuação no processo

transexualizador e no atendimento de situações críticas relacionadas a procedimentos clandestinos, como a aplicação de silicone industrial⁶⁶.

Ainda no GT 11, a proposta 3 trata da revisão, ampliação e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), tomando como referência os princípios da reforma psiquiátrica, da luta antimanicomial e do cuidado em liberdade. O texto prevê a criação de um programa nacional de saúde mental, álcool e outras drogas, voltado às especificidades da população LGBTQIA+, articulando esse campo com marcadores como raça, território, ciclos de vida, deficiência e diferentes pertencimentos comunitários. Entre as medidas mencionadas estão a implementação de projetos intersetoriais de acolhimento e cuidado territorializado, ações de prevenção, atenção e posvenção do suicídio, estratégias de redução de danos e iniciativas voltadas à autonomia de pessoas usuárias dos serviços. A proposta também menciona a necessidade de fiscalização de instituições de acolhimento psicossocial financiadas com recursos públicos, como comunidades terapêuticas, em razão de denúncias recorrentes de violações de direitos humanos.

A proposta 5 do mesmo grupo concentra-se na criação de salas de acolhimento em unidades de saúde, como UPAs e UBSs, e de centros de referência voltados à população LGBTQIA+. O texto estabelece que esses espaços devem assegurar atendimento integral e humanizado no âmbito do SUS e do SUAS, acompanhado de formação continuada para profissionais e de estratégias de enfrentamento à discriminação institucional. A proposta também prevê a ampliação de recursos destinados à Rede Nacional de Saúde LGBTQIA+, com atenção a recortes regionais, interculturais e fronteiriços, além da priorização de centros especializados e equipes multiprofissionais voltadas à prevenção, ao acolhimento e ao cuidado integral.

Por fim, uma proposta formulada no GT 9 amplia essa discussão para o campo educacional ao tratar do fortalecimento do Programa Saúde na Escola (PSE). O texto prevê a incorporação de uma abordagem interseccional voltada às identidades e expressões de gênero, orientações sexuais, características sexuais e diferentes configurações familiares nas redes de ensino públicas e privadas. Entre as medidas propostas estão a adaptação curricular, a produção de materiais pedagógicos e a oferta de formação continuada para profissionais da educação e da saúde. A proposta também menciona a criação de equipes multiprofissionais voltadas ao acolhimento de estudantes LGBTQIA+ e à prevenção de violências motivadas por orientação sexual e identidade de gênero no ambiente escolar, com a definição de fluxos de encaminhamento para serviços de

⁶⁶ Como relatado na seção 2.1, essa proposta foi a mais aplaudida durante a plenária final da Conferência.

apoio psicológico, social e jurídico e a integração entre políticas de educação, saúde e direitos humanos.

As propostas localizadas neste tema indicam algumas continuidades e algumas transformações na agenda do Movimento LGBT. Há, na formação da relação entre Movimento LGBT e Estado, uma forte presença da temática da saúde, especialmente desde a resposta à epidemia de Aids nos anos 1980 e 1990. A epidemia de Aids produz, a um só tempo, uma transformação das estruturas organizativas do movimento e uma mudança importante de foco de combate — da afirmação pública e da luta contra a violência policial para a saúde. Esse período constituiu um dos principais momentos de aproximação entre ativistas e instituições estatais, quando a formulação de reivindicações passou a ocorrer em diálogo com a linguagem da saúde pública e com os marcos institucionais do Sistema Único de Saúde (Ferreira; Nascimento, 2022). Nesse contexto, demandas relacionadas à sexualidade foram frequentemente enquadradas em termos de acesso a serviços de saúde, prevenção e enfrentamento de vulnerabilidades epidemiológicas, produzindo uma forma específica de interlocução entre movimento social e políticas públicas. Além do enfoque no tema da saúde, o Movimento LGBT se alia ao movimento da reforma sanitária do mesmo período e adota a linguagem da saúde pública como moldura para construir suas pautas — mesmo quando, nos anos 2000, o foco do Movimento deixa de ser a saúde e passa a ser a discriminação e a violência (Pereira, 2017).

Gostaria de me concentrar na interpretação de que o tema da saúde foi substituído, em algum nível, pelo tema da violência, com o fim da epidemia de aids. As propostas feitas durante a 4ª ConFLGBTQIA+ denotam que há, na verdade, um deslocamento de quem são os sujeitos que demandam acesso pleno à saúde. A emergência das pessoas intersexo no Movimento LGBTQIA+ é o exemplo mais evidente desse processo. A saúde e a violência, nesse caso, aparecem imbricadas, pois o próprio acesso ao sistema de saúde tem sido historicamente mediado por práticas médicas que produzem danos corporais e psíquicos. As intervenções cirúrgicas realizadas sem consentimento, frequentemente justificadas como procedimentos terapêuticos ou de adequação corporal, são apresentadas nas propostas da conferência como formas de violação de direitos fundamentais. A reivindicação pela proibição dessas práticas e pela construção de linhas de cuidado específicas reorganiza o problema da saúde em torno da integridade corporal e da autonomia dos sujeitos, aproximando o campo da política de saúde de debates mais amplos sobre violência institucional e reconhecimento de direitos. Nesse sentido, o tema da saúde passa a ser

mobilizado em articulação com outras formas de desigualdade e violência que estruturam a experiência de diferentes grupos dentro da população LGBTQIA+.

A demanda pelo PAES Pop Trans denota a mesma transformação. A proposta reivindica a ampliação e o fortalecimento de políticas de atenção integral à saúde de pessoas trans no âmbito do Sistema Único de Saúde, com a criação ou consolidação de programas específicos capazes de garantir acesso a multiplicidade de procedimentos demandados pelas pessoas trans. Ao mesmo tempo, o modo como a proposta é formulada indica que o problema não se limita à ausência de serviços especializados. As dificuldades de acesso aparecem associadas a práticas recorrentes de discriminação, recusa de atendimento, desrespeito ao nome social e à identidade de gênero e à falta de preparo institucional das equipes de saúde⁶⁷. A reivindicação por políticas específicas, portanto, organiza-se em torno da ideia de que a exclusão das pessoas trans do sistema de saúde não se explica apenas por limitações administrativas ou orçamentárias, mas também por dinâmicas de violência institucional que atravessam o funcionamento cotidiano dos serviços. Nesse quadro, a política de saúde surge simultaneamente como espaço de produção de direitos e como terreno em que se manifestam formas específicas de violência dirigidas a determinados grupos da população LGBTQIA+. Esse rearranjo — entre pautas de violência e saúde — não surpreende, uma vez que a violência constitui, simultaneamente, um problema clássico de saúde pública (Dahlberg; Krug, 2006), mobilizando dispositivos centrais como a identificação precoce, o acolhimento e o acompanhamento longitudinal em serviços territoriais.

Justamente pela preocupação com a violência, chama atenção que as propostas do GT de saúde operem com uma noção relativamente restrita de atenção, com pouca ênfase na atenção primária e ausência de referências mais explícitas a dispositivos estratégicos como a Estratégia de Saúde da Família, as agentes comunitárias de saúde ou iniciativas como o Consultório na Rua — estratégias similares àquelas que o próprio Movimento LGBT formulou, durante os anos 1980 e 1990. Em lugar disso, observa-se uma centralidade maior em práticas especializadas e ambulatoriais, frequentemente orientadas a demandas individualizadas — como hormonização e procedimentos cirúrgicos. Tal configuração levanta a hipótese de que, agora, o movimento LGBT estabiliza uma concepção de saúde mais fortemente ancorada na especialização e na clínica

⁶⁷ Esses elementos se conectam diretamente com as demandas por capacitação de servidores públicos apresentadas na seção 3.3.

individual, em detrimento de abordagens territoriais, comunitárias e preventivas⁶⁸, o que pode ter implicações tanto para a forma como a violência é enquadrada quanto para as estratégias de enfrentamento mobilizadas.

3.6. Tensão e consenso na construção de uma agenda comum

O percurso analítico deste capítulo permite agora retomar o argumento anunciado na introdução e testá-lo contra o que as seções revelaram. A primeira parte do argumento se confirma: o Movimento LGBTQIA+ articula, de forma sistemática, demandas por reconhecimento e por redistribuição. As propostas tocam em saúde, trabalho, habitação, transferência de renda, documentação civil, segurança pública — e o fazem nomeando sujeitos, produzindo reconhecimento institucional de diferentes grupos sociais e reivindicando redistribuição de recursos ao mesmo tempo. Não há, no conjunto das demandas, uma hierarquia entre as duas dimensões. Há, como Fraser (2003) propõe, uma aposta na paridade de participação: acesso a recursos materiais e reconhecimento como sujeito legítimo aparecem como condições mutuamente constitutivas da justiça, não como alternativas entre as quais escolher. Contra os críticos do identitarismo, que tendem a ver nas demandas por reconhecimento um abandono das lutas redistributivas, o que a conferência revela é um movimento que recusa essa falsa antítese.

A segunda parte do argumento também se confirma. Essa articulação entre reconhecimento e redistribuição opera predominantemente no registro afirmativo. As propostas corrigem efeitos e, na maior parte das vezes, não questionam as causas: ampliam o acesso ao SUS sem reorganizar a atenção básica que historicamente excluiu a população LGBTQIA+; criam casas de acolhimento sem interpelar as condições que produzem a vulnerabilidade habitacional; demandam transferência de renda sem tensionar a organização do mercado de trabalho que torna essa transferência necessária. Trata-se de intervenções que buscam ampliar o acesso a direitos e recursos dentro das configurações institucionais existentes — o que Fraser (2003) distingue das políticas transformativas, que reconfigurariam as próprias categorias e arranjos que geram a desigualdade.

Como demonstrado no capítulo anterior, o Movimento LGBTQIA+ tem uma profunda preocupação em abarcar categorias “interseccionais”, elemento que aparece de forma recorrente nas propostas analisadas. A pergunta que se coloca, então, é a seguinte: no processo de construção

⁶⁸ A única exceção a isso parece ser a proposta que trata sobre o RAPS.

de um reconhecimento suficientemente amplo para abarcar essa pluralidade de sujeitos e identidades, em que medida permanece viável — ou sequer pensável — uma redistribuição estruturalmente efetiva? Ou seja, em que medida o desejo de representar uma população tão ampla pode se efetivar?

O problema que emerge, portanto, diz respeito à forma como a redistribuição é operacionalizada no interior dessa agenda ampliada. À medida que o reconhecimento se expande para abarcar uma pluralidade crescente de sujeitos, as estratégias de intervenção tendem a se organizar por meio de dispositivos focalizados, capazes de responder a vulnerabilidades específicas sem alterar de maneira substantiva as estruturas que as produzem. Nesse sentido, o repertório do movimento se aproxima de uma lógica de compensação e inclusão administrada, na qual o reconhecimento de grupos específicos é acompanhado por medidas distributivas pontuais. A tensão que emerge, portanto, se localiza no alcance efetivo das propostas. Ao privilegiar estratégias afirmativas, o movimento amplia a participação e a visibilidade de determinados grupos, ao mesmo tempo em que mantém relativamente intactas as estruturas que condicionam, de forma mais ampla, a desigualdade socioeconômica.

Esse limite se manifesta na forma como o Estado é interpelado durante a conferência. As propostas, ao remediarem situações que demandariam transformações estruturais na organização social, tendem a aceitar os termos de um jogo cujas regras permanecem fora de disputa. Com isso, o horizonte de ação se limita à gestão de desigualdades já dadas, operando por meio de ajustes incrementais que ampliam a proteção e o acesso. Essa inflexão sugere uma forma específica de pragmatismo político, orientada à obtenção de ganhos concretos em arenas institucionais disponíveis. Ainda assim, ao privilegiar estratégias de negociação e inclusão, em que medida se reduzem as possibilidades de formulação de demandas que tensionem mais profundamente a ordem socioeconômica?

Esse modo de operação se estende também às formas de legitimação e aos canais de interlocução com o Estado. O incentivo à produção de dados e a referência a organismos internacionais aparecem, nesse contexto, como estratégias de legitimação técnica das propostas, voltadas a torná-las inteligíveis e aceitáveis no interior da racionalidade estatal. Em vez de tensionar os fundamentos das desigualdades produzidas pelo próprio Estado, essas referências indicam a expertise de um terceiro, deslocando um debate potencialmente político para o plano

técnico da evidência e da eficiência. Com isso, ainda que haja uma crítica por trás das demandas, ela tende a aparecer na forma de termos compatíveis com os critérios de governabilidade e gestão.

O mesmo ocorre no debate sobre a participação da sociedade civil. Os mecanismos já conhecidos — conselhos, fóruns e conferências — são referendados como canais privilegiados de mediação entre movimento e Estado, sem que se observe uma problematização mais aprofundada de seus limites ou de sua capacidade efetiva de incidência. Trata-se de uma aposta na reativação e no aperfeiçoamento de dispositivos já consolidados, tomados como espaços legítimos de expressão e negociação de demandas. No entanto, ao se apoiar nesses arranjos sem tensionar suas condições de funcionamento, o movimento tende a reproduzir formatos de participação que operam sob restrições de agenda, assimetrias de poder e capacidade limitada de produzir transformações estruturais.

Para além da relação tecida com o Estado na formulação de mecanismos redistributivos, vale refletir sobre a forma de decidir os públicos de cada medida. Por um lado, no caderno de propostas final se lê que

as políticas apresentadas em todas as propostas aqui dispostas têm como público: Lésbicas; lésbicas desfeminilizadas; gays; bissexuais; travestis; transexuais; transgêneros; não-binários; queers; intersexos; assexuais +; pessoas pansexuais; pessoas com deficiência (PCD); neurodivergentes; comunidade surda; pessoas negras; quilombolas; comunidades tradicionais; povos indígenas/originários; do campo; das águas; das florestas; idosas; povos e comunidades de terreiro; povos ciganos; migrantes e migrantes internacionais; refugiadas; apátridas; privadas de liberdade e egressas do sistema prisional; população em situação de rua/povos de rua; trabalhadores e profissionais do sexo; juventudes; pessoas agênero. (Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2025, p. 3)

Em outras palavras, o trecho sugere que todos os grupos mencionados deveriam, em princípio, ter acesso ao conjunto das propostas apresentadas. Contudo, quando examinadas de forma isolada, a maior parte das propostas revelam públicos-alvo bastante delimitados — distinção frequentemente operada pelo uso do verbo “priorizar” e do advérbio “especialmente”⁶⁹. Nessa relação entre um público abrangente e propostas específicas, as prioridades estabelecidas parecem cumprir ao mesmo tempo a função de orientar a distribuição de recursos e a de demarcar quais grupos podem ser legitimamente preteridos na alocação estatal de recursos. Mesmo em propostas gerais, como a que dispõe sobre a criação de um Mês da Diversidade no mundo do trabalho, o

⁶⁹ Ver Anexo I.

advérbio “especialmente” é mobilizado para delimitar que o público que deve ter algum acesso priorizado ao direito devem ser as

mulheres trans, travestis, lésbicas e bissexuais desfem, transmasculinos e não binários, juventudes, quilombolas, povos de terreiro, povos do campo, das águas e das florestas, povos tradicionais e originários, pessoas neurodivergentes, pessoas com deficiência e comunidade surda, pessoas em situação de rua, assentados, ribeirinhos, pescadores artesanais e marisqueiros, migrantes internacionais, refugiadas e apátridas

A leitura das propostas permite identificar um padrão na definição dos públicos prioritários: determinados segmentos aparecem reiteradamente nomeados, enquanto outros não são explicitamente mencionados como destinatários preferenciais. Entre estes, destacam-se homens gays cisgênero, lésbicas não-desfeminilizadas e, de maneira ainda mais consistente, pessoas bissexuais. Trata-se de observar que esses sujeitos raramente figuram como foco direto das políticas quando comparados à recorrência com que outros grupos são priorizados. Esse padrão sugere que a lógica de priorização, da maneira como foi realizada, serve mais como uma “despriorização” — daqueles que supostamente já teriam acesso a uma vida digna. Ou seja, os mecanismos discursivos e a lógica da igualdade geométrica discutida no capítulo 2 se confirma no resultado documental da 4ª ConflGBTQIA+, na medida em que a distribuição de recursos é orientada por uma hierarquização prévia dos sujeitos, fundada em diagnósticos sobre graus de vulnerabilidade que operam como critérios de legitimação do acesso. Nesse arranjo, a nomeação reiterada de determinados grupos consolida sua posição como destinatários prioritários das políticas, enquanto a ausência de outros sujeitos passa a ser interpretada como evidência de que já estariam contemplados por outras vias. Esse modo de organização produz um campo de disputa no qual o reconhecimento depende diretamente da capacidade de inscrever-se como grupo vulnerável de maneira inteligível dentro das categorias disponíveis, fazendo com que a política de identidades funcione como um mecanismo de mediação para o acesso a direitos. Como consequência, a definição das prioridades organiza a alocação de recursos e delimita as fronteiras do próprio sujeito político, estabelecendo quem pode aparecer como legítimo demandante e quem permanece em uma zona de pressuposta suficiência.

Retomando o ponto de partida desta seção, a construção de uma agenda comum pelo Movimento LGBTQIA+ se organiza justamente na articulação entre tensão e consenso. A tensão aparece no interior do próprio movimento, na disputa pela definição dos sujeitos legítimos das políticas, na hierarquização das vulnerabilidades e nos mecanismos de priorização que delimitam

quem deve ser nomeado e atendido preferencialmente. Trata-se de um campo atravessado por negociações, exclusões parciais e esforços contínuos de estabilização de categorias políticas. Ao mesmo tempo, no que diz respeito à forma de incidência sobre o Estado e ao desenho geral das políticas propostas, observa-se um grau significativo de consenso, expresso na adoção de estratégias afirmativas e na tradução das demandas em formatos compatíveis com a racionalidade estatal. Nesse sentido, a agenda construída na conferência resulta de um arranjo no qual conflitos internos são parcialmente acomodados na produção de um repertório comum de reivindicações, ao passo que a relação com o Estado tende a se organizar em torno de parâmetros relativamente estabilizados de ação e negociação.

Esse consenso na formulação das demandas pode ser lido, ainda, como sintoma de um empobrecimento do horizonte político no interior do qual essas reivindicações são formuladas. Como sugere Brown (2019), parte significativa da esquerda contemporânea deixou de atuar a partir de projetos mais amplos de transformação social, passando a organizar sua ação em torno da gestão de demandas e da ampliação incremental de direitos. Nesse momento histórico, o conflito deixa de apontar para a construção de uma outra ordem social possível.

Essa inflexão ajuda a compreender por que, apesar das tensões internas ao movimento — visíveis na disputa por categorias, prioridades e formas de nomeação —, há um grau elevado de consenso no plano das demandas apresentadas. Ao se organizarem em torno de propostas que visam ampliar o acesso a políticas existentes e institucionalizar mecanismos de proteção, essas reivindicações tendem a operar dentro de um horizonte compartilhado, no qual a transformação estrutural deixa de ser o ponto de referência explícito da ação coletiva. O resultado é uma agenda que, ao mesmo tempo em que incorpora conflitos internos e diferenças significativas entre sujeitos, se apresenta de forma relativamente coesa na interlocução com o Estado, reforçando um padrão de atuação orientado mais à expansão e à gestão de direitos do que à formulação de alternativas mais amplas de reorganização social.

Da mesma forma como a epidemia de aids nos anos 1980 conformou o horizonte de possibilidades do movimento — deslocando o foco da afirmação pública para a saúde, aproximando ativistas do Estado e da linguagem da saúde pública —, ou como a eleição de Lula em 2002 abriu um ciclo no qual a incidência institucional se tornou a estratégia central, o momento histórico atual produz seus próprios condicionamentos. Vivemos um período em que a esquerda, de modo mais amplo, perdeu tanto a capilaridade organizativa quanto a capacidade de imaginar

futuros radicalmente distintos do presente — a capacidade, em suma, de sonhar com outra ordem social (Brown, 2019). Nesse contexto, o Movimento LGBTQIA+ formula suas demandas como resposta às urgências imediatas em detrimento de um projeto mais amplo de sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação partiu de uma provocação surgida em campo: a fala de Symmy Larrat sobre um período de “terra arrasada” nas políticas públicas LGBT e a necessidade de “fincar de vez o pé” nas estruturas do Estado. Ao longo do texto, procurei compreender o que esse enraizamento significa — e custa — para o Movimento LGBTQIA+ contemporâneo. Os capítulos percorreram caminhos distintos, mas que convergem em uma reflexão sobre as escolhas políticas que o Movimento LGBTQIA+ tem tomado durante o Governo Lula. O que proponho nestas considerações finais é uma síntese interpretativa dos achados, seguida de uma reflexão sobre os limites da pesquisa e as possibilidades de desdobramentos futuros.

O primeiro achado central desta dissertação diz respeito à dinâmica de constituição dos sujeitos políticos do Movimento LGBTQIA+. A análise evidenciou que essa constituição não é nem estável nem unitária: ela é permanentemente negociada e reconfigurada em função de disputas internas e de contextos políticos mais amplos. No processo conferencial observado, a ampliação dos sujeitos nomeados — que incorporou, ao longo das últimas décadas, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, pessoas queer, intersexo e assexuais, além de marcadores interseccionais como raça, deficiência e geração — foi atravessada por conflitos significativos que revelam a persistência de hierarquias internas e de disputas por protagonismo que remontam à própria gênese do movimento.

Esses conflitos foram analisados a partir da noção de ressentimento. O trabalho de campo permitiu compreender esse afeto como um elemento constitutivo das relações internas ao movimento — especialmente nas tensões entre homens gays cisgênero e outros sujeitos políticos, e na mobilização de determinadas facções em torno da chamada Aliança LGB. O ressentimento, nesse contexto, funciona de modo a fraturar a construção de alianças e, ao mesmo tempo, alimentar a mobilização política, conferindo intensidade e coesão às disputas em torno da definição da agenda legítima do movimento. Compreendê-lo como expressão de conflitos historicamente constituídos parece ser condição necessária para uma análise das tensões que atravessam o campo.

O segundo achado central concerne ao modo como o movimento articula demandas por reconhecimento e por redistribuição. Contra interpretações que tendem a opor essas duas dimensões — associando a política de identidades ao abandono de pautas redistributivas, ou, inversamente, descartando o reconhecimento como desvio identitário de um projeto político mais amplo —, a análise das propostas aprovadas na 4ª ConfLGBTQIA+ demonstrou que o movimento

as articula de forma sistemática. As propostas tocam em saúde, trabalho, habitação, transferência de renda, documentação civil e segurança pública, fazendo-o por meio da nomeação de sujeitos específicos e da reivindicação simultânea de visibilidade institucional e acesso a recursos. A busca incessante por paridade de participação, nos termos de Nancy Fraser, aparece como estratégia que orienta a formulação das demandas.

Essa articulação, contudo, parece ter predominantemente um registro afirmativo. As propostas corrigem efeitos sem interpelar o Estado por suas causas estruturais. Trata-se de intervenções que buscam ampliar o acesso a direitos dentro das configurações institucionais existentes — o que Fraser (2003) distingue das políticas transformativas, que reconfigurariam os arranjos geradores de desigualdade. Essa inflexão não é atributo exclusivo do Movimento LGBTQIA+: ela expressa um horizonte político mais amplo, no qual, como argumenta Wendy Brown (2019), a esquerda contemporânea perdeu a capacidade de imaginar futuros radicalmente distintos do presente, organizando sua ação em torno da gestão incremental de demandas.

Assim, ao longo do processo conferencial, foi possível observar que as coalizões internas ao movimento não se formam a partir de uma identidade comum prévia ou de uma solidariedade espontânea entre sujeitos que partilhariam interesses idênticos. Elas emergem, ao contrário, de negociações situadas entre diferenças — produzidas pela percepção de interesses parcialmente convergentes, que são resultado de conflitos, e pelo reconhecimento de vulnerabilidades que, embora distintas, produzem formas comparáveis de exclusão. Essas alianças são contingentes porque dependem do contexto político e das relações de força internas ao movimento, se baseando na gramática disponível para nomear diferenças e construir equivalências. A noção de alianças contingentes pretende descrever um tipo específico de articulação que não exige a supressão das diferenças, mas tampouco garante sua tradução automática em projeto comum mais duradouro.

Esse ponto se conecta diretamente ao debate sobre o chamado "identitarismo". Os textos analisados no primeiro capítulo — de Miskolci (2021), Barros (2024) e Alves (2022) — tendem a interpretar a política de identidades como um processo de fechamento e fragmentação, no qual diferenças são convertidas em identidades fixas que inviabilizam a construção de universalidades. O campo, contudo, apresenta uma imagem mais complexa. As tensões internas ao movimento geram processos de negociação e de reconhecimento mútuo entre sujeitos que não partilham uma identidade comum. O que se observa é um campo de disputas no qual a nomeação das diferenças funciona simultaneamente como recurso de mobilização. A política de identidades, nesse sentido,

constitui um terreno de conflito no qual reconhecimento e redistribuição se articulam de forma sempre provisória e contestada.

A ideia de alianças contingentes permite, ademais, uma releitura da trajetória histórica do Movimento LGBTQIA+ no Brasil. Desde a fundação do Somos, passando pela epidemia de HIV/Aids, pelo processo conferencial dos governos Lula e Dilma, até o presente, o que se observa é que as coalizões do movimento foram sempre contingentes — dependentes de contextos políticos específicos e das gramáticas disponíveis, combinados aos interesses de cada grupo. A incorporação das lésbicas ao movimento, a entrada das travestis, a emergência das pessoas trans e não binárias, a recente visibilização das pautas bissexuais e intersexo: cada um desses processos foi atravessado por conflitos que, em determinados contextos, resultaram em fissuras e, em outros, produziram novas formas de articulação. A contingência é, portanto, uma característica constitutiva de qualquer campo político vivo.

Além disso, o movimento parece estabelecer uma relação ambivalente com a maneira como o Estado o interpela, já que, nas práticas de reconhecimento, é exigida a reconfiguração imediata dos critérios de contagem impostos pelo Estado — como no caso da eleição da delegação paulista ou da inclusão de grupos em momentos que o regimento não permitia —, ao passo que o léxico redistributivo da normatividade estatal é transposto para o documento final de propostas. Essa assimetria, contudo, não autoriza a leitura simplificadora de que o movimento se orientaria exclusivamente pelo reconhecimento. O que se observa é um processo mais complexo, no qual diferentes gramáticas são mobilizadas de forma situada e estratégica, nem sempre convergentes entre si e frequentemente tensionadas pelas próprias condições institucionais em que se inscrevem. Nesse sentido, longe de indicar um abandono da dimensão redistributiva, tal dinâmica sugere uma rearticulação seletiva dessas linguagens políticas, mediada tanto pelas formas de participação disponíveis quanto pelas disputas internas ao próprio movimento.

Do ponto de vista teórico, a dissertação buscou contribuir para o debate sobre a relação entre identidade, reconhecimento e redistribuição, articulando a literatura sobre movimentos sociais e identidade com análise empírica. A combinação entre observação participante e análise documental revelou-se produtiva para captar tanto as dinâmicas interativas que produzem conflitos e coalizões quanto a tradução formal dessas dinâmicas em propostas endereçadas ao Estado. A opção metodológica de tratar o evento conferencial como arena privilegiada de observação

permitiu captar a produção cotidiana dos sujeitos políticos do movimento e as formas pelas quais conflitos historicamente constituídos se atualizam e se reorganizam em novas configurações.

A análise desenvolvida nesta dissertação é, portanto, uma análise das dinâmicas do movimento tal como se expressam em um espaço de interlocução com o Estado — não uma análise do movimento como um todo. Esse recorte é uma escolha analítica consciente, mas implica que aspectos relevantes do campo político LGBTQIA+ permanecem fora do escopo desta pesquisa.

Por fim, há um limite nesta pesquisa que é também uma abertura para investigações futuras: a dimensão afetiva das relações políticas no interior do movimento. O ressentimento foi analisado como afeto estruturante das dinâmicas internas, mas outros afetos — o entusiasmo, a esperança, o luto, a raiva, a solidariedade — atravessam a experiência política das pessoas que participaram da conferência de formas que o olhar analítico desta dissertação não foi capaz de capturar integralmente. Uma sociologia dos afetos — como propõe Ferreira (2025) — que reflita sobre o Movimento LGBTQIA+ — atenta tanto às dimensões subjetivas da mobilização quanto às formas pelas quais esses afetos se inscrevem em gramáticas coletivas e em práticas institucionais — parece ser uma agenda de pesquisa promissora, que articula as contribuições da teoria dos movimentos sociais com os estudos de gênero e sexualidade e com a sociologia das emoções.

Outros desdobramentos possíveis incluem a análise comparativa entre processos conferenciais de diferentes períodos — como já tem sido feito por Aguião (2018) e, mais recentemente, por Silva et al. (2025) — o que permitiria historicizar algumas das transformações mais recentes nas gramáticas de demanda do movimento e nos modos de interlocução com o Estado. A recente organização da chamada Aliança LGB, por sua vez, constitui um campo de investigação relevante para a compreensão das tensões atuais entre diferentes projetos políticos no interior do movimento.

Ao retomar o problema central da pesquisa — como o Movimento LGBTQIA+ se constitui enquanto sujeito político coletivo no contexto da reabertura de canais institucionais de participação —, os achados desta dissertação sugerem que essa constituição é um processo permanentemente inacabado. Não há um sujeito político unitário que preceda a conferência e nela apenas se expresse, sendo no próprio processo conferencial esse sujeito produzido. Nesse sentido, a análise aqui desenvolvida permite reler, à luz do material empírico recente, a formulação de Facchini e Rodrigues (2018, p. 259), segundo a qual, diante do avanço de agendas ultraconservadoras e da erosão de direitos, “a construção ativa de ações comuns parece se constituir como um dos desafios

centrais do movimento LGBT brasileiro”. O que esta pesquisa evidencia é que essa construção de ações comuns tem acontecido e ocorre sob condições marcadas pela heterogeneidade dos sujeitos e pela persistência de conflitos internos.

O contexto político atual torna esse tipo de aliança ainda mais urgente. A 4ª Conferência Nacional pelos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ foi, segundo Symmy Larrat, a conferência mais “perseguida” de todas as já realizadas — impedida de ocorrer em vários municípios e estados e contestada por forças políticas conservadoras que veem no processo participativo uma ameaça à ordem moral que pretendem sustentar. As alianças contingentes produzidas durante a conferência são também, nesse sentido, um recurso de resistência frente a um campo político que procura, sistematicamente, negar a nomeação dos sujeitos que nela participam.

A epígrafe de Pedro Lemebel que abre esta dissertação — “Falo pela minha diferença / Defendo o que sou / E não sou tão estranho / Fico puto com a injustiça” (Lemebel, 2023, p. 43) — condensa, de certa forma, a tensão que atravessou toda a pesquisa: entre a afirmação da diferença e o desejo de não ser estranho, meus interlocutores se apresentaram como parte de muitos mundos. O que a pesquisa demonstrou é que o Movimento LGBTQIA+ produz, a cada conferência, formas provisórias de resposta a uma pergunta que permanece aberta: como fazer política a partir das diferenças sem que elas se convertam em fronteiras intransponíveis entre sujeitos que, afinal, partilham o desejo comum de um mundo mais justo?

REFERÊNCIAS

- ABGLT. **História**. [s. d.]. Disponível em: <https://www.abgl.org/historia>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- ADORNO, Theodor. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.
- AGUIÃO, Silvia. **O processo contínuo de (re)fazer-se no Estado: leitura de um ciclo da constituição da população LGBT(I+) no Brasil**. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. *Direitos em disputa: LGTBI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas, SP: UNICAMP, 2020.
- ALLYN, David. **Make love, not war: the sexual revolution, an unfettered history**. London: Taylor and Francis, 2016.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- ALVAREZ, Sonia E. **Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista**. Cadernos Pagu, n. 43, p. 13–56, dez. 2014.
- ALVES, Douglas Santos. **Para além da identidade: da resistência à política**. São Paulo: Usina Editorial, 2022. 214 p.
- AMARAL, Luisa. **Por uma ética queer**. São Paulo: N-1 Edições, 2023.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Nota técnica sobre ações afirmativas para pessoas trans e travestis e o enfrentamento da transfobia no contexto da educação superior**. Brasil: Antra, 2024.
- ASTRAL. **Campanha pela Não-Violência: Dez maneiras de você colaborar para a paz**. [s. d.].
- BARROS, Douglas. **Prefácio**. In: ALVES, Douglas Santos. *Para além da identidade: da resistência à política*. São Paulo: Usina Editorial, 2022. p. 9–15.
- BARROS, Douglas. **O que é identitarismo?** São Paulo: Boitempo, 2024.
- BARROS, Sandra Garrido De; VIEIRA-DA-SILVA, Ligia Maria. **A gênese da política de luta contra a aids e o Espaço Aids no Brasil (1981-1989)**. Revista de Saúde Pública, v. 50, n. 0, 2016.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BELMONT, Flávia; FERREIRA, Amanda Álvares. **Global South Perspectives on Stonewall after 50 Years, Part II—Brazilian Stonewalls: Radical Politics and Lesbian Activism**. *Contexto Internacional*, v. 42, n. 3, p. 685–703, dez. 2020.

BENEVIDES, Bruna G.; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasília, DF: Distrito Drag, 2025.

BENTO, Berenice. **Política da diferença: feminismos e transexualidades**. *In*: COLLING, Leandro (org.). *Stonewall 40+ o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011. p. 79–110.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **De la justification: les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.

BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racismo sem racistas: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. *Cadernos Pagu*, v. 26, p. 329–376, 2006.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais: 12ª Reunião, 30 abr. 1987.

BROILO, Rodrigo; AKERMAN, Jacques. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL: IDENTIDADES SEXUAIS E NOVAS ZONAS DE EXCLUSÃO**. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 1, n. 1, p. 232–250, 2015.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. **States of injury: power and freedom in late modernity**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2025.

BULGARELLI, Lucas. **Um impeachment, algumas tretas e muitos textões: notas sobre o movimento LGBT brasileiro pós-2010**. *In*: GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018a. p. 487–499.

BULGARELLI, Lucas. **[ALERTA TEXTÃO] – Estratégias de engajamento do movimento LGBT de São Paulo em espaços de interação online e offline (2015-2016)**. 2018b. Dissertação de mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BULGARELLI, Lucas. **Das políticas de gênero e sexualidade às políticas antigênero e antisssexualidade**. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (org.). *Direitos em disputa: LGTBI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas, SP: UNICAMP, 2020. p. 393–409.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: N-1, 2019.

CARLOS, Euzeneia. **A construção de encaixes institucionais e domínio de agência no movimento popular urbano: mecanismos e configurações**. In: LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. p. 165–209.

CARLOS, Euzeneia; PEREIRA, Matheus Mazzilli; RODRIGUES, Cristiano. **Desmonte de políticas públicas no Governo Bolsonaro: políticas para mulheres, de igualdade racial e para LGBTQIA+ em perspectiva comparada**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 124, p. e124044ec, 2025.

CARRARA, Sérgio. **Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo**. Bagoas, Revista de Estudos Gays, Natal, v. 4, n. 5, p. 131–148, 2010.

CARRARA, Sérgio; CARVALHO, Mario. **Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante**. Contemporânea: comunicação e cultura, Salvador, v. 13, n. 2, p. 382–400, 2015.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. **Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil**. Sexualidad, Salud y Sociedad, n. 14, p. 319–351, 2013.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COACCI, Thiago. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil**. 2018. Tese de doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

COACCI, Thiago. **Contando as mortes: coproduzindo gênero, conhecimento e política no Movimento Trans**. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (org.). *Direitos em disputa: LGTBI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas, SP: UNICAMP, 2020. p. 71–87.

COLLING, Leandro. **Políticas para um Brasil além do Stonewall**. *In*: Stonewall 40+ o que no Brasil? Salvador: EDUFBA, 2011. p. 7–19.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Edufba, 2015a.

COLLING, Leandro. **Quatro dicas preliminares para transar a genealogia do queer no Brasil**. *In*: BENTO, Berenice; FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir (org.). Desfazendo gênero: subjetividade, cidadania, transfeminismo. Natal: EDUFRN, 2015b. p. 233–242.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021. 288 p.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+. **Propostas aprovadas pelos Grupos de Trabalho**. Brasil: Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2025.

COSTA, Brenda Motta; LIMA, Maria Lúcia Chaves. **Mapeamento de políticas públicas destinadas a pessoas LGBT: algumas conquistas e muitos desafios**. *Periódicus*, v. 3, n. 16, p. 121–132, 2021.

CREENSHAW, Kimberlé. **Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color**. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. **Violência: um problema global de saúde pública**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, p. 1163–1178, 2006. citation-key: dahlberg_krug_2006.

DUBAR, Claude. **As crises das identidades: a interpretação de uma mutação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

EFREM FILHO, Roberto. **Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território**. 2017. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2017.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. **Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBTI**. *In*: GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (org.). História do Movimento LGBT no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018. p. 311–345.

FACCHINI, Regina. **De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos**. *In*: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (org.). Direitos em disputa: LGTBI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo. Campinas, SP: UNICAMP, 2020. p. 31–69.

FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery Do; LIMA, Stephanie Pereira. **Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos**. *Educação & Sociedade*, v. 41, p. e230408, 2020.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. **Convenções de gênero, sexualidade e violência: pesquisa com participantes de eventos do Orgulho LGBT de São Paulo – 2009**. *Latitude*, v. 7, n. 1, p. 13–32, 2013.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (org.). **Direitos em disputa: LGTBI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas, SP: UNICAMP, 2020.

FACCHINI, Regina; RODRIGUES, Julian. **É preciso estar atenta(o) e forte: histórico do Movimento LGBT e conjuntura atual**. In: NOGUEIRA, Leonardo; HILÁRIO, Erivan; PAZ, Thaís Terezinha; MARRO, Kátia (org.). *Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil*. Expressão Popular, 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FELITTI, Chico. **Rainhas da Noite: as travestis que tinham São Paulo a seus pés**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FERGUSON, Roderick A. **Aberrations in black: toward a queer of color critique**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004.

FERNANDES, Marisa. **Ação lésbica**. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

FERREIRA, Gabriel Basso. **Os afetos como objeto de pesquisa das Ciências Sociais: uma comparação entre o método positivo e teórico crítico**. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 8, p. 2430–2442, 2025.

FERREIRA, Breno De Oliveira; NASCIMENTO, Marcos. **A construção de políticas de saúde para as populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 10, p. 3825–3834, out. 2022.

FIGARI, Carlos. **@s “outr@s” cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UFMG; IUPERJ, 2007.

FLOYD, Kevin. **The reification of desire: toward a queer marxism**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade**. *verve*. revista semestral autogestionária do Nu-Sol., n. 5, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 16. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2023.

FRANÇA, Isadora Lins. **Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo**. 2006. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FRASER, Nancy. **From Distribution to Recognition? Dilems of Justice in a postsocialist age**. n. 212, p. 68–93, ago. 1995.

FRASER, Nancy. **Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition, and participation**. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition?: a political-philosophical exchange*. London: Verso, 2003. p. 7–109.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or recognition?: a political-philosophical exchange**. London: Verso, 2003.

FREUD, Sigmund. **Sobre psicanálise selvagem**. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas - volume 09*. Companhia Digital, 2013. p. 250–258.

GALBIERI, João Otávio. **Das letras aos números: a produção de estatísticas e ativismos pelos movimentos LGBTI+**. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024.

GARLAND, David. **A Cultura do controle: crime e ordem Social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Ativismos no Brasil: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis - como impactam e por que importam?** Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223–244, 1984.

GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

GREEN, J. N.; QUINALHA, R. (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

GUATTARI, Félix; DELEUZE, Gilles. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2021.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022.
- HALPERIN, David M. **Saint Foucault: towards a gay hagiography**. New York: Oxford University Press, 1997.
- HENNING, Carlos Eduardo. **O nascimento do “orgulho grisalho”: idosos LGBT e as batalhas por viabilidades existenciais**. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (org.). *Direitos em disputa: LGTBI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas, SP: UNICAMP, 2020. p. 117–135.
- HILGEMBERG, Larissa Priscila Bredow; ANDRADE, Ana Paula. **Projeto Escola sem Homofobia e a invenção do “kit gay”**. *Revista Ambivalências*, v. 11, n. 21, p. 80–104, 2023.
- HOCQUENGHEM, Guy. **A contestação homossexual**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- HOCQUENGHEM, Guy. **Le désir homosexuel**. Paris: Fayard, 2000.
- IAZZETTI, Brume Dezembro; NETO, Rubens Mascarenhas. **Do “Cisminário Queer” ao “Caso Miskolci”: traçando controvérsias**. *Revista Anômalas*, v. 4, n. 1, p. 7–23, 2024.
- KAFER, Alison. **Feminist, queer, crip**. Bloomington: Indiana University Press, 2013.
- KASS, Hailey. **O que é cissexismo?** In: *Transfeminista*. 2012. Disponível em: <https://transfeminismo.org/o-que-e-cissexismo/>. Acesso em: 2 set. 2025.
- KASS, Hailey. **Alguns pensamentos aleatórios – Breves críticas ao Feminismo Mainstream e à situação de pessoas trans* na academia**. In: *Gênero à deriva*. 2013. Disponível em: <https://generoaderiva.wordpress.com/2013/04/05/alguns-pensamentos-aleatorios-breves-criticas-ao-feminismo-mainstream-e-a-situacao-de-pessoas-trans-na-academia/>. Acesso em: 2 set. 2025.
- KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Boitempo, 2020. 208 p.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. London, New York: Verso, 2014.
- LEITE, Flávia Lucchesi de Carvalho. **Queer ingovernável: da conservadora assimilação ao fogo anarquista**. 2023. Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2023.
- LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; SCHIAVON, Amanda De Almeida; RESADORI, Alice Hertzog; VANIN, Aline Aver; ALMEIDA, Alexandre Do Nascimento; MACHADO, Paula Sandrine. **Violações de direitos humanos nos procedimentos normalizadores em crianças intersexo**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, n. 1, p. e00066322, 2023.
- LELIS, Rafael Carrano. **A orientação sexual na constituinte: constituição performativa de sujeitos LGBTI+ na Constituição da nação brasileira**. Salvador: Devires, 2023.
- LEMEBEL, Pedro. **Poco hombre: Escritos de uma bicha terceiro-mundista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

LIMA, Tânia Stolze. **O campo e a escrita: relações incertas**. Revista De Antropologia Da UFSCar, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 9–23, 2013.

LIMA, Stephanie Pereira de. **“A gente não é só negro!” : interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários**. 2020. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

LOPES, José Sergio Leite; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **Introdução**. In: LOPES, José Sergio Leite; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados. CBAE, 2014. p. 21–42.

MACHADO, Frederico Viana. **Do estatal à política: uma análise psicopolítica das relações entre o estado e os movimentos de juventude e LGBT no Brasil (2003-2010)**. 2013. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MACRAE, Edward. **Os respeitáveis militantes e as bichas loucas**. In: COLLING, Leandro (org.). Stonewall 40+ o que no Brasil? Salvador: EDUFBA, 2011.

MARSAULT, Elsa Deck. **Fazer justiça: moralismo progressista e punitivismo na luta contra o sexismo**. São Paulo: Ubu Editora, 2025. 148 p.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos e econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MEAD, George Herbert. **A brincadeira, o jogo e o outro generalizado**. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del-Rei, v. 5, n. 1, p. 131–136, 2010.

MIELI, Mario. **Por um comunismo transexual: elementos da crítica homossexual**. São Paulo: Boitempo, 2023.

MISKOLCI, Richard. **Não somos, queremos: reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea**. In: COLLING, Leandro (org.). Stonewall 40+ o que no Brasil? Salvador: EDUFBA, 2011. p. 37–56.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais: a política identitária na esfera pública técnico-midiatizada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MOTTA, Jose Inacio Jardim. **Sexualidades e políticas públicas: uma abordagem queer para tempos de crise democrática**. Saúde em Debate, v. 40, n. spe, p. 73–86, dez. 2016.

MUÑOZ, José Esteban. **Cruising utopia: the then and there of queer futurity**. New York: New York University Press, 2009.

NEGRI, Antonio. **Marx além de marx: ciência da crise e da subversão. Caderno de trabalho sobre os Grundrisse.** São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OLIVEIRA, Flávia Belmonte de. **Por que o queer?: analisando o disciplinamento das identidades LGBT como manutenção do status quo.** 2019. Dissertação de mestrado – PUC, Rio de Janeiro, 2019.

ORTEGA, Francisco. **Deficiência, autismo e neurodiversidade.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 1, p. 67–77, 2009.

PELÚCIO, Larissa. **É o que tem pra hoje: os limites das categorias classificatórias e as possíveis novas subjetividades travestis.** *In: COLLING, Leandro (org.). Stonewall 40+ o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011. p. 111–136.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. **A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes.** *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n. 1, p. 125–157, 2009.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Da Saúde Pública à homofobia: spillover e as transformações nas reivindicações do movimento LGBT em interações com o Estado.** *Psicologia Política*, v. 17, n. 38, p. 141–165, 2017.

PEREIRA, Matheus Mazzilli; ARAGUSUKU, Henrique Araujo; TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. **Direitos humanos em disputa: (des)institucionalização e conflitos entre movimento LGBTQIA+ e ativismo antigênero no Brasil.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 38, n. 111, p. e3811026, 2023.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PERLONGHER, Néstor. **O desaparecimento da homossexualidade.** *In: LANCETTI, Anônio. SaúdeLoucura 3.* São Paulo: Hucitec, 1993. p. 39–45.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual.** Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica.** Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

QUINALHA, Renan. **Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro.** *In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (org.). História do Movimento LGBT no Brasil.* São Paulo: Alameda, 2018.

QUINALHA, R. H. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

QUINALHA, Renan; RAMOS, Emerson; BAHIA, Alexandre Melo Franco (org.). **Direitos LGBTI+ no Brasil: novos rumos da proteção jurídica**. São Paulo, SP: Edições Sesc, 2023.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 2018.

RIOS, Flávia; PEREZ, Olivia Cristina. **Interseccionalidade e diversidade nas universidades brasileiras: mudanças da última década**. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (org.). *Direitos em disputa: LGTBI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas, SP: UNICAMP, 2020. p. 89–115.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. **De Daniele a Chrysóstomo: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena**. 2012. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2012.

RODRIGUES, Jorge Caê. **A imprensa gay no Brasil**. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 237–253.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2014.

ROSA, Pablo Ornelas; SOUZA, Aknaton Toczec; CAMARGO, Giovane Matheus. **O combate à “ideologia de Gênero” na era da pósverdade: uma cibercartografia das fake news difundidas nas mídias digitais brasileiras**. *Sinais*, v. 2, n. 23, p. 128–154, 2019.

ROSSI, Alexandre José; BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte. **A relação do movimento LGBT com o Estado: apontamentos acerca das contradições que possibilitaram a criação e a implementação da política de combate a homofobia**. *Teoria e Prática da Educação*, v. 23, n. 1, p. 110–126, 2020.

ROUDINESCO, Elisabeth. **O eu soberano: ensaio sobre as derivas identitárias**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017a.

RUBIN, Gayle. **Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade**. In: *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017b.

SALDANHA, Inácio. **A viagem da bissexualidade: classificações da Sexualidade em Belém no fim do século XX**. Belo Horizonte, MG: Rede Brasileira de Estudos sobre Bissexualidade e Monodissidência, 2025. 329 p.

SAMPAIO, Juliana Vieira; GERMANO, Idilva Maria Pires. **Políticas públicas e crítica queer: algumas questões sobre identidade LGBT**. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 2, p. 290–300, ago. 2014.

SANDILANDS, Catriona. **Lesbian separatist communities and the experience of nature: toward a queer ecology**. *Organization & Environment*, v. 15, n. 2, p. 131–163, 2002.

SCHELER, Max. **Ressentiment**. Milwaukee: Marquette University Press, 1994.

SCOTT, Joan W. **The evidence of experience**. *Critical inquiry*, v. 17, n. 4, p. 773–797, 1991.

SEFFNER, Fernando. **Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT**. *In: COLLING, Leandro (org.)*. *Stonewall 40+ o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011. p. 57–78.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SESTREM, Gabriel. **LGB sem T: homossexuais anunciam ruptura com ativismo trans**. *Gazeta do Povo*, 28 set. 2025. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/lgb-sem-t-homossexuais-anunciam-ruptura-com-ativismo-trans/>. Acesso em: 5 fev. 2026.

SHAH, Alpa. **Etnografia? Observação participante, uma práxis potencialmente revolucionária**. *Revista De Antropologia Da UFSCar, São Carlos*, v. 12, n. 1, p. 373–392, 2020.

SILVA, Marcos Mariano Viana da. **Cartografia de Judith Butler e dos estudos queer no Brasil**. 2021. Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal - RN, 2021.

SILVA, Beatriz Elena Barud; GIMENES, Éder Rodrigo; VILELLA, Hebert de Paula Giesteira. **Análise das conferências nacionais dos direitos das pessoas LGBTI+ no Brasil**. *In: BORTOLINI, Alexandre; IRINEU, Bruna Andrade; PEÇANHA, Leonardo Morjan Brito; DUARTE, Marco José de Oliveira; PFEIL, Cello Latini; COELHO, Caia Maria; LACERDA, Milena Carlos de; JESUS, Jaqueline Gomes de; RIBEIRO, Paula; SOUZA, Djonatan Kaic Ribeiro de (org.)*. *Produção científica de pesquisadoras LGBTQIA+ e aliadas no Brasil: panorama 2024-2025*. Brasília, DF: ABETH, 2025.

SILVA, André Luiz Avelino da; VITORINO, Elizete Vieira; PISSANGO, Luciana Pimentel da Silva. **Casas de acolhimento no Brasil e a população LGBTI+: reflexões, contextos e vulnerabilidades**. *ECCOM - Educação, Cultura e Comunicação*, v. 13, n. 26, p. 299–314, 2022.

SIMÕES, Júlio Assis. **O dilema da participação popular: a etnografia de um caso**. São Paulo: Marco Zero, 1992.

SIMÕES, Júlio Assis; CARRARA, Sérgio. **O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens**. *Cadernos Pagu*, n. 42, p. 75–98, 2014.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIMPSON, Keila; BENEVIDES, Bruna. **20 anos de Visibilidade Trans, do Luto à luta!** *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 33, n. spe1, p. e2024034, 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STRAUSS, Anselm. **Espelhos e máscaras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, vol. 1: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Objetiva, 2018.

TRINDADE, Ronaldo. **A invenção do ativismo LGBT no Brasil: intercâmbios e ressignificações**. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 227–236.

VALLADARES, Licia. **Os dez mandamentos da observação participante**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 63, p. 153–155, 2007.

VAN PELT, Eder. **Nem véu, nem grinalda: uma reescrita queer do julgamento que reconheceu a união estável homoafetiva**. In: QUINALHA, Renan; RAMOS, Emerson; BAHIA, Alexandre Melo Franco (org.). *Direitos LGBTI+ no Brasil: novos rumos da proteção jurídica*. São Paulo, SP: Edições Sesc, 2023. p. 74–93.

VERGUEIRO, Viviane. **Por infexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. Dissertação de mestrado – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Salvador, 2015.

VILHAS, Jinx. **Não binariedade, linguagem não binária e transfeminismo no Brasil**. *Cadernos Pagu*, n. 72, p. e247201, 2024. citation-key: vilhas_2024.

WITTIG, Monique. **O pensamento heterossexual e outros ensaios**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

YORK, Sara Wagner. **Tia, você é homem? Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os "sistemas" de Pós-Graduação**. 2020. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

ŽIŽEK, Slavoj. **O sublime objeto da ideologia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

Anexo I – Relação de público-alvo na lista de propostas

Público-alvo	Vezes que aparece
Crianças e adolescentes LGBTQIA+	4
Crianças, adolescentes, jovens, adultos e trabalhadores da educação, observando as especificidades das pessoas trans e travestis	1
Estudantes	1
Juventude LGBTQIA+	2
Movimento LGBTQIA+	1
Mulheres lésbicas desfeminilizadas, lésbicas, bissexuais, pansexuais, travestis, pessoas trans, assexuais e intersexos	1
Pessoas LGBTQIA+ de Terreiro, Pessoa com Deficiência e da Comunidade Surda, pessoas trans, travestis, transmasculinos, intersexo e não bináries	1
Pessoas LGBTQIA+ em mobilidade, vítimas de tráfico ou xenofobia	1
Pessoas LGBTQIA+ migrantes internacionais, refugiadas e apátridas	1
Pessoas LGBTQIA+ vítimas de violência	1
Pessoas intersexo	1
Pessoas trans, travestis e não-binárias	1
Pessoas trans, travestis, não binárias, intersexo, migrantes internacionais, refugiadas e apátridas	1
População LGBQIA+, considerando as especificidades de pessoas surdas, pessoas com deficiência, pessoas neuro divergentes, migrantes, refugiadas, povos originários, comunidades tradicionais e pessoas idosas	1
População LGBT+ com prioridade de pessoas trans.	1
População LGBT+ vulnerável, com prioridade de pessoas trans, travestis, intersexo e não-binários.	2
População LGBTQIA+	31
População LGBTQIA+ amazônica	1
População LGBTQIA+ com prioridade na população trans e travestis	1

População LGBTQIA+ com prioridade na população trans, travestis, não binária, intersexo, lésbicas desfeminilizadas e/ou outras dissidências/desconformidades de gênero, pessoas negras, PCDs, surdas e de minorias linguísticas, quilombolas, ribeirinhas e de povos tradicionais e originários, mediante critério de vulnerabilidade socioeconômica e possibilidade de violência.	1
População LGBTQIA+ em vulnerabilidade, priorizando população trans e travesti	1
População LGBTQIA+ encarcerada ou egressa	6
População LGBTQIA+ migrantes, refugiadas e apátridas	3
População LGBTQIA+ nativa e migrante	1
População LGBTQIA+, priorizando mulheres LBTs e desfeminilizadas, transsexualidades, transmasculinidades, pessoas intersexo, povos originários e comunidades tradicionais, pessoas 50+, pessoas com deficiência, pessoas refugiadas e apátridas, e pessoas em privação e restrição de liberdade e egressas do sistema prisional	1
População LGBTQIA+, com atendimento inclusivo a migrantes, refugiados, povos originários e comunidades tradicionais	1
População LGBTQIA+, com atenção aos territórios de grupos vulnerabilizados como população negra, povos do campo, florestas e águas, pessoas com deficiência, povos tradicionais de terreiro, quilombolas, indígenas, pessoas privadas de liberdade e demais.	1
População LGBTQIA+, com atenção especial às identidades de gênero, bem como às infâncias e juventudes dissidentes, assegurando também o atendimento pleno e especializado a migrantes, refugiados, povos originários e comunidades tradicionais	1
População LGBTQIA+, com cotas para pessoas trans e travestis	1
População LGBTQIA+, com enfoque nas pessoas trans, travestis, intersexo e das populações em maior vulnerabilidade, como as periféricas, idosas, infanto-juvenis, com deficiência, indígenas, quilombolas, migrantes, refugiadas, fronteiriças, tradicionais, dos campos, florestas e águas, em situação de rua e privadas de liberdade	1

População LGBTQIA+, com prioridade para mulheridades LBTs e desfeminilizadas; transparentalidades; transmasculinidades; pessoas intersexo; povos originários e comunidades tradicionais; pessoas 50+; pessoas com deficiência; pessoas refugiadas e apátridas; e pessoas em privação e restrição de liberdade e egressas do sistema prisional	1
População LGBTQIA+, com prioridade para pessoas trans, travestis, não binárias, racializadas, com deficiência e pertencentes a povos e comunidades tradicionais e pessoas em situação de rua,	1
População LGBTQIA+, com prioridade para travestis, pessoas trans, não binárias, mulheres lésbicas desfeminilizadas e demais mulheres, intersexos, povos tradicionais, pessoas racializadas, migrantes internacionais, refugiados, apátridas, pessoas com deficiência e pessoas idosas.	1
População LGBTQIA+, com ênfase na população trans, travestis e não-binária	1
População LGBTQIA+, em especial pessoas trans e população 50+	1
População LGBTQIA+, em especial voltadas às pessoas trans, travestis e intersexo	1
População LGBTQIA+, especialmente de pessoas trans, travestis, intersexo, pessoas com deficiência, da comunidade surda e pessoas neurodivergentes	1
População LGBTQIA+, especialmente mulheres trans, travestis, lésbicas e bissexuais desfem, transmasculinos e não binários, juventudes, quilombolas, povos de terreiro, povos do campo, das águas e das florestas, povos tradicionais e originários, pessoas neurodivergentes, pessoas com deficiência e comunidade surda, pessoas em situação de rua, assentados, ribeirinhos, pescadores artesanais e marisqueiros, migrantes internacionais, refugiadas e apátridas	1
População LGBTQIA+, incluindo pessoas negras, pessoas trans e travestis, povos originários, comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, migrantes e refugiadas.	1
População LGBTQIA+, interseccionalizando com questões de raça, ciclos de vida, deficiências, com populações de campo, floresta e águas, negros e pardos, em situação de rua, privadas de liberdade, de regiões de fronteiras, povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e povos de terreiro	1

População LGBTQIA+, pessoas trans, travestis, pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional	1
População LGBTQIA+, priorizando coletivos em territórios vulneráveis, priorizando mulheres trans, travestis, lésbicas e bissexuais desfem, transmasculinos e não binários, as juventudes, quilombolas, povos de terreiro, povos do campo, das águas e das florestas, povos tradicionais e originários, pessoas neurodivergentes, pessoas com deficiência e comunidade surda, em situação de rua, assentados, ribeirinhos, pescadores artesanais e marisqueiros, migrantes internacionais, refugiadas e apátridas e ações de ressocialização para pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade e egressas do sistema prisional e sistema socioeducativo	1
População LGBTQIA+, priorizando mulheres trans, travestis, lésbicas e bissexuais desfem, transmasculinos e não binários, as juventudes, quilombolas, povos de terreiro, povos do campo, das águas e das florestas, povos tradicionais e originários, pessoas neurodivergentes, pessoas com deficiência e comunidade surda, em situação de rua, assentados, ribeirinhos, pescadores artesanais e marisqueiros, migrantes internacionais, refugiadas e apátridas e ações de ressocialização para pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade e egressas do sistema prisional e sistema socioeducativo	1
População LGBTQIA+, priorizando pessoas trans, LGBTQIA+ negras, indígenas, periféricas e de favelas, comunidades e povos tradicionais e rurais	1
População LGBTQIA+, priorizando pessoas trans, travestis e não binárias, contemplar recortes interseccionais, incluindo pessoas negras, indígenas, quilombolas e de favelas	1
População LGBTQIA+, priorizando pessoas trans, travestis, de baixa renda, privadas de liberdade e egressas do sistema prisional	1
População trans, travesti e não-binária	1
Servidores públicos	1
Todas as pessoas responsáveis por crianças.	1
Travestis, homens e mulheres transexuais, transgêneros, não-binários e intersexos	1

Travestis, transexuais, lésbicas desfeminizadas e gays efeminados nascidas antes do ano 2000	1
Trabalhadoras mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis	1